Fundação Oswaldo Cruz

Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 09/2025

14 a 27 maio de 2025

Publicação Digital

Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2025

FIOCRUZ

15 ANOS CRIS 10 ANOS CENTRO COLABORADOR OMS-OPAS

SUMÁRIO

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar*

Sistema Nações Unidas

16 - Fotografia em preto e branco do direito ao desenvolvimento - *Santiago Alcázar*

20 - Agenda da Saúde Global 2025: A 78ª. Assembleia Mundial da Saúde - *Guto Galvão, Paulo Buss, Paula Reges e Luana Bermudez*

31 - Agenda da 59ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU e Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde - *Armando De Negri Filho e Fabiane Gaspar*

53 - Saúde na COP30 - *Luiz Galvão e Danielly Magalhães*

58 - Quais serão os grandes temas que representantes de governos, de trabalhadores e de empregadores irão debater nos próximos dias, em Genebra, na Conferência Internacional do Trabalho, promovida pela OIT? - *René Mendes*

68 - A Cátedra e o Caminho: o papado frente às rotas humanas **-** *Rafael Gomes França, Caio Murta, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

74 - Saúde e Bem-Estar dos Adolescentes e atualizações da situação de crianças em Gaza - *Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes*

80 - O que esperar do futuro da produção de alimentos? - *Eduardo Nilson e Denise Oliveira*

88 - Geociência Sem Fronteiras: Cooperação Global para um Futuro Sustentável no Âmbito do IGCP - *Gisele Sanglard, Fabiane Gaspar, Heliton Barros e Vitor Rodrigues*

91 - O que o Banco Mundial está fazendo pela Segurança Alimentar? - *Isis Pillar Cazumbá*

95 - Banco Islâmico de Desenvolvimento: projetos nas áreas de saúde e seus determinantes sociais - *Laura Tavares Soares*

116 - Reforma da OMC, Tecnologias Digitais e Panorama de Patentes: Saúde e Segurança Ocupacional - *Claudia Chamas* e *Bernardo Bahia Cesário*

127 - Inteligência Artificial, Saúde Global e Desigualdades **-** *Bernardo Bahia Cesário e Claudia Chamas*

Movimentos sociais globais e saúde

129 - Crises interligadas: conflitos armados, colapso da ajuda humanitária e emergência climática - *Patrícia Lewis Carpio, Matheus dos Santos da Silveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Diana Zeballos, Renan Amaral Oliveira, Laurenice Pires, Ana Carol Aldapi Vaquera e Luis Eugênio de Souza*

151 - Dívida colonial, sistemas de saúde em colapso: A luta por responsabilidade - e os acordos necessários para garanti-la - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

160 - Vozes do Sul Global **-** *Regina Ungerer, Erica Kastrup, Livia Ferreira e Rychard de Lima Monteiro*

188 - Tensões, constrangimentos e desafios da gestão sul-africana no G20: há ainda espaço para esperança? Ministros do G7 se reúnem para debater economia, Ucrânia e Inteligência Artificial. Saúde e economia mundial em pauta na quinzena da OCDE - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*

199 - Países BRICS seguem avançando na preparação da Cúpula de julho e NBD continua atraindo novos países - *Claudia Hoirisch*

204 - Aquarela latino-americana e as cores borradas da situação político-eleitoral - *Sebastián Tobar, Sâmia de Brito Franco e Miryam Minayo*

213 - II Diálogo Brasil-África - *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá*, *Dala Djop* e *Felix Rosenberg*

231 - A indústria farmacêutica europeia é um dos novos alvos de Trump - A*na Helena Gigliotti de Luna Freire*

235 - O colapso humanitário em Gaza resulta em sanções e algum isolamento de Israel. Finalmente! - *Lúcia Marques e Bárbara Nogueira*

244 - China: Eixos, Sinergias e Rotas - *André Costa Lobato*

249 - EUA: Fazer nossas crianças saudáveis de novo (MAHA) - *Guto Galvão*

254 - Servidão humana - *Adhemar Bahadian*

*Autores deste Caderno - 256

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 260

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 261

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº. 09/2025 – 14 a 28 de maio de 2025

Apresentação

O mais importante colegiado da saúde global e diplomacia da saúde do mundo, a **Assembleia Mundial da Saúde,** reuniu-se em Genebra, na sua 78ª. sessão, de 19 a 27 de maio. A dimensão da amplidão dos temas abordados pode ser apreendida pelo acesso aos principais documentos gerais e de informação, as decisões e resoluções aprovadas etc., que podem ser acessadas em https://apps.who.int/gb/e/e_wha78.html. ***Reges, Bermudez e Galvão, Buss, Reges e Bermudez*** comentam as principais questões debatidas na AMS78 (ver adiante).

Entre as principais resoluções adotadas está aquela referente ao **Acordo Pandêmico** ou, na linguagem oficial adotada, *o instrumento internacional para fortalecer a prevenção, preparação e resposta a futuras emergências sanitárias globais.* Como serviço aos nossos leitores transcrevemos a resolução e o acordo neste fascículo. Ademais, também transcrevemos o *6º. informe do Grupo de Trabalho Fiocruz-USP* sobre o Acordo https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2025/05/GT-NT-6a-1.pdf, e disponibilizamos o acesso a todo o trabalho desenvolvido pelo GT https://saudeglobal.org/.

Avançam também os processos relativos à **Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, particularmente com a realização da *IV Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento* (Sevilha, 30/06 a 03/07 de 2025) https://financing.desa.un.org/ffd4, que vem comentada por ***Alcázar*** neste fascículo, e do *Fórum de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável* (HLPF, em seu acrônimo em inglês), a ser desenvolvido no âmbito do ECOSOC (Conselho Econômico Social das Nações Unidas) em 14-23/07/2025 https://hlpf.un.org/2025. Como serviço aos nossos leitores damos acesso aos principais documentos em debate nestes eventos cruciais para o desenvolvimento e a saúde: o Draft 1 do documento final da Conferência do Desenvolvimento FFD4_Outcome_First_Draft.pdf; o recente informe do Secretário Geral das Nações Unidas sobre os Progressos na Direção dos ODS - 2025 SG SDG Progress Report 29 Apr 2025.pdf; e o draft da Declaração do ECOSOC/HLPF Microsoft Word - MD HLPF 2025_zero draft_final_technical correction of 5 May 2025

Os Cadernos se associam às celebrações, pela ONU e comunidade internacional, do **Dia Mundial do Meio Ambiente,** *5 de junho,* que visa incentivar a conscientização e a ação mundial para a proteção do meio ambiente. O Dia ressalta a importância de ações urgentes para deter a perda de biodiversidade, reduzir as emissões de gases de efeito estufa, a poluição do ar e os resíduos plásticos e restaurar o meio ambiente. Neste ano, o tema central foca em *soluções para combater a poluição por plásticos*. No próximo fascículo dos Cadernos (10/2025) traremos um informe completo sobre este tema e seus impactos sobre a saúde humana e ambiental.

Cenário internacional

A desolação pelas terríveis consequências das **guerras e conflitos militares** sobre a saúde, a paz e a qualidade de vida continua grassando nossos cotidianos. O *genocídio palestino* continua dolorosamente, perpetrado pelas forças militares regulares do poderoso estado de Israel e seu contestado governo de extrema-direita. Os protestos internacionais, seja de governos, seja de grupos de países se avoluma, pelas atrocidades em Gaza, que incluem o

extermínio pela fome. Durante a Assembleia Mundial da Saúde, o SG reportou aos ministros as condições de saúde no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental e as Colinas do Golan, em dois informes: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_15-en.pdf e https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_16-en.pdf

Se houve consensos e convergências quanto à terrível situação em Gaza, o mesmo não ocorreu na AMS78 quanto à **guerra da Ucrânia:** um conjunto de países apresentou proposta de resolução intitulada "*Emergência sanitária na Ucrânia e nos países que acolhem e acolhem refugiados, decorrente da agressão da Federação Russa*" (https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_ACONF3-en.pdf), respondida por "*Emendas propostas pela Bielorrússia, China, Nicarágua e Federação Russa*" https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_ACONF3Add1-en.pdf à resolução inicial. Rússia e Ucrânia trocaram 780 prisioneiros de guerra, mas ampliaram os bombardeios. Trump chegou a classificar como loucura de Putin os ataques dos últimos dias. As negociações, na prática, estão paralisadas.

Um conjunto de países apresentou durante a AMS78 proposta de resolução sobre "*Efeitos de uma guerra nuclear sobre a saúde pública*" *https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_ACONF1-en.pdf*

Lamentavelmente, nenhuma atenção formal foi concedida pela AMS78 aos *conflitos militares no continente africano*. Não quer dizer que a OMS, por outros canais, não tenha se ocupado do tema, a exemplo da última declaração sobre a guerra do Sudão, de 27 de maio, quando alertou sobre a crescente emergência de saúde no país, causada pela violência contínua, deslocamento em massa, sistemas de saúde em colapso e condições precárias dentro dos campos de refugiados https://news.un.org/en/story/2025/05/1163731.

Em Madri, dia 25 de maio, com a participação do Brasil, realizou-se reunião preparatória para a *Conferência sobre a Implementação da Solução de Dois Estados*, em julho próximo. Para o chanceler Mauro Vieria, representando o Brasil, "a Conferência terá a responsabilidade de mobilizar apoio ao direito do povo palestino à autodeterminação e à constituição de seu Estado, em um momento crítico para o Oriente Médio — e para o mundo. (...) Após seis décadas de ocupação ilegal, o colapso das negociações de paz e o sofrimento insuportável dos palestinos em Gaza, chega a um ponto de inflexão — no qual está em jogo tanto a ordem jurídica internacional quanto a nossa humanidade comum". E completou: "O Brasil há muito apoia a solução de dois Estados. (...) A Conferência também deve enfrentar a instrumentalização da ajuda humanitária como arma de guerra. (...) O Brasil não será cúmplice de manobras que usem alimentos para deslocar forçadamente os palestinos. Privar civis de alimentos, remédios e água não é uma estratégia militar — é crime de guerra e crime contra a humanidade."

====*====

Saúde global e diplomacia da saúde: Temas e territórios

Alcázar, no seu inspirado artigo "*Fotografia em preto e branco do direito ao desenvolvimento",* apresenta ao leitor uma visão realista das possibilidades de um *financiamento adequado e indispensável do desenvolvimento*, cotejando as expectativas da IV Conferência sobre o tema, em Sevilha, com as anteriores, de Monterey, Doha e Addis Abeba. A seguir tece preciosos e sensíveis comentários sobre o *direito ao desenvolvimento* e visões de personalidades como o Papa Francisco, Mujica e Sebastião Salgado.

Galvão, Buss, Reges e Bermudez trazem informações e comentários sobre a **78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS)** (Genebra, 19-27/05/2025). Ela focou em desafios globais de saúde, aprovando um histórico *Acordo sobre Pandemias* para garantir uma resposta

equitativa a futuras crises, incluindo o acesso justo a produtos de saúde, financiamento coordenado e fortalecimento das capacidades nacionais. Emendas ao *Regulamento Sanitário Internacional (RSI)* também foram aprovadas. A AMS também discutiu *saúde e mudanças climáticas* (com proposta brasileira para adaptação), *financiamento da OMS* (buscando sustentabilidade), e o fortalecimento da *Cobertura Universal de Saúde (CUS).* Outros tópicos abordados incluíram resistência antimicrobiana, doenças não transmissíveis, saúde mental, nutrição, e a qualidade de produtos médicos. Paralelamente, a *Fiocruz* celebrou seus 125 anos, sendo reconhecida internacionalmente por sua liderança em pesquisa e saúde pública, com destaque para a parceria com o CDC África e seu papel no multilateralismo. Diversos *eventos paralelos* complementaram a agenda, cobrindo temas como saúde digital e medicina tradicional, reforçando o compromisso global com a colaboração e a equidade na saúde. A China anunciou na terça-feira (21/05) a doação de US$ 500 milhões à Organização Mundial da Saúde (OMS), em um gesto calculado para reforçar sua presença na governança global e preencher o vazio deixado pelos Estados Unidos, que se retiraram do organismo sob ordem do presidente Donald Trump.

O *Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde* do *dia 4 de junho próximo* versará precisamente sobre a *Agenda da Saúde Global 2025*, abordando todos os aspectos relevantes da *78ª. Assembleia Mundial da Saúde* (veja nota ao final desta apresentação).

De Negri Filho e Gaspar começam a explorar neste informe os documentos que irão compor os objetos de debate da **59ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU,** a qual se realizará em *Genebra*, de *16 de junho a 11 de julho de 2025.* O *primeiro documento* apresentado e comentado tem fins informativos é a transcrição em versão portuguesa da *agenda proposta e suas anotações gerais*, o que permite ter uma *visão panorâmica dos temas a tratar e o ambiente organizacional do Conselho* em sua futura Sessão. O *segundo documento,* apresentado na forma de resenha, o A/HRC/59/29, é um *relatório abrangente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos* que trata do *acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde no contexto do direito de todos ao mais alto padrão possível de saúde física e mental*, e que contém uma análise das boas práticas e dos principais desafios sistêmicos, incluindo novos desenvolvimentos, questões emergentes e desafios. Nos próximos informes, os autores seguirão examinando os documentos da 59ª Sessão, enfatizando sempre os relatórios que têm interesse imediato para a saúde global e a diplomacia da saúde.

Na área de **ambiente e saúde**, ***Magalhães e Galvão*** analisam o *Plano de Ação de Saúde de Belém,* elaborado pelo Ministério da Saúde, que foi apresentado no primeiro evento paralelo oficial da 78ª AMS: "*Advancing Health and Climate Discussions towards COP 30: A Dialogue with the Baku Continuity Coalition*". A presidência brasileira da 30ª Conferência das Partes (COP30) lançou a *terceira carta à comunidade internacional* enfocada nos preparativos para o 62º período de sessões do Órgão Subsidiário de Aconselhamento Científico e Tecnológico (SBSTA) e do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI).

Como ocorre todos os anos, na primeira quinzena de junho realiza-se a **Conferência Internacional do Trabalho**, promovida pela **Organização Internacional do Trabalho (OIT),** em Genebra, que neste ano de 2025 celebrará sua 113ª edição, agendada para o período de 2 a 13 de junho. Dela participam milhares de delegados de 187 países membros da OIT, sempre em delegações tripartites, isto é, com delegados que representam governos, trabalhadores e empregadores. O informe de ***René Mendes*** aborda traz uma antecipação da agenda desta 113ª edição da Conferência, destacando os principais temas técnicos e políticos que serão debatidos.

Entre eles, destaque foi dado a cinco temas: (1) Proteção contra riscos biológicos no trabalho – segunda discussão sobre uma proposta de Convenção e Recomendação. (2) Trabalho decente na economia de plataforma – primeira discussão sobre a definição de normas. (3) Abordagens inovadoras para combater a informalidade e promover o trabalho formal – discussão geral; (4) Contribuição tripartite para a Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em 2025 – discussão sobre a contribuição da OIT; (5) Alterações à Convenção do Trabalho Marítimo – aprovação das emendas adotadas na quinta reunião do Comitê Tripartite Especial, em abril de 2025. Nos próximos números de Cadernos CRIS serão analisadas as principais decisões técnicas e políticas relativas a estes temas.

O Grupo de Trabalho de Migrações, Refúgio e Saúde Global, sob a liderança de ***Rafael França***, aborda o papel singular do papado na política internacional, ao combinar autoridade moral e diplomática, com presença institucional em mais de 180 países. Essa atuação transcende fronteiras estatais, influenciando decisões globais em temas como justiça social, saúde pública e migrações. O *Papa Francisco* consolidou essa postura, denunciando a "cultura da indiferença" e promovendo princípios como acolher, proteger, promover e integrar **migrantes e refugiados**. Sua atuação simbólica e pastoral — como nas visitas a Lampedusa, Lesbos e à fronteira México-EUA — destacou a dimensão ética da mobilidade humana e confrontou políticas excludentes, inclusive em relação ao apoio de Estados a ações consideradas desumanas, como no caso da crise em Gaza. Seu sucessor, o *Papa Leão XIV*, reforça esse legado, com trajetória pessoal marcada pela defesa de marginalizados, prometendo continuar a denunciar injustiças e promover respostas humanitárias. Sua liderança será crucial para contrabalançar a retórica anti-imigração crescente em países como Estados Unidos, Argentina, Portugal e Itália, reafirmando a centralidade da dignidade humana na governança global.

Neste fascículo, ***Massari, Santos e Gomes*** apresentam o artigo sobre **saúde do adolescente** (*A Call to Action: The Second Lancet Commission on Adolescent Health and Wellbeing)***,** publicado em maio de 2025, no âmbito da *Comissão Lancet sobre Saúde do Adolescente*, que apresenta uma análise abrangente da saúde e bem-estar dos adolescentes no contexto global. A Comissão destaca avanços desde 2016, como a redução do uso de substâncias e o aumento da educação, mas também aponta desafios emergentes, como o aumento da obesidade, problemas de saúde mental e riscos associados ao HIV. A Comissão enfatiza a necessidade urgente de investimentos em saúde, educação e políticas públicas intersetoriais para promover o desenvolvimento integral dos jovens. A participação ativa dos adolescentes na formulação de políticas e a utilização de tecnologias digitais são vistas como essenciais para enfrentar os desafios contemporâneos. Além disso, a comissão propõe ações intersetoriais e a participação ativa dos adolescentes na construção de soluções para os problemas que afetam essa faixa etária. Ao final, um breve informe com atualizações da dramática situação das crianças em Gaza.

No seu informe sobre **segurança alimentar e nutricional, *Nilson e Oliveira*** analisam um recente documento de especialistas publicado pela **FAO** sobre *o futuro da alimentação no mundo*. São enumeradas muitas soluções potenciais para a produção de alimentos; mas, apesar de representar um exercício útil, não trata do grande problema: a necessidade de transformar os sistemas alimentares e não de amenizar ou compensar paliativamente os efeitos dos sistemas hegemônicos.

O *Programa Internacional de Geociências* da **UNESCO** (IGCP) promove a cooperação científica global nas geociências, com foco em sustentabilidade, prevenção de riscos naturais e valorização do patrimônio geológico. Desde os anos 1970, o Brasil participa ativamente,

destacando-se com seus Geoparques e projetos como o GEOfood. A atuação brasileira une ciência, educação e desenvolvimento regional. O IGCP fortalece redes de conhecimento e capacita jovens pesquisadores, especialmente em países em desenvolvimento. É uma iniciativa estratégica para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, segundo ***Gaspar, Sanglard, Barros e Rodrigues*** no seu informe sobre a organização.

Cazumbá informa que o **Banco Mundial** participou do evento que lançou o *Relatório Global sobre Crises Alimentares 2025.* A instituição financeira exaltou a importância do relatório, porém mostrou preocupação com os dados, que divulgaram o aumento da fome pelo sexto ano seguido. O BM aproveitou a oportunidade e apresentou o portfólio de projetos para combater a insegurança alimentar.

Tavares traz informações sobre o **Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB)** - já apresentado em Informe anterior sobre Bancos Regionais de Desenvolvimento em âmbito mundial - enfocando nos seus projetos em *Saúde e seus Determinantes Sociais*. Em vários documentos, aqui apresentados, o IsDB enfatiza a Saúde como setor prioritário no apoio financeiro e técnico promovido pelo Banco. Seu objetivo central é o desenvolvimento econômico e social dos seus 57 países membros, todos Estados participantes da *Organização de Cooperação Islâmica.* Além da Saúde, o Banco concentra sua atuação nas áreas de Infraestrutura, Educação, Ajuda Humanitária e na área transversal de Mulheres e Meninas. Aqui foram descritos projetos financiados, nos anos de 2024 e 2025, na área de Saúde e em áreas correlatas como Água Potável, Saneamento, Nutrição Infantil e Segurança Alimentar. Foi também apresentado documento de 2025 que explicita compromisso do IsDB com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com projetos em 8 países-membros nas áreas de saúde, segurança alimentar, educação, transporte, saneamento e desenvolvimento urbano. Por fim, no âmbito regional destaca-se o *acordo de cooperação do IsDB com o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB),* firmado agora em maio de 2025, para o cofinanciamento de operações conjuntas em seus países-membros comuns até 2030.

O informe de ***Chamas e Cesário*** analisa o último **Relatório de Panorama de Patentes da OMPI**, que fornece uma análise abrangente do panorama global de patentes em tecnologias de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO), com foco em Predição, Detecção e Proteção. Revela um campo dinâmico impulsionado por avanços tecnológicos, requisitos regulatórios e crescente conscientização sobre os perigos no local de trabalho. O estudo identifica aproximadamente 452.000 invenções (famílias de patentes) em SSO nos últimos 20 anos. As tecnologias de Predição, embora representem uma parcela menor (3%), apresentam a maior taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 26,4% (2018-2023). As tecnologias de Detecção respondem por 35% do conjunto de dados, impulsionadas por IoT, IA e wearables, enquanto as tecnologias de Proteção formam a maior parcela (62%), abrangendo inovações em EPI e design ergonômico. A China domina nos registros de patentes domésticas, enquanto os Estados Unidos e países europeus focam em estratégias de patenteamento internacionalizadas. A tendência geral indica uma mudança em direção a soluções orientadas por IA e centradas em dados para aumentar a segurança no local de trabalho globalmente. Na 8ª sessão do Grupo Intergovernamental de Peritos em Comércio Eletrônico e Economia Digital, a Secretária-Geral da **UNCTAD**, Rebeca Grynspan, enfatizou a necessidade crítica de alinhar a digitalização com o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Ela destacou que, embora as tecnologias digitais ofereçam oportunidades significativas de progresso, elas também apresentam riscos de agravar as desigualdades e os desafios ambientais. A reunião do **Conselho Geral da OMC** contou com discurso da Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala, que destacou a necessidade urgente de os

membros da OMC apresentarem resultados na próxima 14ª Conferência Ministerial, particularmente na reforma do mecanismo de solução de controvérsias.

Entre os dias 7 e 21 de maio de 2025, 39 das **62 Organizações da Sociedade Civil (OSC)** monitoradas publicaram manifestações relevantes. As **OSC de interesse público** concentraram-se em denúncias de violações ao Direito Humanitário Internacional, classificando o bloqueio israelense à ajuda humanitária em Gaza como estratégia de guerra; alertando para a desnutrição de 93% das crianças palestinas; registrando sua atuação em zonas de conflito; noticiando as consequências dos cortes de recursos para ajuda na Somália e em Mianmar. Ademais, MSF denunciou a crise migratória no México. Na Ucrânia, abril foi o mês mais letal para crianças. No campo ambiental, foram referidos programas escolares de adaptação climática na Mongólia e a ação "Menos Plástico, Mais Vida" no Brasil. Na WHA78, várias OSC denunciaram o enfraquecimento da OMS e celebraram a aprovação do Acordo Pandêmico. Além desses temas, houve manifestações sobre saúde sexual e reprodutiva, força de trabalho em saúde, descolonização da saúde global, doenças negligenciadas, Dia Mundial da Diversidade Cultural, entre outros. As **OSC de interesse privado**, por sua vez, abordaram temas ligados à inovação tecnológica, resiliência climática e governança global, informando sobre apoio à agricultura sustentável por meio de cooperativas femininas; projetos de transição energética nas Filipinas; avanços em vacinas contra HPV e tuberculose; riscos de nova pandemia (H5N1); abusos do monopólio farmacêutico; falta de controle sobre medicamentos falsificados. Notícia curiosa foi assinada por Bill Gates que anunciou o fim das atividades da Fundação Gates em 2045. Enquanto as OSC públicas atuam em zonas de crise e cobram justiça social, as privadas priorizam soluções técnicas e inovação. Este o conteúdo do informe do GT sobre Movimentos Sociais Globais liderados por ***Luis Eugenio de Souza*** e grupo do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA.

De Negri e De Negri Filho destacam, no **Panorama político-econômico global** a *crise da dívida*, tendo o *Sudão do Su*l como exemplo, com um tribunal britânico ordenando o pagamento de 657 milhões de dólares à Afreximbank, consumindo 47% da receita pública do país — agravando uma policrise de conflitos, fome e desastres climáticos. Os autores trazem ativistas da academia para criticar a arquitetura financeira global por perpetuar desigualdades coloniais e expor possíveis reformas, como a já proposta Convenção sobre Dívida. Na **saúde**, a *78ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA78)* é o assunto do momento, com a aprovação do *Acordo Pandêmico*. Porém, exibem as lacunas apontadas pela SCO no documento. Paralelamente, denunciam o genocídio em Gaza, onde a fome e a destruição de hospitais aprofundam a crise humanitária. Ambos os temas revelam a urgência de multilateralismo efetivo e justiça socioeconômica.

Segundo ***Ungerer, Kastrup, Ferreira e Monteiro,*** o destaque do **UNOSSC** foi a *22ª Sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul*, realizada entre 27 e 30 de maio, com o tema "*Acelerando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: a Cooperação Sul-Sul como Motor da Transformação*". O evento contou com cinco sessões paralelas que enfatizaram a inteligência artificial como ferramenta para o progresso socioeconômico e o avanço dos ODS.

A **cooperação do Brasil** evidenciou o *Projeto Floresta+ Amazônia*, iniciativa estratégica que articula equipes e lideranças comunitárias em oito estados da Amazônia Legal para conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Também foram celebrados os *45 anos da Cooperação Brasil-Moçambique* e destacados quatro projetos nas áreas de agricultura e alimentação escolar.

O **G-77 e a China** se manifestaram sobre *a Iniciativa ONU80*, que visa uma transformação profunda da Organização para melhorar sua eficiência operacional por meio da revisão detalhada de seu mandato, alinhando-o às prioridades globais atuais e futuras. O grupo alertou contra o desmonte de agências da ONU e enfatizou a preservação da expertise institucional e o fortalecimento das Comissões Regionais. Ressaltaram ainda a importância de que as reformas mantenham o caráter multilateral e inclusivo da organização, evitando medidas de austeridade que prejudiquem sua eficácia.

Na 78ª Assembleia Mundial da Saúde, o **Movimento dos Não-Alinhados** realizou a *reunião virtual de Ministros da Saúde*, na qual a Ministra Jane Aceng destacou a cooperação internacional para fortalecer sistemas de saúde, garantir acesso equitativo a vacinas e medicamentos, e enfrentar desafios globais, principalmente nos países em desenvolvimento. O **Movimento Jovem dos Não-Alinhados** destacou ainda o Dia da África.

O **Centro Sul** participou da reunião ministerial do MNA, organizou reunião paralela durante a Assembleia e apresentou artigos sobre políticas de saúde, debatendo a saída dos Estados Unidos da OMS e o Plano de Ação Global sobre Mudanças Climáticas e Saúde. O Centro Sul também discutiu temas como Educação, Aprendizagem e o Pacto Digital Global.

Os **BRICS** irão realizar a *2ª reunião da Rede BRICS de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde* dia 29 de maio. Na ocasião, os países apresentarão as boas práticas em seus sistemas de saúde que servirão como base para cooperação técnica. A *Argélia* foi oficialmente aceita como novo país-membro do *NBD*, ao mesmo tempo que a *Colômbia* se candidatou para ingressar no Banco, disposta a adquirir ações no valor de US$ 512,5 milhões. O presidente da Colômbia, Gustavo Petro já havia se juntado ao megaprojeto chinês da *Iniciativa Cinturão e Rota*. Como resultado da adesão à ICR, os EUA ameaçaram o país de usar sua influência no BID para bloquear empréstimos a projetos colombianos que envolvam investidores chineses**.** Os EUA ameaçam fazer o mesmo com outros países que aderirem à Rota da Seda. O Palácio Itamaraty, em Brasília, sediou em 9/5 a *Reunião Ministerial do BRICS sobre Gestão de Desastres*. Representantes dos onze países do grupo participaram do encontro para discutir estratégias voltadas à redução de riscos, ao fortalecimento da resiliência climática e à cooperação técnica internacional — em um contexto global cada vez mais afetado por eventos climáticos extremos. Na ocasião, foi apresentado o Plano de Trabalho para o período de 2025-2028. O documento estabelece metas e prioridades voltadas ao fortalecimento da cooperação internacional em gestão de desastres, com ênfase em prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro foi escolhido para sediar a *Cúpula de Líderes do BRICS* prevista para acontecer dias 6 e 7 de julho.

A quinzena do **G20** foi marcada pelo encontro entre os líderes da África do Sul e os Estados Unidos, a reunião inaugural do W20 e o encontro da Força Tarefa 1. Os autores destacam também o lançamento da Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, idealizada durante a presidência brasileira do G20 em 2024, durante a Assembleia Mundial da Saúde. No **G7, e**ntre 20 e 22 de maio, ministros da Fazenda e presidentes dos Bancos Centrais do bloco se reuniram no Canadá para discutir economia global, guerra na Ucrânia e inteligência artificial. O grupo firmou compromissos contra crimes financeiros, apoio à Parceria RISE e responsabilização da Rússia. Houve esforço por consenso, apesar das poucas menções ao multilateralismo. Há expectativas para um possível primeiro encontro entre Lula e Trump desde a posse do presidente estadunidense na cúpula de junho. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a promoção de três estudos que abordam temas relacionados à Saúde e a

divulgação de quatro atualizações de seus índices estatísticos sobre a economia global. São os conteúdos do ***GT do CRIS*** sobre os blocos dos países mais ricos do mundo.

O informe sobre **América Latina e Caribe,** preparado por ***Franco, Minayo e Tobar*** traz o panorama político e econômico recente da região, com especial foco no *cenário eleitoral*. Reproduz o discurso de posse realizado pelo novo secretário da **OEA,** assim como apresentam as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento: o **ORAS-CONHU** que participou da REMSAA e da Assembleia Mundial de Saúde; o **COMISCA** que discutiu os temas de Equidade e Igualdade em Saúde e sistemas alimentares; e o **SELA** que realizou fórum sobre gestão de risco a desastres.

O ***GT CRIS sobre África***, sob a liderança de ***Augusto Paulo Silva*** aborda o *II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural*, realizado em Brasília, de 20 a 22 de maio. O Diálogo reuniu delegações de países africanos, incluindo ministros da agricultura, representantes de organizações internacionais, bancos de desenvolvimento, instituições de pesquisa, organizações de agricultura familiar e entidades do setor privado. O Ministro Mauro Vieira destacou a importância da cooperação entre Brasil e África, mencionando a presença do Presidente Lula e da primeira-dama Janja Lula da Silva. Ele enfatizou os vínculos históricos e culturais entre Brasil e África, e a necessidade de enfrentar desafios comuns como fome, pobreza e desigualdade social. O Ministro também mencionou a expressiva participação de delegações africanas e a realização da COP 30, em Belém. A *Declaração Final* reafirma o compromisso de cooperação entre Brasil e África. O informe também repercute a visita oficial do Presidente de *Angola*, João Lourenço, ao Brasil. O comércio e a cooperação entre Brasil e Angola foram temas centrais dessa visita oficial. Por fim, o informe publicou a comunicação da *3ª Reunião Ministerial UE-AU*, realizada em 2025, avaliou a Visão Conjunta para 2030 para uma parceria renovada, preparando o terreno para a 7ª Cúpula UA-UE, que ocorrerá na África em 2025. A reunião foi copresidida pela Alta Representante da UE, Kaja Kallas, e pelo Ministro das Relações Externas de Angola, Téte António.

Sobre a **Europa,** ***Freire*** explica que as indústrias farmacêuticas ficaram de fora do tarifaço de Trump, mas não passaram imunes à sua duvidosa política comercial. O novo alvo são as farmacêuticas europeias, acusadas de práticas desleais de comércio, por praticarem preços inferiores ao dos EUA. Chama atenção a reação da Pharma, entidade representativa das farmacêuticas estadunidenses, que aproveitaram o ensejo para questionar as práticas de preço praticadas pelos próprios. No cenário político europeu, a extrema direita segue crescendo e achatando a centro esquerda.

Para ***Marques e Nogueira***, a crise em **Gaza** cresceu para níveis inimagináveis no último ano e meio. São dezoito meses de guerra desproporcional, de restrição a acesso a água, a alimentos, energia, medicamentos e outras ajudas para manutenção da vida humana. Quase 71 mil casos de desnutrição aguda entre crianças menores de cinco anos são esperados entre abril de 2025 e março de 2026 e quase 17 mil mulheres grávidas e lactantes precisarão de tratamento para desnutrição aguda, segundo o relatório do *IPC Acute Food Insecurity*. É a fome usada como arma de guerra. A situação indescritível finalmente começa a provocar reações práticas como sanções e suspenção de comércio por alguns países. E uma conferência na ONU sobre o estabelecimento do Estado Palestino, com o Brasil integrando um dos oito GTs convocados para o processo preparatório. Já são 143 países e territórios que reconhecem a Palestina como um Estado. No *Tabuleiro da Geopolítica*, a turnê de quatro dias de Trump pelo Oriente Médio, de um lado, mostrou as prioridades para a política externa Trump 2.0: ignorou Israel, mostrou estar mais próximo dos países fortes do Golfo e sinalizou para a China que vai retomar o espaço de

potência externa líder na região; de outro serviu para mostrar o poder brando das nações do Golfo que está remodelando a dinâmica da influência global. Os países do golfo mostraram suas capacidades de investir em tecnologias e inovação e de consumir as tecnologias de futuro. Mostraram independência e união. Mostraram capacidade política e diplomática para colocar na mesa de negociações questões como Gaza, Síria, Irã. Resta saber se o Trump 2.0 conseguiu reconstruir a confiança e recuperar o interesse dos países, que têm na China um grande parceiro econômico e diplomático.

Lobato reporta que O **Quarto Fórum de Ministros China-CELAC**, realizado em Pequim, marcou um novo momento de alinhamento entre a integração latino-americana e caribenha e a estratégia global chinesa, especialmente a *Iniciativa do Cinturão e Rota*. O presidente Lula destacou a importância das "sinergias" entre os planos nacionais brasileiros e a proposta chinesa, buscando convergências em áreas como transporte, saúde, indústria e energia. Um destaque foi o acordo para a produção de insulina pela Fiocruz, celebrado como um marco da soberania sanitária brasileira. As "sinergias sanitárias" firmadas incluem intercâmbio de informações de saúde com a agência Xinhua, transferência de tecnologia médica, reindustrialização farmacêutica e aplicação de IA e dados espaciais em saúde pública. Esses acordos se inserem no Plano de Sinergias Brasil-China, que articula ciência, tecnologia e inovação a favor da saúde, meio ambiente e desenvolvimento produtivo.

Sobre os **EUA,** nosso analisa ***Guto Galvão*** traz o relatório "*Make Our Children Healthy Again (MAHA)*", que é uma Ordem Executiva do presidente Donald Trump, publicada em 13/02/2025. Apresenta uma análise abrangente sobre a crise de saúde infantil nos Estados Unidos, destacando os fatores que contribuem para o aumento das doenças crônicas em crianças e propondo ações para reverter essa tendência. Contudo, o relatório gerou controvérsias ao contradizer consensos científicos em áreas como vacinação e uso de medicamentos.

O embaixador ***Adhemar Bahadian*** escreve sobre o panorama político "tão tempestuoso, tão irracional, tão abusivo que estamos a viver e temer nestes cem dias e poucos em que os Estados Unidos da América insiste em se fazer de alvorada do medo e do ódio. (...). Louca ou não, há método e enredo na **política de Trump**", conclui.

=====*=====

Fiocruz na saúde global

Participação na 78ª. Assembleia Mundial da Saúde (AMS 78)

O presidente da Fiocruz, **Mario Moreira**, e o Ministro da Saúde, **Alexandre Padilha**, marcaram presença nas homenagens à **Fiocruz** pelos seus *125 anos de criação*, por ocasião da *78ª Assembleia Mundial da Saúde*, em Genebra, dia 20 de maio último. O evento reuniu parceiros históricos da Fundação, e autoridades e atores relevantes da comunidade global da saúde. Além de participar das discussões e deliberações da ampla agenda da Assembleia, como parte da delegação brasileira, a Fiocruz participou de dezenas de eventos e reuniões bilaterais e multilaterais, incluindo encontros com Ministros da Saúde de BRICS e da

CPLP, que se realizaram à margem da AMS. Leia sobre o assunto, neste Caderno, o informe preparado pela Agência Fiocruz de Notícias (AFN).

Reunião da Rede de Educação de Técnicos em Saúde da CPLP (RETS-CPLP)

A *Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz)* convocou as instituições-membros da *Rede de Escolas Técnicas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RETS-CPLP)* para sua *5ª Reunião Ordinária*, que será realizada nos dias *2 e 3 de junho de 2025* na *Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL).* Na abertura do evento, será realizado o *seminário* "*Emergências climáticas e seus impactos à saúde global e aos sistemas nacionais de saúde*". Os objetivos centrais da reunião são: a aprovação de um novo plano de trabalho da RETS-CPLP para o período de 2025 a 2028 e a criação de um mecanismo de gestão que permita que a Rede cumpra, de fato, o papel definido para ela em todas as versões do PECS-CPLP.

Seminário CRIS no dia 04 de junho aborda os resultados da Assembleia Mundial da Saúde 2025

No dia 04 de junho, 4ª feira, de 10 às 13 horas, realiza-se o **Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS** sobre ***"Agenda da saúde global 2025",*** que vai examinar os principais temas tratados na *Assembleia Mundial da Saúde (AMS) 2025*, realizada em Genebra, de 19 a 27 de maio. A coordenação será do pesquisador sênior do CRIS, *Guto Galvão*, e contará, como painelistas, com a Chefe da Assessoria Internacional de Saúde (AISA) do Ministério da Saúde, *Ministra Marise Ribeiro Nogueira*; *prof. Deisy Ventura*, que discutirá o acordo pandêmico aprovado na AMS; *Sudhvir Singh*, da OMS, sobre o Relatório Mundial sobre Determinantes Sociais da Equidade na Saúde; e *Paula Reges*, pesquisadora do CRIS/Fiocruz e do INI/Fiocruz, sobre a agenda global.

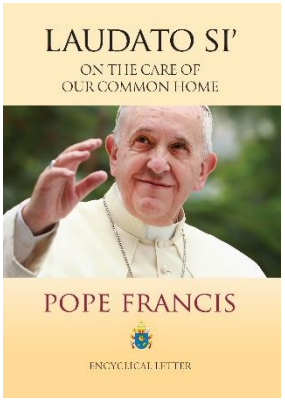
Artigo sobre José Roberto Ferreira, patrono do CRIS

A pesquisadora do CRIS, **Érica Kastrup** publicou artigo sobre a trajetória profissional de *José Roberto Ferreira* e sua contribuição para a construção de um modelo de cooperação internacional em saúde baseado na escuta ativa, no olhar atento às particularidades e no compromisso com o desenvolvimento sustentável dos sistemas de saúde de países menos desenvolvidos. Posteriormente denominado "*cooperação Sul-Sul estruturante em saúde*", esse modelo foi assumido pelo Brasil na primeira década dos anos 2000 como parte de uma política externa que valoriza a cooperação com o Sul Global, constituindo-se em referência para a cooperação internacional em saúde praticada pela Fiocruz e pelo Ministério da Saúde do Brasil. O trabalho é também uma homenagem a este grande sanitarista brasileiro, patrono dos nossos *Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde.* Acesso: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/RHf3ZpnTZjxwFd3Gkdsp7Rw/?lang=pt

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2024

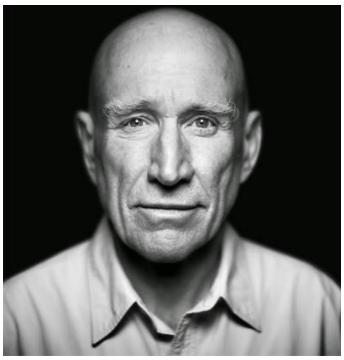
A coleção dos 114 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2024, com uma breve descrição e os endereços de acesso nas versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 600 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas de como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 5 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais.

Reverenciamos os 10 anos da *Laudato Si'*, encíclica do inesquecível Papa Francisco



A "*Laudato Si': Sobre o cuidado da casa comum"* foi uma grande marca no debate político ambiental mundial. Lançada em 2015 - no mesmo ano em que os chefes de Estado do mundo todo adotaram os compromissos com a *Agenda 2030*, por meio da A/RES/70/1 - tem o cunho religioso por veicular a mensagem sobre meio ambiente da Igreja Católica, além de reverenciar Francisco de Assis. Mas sua maior importância reside no compromisso do líder político Papa Francisco com o meio ambiente e na invocação que faz às lideranças governamentais e à comunidade global para assumirem visões e ações de preservação e reparações ambientais impostergáveis. Acesso ao PDF da versão da encíclica em português em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Artigo de Maria Clara Bingemer no JB online reproduzido neste Caderno. Acesso a seminário da PUC/Rio e outras instituições em: https://www.teo.puc-rio.br/eventos/informacao/11

Nossa homenagem ao grande fotógrafo e humanista brasileiro Sebastião Salgado



Apagaram-se os olhos que nos revelaram o mundo de forma apaixonada e contundente. Contador de estórias inesquecíveis apenas com luzes e sombras. **Sebastião Salgado** morreu. Seu corpo voltou à terra que tanto amou e respeitou. Sua forma de ver o mundo e suas gentes ficará para sempre registrada nas nossas retinas. Sem mais palavras para agradecê-lo. Ele as usava pouco. Preferia as extraordinárias imagens em preto-e-branco que penetravam pelos nossos olhos maravilhados e surpreendidos, transformando-nos para sempre. Grande fotógrafo e humanista brasileiro, inesquecível defensor das mais nobres causas de máxima importância para o Planeta, como as causas ambientais e das populações pobres, indígenas, negras, marginalizadas. Seu legado será eterno, em todas as dimensões. Obrigado, Sebastião Salgado, pela sua vida e arte militantes.

====*====

Seguimos aqui no CRIS e na Fiocruz com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Este Caderno é mais um tributo a estas posições. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 29 de maio de 2025

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar

Editor e editoras-associadas

Cadernos CRIS/Fiocruz

Fotografia em preto e branco do direito ao desenvolvimento

Santiago Alcázar

Em pouco mais de um mês, de 30 de junho a 3 de julho de 2025, realiza-se, em Sevilha, a **IV Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento**. A ocasião marcará 10 anos desde a III Conferência da Conferência, em Adis Abeba, que se produziu em paralelo à consecução da Agenda 2030 e os seus ODS.

Adis Abeba foi a culminação de mais de 20 anos de evolução do entendimento sobre desenvolvimento sustentável. É preciso sublinhar que os temas centrais do multilateralismo, entre os quais figuram desenvolvimento, direitos humanos, mudança de clima, não são absorvidos em toda a sua complexidade e riqueza em um instante, de uma vez por toda. Esses temas, como outros, reclamam a evolução do entendimento, do debate, do intercâmbio de pontos de vista e de ideias para serem compreendidos e aceitos.

Adis Abeba é importante porque traz na bagagem a experiência acumulada de consolidações cruciais sobre desenvolvimento, de que são exemplo: i) a Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento[1]; ii) a Declaração do Rio[2]; iii) a Declaração e Plano de Ação de Viena[3]; iv) a Declaração do Milênio[4]. Ademais, por ser a III Conferência, Adis Abeba é também o resultado das duas conferências anteriores sobre financiamento para o desenvolvimento – Doha, em 2008 e Monterrey, em 2002 – que tinham como objetivo principal erradicar a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável inclusivo e equitativo. Essa bagagem é rica e importante e deve ser considerada à luz do avanço do entendimento sobre desenvolvimento. Mas Adis Abeba também importante pelo que propõe: i) um novo quadro de referência para financiar o desenvolvimento sustentável, apoiado em utilização dos bancos públicos de desenvolvimento (como o BNDES no Brasil)[5]; ii) Estrutura Nacional Integrada de Financiamento (INFFs, nas siglas em inglês), com vistas a apoiar e direcionar os objetivos nacionais de desenvolvimento; iii) fortalecimento do comitê de peritos das Nações Unidas sobre cooperação em assuntos fiscais. A importância maior de Adis Abeba, no entanto, reside na criação de um mecanismo de apoio e de financiamento para a Agenda 2030 e os ODS, que seriam aprovados logo a seguir.

Monterrey, em particular, notava a redução drástica de recursos para alcançar os acordados objetivos de desenvolvimento, inclusive os da Declaração do Milênio. É importante notar que a Conferência de Financiamento de Doha fazia-se pouco depois da adoção da otimista Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública[6]. Durante a epidemia do HIV/AIDS, os países em desenvolvimento tiveram sérias dificuldades em fazer valer o argumento de que o Acordo TRIPS não deve prevenir os Estados de tomarem medidas de proteção da saúde pública.

---

[1] https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-right-development

[2] https://www-unorg.translate.goog/en/conferences/environment/rio1992?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc

[3] https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/vienna-declaration-and-programme-action

[4] https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/united-nations-millennium-declaration

[5] Existem no mundo mais de 500 bancos públicos de desenvolvimento

[6] https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_trips_e.htm

O pessimismo com TRIPS aumentou ainda mais durante a pandemia da Covid-19. Redução de recursos para o desenvolvimento e a adoção de instrumento internacional que não favorece os países em desenvolvimento são realidades que aparentemente não podem ser contornadas. A Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA, nas siglas em inglês) eram, e são, importantes fontes de financiamento para o desenvolvimento. Monterrey reitera o pedido aos países ricos que destinem 0,7% de seus respectivos PIBs à ODA. Como se sabe, apenas um punhado de pequenas economias ricas cumprem aquela meta.

Doha, a segunda Conferência, coincide com o derretimento da Bolsa de Valores de Wall Street, que concentra todas as atenções. Doha reconhece o impacto da crise financeira e da desaceleração global da economia sobre a capacidade dos países em desenvolvimento em aceder a recursos financeiros para o desenvolvimento. De maneira enfática, aponta que as respectivas metas dos países em desenvolvimento podem sofrer significativos retrocessos, frustrando expectativas e minando a confiança depositada no esforço coletivo.

É contra esse pano de fundo que irá realizar-se a Conferência em Sevilha. Como recorda o SG das Nações Unidas, Antônio Guterres: *Permanecem compromissos anunciados e não executados. Desafios cada vez maiores e mais difíceis tornam incerta a perspectiva de financiamento. Divisões geopolíticas põem em xeque a própria noção de coletividade. Peso da dívida e crescente custo de capital tornam difícil, se não impossível, o financiamento dos ODS. É preciso reformar o sistema financeiro internacional, ultrapassado, ineficaz e injusto, desde a arquitetura da dívida e das imposições fiscais, ao funcionamento dos bancos públicos de financiamento, às regras de comércio e de investimento, às redes globais de segurança e à governança global*[7].

Sevilha deverá focar-se, entre outros, na recuperação da integridade e da eficiência da ODA, com ênfase na erradicação da pobreza; no acesso simplificado às fontes de financiamento relativas à mudança de clima; no alinhamento cooperação internacional com modalidades de impacto para o desenvolvimento; na modernização da arquitetura da cooperação internacional para o desenvolvimento; na reorientação da ODA para os mais necessitados, procurando estimular outras fontes de financiamento; na adoção de abordagem multidimensional para a concessão de recursos para o desenvolvimento; na promoção e o fortalecimento dos países com vistas a fazê-los donos e líderes de seus próprios programas de desenvolvimento[8].

É interessante notar que entre os inputs para a elaboração do documento final que deverá resultar de Sevilha, a Comissão Econômica e Social para a Ásia e Pacífico apresentou 7 recomendações. A OIT 6, a UNCTAD 11 e o coletivo *Human Rights Case for a Reform of the Universal International Sovereign Debt Architecture* (OHCHR) 3. A OMS tem uma entrada relativa à cobertura universal em saúde[9].

Direito ao desenvolvimento

Como se pode observar, o *financiamento para o desenvolvimento* tem uma longa história. Ironicamente, a história é mais curta que a do ***direito ao desenvolvimento*** que remonta à própria Carta das Nações Unidas. Os objetivos e princípios da Carta, com efeito, reconhecem,

[7] https://financing.desa.un.org/ffd4
[8] https://financing.desa.un.org/sites/default/files/ffd4-documents/2025/Summary%20of%202025%20ECOSOC%20DCF_2025-04-23_AUV.pdf
[9] https://financing.desa.un.org/sites/default/files/ffd4-inputs/2025-02/Brief%20Series%20-%20WHO_Sustainable%20progress.pdf

por um lado, a necessidade da *cooperação internacional* para resolver os problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários e, por outro, o *desenvolvimento* como um processo econômico, social, cultural e político, que visa o melhoramento e o bem-estar de todos. O *Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, bem como o *Pacto sobre Direitos Civis e Políticos*, também reconhecem o *direito ao desenvolvimento*, assim como a Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a Declaração e Programa de Ação de Viena, a Declaração do Milênio e o Consenso de Monterrey, nome dado ao documento final da 1ª Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento. Resumindo, começou-se a falar em desenvolvimento há muito tempo, tomando o cuidado, no entanto, de não tratar de financiamento para o desenvolvimento. As ideias são assim, etéreas, fáceis ou difíceis de entender, mas enquanto permanecem abstratas nunca ameaçam a ordem estabelecida.

A radiografia da situação de Monterrey, Doha, Adis Abeba não é muito diferente do diagnóstico do SG Antônio Guterres. Para alcançar o desenvolvimento é preciso financiamento, claro, mas em uma escala tal que alteraria a ordem do mundo, tornando-o mais humano, mais fraterno, mais preocupado com o cuidado aos outros e ao meio ambiente.

Neste ano de 2025 perdemos a voz de *Francisco* que, como o *poverino* de Assis, via o mundo como a nossa casa comum, na qual tudo e todos estão ligados como por uma corrente. O que está acontecendo em nossa casa, é a pergunta que da partida à sua encíclica *Laudato Si'*. Trata-se de um diagnóstico do estado do mundo assolado pela mudança de clima, da poluição, da desertificação, da ameaça à biodiversidade – perdas todas que repetem como num contracanto as que nos acometem, a nós como seres humanos – perda da capacidade de olhar, de escutar, de empatia, de solidariedade.

A *Laudato Si'* não é somente um diagnóstico da situação. É também uma proposta de solução, como o Direito ao Desenvolvimento e a Agenda 2030. O estado de nossa casa comum não é resultado de fatalidade, mas de decisões, tendências, urgências – todas elas enraizadas na profundidade do humano. Nós somos os últimos responsáveis pelo estado do mundo. Políticas, economias, culturas nos trouxeram até aqui. Para sair, as mesmas políticas, economias e culturas terão de ser transformadas para garantir um mundo melhor, como proposto pela resolução da AGNU A/Res/70/1 *Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento*[10].

Permanecem compromissos anunciados e não executados. Desafios cada vez maiores e mais difíceis tornam incerta a perspectiva de financiamento...É preciso reformar o sistema financeiro internacional, ultrapassado, ineficaz e injusto...É preciso, desde sempre.

Por que as palavras de Francisco tocaram multidões, como uma vara mágica que transforma as coisas? Transformar o mundo pode soar ambicioso e, talvez, um pouco louco. *O pessimismo da inteligência não deve abalar o otimismo da vontade*, na versão original de Romain Rolland ou, como a lembrou Antonio Gramsci desde o cárcere, *o pessimismo da razão e o otimismo da vontade* poderiam servir, por um lado, para a introdução ao diagnóstico do estado do mundo e, por outro, às recomendações para as mudanças necessárias. Ninguém objetará ao diagnóstico pessimista assentado na razão. O problema é o otimismo das propostas de solução, aboletado na indolência da vontade. Alguns, como o Secretário Geral das Nações Unidas, fazem referência à falência moral, que durante a pandemia da Covid-19 fez milhões de vítimas. Como fazer para que o otimismo da vontade alcance momento para transformar o mundo?

[10] https://sdgs.un.org/2030agenda

Em sua última encíclica, *Dilexit nos*, Francisco deixou uma pista: *O coração teve pouco espaço na antropologia e é uma noção estranha ao grande pensamento filosófico. Preferiram-se outros conceitos, como a razão, a vontade ou a liberdade. O seu significado permanece impreciso e não lhe foi atribuído um lugar específico na vida humana. Talvez porque não fosse fácil colocá-lo entre as ideias "claras e distintas" ou porque o conhecimento de si mesmo supõe dificuldade: parece que a realidade mais íntima é também a mais afastada do nosso conhecimento.* Moral, ética talvez sejam isso que a encíclica chama coração. Em todo caso, o que se pode dizer que estado de nossa situação revela um mundo sem coração. Como a mudança de clima, a fome, a pobreza e as inequidades, somos nós os responsáveis.

José Pepe Mujica, o grande estadista uruguaio, que faleceu pouco depois de Francisco, tinha um coração do tamanho do mundo. Com a sua forma peculiar de ser, simples, com os pés na terra, sem mais ambições que a de fazer o bem, conquistou a admiração de legiões que compartilharam com ele o sonho da integração sul-americana. Mujica, que passou 13 anos preso sob o regime de exceção no Uruguai, foi o exemplo vivo da persistência da esperança e da pura ausência de mágoa. Com o seu jeito desimpedido dava a impressão que podia acionar o otimismo da vontade para lutar pelos direitos sociais. E foi o que fez.

Há alguns dias, também se foi *Sebastião Salgado*, o homem que fotografava a alma humana e registrava em preto e branco o grito da Terra, ferida de morte pelo mal que lhe fazemos com a nossa imensa irresponsabilidade. O seu legado obriga a olhar o grito e a escutar a imagem que tanto encerra que não cabe em nós. Talvez voltando a olhar e a escutar tenhamos os ingredientes necessários para transformar o mundo, com o otimismo da razão banhado na esperança da vontade.

Sevilha poderá ser uma oportunidade para mudanças importantes. A nós cabe manter a esperança de que os resultados serão positivos e darão asa à promessa do Direito Humano ao Desenvolvimento. A ação da sociedade civil nesse contexto poderá ser crucial.

Irmão Sol, irmã Lua, na profundidade de Francisco, iluminado pela simplicidade de Mujica, sob a lente de Sebastião Salgado, na imagem de um direito humano em preto e branco.

Agenda da Saúde Global 2025: A 78ª. Assembleia Mundial da Saúde

Guto Galvão
Paulo Buss
Paula Reges
Luana Bermudez

Resumo. A **78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS)**, em Genebra, focou em desafios globais de saúde, aprovando um histórico **Acordo sobre Pandemias** para garantir uma resposta equitativa a futuras crises. Paralelamente, a **Fiocruz** celebrou seus 125 anos, sendo reconhecida internacionalmente por sua liderança em pesquisa e saúde pública, com destaque para a parceria com o CDC África e seu papel no multilateralismo. O Acordo sobre Pandemias busca acesso justo a produtos de saúde, financiamento coordenado e fortalecimento das capacidades nacionais. Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI) também foram aprovadas. A AMS também discutiu **saúde e mudanças climáticas** (com proposta brasileira para adaptação), **financiamento da OMS** (buscando sustentabilidade), e o fortalecimento da **Cobertura Universal de Saúde (CUS)**. Outros tópicos abordados incluíram resistência antimicrobiana, doenças não transmissíveis, saúde mental, nutrição, e a qualidade de produtos médicos. Diversos **eventos paralelos** complementaram a agenda, cobrindo temas como saúde digital e medicina tradicional, reforçando o compromisso global com a colaboração e a equidade na saúde.

Palavras-Chave: 78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), Acordo sobre Pandemias, Fiocruz 125 anos, saúde global, multilateralismo, equidade em saúde, Regulamento Sanitário Internacional (RSI), mudanças climáticas, Cobertura Universal de Saúde (CUS), atenção primária à saúde.

Summary. *The **78th World Health Assembly (WHA)** in Geneva focused on global health challenges, approving a historic Agreement on Pandemics to ensure an equitable response to future crises. At the same time, Fiocruz celebrated its 125th anniversary, being internationally recognized for its leadership in research and public health, with emphasis on the partnership with the Africa CDC and its role in multilateralism. The Agreement on Pandemics seeks fair access to health commodities, coordinated financing, and strengthening national capacities. Amendments to the International Health Regulations (IHR) were also approved. The WHA also discussed health and climate change (with a Brazilian proposal for adaptation), WHO funding (seeking sustainability), and the strengthening of Universal Health Coverage (UHC). Other topics covered included antimicrobial resistance, non-communicable diseases, mental health, nutrition, and the quality of medical products. Several side events complemented the agenda, covering topics such as digital health and traditional medicine, reinforcing the global commitment to collaboration and equity in health.*

Key words: 78th World Health Assembly (WHA), Agreement on Pandemics, Fiocruz 125 years, global health, multilateralism, equity in health, International Health Regulations (IHR), climate change, Universal Health Coverage (UHC), primary health care.

A *78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS)*, realizada em Genebra, de 19 a 27 de maio de 2025, foi um encontro de grande envergadura, que congregou os ministros e autoridades de saúde de todo o mundo para abordar os desafios mais prementes da saúde global. Com o tema "*Um Mundo para a Saúde*", o evento foi marcado por uma série de discussões cruciais, com a aprovação de um histórico *Acordo sobre Pandemias* no centro das atenções, mas abrangendo uma vasta gama de tópicos essenciais para o bem-estar da humanidade.

O acesso às principais *decisões e resoluções* adotadas pelo colegiado mundial de ministros, assim como *documentos de informações e outros documentos,* encontra-se em: https://apps.who.int/gb/e/e_wha78.html. Por outro lado, para assistir todas as discussões completas, com áudio elegível em qualquer dos seis idiomas oficiais das Nações Unidas, acesse: https://www.who.int/about/governance/world-health-assembly/seventy-eighth

Antes de passar a comentários mais específicos sobre a agenda da saúde global deve-se registrar ausência da delegação dos Estados Unidos, coerente com o anúncio de retirada do país da OMS pelo atual governo. Durante a Assembleia, a Argentina fez saber que também se retirará da organização.

O Acordo sobre Pandemias: A resposta global à COVID-19

O ponto mais alto da 78ª Assembleia foi, sem dúvida, a adoção do *Acordo Pandêmico da OMS (WHO Pandemic Agreement)*, um instrumento jurídico internacional negociado por mais de três anos sob o Artigo 19 da Constituição da OMS. Esta aprovação consensual representou um marco histórico, sendo apenas o segundo tratado de sua natureza na história da organização; o primeiro foi a Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco.

A resolução WHA78.1 sobre o *Acordo Pandêmico da OMS,* aprovada na AMS, pode ser acessada em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_R1-en.pdf. A resolução e o Anexo com o Acordo, que a acompanha, é um documento de 35 páginas (na versão em inglês), com 15 itens (contendo subitens) na resolução; o Acordo tem 3 capítulos e 35 artigos correspondentes ao Acordo.

O cerne do acordo é a garantia de uma resposta mais equitativa e eficaz a futuras pandemias, buscando corrigir as profundas disparidades observadas durante a COVID-19. As principais disposições incluem:

- Acesso equitativo a produtos de saúde: O acordo visa assegurar que, em casos de pandemias, o acesso a vacinas, diagnósticos, tratamentos e equipamentos de proteção individual seja justo e universal. Uma proposta central é que os fabricantes de produtos pandêmicos reservem 20% de sua produção em tempo real para a OMS, a fim de serem distribuídos aos países de baixa e média renda.

- Soberania nacional e colaboração: A complexidade das negociações envolveu o equilíbrio entre a soberania dos Estados-membros e a necessidade de colaboração internacional. O texto final garante que "nada no Acordo da OMS sobre Pandemias deverá ser interpretado como autorização para que a Secretaria da Organização Mundial da Saúde (...) possa dirigir, ordenar, modificar ou prescrever, de qualquer forma, a legislação nacional e/ou interna". Esse aposto foi crucial para que se alcançasse o consenso entre as delegações.

- Mecanismo de financiamento coordenado: O acordo prevê o estabelecimento de um mecanismo de financiamento coordenado para apoiar o desenvolvimento, o

fortalecimento e a manutenção de capacidades essenciais em países em desenvolvimento para a prevenção, preparação e resposta a pandemias.

- Rede global de cadeia de suprimentos e logística: Será criada uma rede para "melhorar, facilitar e trabalhar para remover barreiras e garantir o acesso equitativo e oportuno" a produtos de saúde relacionados a pandemias.
- Fortalecimento das capacidades nacionais: O acordo enfatiza a necessidade de apoiar os países no aprimoramento de seus sistemas de vigilância, laboratórios e equipes de resposta rápida, além de promover a pesquisa e o desenvolvimento de contramedidas.

Emendas ao **Regulamento Sanitário Internacional (RSI)**: Além do Acordo, foram aprovadas emendas ao RSI (2005), que introduzem uma definição de "emergência pandêmica" para acionar uma colaboração internacional mais efetiva, além de fortalecer a cooperação e a equidade no acesso a produtos médicos e financiamento.

Saúde e mudanças climáticas: uma resposta conjunta[11]

A Assembleia Mundial da Saúde reconheceu a crise climática como um dos maiores desafios para a saúde pública global. O Brasil assumiu um papel de liderança, apresentando uma proposta para um *Plano de Ação de Belém para a Adaptação do Setor Saúde às Mudanças Climáticas*. Essa iniciativa será crucial para a COP30, que ocorrerá em Belém, em 2025, e busca:

- Preparação de sistemas de saúde: Desenvolver e fortalecer os sistemas de saúde para lidar com os impactos diretos e indiretos das mudanças climáticas, como ondas de calor, inundações, secas e a proliferação de doenças transmitidas por vetores.
- Atenção a populações vulneráveis: Priorizar a adaptação em regiões e comunidades mais suscetíveis aos efeitos das mudanças climáticas, especialmente as populações mais pobres e os países em desenvolvimento.
- Ação multilateral: O Brasil convocou os países a se unirem em um "mutirão global" para essa adaptação, reforçando a importância do multilateralismo e da colaboração.

Desafios e oportunidades de financiamento da OMS

O financiamento da saúde global e, em particular, da própria OMS, foi um tema de intensa discussão. A organização enfrenta um déficit orçamentário considerável, estimado em US$ 600 milhões, com previsão de cortes de 21% em seu orçamento nos próximos dois anos. Essa situação, em parte devido a cortes de financiamento de grandes doadores como os Estados Unidos, gera preocupações sobre a capacidade da OMS de cumprir sua missão.

- Impacto nos serviços: A falta de recursos pode levar à interrupção de programas essenciais e à redução de equipes, afetando milhões de pessoas, especialmente em países em desenvolvimento.
- Busca por sustentabilidade: A Assembleia buscou estratégias para fortalecer o financiamento sustentável da OMS, incluindo apelos a um aumento nas contribuições obrigatórias dos Estados-membros e a diversificação das fontes de receita.
- Rodada de investimento da OMS: Eventos de alto nível foram realizados para angariar fundos como parte da Rodada de Investimento da OMS, visando apoiar o *14º Programa*

[11] Ver: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_7Rev1-en.pdf

Geral de Trabalho (GPW 14), que contém a estratégia de saúde global da organização para 2025-2028.

Registre-se aqui que durante a Assembleia, em 21/05, a China anunciou a doação de USD 500 milhões à OMS, em um gesto calculado para reforçar sua presença na governança global e preencher o vazio deixado pelos Estados Unidos, que se retiraram do organismo por determinação do presidente Donald Trump.

Fortalecimento dos Sistemas de Saúde e Cobertura Universal de Saúde (CUS)

A Cobertura Universal de Saúde (CUS) permaneceu como uma prioridade fundamental. As discussões se concentraram em:

- Atenção Primária à Saúde (APS): O papel central da APS como base para sistemas de saúde resilientes e equitativos foi reiterado, com foco na sua integração com tecnologias digitais e na ampliação do acesso.
- Financiamento da saúde: A necessidade de fortalecer o financiamento da saúde em nível global e nacional para alcançar a CUS foi um tema recorrente, com discussões sobre estratégias de mobilização de recursos e otimização do uso dos fundos existentes.
- Participação social em saúde: O modelo brasileiro de participação social no SUS foi apresentado como exemplo da importância de incluir a perspectiva de gênero, raça e etnia nos mecanismos de participação para garantir a equidade e fortalecer a governança em saúde.

Outros temas abordados[12]

A agenda da 78ª Assembleia foi abrangente, incluindo uma série de outros temas cruciais para a saúde global:

- *Resistência Antimicrobiana (AMR)*: Discussões sobre a crescente ameaça da AMR e a necessidade de uma abordagem multissetorial para combater a disseminação de superbactérias.
- *Doenças Não Transmissíveis (DNTs) e Saúde Mental*: A integração da prevenção e tratamento de DNTs e condições de saúde mental na CUS foi enfatizada, incluindo o acesso a medicamentos essenciais, diagnósticos e cuidados paliativos. A obesidade foi destacada como uma pandemia que exige uma resposta global acelerada.
- *Força de Trabalho em Saúde*: A Assembleia abordou os desafios relacionados à força de trabalho em saúde, incluindo a escassez de profissionais, a distribuição desigual e a necessidade de investimento em educação e treinamento.
- *Nutrição*: Foram apresentadas resoluções sobre a extensão do Plano de Implementação Abrangente sobre Nutrição Materna, Infantil e de Crianças Pequenas, e sobre a comercialização digital de substitutos do leite materno. A fortificação de alimentos para combater deficiências de micronutrientes também foi debatida.

[12] Ver: https://apps.who.int/gb/e/e_wha78.html

- *Doenças Transmissíveis*: Continuaram as discussões sobre a eliminação de doenças como o sarampo e a poliomielite, além da prevenção e controle de outras doenças infecciosas.
- *Qualidade e Segurança de Produtos Médicos*: A questão de produtos médicos de qualidade inferior e falsificados, bem como a padronização da nomenclatura de dispositivos médicos, foram temas de discussão para garantir a segurança dos pacientes.
- *Saúde Materna, Infantil e do Adolescente*: Incluindo a decisão sobre o Dia Mundial da Prematuridade e a atenção contínua à saúde dessas populações.
- *Saúde Ocular, Renal e Dermatológica*: Discussões sobre o fortalecimento da atenção e dos serviços para estas condições específicas.
- *Exposição ao Chumbo*: Esforços globais para um futuro livre de chumbo, abordando os impactos na saúde.
- *Saúde e Conflitos*: A Assembleia também tocou em temas sensíveis como os efeitos de uma guerra nuclear na saúde pública e a politização da saúde em contextos de conflito.
- *Saúde na Agenda 2030*[13]*:* Informe do DG sobre o atraso no alcance das metas do ODS 3 e recomendações aos países

Informes de progressos

Diversas políticas definidas em anos anteriores continuam em vigor na agenda da saúde global. O Secretariado proporcionou à Assembleia "informes de progressos" em torno das políticas relacionadas abaixo, estabelecidas nas respectivas resoluções e ano em que foram estabelecidas. Para conhecer as respectivas avaliações acessar: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_34Rev1-en.pdf

A. Fortalecimento da capacidade diagnóstica (resolução WHA76.5 [2023])

B. [o assunto relevante deve ser considerado no âmbito do Pilar 3 como relatório "O"]

C. Cuidados integrados de emergência, críticos e cirúrgicos para cobertura universal de saúde e proteção contra emergências de saúde (resolução WHA76.2 [2023])

D. Estratégia global para prevenção e controle de infecções (resolução WHA75.13 [2022])

E. Fortalecimento da produção local de medicamentos e outras tecnologias em saúde para melhorar o acesso (resolução WHA74.6 [2021])

F. Erradicação da dracunculose (resolução WHA64.16 [2011])

G. Ação global sobre segurança do paciente (resolução WHA72.6 [2019] e decisão WHA74(13) [2021])

H. Aprimoramento da biossegurança laboratorial (resolução WHA58.29 [2005])

I. Erradicação da varíola: destruição da varíola Estoques de vírus (resolução WHA60.1 [2007])

[13] Ver: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_7Rev1-en.pdf

J. Estratégia global da OMS sobre saúde, meio ambiente e mudanças climáticas: a transformação necessária para melhorar vidas e bem-estar de forma sustentável por meio de ambientes saudáveis (decisão WHA74(24) [2021])

K. Plano de ação sobre mudanças climáticas e saúde em pequenos Estados insulares em desenvolvimento (decisão WHA72(10) [2019])

L. Ciências comportamentais para uma saúde melhor (resolução WHA76.7 [2023])

M. Acelerando a ação na prevenção global de afogamentos (resolução WHA76.18 [2023])

N. Plano de ação global da OMS para fortalecer o papel do sistema de saúde em uma resposta multissetorial nacional para combater a violência interpessoal, em particular contra mulheres e meninas, e contra crianças (resolução WHA69.5 (2016); e Acabar com a violência contra crianças por meio do fortalecimento dos sistemas de saúde e abordagens multissetoriais (resolução WHA74.17 [2021])

O. Ação global da OMS plano de promoção da saúde de refugiados e migrantes, 2019-2030 (resolução WHA76.14 [2023])

Fiocruz 125 Anos

Durante a 78ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) iniciou oficialmente as comemorações de seus **125 anos** com um evento internacional de grande relevância, realizado paralelamente à Assembleia da Organização Mundial da Saúde (OMS). A celebração, que ocorreu no dia 20 de maio, reuniu autoridades globais, parceiros históricos e representantes de instituições científicas de todo o mundo, visando destacar o papel estratégico da Fiocruz na saúde global.

O evento, que teve como tema **"Promovendo a equidade por meio da liderança científica"**, serviu como plataforma para reafirmar o compromisso da Fiocruz com a construção de sistemas de saúde mais resilientes, inclusivos e baseados na ciência. O evento foi promovido em parceria e com apoio financeiro da **Rede Pasteur, da UNITAID e da UN Foundation (Fundação das Nações Unidas).** Inúmeros outros parceiros estiveram presentes, atendendo ao chamado de sublinhar a importância das parcerias globais e do multilateralismo tomando como exemplo a Fiocruz que tanto tem feito para enfrentar os desafios de saúde em escala mundial.

Destaques da comemoração

- **Reconhecimento Internacional:** A Fiocruz foi amplamente homenageada por sua trajetória de 125 anos como um pilar da saúde pública no Brasil e como uma referência global em pesquisa, desenvolvimento tecnológico, produção de insumos para a saúde e formação de recursos humanos. O ministro da Saúde do Brasil, Alexandre Padilha, enfatizou que "A Fiocruz é um patrimônio nacional que o Brasil se orgulha de compartilhar com o mundo", destacando marcos históricos da instituição, como a descrição do ciclo da doença de Chagas, o diagnóstico do primeiro caso de HIV/Aids no Brasil e o desenvolvimento[1] de tecnologias inovadoras, como as vacinas de mRNA.
- **Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul:** Um dos pontos altos da celebração foi a assinatura de um **Memorando de Entendimento entre a Fiocruz e os Centros Africanos de Controle e Prevenção de Doenças (CDC África)**. Essa[2] parceria estratégica representa um marco importante na cooperação Sul-Sul e simboliza o compromisso da Fiocruz em fortalecer a saúde pública nos países da União Africana. Essa colaboração se alinha com

a recém-instituída Coalizão Global para Produção e Inovação Local e Regional, visando ampliar a capacidade de produção de insumos de saúde em regiões com maior necessidade.

- **Multilateralismo e Parcerias Estratégicas:** A celebração enfatizou o papel da Fiocruz em redes internacionais como a **Rede Pasteur, a UNITAID e a UN Foundation**. Essas parcerias são consideradas cruciais para o enfrentamento de crises sanitárias globais, como epidemias, pandemias e doenças negligenciadas, áreas em que a Fundação possui expertise reconhecida mundialmente. A presença da UN Foundation no evento reforça o alinhamento da Fiocruz com os objetivos das Nações Unidas para a saúde e o desenvolvimento sustentável.
- **Legado e Futuro:** O evento em Genebra não apenas celebrou o passado da Fiocruz, mas também projetou seu futuro, com um foco contínuo na ciência, na equidade e na inclusão. As discussões destacaram o legado da Fundação na identificação de riscos sanitários, prevenção de pandemias e fortalecimento de sistemas de saúde baseados em evidências. A abordagem colaborativa e o compromisso com a pesquisa e a inovação foram ressaltados como pilares para os próximos anos.

Também como parte da comemoração dos 125 anos da Fiocruz a revista científica *The Lance*t publicou um artigo intitulado "*Um pilar da saúde pública brasileira: Fiocruz aos 125 anos*". O artigo destaca a Fiocruz como uma instituição de notável importância para a saúde pública no Brasil e globalmente, em comemoração aos seus 125 anos de existência. Fundada em 1900, a Fiocruz tem sido fundamental para o avanço da compreensão das doenças infecciosas e para o desenvolvimento da saúde pública.

A publicação reconhece as contribuições significativas da Fiocruz ao longo de sua história, abordando seu pioneirismo na produção e inovação de vacinas, no controle de doenças e na vigilância epidemiológica, especialmente suas contribuições para populações vulneráveis. A Fiocruz é celebrada como um parceiro essencial para a saúde global, conforme também mencionado por autoridades internacionais durante a 78ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra.

Mais detalhes sobre o artigo e seu contexto na Fiocruz estão disponíveis em:

- Autoridades da Saúde Global celebram os 125 anos da Fiocruz durante 78ª AMS
- Diretor-geral da OMS recebe a Fiocruz em reunião durante a 78ª AMS
- The Lancet World Report - Um pilar da saúde pública brasileira: Fiocruz aos 125 anos

No discurso de abertura da 78ª AMS, o DG da OMS dr. Tedros Adhanom fez uma menção especial e destacada à Fundação Oswaldo Cruz.

Eventos paralelos

A 78ª Assembleia Mundial da Saúde foi um evento multifacetado que buscou responder aos desafios de saúde complexos e interconectados da atualidade, reafirmando o compromisso global com a colaboração, a equidade e a construção de sistemas de saúde mais resilientes e centrados nas pessoas.

Um dos processos mais ricos que se desenvolvem nas Assembleias Mundiais da Saúde todos os anos são os eventos paralelos. Apresentamos abaixo alguns dos que foram realizados neste ano, organizados por temas principais:

1. Saúde Universal e Sistemas de Saúde - Universal Health Coverage (UHC)

- *"Health without borders: Integrated primary healthcare for all"* Local: Civil Society Networking Space. Este evento analisou como os sistemas de saúde podem ser integrados para atender às necessidades de populações vulneráveis, promovendo cobertura universal.
- *"Advancing Universal Health Coverage in a Changing World: The Case for Gender-Responsive Health Systems"* Local: Centre de Confe5rence de Varembe. Teve foco em sistemas de saúde sensíveis ao gênero, essenciais para garantir equidade e inclusão.
- *"Towards Universal Health Coverage: The Centrality of Public Financing of Health at Times of Crisis"* Local: Palais des Nations. Abordou os desafios do financiamento público em tempos de crise, destacando a importância de estratégias sustentáveis.

2. Doenças Não Transmissíveis (NCDs) - Prevenção e Tratamento

- *"Cardiovascular-kidney-metabolic diseases early diagnosis and treatment forum"* Local: Intercontinental Hotel. Este fórum destacou a importância do diagnóstico precoce e intervenções para doenças crônicas.
- *"Transforming the narrative: Chronic respiratory diseases in the HLM4"* Local: Hilton Geneva Hotel & Conference Centre. Analisou as doenças respiratórias crônicas e sua inclusão nas discussões globais de saúde.
- *"Leveraging Innovation for NCD Care: Policy, Systems, and Lessons from Oncology Leaders"* Local: Novotel Geneva Centre. Explorou como inovações em oncologia podem ser aplicadas para melhorar o cuidado de NCDs.

3. Saúde Mental - Promoção e políticas

- *"Mental Health for All: Global Action and Collaboration"* Local: Four Seasons Hotel des Bergues Geneva. Evento crucial para discutir ações globais e colaboração em saúde mental.
- *"Progress towards parity: Championing mental health within the global NCD debate"* Local: Intercontinental Hotel. Destacou a integração da saúde mental nas discussões sobre doenças não transmissíveis.

4. Saúde Global e Pandemias - Preparação e resiliência

- *"The New Face of Pandemic Preparedness"* Local: Intercontinental Geneve Hotel. Analisou as novas abordagens de preparação às pandemias.
- *"Building resilience: Local and regional approaches to pandemic preparedness and health security"* Local: Permanent Mission of France. Discutiu as estratégias locais e regionais para fortalecer a segurança em saúde.

5. Saúde Infantil e Materna - Cuidados e inovação

- *"Scaling up Midwifery Models of Care to Accelerate Maternal and Newborn Health"* Local: Intercontinental Hotel. Promoveu modelos de cuidado para melhorar a saúde materna e neonatal.
- *"Addressing pediatric non-communicable diseases: Building systems-based approaches in nutrition"* Local: Hotel President Wilson. Explorou abordagens sistêmicas para melhorar a nutrição infantil.

6. Saúde Ambiental e Mudanças Climáticas - Impactos e soluções

- Evento sobre COP30: *"Advancing Health and Climate Discussions Towards COP30: A Dialogue with the Baku Continuity Coalition"* Local: Palais des Nations. Este evento promovido pelo Brasil analisou as ações precedentes e atuais sobre saúde e mudanças climáticas como preparativo das discussões para a COP30.
- *"Pathways for action on clean air, climate and health"* Local: Restaurant Vieux Bois. Discutiu ações para melhorar a qualidade do ar e mitigar os impactos climáticos na saúde.
- *"Adapting to climate change to end infectious diseases"* Local: Palais des Nations. Analisou como a adaptação climática pode ajudar a combater doenças infecciosas.

7. Medicamentos e Inovação - Acesso e transparência

- *"Workplan for WHO and member states to improve the Transparency of the Value Chain for Biomedical Products" Local*: International Museum of the Red Cross. Tratou da questão de maior transparência na cadeia de valor de produtos biomédicos.
- *"Navigating evolving contexts: From local production to equitable access"* Explorou estratégias para melhorar o acesso equitativo a medicamentos.

8. Saúde Tradicional - Integração e estratégias

- *"Traditional Medicine: From Traditional Heritage to Frontier Science"* Local: Palais des Nations. O papel da medicina tradicional na saúde global.
- *"Improving UHC through the implementation of WHO Traditional Medicine Strategy 2025-2034"* Local: International Conference Centre. Explorou como integrar a medicina tradicional na cobertura universal de saúde.

9. Saúde Digital - Tecnologia e governança

- *"Overcoming Barriers to Digital Health: Protecting Human Rights and Preventing Online Harm"* Local: Impact Hub. Este evento abordou os desafios da saúde digital, incluindo proteção de direitos humanos e mitigação de danos online.
- *"Developing a Digital Health Investment Taxonomy: More Transparent and Accountable Funding to Support UHC"* Local: Campus Biotech. Explorou como criar uma taxonomia de investimentos em saúde digital para garantir financiamento mais transparente e responsável.

- *"Geneva Digital Health Day"* Local: Campus Biotech. Um dia dedicado à saúde digital, com foco em inovação e colaboração global.

10. Doenças Tropicais Negligenciadas (NTDs) - Avanços e desafios

- *"Neglected Tropical Diseases: Success Under Threat"* Local: Palais des Nations, Room VII. Discute os avanços na eliminação de NTDs e os desafios que ameaçam o progresso.
- *"Accelerating NTD Elimination through Country-Driven efforts and Cross-Border Collaboration"* Local: Geneva Press Club. Foco em esforços liderados por países e colaboração transfronteiriça para eliminar NTDs.

11. Saúde e Direitos Humanos - Equidade e inclusão

- *"Delivering UHC in an Era of Pushback Against Gender Equality & Human Rights"* Local: Varembe Conference Centre. Explorou como os sistemas de saúde podem resistir ao retrocesso contra igualdade de gênero e direitos humanos.
- *"Centering Human Rights to Address Alcohol Harm"* Local: Palais des Nations. Abordou o impacto do álcool na saúde e como os direitos humanos podem catalisar ações globais.

12. Saúde e Nutrição - Soluções e políticas

- *"From Vertical Nutrition Programs to Integrated Health Systems: Preventing Wasting Through UHC"* Local: Civil Society Networking Space. Discutiu como integrar programas de nutrição em sistemas de saúde universais para prevenir desnutrição.
- *"Malnutrition, the road to 2030: building on success, facing what's next"* Local: Campus Biotech. Explorou estratégias para enfrentar a desnutrição e alcançar os objetivos de 2030.

Comentários finais

A 78ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA78) continua oferecendo uma plataforma abrangente e única para discutir temas críticos de saúde global, desde cobertura universal até mudanças climáticas e saúde digital. O evento sobre COP30, *"Advancing Health and Climate Discussions Towards COP30"*, foi particularmente relevante pela proximidade da COP30 e por conectar saúde e sustentabilidade, destacando a necessidade de ações integradas para enfrentar os desafios climáticos e seus impactos na saúde pública.

Além disso, os eventos sobre saúde mental, doenças não transmissíveis e saúde infantil e materna refletem a importância de abordar questões específicas que afetam populações vulneráveis. A inclusão de temas como saúde digital e medicina tradicional demonstra o compromisso da WHA78 em explorar soluções inovadoras e inclusivas.

As graves consequências sobre as guerras em curso também foram examinadas pelos ministros da saúde do mundo, por meio dos informes divulgados e debatidos sobre Gaza, Ucrânia e conflitos

A preocupação sobre os determinantes sociais da saúde e a Agenda 2030 estão no horizonte dos ministros, como se verifica pela divulgação do Relatório Mundial sobre os

Determinantes Sociais da Equidade em Saúde e o documento de balanço sobre Saude na Agenda 2030.

Num momento de intensificação das dificuldades do multilateralismo, inclusive no âmbito da OMS, a Assembleia mostrou que a organização permanece dinâmica e disposta a continuar seu papel definido pela sua carta constitutiva que é servir à melhoria da saúde mundial por meio da cooperação entre seus Estados-membros.

Agenda da 59ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU e Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde

Armando De Negri Filho
Fabiane Gaspar

Neste informe começamos a explorar documentos que irão compor os objetos de debate da 59ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU a qual se realizará de 16 de junho a 11 de julho de 2025.

O documento primeiro a ser examinado para fins informativos é a transcrição em versão portuguesa da agenda proposta e suas anotações gerais, o que nos permita ter uma panorâmica dos temas a tratar e o ambiente organizacional do Conselho em sua futura Sessão.

O segundo documento apresentado na forma de resenha, o A/HRC/59/29, é um relatório abrangente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que trata do acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde no contexto do direito de todos ao mais alto padrão possível de saúde física e mental, e que contém uma análise das boas práticas e dos principais desafios sistêmicos, incluindo novos desenvolvimentos, questões emergentes e desafios.

Em nossos próximos informes seguiremos examinando os documentos da 59ª Sessão, enfatizando em primeiro lugar aqueles relatórios que têm interesse imediato para a saúde global e a diplomacia da saúde.

I. Agenda e anotações preliminares para a 59ª Sessão do CDH

Agenda

1. Questões organizacionais e processuais.
2. Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e relatórios do Escritório do Alto Comissariado e do Secretário-Geral.
3. Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento.
4. Situações de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho.
5. Órgãos e mecanismos de direitos humanos.
6. Revisão periódica universal.
7. Situação dos direitos humanos na Palestina e em outros territórios árabes ocupados.
8. Acompanhamento e implementação da Declaração e do Programa de Ação de Viena.
9. Racismo, discriminação racial, xenofobia e formas correlatas de intolerância: acompanhamento e implementação da Declaração e do Programa de Ação de Durban. Assistência técnica e capacitação.

Anotações

1. Questões organizacionais e processuais

Data e local da sessão: o Conselho de Direitos Humanos realizará sua quinquagésima nona sessão de 16 de junho a 11 de julho de 2025 no Escritório das Nações Unidas em Genebra.

De acordo com a regra 8 (b) do regulamento interno do Conselho de Direitos Humanos, conforme contido na seção VII do anexo à resolução 5/1 do Conselho, a reunião organizacional da quinquagésima nona sessão será realizada em 2 de junho de 2025.

Composição do Conselho de Direitos Humanos

A composição do Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima nona sessão é a seguinte: Albânia (2026); Argélia (2025); Bangladesh (2025); Bélgica (2025); Benin (2027); Bolívia (Estado Plurinacional de) (2027); Brasil (2026); Bulgária (2026); Burundi (2026); Chile (2025); China (2026); Colômbia (2027); Costa Rica (2025); Costa do Marfim (2026); Cuba (2026); Chipre (2027); República Tcheca (2027); República Democrática do Congo (2027); República Dominicana (2026); Etiópia (2027); França (2026); Gâmbia (2027); Geórgia (2025); Alemanha (2025); Gana (2026); Islândia (2027); Indonésia (2026); Japão (2026); Quênia (2027); Kuwait (2026); Quirguistão (2025); Malawi (2026); Maldivas (2025); Ilhas Marshall (2027); México (2027); Marrocos (2025); Países Baixos (Reino do) (2026); Macedônia do Norte (2027); Catar (2027); República da Coreia (2027); Romênia (2025); África do Sul (2025); Espanha (2027); Sudão (2025); Suíça (2027); Tailândia (2027); e Vietnã (2025). A data em parênteses indica o término do mandato.

Mesa do Conselho de Direitos Humanos

Na sessão organizacional do décimo nono ciclo do Conselho de Direitos Humanos, realizada em 9 de dezembro de 2024, e em sua reunião organizacional realizada em 31 de janeiro de 2025, o Conselho elegeu os seguintes membros da Mesa para seu décimo nono ciclo, que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025:

Presidente Jürg Lauber (Suíça), Vice-Presidentes Tareq Md. Ariful Islam (Bangladesh), Razvan Rusu (Roménia), Claudia Fuentes Julio (Chile) Vice-Presidente e relator Paul Empole Losoko Efambe (República Democrática do Congo).

Seleção e nomeação dos titulares de mandatos: Em conformidade com o ponto 47 do anexo da Resolução 5/1 do Conselho dos Direitos Humanos, o ponto 22 do anexo da Resolução 16/21 do Conselho e os requisitos estabelecidos na Decisão 6/102 do Conselho e na declaração do Presidente OS/14/2, o Grupo Consultivo, composto por Burak Akçapar (Turquia), Burim Bilali (Macedônia do Norte), José Francisco Calí Tzay (Guatemala), Pacharo Kayira (Malawi) e Si-jin Song (República da Coreia), está mandatado para propor ao Presidente do Conselho uma lista de candidatos para as seguintes vagas: (a) um membro do Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento (dos Estados da América Latina e do Caribe); e (b) um membro do Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária (dos Estados da Ásia-Pacífico). A última vaga, originalmente não programada, foi ocasionada pela renúncia do membro do Grupo de Trabalho dos Estados da Ásia-Pacífico. De acordo com o procedimento estipulado nos parágrafos 52 e 53 do anexo à resolução 5/1 do Conselho de Direitos Humanos, a nomeação dos titulares de mandatos de procedimentos especiais e mecanismos de especialistas será concluída após a aprovação subsequente pelo Conselho. Os titulares de mandato em questão serão nomeados antes do final da quinquagésima nona sessão.

Relatório sobre a sessão

No final de sua quinquagésima nona sessão, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si para adoção ad referendum um projeto de relatório contendo um resumo técnico dos trabalhos da sessão.

Informes a serem examinados

2. Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e relatórios do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas e do Secretário-Geral

Todos os relatórios do Secretário-Geral, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) são apresentados no item 2 da agenda, que permanece um item em aberto durante toda a sessão. O Conselho de Direitos Humanos considerará os relatórios de acordo com a agenda relevante. O calendário específico da sua introdução refletir-se-á no programa de trabalho. De acordo com a declaração do Presidente OS/18/1, nenhum debate geral será realizado na quinquagésima nona sessão do Conselho. Os relatórios e atualizações orais listados abaixo serão, portanto, considerados durante o debate geral relevante a ser realizado na sexagésima sessão, a menos que sejam obrigados a serem considerados no contexto de um diálogo interativo.

Situação dos direitos humanos no leste da República Democrática do Congo

Em sua resolução S-37/1, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que estabelecesse urgentemente uma missão de averiguação para investigar todas as supostas violações e abusos dos direitos humanos e violações do direito internacional humanitário cometidos nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul, no leste da República Democrática do Congo. Na mesma resolução, o Conselho solicitou à missão de averiguação que apresentasse uma atualização oral ao Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima nona sessão, a ser seguida por um diálogo interativo aprimorado. O Conselho ouvirá a actualização oral da missão de averiguação.

Situação dos direitos humanos no Sudão

Em sua resolução 57/2, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato da missão internacional independente de averiguação para o Sudão por um período de um ano e solicitou à missão de averiguação que fornecesse uma atualização oral sobre seu trabalho ao Conselho em sua quinquagésima nona sessão. O Conselho ouvirá a actualização oral da missão de averiguação.

Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

De acordo com a resolução 48/141 da Assembleia Geral e a decisão contida na declaração do Presidente OS/18/1, o Conselho de Direitos Humanos considerará o relatório anual do Alto Comissariado (A/HRC/59/20) no contexto de um diálogo interativo.

Eliminação da discriminação contra as mulheres

De acordo com a resolução 50/166 da Assembleia Geral, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si uma nota do Secretário-Geral sobre o relatório da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres) sobre as atividades do fundo fiduciário das Nações Unidas em apoio a ações para eliminar a violência contra as mulheres (A/HRC/59/21).

Situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irã

Em sua resolução 79/183, sobre a situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irã, a Assembleia Geral solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse um relatório provisório

sobre o progresso feito na implementação da resolução, incluindo opções e recomendações para melhorar sua implementação, ao Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima nona sessão. O Conselho terá diante de si o relatório provisório do Secretário-Geral (A/HRC/59/22).

Situação dos direitos humanos na Eritreia

Em sua resolução 56/17, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na Eritreia por mais um ano e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório ao Conselho em sua quinquagésima nona sessão. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Mohamed Abdelsalam Babiker (A/HRC/59/24), durante um diálogo interativo.

Situação dos direitos humanos no Afeganistão

Em sua resolução 57/3, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Afeganistão por um período de um ano e solicitou ao Relator Especial, com o apoio de outros titulares de mandatos de procedimentos especiais relevantes e órgãos de tratados e com temporários, conhecimentos específicos e relevantes a serem fornecidos pelo ACNUDH, para preparar um relatório sobre o acesso à justiça e proteção para mulheres e meninas e o impacto de formas múltiplas e interseccionais de discriminação sobre isso e apresentá-lo ao Conselho em sua quinquagésima nona sessão, a ser seguido por um diálogo interativo aprimorado. O Conselho examinará o relatório do titular do mandato, Richard Bennett (A/HRC/59/25).

Garantir o respeito ao direito internacional dos direitos humanos e ao direito internacional humanitário no Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e em Israel

Em sua resolução S-30/1, o Conselho de Direitos Humanos decidiu estabelecer uma comissão de inquérito internacional independente e permanente para investigar no Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e em Israel todas as supostas violações do direito internacional humanitário e todas as supostas violações e abusos de direito internacional dos direitos humanos que antecedeu e desde 13 de abril de 2021, e todas as causas profundas subjacentes de tensões recorrentes, instabilidade e prolongamento de conflitos, incluindo discriminação e repressão sistemáticas com base na identidade nacional, étnica, racial ou religiosa. Na mesma resolução, o Conselho solicitou à Comissão de Inquérito que apresentasse anualmente um relatório sobre as suas principais atividades. O Conselho analisará o relatório da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental e Israel (A/HRC/59/26) durante um diálogo interativo.

3. Promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento

De acordo com a declaração do Presidente OS/18/1, nenhum debate geral será realizado na quinquagésima nona sessão do Conselho de Direitos Humanos. Os relatórios e atualizações orais a seguir enumerados serão, por conseguinte, tidos em conta durante o debate geral pertinente a realizar na sexagésima sessão, a menos que sejam mandatados para serem considerados no contexto de um diálogo interativo.

Direitos econômicos, sociais e culturais

Direitos humanos à água potável e ao saneamento

Na sua resolução 57/13, o Conselho dos Direitos Humanos decidiu convocar, na sua quinquagésima nona sessão, um painel de discussão sobre a realização dos direitos humanos à água potável e ao saneamento, com especial enfoque na integração dos direitos humanos à água potável e ao saneamento na próxima Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2026, e decidiu igualmente que o debate seria plenamente acessível às pessoas com deficiência, nomeadamente através da disponibilização de modalidades híbridas (ver anexo).

Direito de todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental

Em sua resolução 50/13, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que apresentasse ao Conselho um relatório abrangente sobre os principais desafios relacionados à dimensão de direitos humanos do acesso a medicamentos e vacinas no contexto do direito de todos ao mais alto padrão possível de saúde física e mental. O Conselho terá diante de si o relatório global do ACNUDH (A/HRC/59/29). Este relatório está resenhado neste informe, como primeiro documento a ser lido e analisado para nossa compreensão sobre a 59ª Sessão.

Em sua resolução 51/21, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre o direito de todas as pessoas ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental por um período adicional de três anos e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual ao Conselho cobrindo todas as atividades relacionadas ao mandato. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Tlaleng Mofokeng (A/HRC/59/48 e A/HRC/59/48/Add.1), durante um diálogo interativo.

Direito à educação

Em sua resolução 53/7, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre o direito à educação por um período adicional de três anos e solicitou ao Relator Especial que continuasse a apresentar um relatório anual ao Conselho cobrindo todas as atividades relacionadas ao mandato. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Farida Shaheed (A/HRC/59/41 e A/HRC/59/41/Add.1), durante um diálogo interativo.

Pobreza extrema e direitos humanos

Em sua resolução 53/10, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar, por um período de três anos, o mandato do Relator Especial sobre pobreza extrema e direitos humanos e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual sobre a implementação da resolução ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Olivier De Schutter (A/HRC/59/51 e A/HRC/59/51/Add.1), durante um diálogo interativo.

Direitos civis e políticos

Direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação

Em sua resolução 50/17, o Conselho de Direitos Humanos decidiu renovar o mandato de Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação por um período de três anos e solicitou ao Relator Especial que continuasse a apresentar um relatório anual ao Conselho. O Conselho analisará o relatório da titular do mandato, Gina Romero (A/HRC/59/44), e o relatório do titular do mandato anterior, Clément Nyaletsossi Voule (A/HRC/59/44/Add.1), durante um diálogo interativo.

Liberdade de opinião e expressão

Em sua resolução 52/9, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão por um período de três anos e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual ao Conselho cobrindo todas as atividades relacionadas ao mandato.

O Conselho examinará os relatórios da titular do mandato, Irene Khan (A/HRC/59/50, A/HRC/59/50/Add.1 e A/HRC/59/50/Add.2), durante um diálogo interativo.

Independência de juízes e advogados

Em sua resolução 53/12, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a independência de juízes e advogados por um período de três anos. O Conselho considerará os relatórios da titular do mandato, Margaret Satterthwaite (A/HRC/59/52 e A/HRC/59/52/Add.1), durante um diálogo interativo.

Execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias

Em sua resolução 53/4, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias por três anos e solicitou ao Relator Especial que, no cumprimento do mandato, continue a examinar situações de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, em todas as circunstâncias e por qualquer motivo. e apresentar as conclusões ao Conselho anualmente, juntamente com conclusões e recomendações. O Conselho examinará os relatórios do titular do mandato, Morris Tidball-Binz (A/HRC/59/54 e A/HRC/59/54/Add.1), durante um diálogo interativo.

Registro de nascimento e o direito de todos ao reconhecimento em todos os lugares como pessoa perante a lei

Em sua resolução 52/25, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que preparasse um estudo abrangente sobre o uso de tecnologias digitais para alcançar o registro universal de nascimento, suas melhores práticas, desafios e oportunidades e possíveis mecanismos para fechar a lacuna entre o número de crianças cujos nascimentos são relatados como registrados e aquelas que realmente têm um nascimento certificado, e apresentar o relatório sobre o mesmo ao Conselho em sua quinquagésima oitava sessão. O relatório foi adiado para a quinquagésima nona sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário (A/HRC/59/61). Direitos dos povos e de grupos e indivíduos específicos.

Direitos das pessoas e de grupos e indivíduos específicos

Sistemas de apoio para garantir a inclusão comunitária de pessoas com deficiência

Em sua resolução 55/8, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que apresentasse um relatório oral ao Conselho, em sua quinquagésima nona sessão, sobre a implementação da Estratégia de Inclusão de Pessoas com Deficiência das Nações Unidas A/HRC/59/1 6 em seus programas e operações. O Conselho ouvirá o relatório oral do ACNUDH. Na mesma resolução, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Secretário-Geral que preparasse e apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima nona sessão, um estudo definindo os procedimentos administrativos e o orçamento necessários para tornar acessíveis todas as resoluções do Conselho, inclusive em linguagem de fácil compreensão. O Conselho terá diante de si uma nota do Secretariado sobre o relatório do Secretário-Geral (A/HRC/59/37).

Eliminação da discriminação contra mulheres e meninas

Em sua resolução 6/30, o Conselho de Direitos Humanos decidiu incorporar em seu programa de trabalho tempo suficiente e adequado, no mínimo uma reunião anual de um dia inteiro, para discutir os direitos humanos das mulheres, incluindo medidas que poderiam ser adotadas pelos Estados e outras partes interessadas para enfrentar as violações dos direitos humanos sofridas pelas mulheres.

Em sua resolução 58/15, o Conselho decidiu comemorar o Dia Internacional da Mulher na Diplomacia durante um painel na discussão anual de um dia inteiro sobre os direitos humanos das mulheres a ser realizada durante sua quinquagésima nona, sexagésima segunda e sexagésima quinta sessões, inclusive com discussões sobre a eliminação da discriminação e das barreiras estruturais que impedem a participação e representação das mulheres na tomada de decisões. O Conselho realizará um debate de um dia inteiro sobre o assunto, totalmente acessível às pessoas com deficiência, de acordo com sua resolução 53/27 (ver anexo). De acordo com sua resolução 53/27, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si o relatório resumido do ACNUDH sobre a discussão anual de um dia inteiro sobre os direitos humanos das mulheres realizada em sua quinquagésima sexta sessão (A/HRC/59/27). Em sua resolução 53/27, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima nona sessão, um relatório acessível em linguagem simples e formatos de fácil leitura, sobre a situação dos direitos humanos de mulheres e meninas em detenção de justiça criminal, incluindo informações sobre práticas e medidas para prevenir e combater a violência contra mulheres e meninas no contexto da detenção de justiça criminal, bem como boas práticas e desafios relacionados com políticas e programas de reabilitação e reintegração.

O Conselho terá diante de si o relatório do ACNUDH (A/HRC/59/31). Em sua resolução 50/18, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Grupo de Trabalho sobre discriminação contra mulheres e meninas por um período de três anos, nos mesmos termos previstos pelo Conselho em sua resolução 15/23, e solicitou ao Grupo de Trabalho que continuasse a considerar e integrar todo o seu trabalho, no cumprimento do seu mandato e examinar as formas específicas de discriminação enfrentadas pelas raparigas.

O Conselho considerará os relatórios do Grupo de Trabalho (A/HRC/59/45, A/HRC/59/45/Add.1 e A/HRC/59/45/Add.2) durante um diálogo interativo.

Em sua resolução 50/7, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Relator Especial sobre violência contra as mulheres, suas causas e consequências, por um período de três anos, sob o título de Relator Especial sobre violência contra mulheres e meninas, suas causas e consequências, nos mesmos termos previstos pelo Conselho em sua resolução 41/17, e, além disso, solicitar ao Relator Especial que examine as maneiras específicas pelas quais as meninas foram afetadas pela violência. O Conselho considerará os relatórios da titular do mandato, Reem Alsalem (A/HRC/59/47, A/HRC/59/47/Add.1 e A/HRC/59/47/Add.2), durante um diálogo interativo.

Direitos da criança

Em sua resolução 54/5, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que preparasse um relatório abrangente, em formato acessível, com recomendações específicas sobre como desenvolver uma educação acessível, inclusiva, equitativa e de qualidade para a paz e a tolerância para todas as crianças, especialmente as crianças em situações mais vulneráveis, de acordo com as disposições da resolução. e como incorporá-lo aos programas educacionais,

em consulta com todas as partes interessadas relevantes, e apresentar o relatório ao Conselho em sua quinquagésima nona sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do ACNUDH (A/HRC/59/33). Em sua resolução 55/29, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissário que preparasse um relatório sobre a integração dos direitos da criança nas Nações Unidas, inclusive sobre a implementação da Nota de Orientação do Secretário-Geral sobre a Integração dos Direitos da Criança, em consulta com todas as partes interessadas relevantes, inclusive por meio de consultas com as próprias crianças, e que apresentasse o relatório ao Conselho em sua quinta sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário (A/HRC/59/38).

Direitos humanos e povos indígenas

De acordo com sua resolução 54/12, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si o relatório resumido do ACNUDH sobre o painel anual de meio dia sobre os direitos dos povos indígenas realizado em sua quinquagésima sétima sessão (A/HRC/59/34). Em sua resolução 54/12, o Conselho de Direitos Humanos decidiu organizar duas reuniões intersessionais para permitir que Estados, agências, fundos e programas relevantes das Nações Unidas, organizações internacionais, Povos Indígenas das sete regiões socioculturais indígenas, instituições nacionais de direitos humanos e organizações da sociedade civil mantenham um diálogo sobre formas concretas de aumentar a participação dos Povos Indígenas no trabalho do Conselho.

Também nessa resolução, o Conselho decidiu que os cofacilitadores e o ACNUDH prepariam um relatório conjunto sobre as duas reuniões intersessionais, realizadas em 18 e 19 de julho e em 17 e 18 de outubro de 2024, a ser apresentado ao Conselho antes de sua quinquagésima nona sessão. O Conselho terá diante de si o relatório conjunto dos co-facilitadores e do ACNUDH (A/HRC/59/35).

Proteção contra violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero

Em sua resolução 50/10, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Especialista Independente sobre proteção contra violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero por um período de três anos e solicitou ao Especialista Independente que continuasse a relatar anualmente a implementação do mandato ao Conselho. O Conselho considerará os relatórios do titular do mandato, Graeme Reid (A/HRC/59/43, A/HRC/59/43/Add.1 e A/HRC/59/43/Add.2), durante um diálogo interativo.

Direitos humanos das pessoas deslocadas internamente

Em sua resolução 50/6, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre os direitos humanos das pessoas deslocadas internamente por um período de três anos e solicitou ao Relator Especial que continuasse a apresentar um relatório anual sobre a implementação do mandato ao Conselho. Fazer sugestões e recomendações sobre os direitos humanos das pessoas deslocadas internamente, inclusive sobre o impacto das medidas tomadas no nível interagências. O Conselho examinará os relatórios da titular do mandato, Paula Gaviria Betancur (A/HRC/59/46 e A/HRC/59/46/Add.1), durante um diálogo interativo.

Direitos humanos dos migrantes

Em sua resolução 52/20, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar, por um período de três anos, a partir do final de sua quinquagésima terceira sessão, o mandato do Relator Especial sobre os direitos humanos dos migrantes e solicitou ao Relator Especial que

informasse regularmente o Conselho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Gehad Madi (A/HRC/59/49, A/HRC/59/49/Add.1 e A/HRC/59/49/Add.2), durante um diálogo interativo.

Eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase (hanseníase) e seus familiares

Em sua resolução 53/8, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato da Relatora Especial sobre a eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares, sob o título de Relator Especial sobre a eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase (hanseníase) e seus familiares, por um período de três anos e solicitou à Relatora Especial que continuasse a apresentar um relatório anual ao Conselho. O Conselho examinará o relatório da titular do mandato, Beatriz Miranda Galarza (A/HRC/59/55), durante um diálogo interativo.

Tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças

Em sua resolução 53/9, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, por um período de três anos. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Siobhán Mullally (A/HRC/59/56, A/HRC/59/56/Add.1 e A/HRC/59/56/Add.2), durante um diálogo interativo.

Inter-relação de direitos humanos e questões temáticas de direitos humanos

Prevenção do genocídio

De acordo com sua resolução 55/13, o Conselho de Direitos Humanos manterá um diálogo interativo com a Conselheira Especial do Secretário-Geral para a Prevenção do Genocídio, Virginia Gamba, para discutir o progresso feito no desempenho de suas funções. Em sua resolução 49/9, o Conselho de Direitos Humanos decidiu convocar, antes de sua quinquagésima sexta sessão, uma reunião intersessional de um dia para marcar o septuagésimo quinto aniversário da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio e solicitou ao ACNUDH que preparasse um relatório resumido sobre a reunião intersessional e o apresentasse ao Conselho em sua quinquagésima nona sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do ACNUDH (A/HRC/59/28).

Promoção e proteção dos direitos humanos e implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Em sua resolução 52/14, o Conselho de Direitos Humanos decidiu organizar reuniões intersessionais para diálogo e cooperação sobre direitos humanos e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e solicitou que os presidentes das reuniões e o ACNUDH fossem responsáveis pela preparação de relatórios resumidos sobre as reuniões e por apresentá-los ao Conselho. A sétima reunião intersessional sobre o tema acima mencionado foi realizada em 11 de fevereiro de 2025. O Conselho terá diante de si o relatório do ACNUDH sobre o assunto (A/HRC/59/30).

Tecnologias digitais novas e emergentes e direitos humanos

Em sua resolução 53/29, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que continuasse a trabalhar na aplicação prática dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos às atividades das empresas de tecnologia, inclusive convocando uma consulta de especialistas, inclusive com Estados e empresas, incluindo empresas de tecnologia, sociedade

civil e academia, para discutir desafios, boas práticas e lições aprendidas na aplicação dos Princípios Orientadores às atividades das empresas de tecnologia, incluindo atividades relacionadas à inteligência artificial, e apresentar um relatório sobre isso ao Conselho em sua quinquagésima nona sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do ACNUDH (A/HRC/59/32).

Reforço da cooperação internacional no domínio dos direitos humanos

Na sua resolução 56/2, o Conselho dos Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissário que preparasse um novo relatório sobre o trabalho do ACNUDH na implementação e reforço da cooperação internacional no domínio dos direitos humanos, propondo também possíveis formas de enfrentar os desafios à promoção e proteção dos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, e apresentar o relatório ao Conselho em sua quinquagésima nona sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário (A/HRC/59/36).

Direitos humanos e a regulamentação da aquisição, posse e uso de armas de fogo por civis

Em sua resolução 56/9, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que preparasse um relatório sobre o impacto da aquisição, posse e uso de armas de fogo por civis e as causas subjacentes e os fatores de risco que impulsionam a violência relacionada a armas de fogo sobre o direito de participar da vida cultural e o direito de participar da condução dos assuntos públicos, particularmente para indivíduos em situações vulneráveis ou marginalizadas, e apresentar o relatório ao Conselho em sua quinquagésima nona sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário (A/HRC/59/39).

Direitos humanos e solidariedade internacional

Em sua resolução 53/5, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Especialista Independente em direitos humanos e solidariedade internacional por um período de três anos e solicitou ao Especialista Independente que informasse regularmente o Conselho. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Cecilia Bailliet (A/HRC/59/40, A/HRC/59/40/Add.1 e A/HRC/59/40/Add.2), durante um diálogo interativo.

Direitos humanos e mudanças climáticas

Em sua resolução 50/9, o Conselho de Direitos Humanos decidiu incorporar em seu programa anual de trabalho um painel de discussão para discutir diferentes temas específicos sobre os impactos adversos das mudanças climáticas nos direitos humanos, incluindo meios de implementação para a ação climática como um elemento integrado. Em sua resolução 56/8, o Conselho decidiu que o painel de discussão a ser realizado em sua quinquagésima nona sessão se concentraria em facilitar transições justas no contexto de abordar os impactos adversos da mudança climática na plena realização dos direitos humanos para todas as pessoas e os caminhos a seguir para enfrentar os desafios a serem enfrentados, bem como nas melhores práticas e lições aprendidas.

O Conselho realizará o painel de discussão sobre o assunto, totalmente acessível às pessoas com deficiência, de acordo com sua resolução 56/8 (ver anexo). Em sua resolução 57/31, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas, conforme estabelecido pelo Conselho em sua resolução 48/14, por um período de três anos e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual ao Conselho. O Conselho analisará os

relatórios da titular do mandato, Elisa Morgera (A/HRC/59/42 e A/HRC/59/42/Add.1), durante um diálogo interativo.

Empresas e direitos humanos

Em sua resolução 53/3, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas, conforme estabelecido pelo Conselho em sua resolução 17/4, por um período de três anos. O Conselho considerará os relatórios do Grupo de Trabalho (A/HRC/59/53 e A/HRC/59/53/Add.1) durante um diálogo interativo.

4. Situações de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho

Promoção e Proteção dos Direitos Humanos na Nicarágua

Em sua resolução 58/18, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que fortalecesse o monitoramento e o engajamento, inclusive por meio da preparação de relatórios abrangentes e sensíveis ao gênero, sobre a situação dos direitos humanos na Nicarágua, com base em relatórios anteriores do Alto Comissariado e nos relatórios e recomendações dos mecanismos do Conselho e dos órgãos de tratados, inclusive sobre justiça e devido processo legal para dissidentes políticos e grupos em situações vulneráveis, e apresentar uma atualização oral ao Conselho em sua quinquagésima nona sessão. O Conselho ouvirá a actualização oral do Alto Comissário.

Situação dos direitos humanos em Mianmar

Em sua resolução 55/20, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissário, com o apoio de especialistas especializados, que monitorasse e avaliasse a situação geral dos direitos humanos em Mianmar, mantendo o foco na responsabilização em relação às supostas violações do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, bem como do Estado de Direito, monitorar a implementação da resolução e das resoluções anteriores com o mesmo título, fazer recomendações sobre as medidas adicionais necessárias para enfrentar a crise atual e apresentar ao Conselho, em sua quinquagésima nona sessão, um relatório sobre o assunto.

Em sua resolução 58/20, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos em Mianmar por um novo período de um ano e solicitou ao Relator Especial que apresentasse, durante um diálogo interativo aprimorado, incluindo também a apresentação do relatório do Alto Comissário mandatado pelo Conselho em sua resolução 55/20, uma atualização oral ao Conselho em sua quinquagésima nona sessão. O Conselho ouvirá a atualização oral do titular do mandato, Thomas H. Andrews, e a apresentação de A/HRC/59/1 10 o relatório do Alto Comissário (A/HRC/59/57) durante um diálogo interativo aprimorado.

Situação dos direitos humanos na República Árabe Síria

Em sua resolução 58/25, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a República Árabe Síria por um período de um ano e solicitou à Comissão de Inquérito que atualizasse oralmente o Conselho em sua quinquagésima nona sessão. O Conselho ouvirá a actualização oral da Comissão de Inquérito.

Situação dos direitos humanos no Burundi

Em sua resolução 57/22, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Burundi por mais um ano e solicitou ao Relator Especial que apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima nona sessão, uma atualização oral sobre a situação dos direitos humanos no Burundi. O Conselho ouvirá a atualização oral do titular do mandato, Fortuné Gaetan Zongo, durante um diálogo interativo.

Situação dos direitos humanos na República Bolivariana da Venezuela

Em sua resolução 57/36, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que apresentasse um relatório abrangente sobre a situação dos direitos humanos na República Bolivariana da Venezuela, contendo uma avaliação detalhada da implementação das recomendações feitas em relatórios anteriores do Conselho, em sua quinquagésima nona sessão, a ser seguida por um diálogo interativo. O Conselho considerará o relatório do Alto Comissário (A/HRC/59/58) durante um diálogo interativo.

Situação dos direitos humanos na Bielorrússia

Em sua resolução 55/27, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na Bielorrússia por um período de um ano e solicitou ao Relator Especial que continuasse a monitorar os desenvolvimentos e fazer recomendações e apresentar um relatório sobre a situação dos direitos humanos na Bielorrússia ao Conselho em sua quinquagésima nona sessão. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Nils Muižnieks (A/HRC/59/59), durante um diálogo interativo.

5. Órgãos e mecanismos de direitos humanos

De acordo com a declaração do Presidente OS/18/1, nenhum debate geral será realizado na quinquagésima nona sessão do Conselho de Direitos Humanos. Os relatórios a seguir enumerados serão, por conseguinte, tidos em conta durante o debate geral pertinente a realizar na sexagésima sessão

Procedimentos especiais

O Conselho de Direitos Humanos terá diante de si o relatório de comunicações dos procedimentos especiais (A/HRC/59/3).

Fórum sobre Empresas e Direitos Humanos

De acordo com suas resoluções 17/4 e 53/3, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si o relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e corporações transnacionais e outras empresas sobre a décima terceira sessão do Fórum sobre Empresas e Direitos Humanos, realizado em formato híbrido de 25 a 27 de novembro de 2024 (A/HRC/59/60).

6. Revisão periódica universal

Em sua resolução 5/1, o Conselho de Direitos Humanos estabeleceu o mecanismo de revisão periódica universal, conforme contido na seção I do anexo a essa resolução. O Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal realizou sua quadragésima oitava sessão de 20 a 31 de janeiro de 2025. Na sua quinquagésima nona sessão, o Conselho analisará e adoptará os resultados finais das revisões da Itália (A/HRC/59/4), El Salvador (A/HRC/59/5), Gâmbia

(A/HRC/59/6), Estado Plurinacional da Bolívia (A/HRC/59/7), Fiji (A/HRC/59/8), San Marino (A/HRC/59/9), Cazaquistão (A/HRC/59/10), Angola (A/HRC/59/11), República Islâmica do Irã,(A/HRC/59/12), Madagáscar (A/HRC/59/13), Iraque (A/HRC/59/14), Eslovénia (A/HRC/59/15), Egito (A/HRC/59/16) e Bósnia e Herzegovina (A/HRC/59/17). De acordo com a declaração do Presidente PRST 9/2, sobre modalidades e práticas para o processo de revisão periódica universal, os resultados da revisão são adotados pelo Conselho em sua sessão plenária por meio de uma decisão padronizada. Os resultados incluem os relatórios do Grupo de Trabalho sobre a revisão, os pontos de vista do Estado sob análise sobre as recomendações e/ou conclusões, seus compromissos voluntários assumidos e as respostas apresentadas antes da adoção dos resultados pelo Conselho em plenário a questões ou questões que não foram suficientemente abordadas durante o diálogo interativo com o Grupo de Trabalho. De acordo com a declaração do Presidente OS/18/1, nenhum debate geral será realizado na quinquagésima nona sessão do Conselho. Os relatórios a seguir enumerados serão, por conseguinte, tidos em conta durante o debate geral pertinente a realizar na sexagésima sessão.

Operações do Fundo Voluntário para Participação na Revisão Periódica Universal e do Fundo Voluntário para Assistência Financeira e Técnica na Implementação da Revisão Periódica Universal

Em sua decisão 17/119, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que fornecesse uma atualização anual por escrito ao Conselho sobre as operações do Fundo Voluntário para Participação na Revisão Periódica Universal e do Fundo Voluntário para Assistência Financeira e Técnica na Implementação de Medidas Complementares. Revisão Periódica Universal e os recursos disponíveis para eles. O Conselho terá diante de si os relatórios do ACNUDH sobre as operações dos Fundos Voluntários (A/HRC/59/18 e A/HRC/59/19).

7. Situação dos direitos humanos na Palestina e em outros territórios árabes ocupados

Situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967

O Conselho de Direitos Humanos examinará, de acordo com a resolução 1993/2 A da Comissão de Direitos Humanos e a resolução 5/1 do Conselho, o relatório do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967, Francesca Albanese (A/HRC/59/23), durante um diálogo interativo.

8. Acompanhamento e implementação da Declaração e do Programa de Ação de Viena

Não foram apresentados relatórios no âmbito do ponto 8 da ordem de trabalhos.

9. Racismo, discriminação racial, xenofobia e formas correlatas de intolerância: acompanhamento e implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban

Combate à glorificação do nazismo, neonazismo e outras práticas que contribuem para alimentar as formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata

Em sua resolução 79/160, a Assembleia Geral solicitou ao Relator Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata para preparar, para apresentação ao Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima nona sessão, um relatório sobre a implementação da resolução. O Conselho considerará o relatório do titular do mandato, Ashwini K.P. (A/HRC/59/63), durante um diálogo interativo.

Formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata

Em sua resolução 52/36, o Conselho de Direitos Humanos decidiu renovar o mandato do Relator Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e

intolerância correlata por um período de três anos e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual ao Conselho sobre todas as atividades relacionadas ao mandato. O Conselho examinará os relatórios do titular do mandato, Ashwini K.P. (A/HRC/59/62 e A/HRC/59/62/Add.1), durante um diálogo interativo. A/HRC/59/1 12 10.

10. Assistência técnica e capacitação

Cooperação e assistência à Ucrânia no domínio dos direitos humanos

De acordo com sua resolução 53/30, o Conselho de Direitos Humanos realizará um diálogo interativo no qual o Alto Comissariado apresentará oralmente aos Estados membros do Conselho e observadores as conclusões do relatório periódico do ACNUDH sobre a situação dos direitos humanos na Ucrânia. Em sua resolução 79/184, sobre a situação dos direitos humanos nos territórios temporariamente ocupados da Ucrânia, incluindo a República Autônoma da Crimeia e a cidade de Sebastopol, a Assembleia Geral solicitou ao Secretário:

Assistência técnica e capacitação. Cooperação e assistência à Ucrânia no campo dos direitos humanos

De acordo com sua resolução 53/30, o Conselho de Direitos Humanos realizará um diálogo interativo no qual o Alto Comissariado apresentará oralmente aos Estados membros do Conselho e observadores as conclusões do relatório periódico do ACNUDH sobre a situação dos direitos humanos na Ucrânia. Em sua resolução 79/184, sobre a situação dos direitos humanos nos territórios temporariamente ocupados da Ucrânia, incluindo a República Autônoma da Crimeia e a cidade de Sebastopol, a Assembleia Geral solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse para consideração um relatório provisório ao Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima nona sessão sobre o progresso feito na implementação de todas as disposições da resolução, incluindo opções e recomendações para melhorar a sua aplicação, a que se seguirá um diálogo interativo. O Conselho examinará o relatório do Secretário-Geral (A/HRC/59/67).

Assistência técnica e capacitação no campo dos direitos humanos na República Centro-Africana

Em sua resolução 57/35, o Conselho de Direitos Humanos decidiu renovar, por um ano, o mandato de Especialista Independente sobre a situação dos direitos humanos na República Centro-Africana e solicitou ao Especialista Independente que fornecesse uma atualização oral sobre seu relatório sobre assistência técnica e capacitação no campo dos direitos humanos na República Centro-Africana para o Conselho em sua quinquagésima nona sessão. O Conselho ouvirá a atualização oral do Especialista Independente, Yao Agbetse, durante um diálogo interativo.

Fortalecimento da cooperação técnica e capacitação no campo dos direitos humanos na Colômbia para implementar as recomendações da Comissão para o Esclarecimento da Verdade, Coexistência e Não Repetição

Em sua resolução 53/22, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima nona sessão, um relatório sobre o aprimoramento da assistência técnica e capacitação às autoridades nacionais e locais e outros atores relevantes para ajudar Colômbia na implementação das recomendações feitas pela Comissão para o Esclarecimento da Verdade, Convivência e Não Repetição, a ser seguido por um diálogo interativo. O Conselho considerará o relatório do Alto Comissário (A/HRC/59/64).

Reforço da cooperação técnica e capacitação no campo dos direitos humanos

Em sua resolução 57/32, o Conselho de Direitos Humanos decidiu, de acordo com sua resolução 18/18, que o tema do painel de discussão temático anual sob o item 10 da agenda a ser realizado em sua quinquagésima nona sessão seria "O papel da cooperação técnica e da capacitação no fortalecimento das estruturas nacionais que desempenham um papel na promoção e salvaguarda dos direitos humanos, particularmente instituições nacionais de direitos humanos e mecanismos nacionais de implementação, relatórios e acompanhamento". Na mesma resolução, o Conselho solicitou ao ACNUDH que preparasse um relatório, a ser apresentado ao Conselho em sua quinquagésima nona sessão, para servir de base para o painel de discussão, sobre o papel da cooperação técnica e do fortalecimento das capacidades entre os Estados, o Escritório e outras partes interessadas relevantes, incluindo instituições nacionais de direitos humanos, para apoiar os esforços dos Estados para fortalecer as estruturas nacionais que desempenham um papel na promoção e salvaguarda dos direitos humanos. particularmente instituições nacionais de direitos humanos e mecanismos nacionais de implementação, relatórios e acompanhamento, incluindo a complementaridade das duas últimas entidades. O painel de discussão será informado pelo relatório do ACNUDH (A/HRC/59/65) (ver anexo).

Cooperação com a Geórgia

Em sua resolução 57/33, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissário que apresentasse um relatório sobre os desenvolvimentos relacionados e a implementação dessa resolução em sua quinquagésima nona sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário (A/HRC/59/66).

Anexos

Painéis e outras discussões a serem realizadas na quinquagésima nona sessão do Conselho de Direitos Humanos

Resoluções do Conselho de Direitos Humanos 6/30, 53/27 e 58/15. Discussão anual de um dia inteiro sobre os direitos humanos das mulheres (acessíveis às pessoas com deficiência).

Resolução 57/13 do Conselho de Direitos Humanos. Painel de discussão sobre a realização dos direitos humanos à água potável e ao saneamento (acessível às pessoas com deficiência).

Resoluções 50/9 e 56/8 do Conselho de Direitos Humanos. Painel de discussão anual sobre os impactos adversos das mudanças climáticas nos direitos humanos: facilitando transições justas no contexto de abordar os impactos das mudanças climáticas na plena realização dos direitos humanos para todas as pessoas (acessível às pessoas com deficiência).

Resoluções 18/18 e 57/32 do Conselho de Direitos Humanos. Painel de discussão temático anual sobre cooperação técnica e capacitação: o papel da cooperação técnica e do reforço das capacidades no reforço das estruturas nacionais que desempenham um papel na promoção e salvaguarda dos direitos humanos, em particular as instituições nacionais de direitos humanos e os mecanismos nacionais de implementação, comunicação e acompanhamento (acessíveis às pessoas com deficiência).

Link de acesso direto a cada documento mediante o hyperlink referido: https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessions-regular/session59/A-HRC-59-1-AEV.pdf

II. Relatório Abrangente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde no contexto do direito ao mais alto padrão possível de saúde física e mental

Introdução

O documento A/HRC/59/29[14] é um relatório abrangente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a ser apresentado ao Conselho de Direitos Humanos na 59ª sessão que será realizada entre os dias 16 de junho e 11 de julho de 2025. O relatório trata do acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde no contexto do direito de todos ao mais alto padrão possível de saúde física e mental, contém uma análise das boas práticas e dos principais desafios sistêmicos, incluindo novos desenvolvimentos, questões emergentes e desafios que surgem, e descreve uma abordagem baseada em direitos humanos para garantir o acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde como parte da realização do direito de todos ao mais alto padrão possível de saúde física e mental.

Barreiras sistêmicas ao acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde

No contexto geral, o relatório afirma que o acesso a medicamentos é essencial para o direito à saúde, e que faltam dados atualizados sobre a disponibilidade global de medicamentos essenciais considerando, por exemplo, que o indicador do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 3.b.3 que mede a proporção de instalações de saúde com um conjunto básico de medicamentos essenciais relevantes disponíveis e acessíveis em uma base sustentável, foi desenvolvido para servir como parâmetro global para monitorar o progresso no acesso a medicamentos, no entanto, é o que possui o nível mais baixo de contribuições entre os 28 indicadores do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 e das poucas informações recebidas, muitas estavam desatualizadas.

Segundo dados apresentados no relatório, estima-se que 2 bilhões de pessoas não tenham acesso a medicamentos essenciais e que a acessibilidade financeira é a principal barreira, especialmente em países de baixa e média renda, onde o pagamento é feito do próprio bolso.

a) Disponibilidade e acessibilidade de medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde

O sistema de patentes impulsiona a inovação, mas limita o acesso equitativo, doenças que não oferecem retorno financeiro atraente recebem pouco investimento em pesquisa, o que reduz a disponibilidade de tratamentos, especialmente para populações vulneráveis. E quando disponíveis, os altos preços dos medicamentos, muitas vezes justificados pelos custos de pesquisa e pelo monopólio temporário das patentes, dificultam ainda mais o acesso para os mais pobres e marginalizados.

A resistência antimicrobiana, associada a 4,71 milhões de mortes em 2021 e com previsão de causar 39 milhões até 2050, afeta desproporcionalmente populações em região de com conflitos, deslocados, mulheres, crianças e pessoas em extrema pobreza, que enfrentam barreiras no acesso à saúde. Apesar de ser uma das maiores ameaças à saúde global, o

[14] Versão em inglês disponível em: https://docs.un.org/en/A/HRC/59/29 . Versão em espanhol disponível em: https://docs.un.org/es/A/HRC/59/29

desenvolvimento de novos antimicrobianos é limitado, com uma queda de 81% na aprovação de novos antibióticos pela FDA entre 1987 e 2012.

Em todo o mundo, 1,65 milhão de pessoas, a maioria vivendo em áreas rurais empobrecidas e marginalizadas, precisam de tratamento para doenças tropicais negligenciadas, que, na maioria das vezes, são ignoradas pelo financiamento de pesquisa e desenvolvimento devido ao baixo retorno esperado sobre o investimento. Além disso, tornou-se difícil também encontrar financiamento para doenças raras.

A pesquisa e o desenvolvimento médico também dão atenção desigual às necessidades médicas específicas das mulheres e às diferenças atribuíveis ao sexo, assim como há exclusão das pessoas idosas de pesquisas e estudos clínicos. Outro grupo excluído dos projetos de P&D é o das crianças, apenas 7% visavam esse grupo.

b) Limitações às abordagens baseadas em voluntariado para o gerenciamento da propriedade intelectual

Abordagens como o licenciamento voluntário de patentes e *know-how* para fabricantes de genéricos em países de baixa e média renda são práticas positivas para ampliar o acesso a medicamentos. No entanto, houve uma queda recente nesse tipo de licenciamento. Sem esses acordos, tratamentos caros, como para hepatite C e doenças raras, continuam inacessíveis. Além disso, as licenças voluntárias tendem a focar em doenças infecciosas, ignorando doenças não transmissíveis, que causam a maioria das mortes globais. A exclusão de países de renda média com alta carga de doenças, como no caso do medicamento Lenacapavir para HIV, deixa milhões de pessoas desprotegidas.

Os acordos de licenciamento voluntário muitas vezes contêm termos e condições sigilosos, o que compromete a transparência e a responsabilização, especialmente quando envolvem instituições financiadas com recursos públicos. Além disso, cláusulas restritivas — como variações entre sistemas de saúde ou limitações na origem e produção de insumos farmacêuticos ativos — podem dificultar o acesso equitativo aos medicamentos.

Falta de coerência política

Diferentes regimes de direito internacional público, como as leis internacionais de comércio, propriedade intelectual e investimento podem conflitar com o direito à saúde. O Acordo TRIPS (sigla em inglês para Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio) inclui flexibilidades como o licenciamento compulsório, mas há obstáculos políticos e legais para sua aplicação.

Os acordos “TRIPS-plus” restringem ainda mais essas flexibilidades. Alguns Estados recorreram a acordos bilaterais de comércio e investimento para garantir proteções mais fortes aos direitos de propriedade intelectual. Essas disposições “TRIPS-plus” buscam limitar, em nível bilateral, o uso das flexibilidades do TRIPS, incluindo licenciamento compulsório e importações paralelas, e podem ser aplicadas por meio de mecanismos de solução de controvérsias entre investidores e Estados.

Embora as empresas transnacionais possam se beneficiar de mecanismos significativos de proteção ao investimento, ainda existem lacunas no que diz respeito à responsabilização dessas empresas por violações de direitos humanos em que possam estar envolvidas. Conforme avaliado pelo Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outros empreendimentos comerciais, o progresso na implementação dos

Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos continua desigual entre países, setores e empresas.

Além disso, a dívida pública reduz o espaço fiscal para investimentos em saúde. Mais da metade dos países menos desenvolvidos e de baixa renda enfrenta alto nível de endividamento, o que desvia recursos de investimentos essenciais, como na saúde. Dívidas recordes, acesso limitado a financiamento e inflação elevada reduziram a capacidade fiscal desses países, forçando-os a priorizar o pagamento da dívida em detrimento da recuperação da saúde pós-COVID-19. Em 45 países em desenvolvimento, os gastos com serviço da dívida superam os gastos com saúde. Além disso, o sistema financeiro global tem falhado em oferecer alívio adequado da dívida. Quando há apoio de instituições financeiras internacionais, ele costuma vir com condições que limitam a capacidade dos países de investir suficientemente em saúde, comprometendo o cumprimento do direito à saúde.

Sistemas de saúde inadequados

Sistemas de saúde frágeis dificultam o acesso a medicamentos. Em países de alta renda, cerca de 70% dos gastos com saúde vêm de esquemas governamentais ou seguros obrigatórios. Já nos países de baixa renda, esse percentual é inferior a 40%, o que obriga muitas famílias a arcar com os custos diretamente do próprio bolso. Em 30 países de baixa e média renda, esse é o principal meio de acesso à saúde, representando mais da metade dos gastos totais em 20 deles.

A cooperação internacional é a segunda maior fonte de financiamento da saúde nesses países, mas a dependência excessiva de ajuda externa torna os sistemas frágeis, devido à instabilidade e imprevisibilidade desses recursos. Isso também pode reduzir o incentivo para mobilizar recursos internos e comprometer a definição de prioridades e a responsabilização das políticas de saúde.

A produção local enfrenta barreiras como falta de financiamento e acesso a tecnologias. A pandemia de COVID-19 evidenciou a importância de reduzir a dependência de produtos importados e fortalecer a capacidade de produção local, especialmente em países de baixa renda. No entanto, esses esforços enfrentam diversos obstáculos, como falta de financiamento, dificuldades no acesso a tecnologias protegidas por direitos de propriedade intelectual e ausência de informações sobre preços e custos de produção.

Grupos marginalizados (mulheres, idosos, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, migrantes, povos indígenas) enfrentam discriminação no acesso à saúde.

Mulheres e meninas enfrentam frequentemente discriminação sistêmica e exclusão no acesso ao direito à saúde, devido a normas, papéis sociais, estereótipos e estigmas discriminatórios. Em países de baixa e média renda, elas também enfrentam barreiras físicas e financeiras persistentes para acessar serviços e produtos de saúde sexual e reprodutiva.

Pessoas idosas são desproporcionalmente afetadas pela falta de acesso a tecnologias assistivas e medicamentos controlados para cuidados paliativos. Elas enfrentam dificuldades para acessar cuidados primários e prevenção de doenças crônicas, agravadas por mobilidade reduzida e vulnerabilidade socioeconômica. Em alguns países, o custo de medicamentos causa dificuldades financeiras, e o etarismo no setor de saúde pode levar à negação de tratamentos e medicamentos.

Pessoas com deficiência, crianças e idosos muitas vezes não têm acesso a tecnologias assistivas, como próteses, com grandes variações entre países. Pessoas com deficiência podem ser excluídas de programas de saúde devido a condições pré-existentes, o que aumenta seus custos pessoais.

Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais enfrentam barreiras agravadas por leis e políticas discriminatórias, incluindo recusa de atendimento e dificuldades no acesso a medicamentos afirmativos de gênero, especialmente para pessoas trans.

Migrantes desempregados, requerentes de asilo rejeitados e migrantes em situação irregular são frequentemente excluídos de seguros de saúde nacionais, ficando vulneráveis a dificuldades financeiras por terem que pagar do próprio bolso.

Povos indígenas são desproporcionalmente afetados por doenças infecciosas e crônicas. Seu acesso a medicamentos, vacinas e produtos de saúde é limitado por fatores como escassez de serviços locais, práticas discriminatórias, racismo, falta de informações em suas línguas e altos custos em países sem cobertura universal de saúde.

Novos desenvolvimentos e desafios emergentes

Segundo o relatório, as tecnologias digitais e Inteligência Artificial podem melhorar o acesso à saúde, mas trazem riscos aos direitos dos pacientes à privacidade e à autodeterminação informacional sobre dados de saúde confidenciais e outras informações pessoais. Outrossim, podem perpetuar desigualdades. Neurotecnologias oferecem oportunidades, mas levantam preocupações éticas e de segurança. É necessário um marco regulatório baseado em direitos humanos.

As neurotecnologias oferecem avanços promissores no tratamento de distúrbios neurológicos, mas também levantam preocupações sobre privacidade, autonomia, dignidade e segurança, já que seus efeitos de longo prazo ainda são desconhecidos. Diante do rápido avanço tecnológico, o Pacto para o Futuro e o Compromisso Digital Global, adotados em 2024, destacam a necessidade de marcos legais e de governança que acompanhem essas inovações, promovendo um espaço digital inclusivo, seguro e baseado nos direitos humanos.

Cooperação Regional. A pandemia de COVID-19 mostrou o valor da cooperação regional (ex: União Africana, ASEAN, União Europeia). A cooperação regional pode fortalecer o acesso a medicamentos ao reunir recursos para ampliar a capacidade de produção, compartilhar informações e superar barreiras relacionadas à propriedade intelectual, como o licenciamento compulsório. A harmonização de normas regulatórias entre países também pode acelerar a disponibilidade e melhorar a qualidade dos medicamentos, como exemplificado pela Agência Africana de Medicamentos. Esse tipo de cooperação ajuda os Estados a cumprir suas obrigações de usar ao máximo os recursos disponíveis, inclusive por meio da colaboração internacional, para garantir o direito à saúde.

Ataques a instalações e profissionais de saúde aumentaram significativamente. Esses ataques violam o direito internacional humanitário e afetam o acesso à saúde em conflitos. Em 2023, a Coalizão para a Proteção da Saúde em Conflitos documentou 2.562 incidentes, o que representa um aumento de 25% em relação a 2022. Em 2024, a coalizão registrou um novo aumento anual de 20%. Por meio de seu sistema de vigilância de ataques à saúde, a OMS relatou 1.623 ataques em 2024. Além dos impactos diretos, esses ataques geralmente interrompem serviços essenciais de saúde e representam barreiras significativas para alcançar a cobertura

universal de saúde e garantir o direito à saúde. Além disso, os dados permanecem incompletos, inconsistentes, insuficientes e difíceis de rastrear e comparar, o que dificulta ações mais eficazes de proteção, prevenção e responsabilização.

Ataques direcionados a unidades médicas, transportes médicos, profissionais de saúde, atividades médicas e equipes de ajuda humanitária são especificamente proibidos pelo direito internacional humanitário. O direito à saúde continua válido em situações de conflito armado ou emergência geral. Em especial, os Estados não podem, sob nenhuma circunstância, justificar o descumprimento de sua obrigação fundamental de garantir, de forma não discriminatória, o fornecimento de medicamentos essenciais disponíveis, especialmente para grupos vulneráveis e marginalizados.

Proteção do conhecimento tradicional e recursos genéticos. Cerca de 40% dos medicamentos existentes têm origem em recursos naturais e no conhecimento tradicional, especialmente o dos povos indígenas. Esse conhecimento é essencial para pesquisas sobre propriedades genéticas e o desenvolvimento de novos medicamentos. O Protocolo de Nagoya, em vigor desde 2014, garante o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas para o uso de seus conhecimentos e recursos genéticos, além de exigir o compartilhamento justo dos benefícios gerados.

Os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seus conhecimentos tradicionais, ciências, tecnologias, culturas e propriedade intelectual, incluindo recursos genéticos e medicinais.

O novo tratado da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) sobre propriedade intelectual, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais representa um avanço importante na prevenção da apropriação indevida desses conhecimentos. A proteção desses saberes é central na abordagem “Uma Só Saúde” da OMS, que reconhece a biodiversidade como essencial para prevenir doenças e desenvolver respostas médicas, respeitando os direitos dos povos indígenas.

De bens de consumo a bens públicos globais rumo a uma abordagem baseada em direitos humanos para acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde

Marcos legais e políticos. Uma abordagem baseada no direito à saúde exige que medicamentos, vacinas e produtos de saúde essenciais sejam protegidos por leis nacionais. Políticas e planos de ação devem priorizar os grupos mais vulneráveis, com base nos princípios de universalidade, não discriminação, participação, transparência e responsabilidade.

A criação de uma lista nacional de medicamentos essenciais, adaptada às necessidades da população, é uma obrigação fundamental dos Estados e deve seguir critérios científicos, ser transparente, participativa e atualizada regularmente. Essa lista deve considerar as necessidades de diferentes grupos, especialmente os mais marginalizados.

Para garantir o acesso equitativo aos produtos de saúde, é necessário enfrentar barreiras culturais, políticas e legais, como a exclusão de medicamentos essenciais para cuidados paliativos, saúde mental, dependência química e saúde sexual e reprodutiva, mesmo estando incluídos na lista modelo da OMS.

A implementação dessas políticas deve ser acompanhada por mecanismos de monitoramento com metas claras, prazos definidos e responsabilidades atribuídas. Também é fundamental garantir mecanismos de responsabilização e reparação, tanto judiciais quanto não

judiciais, e assegurar que o direito ao acesso a medicamentos seja reconhecido legalmente nos sistemas nacionais.

Fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde. Para garantir o direito à saúde, todos os países — inclusive os de baixa e média renda — devem investir o máximo de recursos disponíveis no setor de saúde, evitando que os gastos diretos da população se tornem barreiras de acesso e causem pobreza. É dever dos Estados proteger quem não tem condições financeiras, por meio de seguros de saúde e serviços acessíveis. Pessoas em situação de pobreza, idosos e migrantes muitas vezes não conseguem pagar por medicamentos essenciais, especialmente para doenças crônicas, sendo necessário oferecer esses produtos gratuitamente para quem não pode adquiri-los.

Exclusões de cobertura, como no caso de migrantes desempregados ou em situação irregular, e pessoas com deficiência devido a condições pré-existentes, violam tratados internacionais de direitos humanos. Dispositivos e tecnologias assistivas devem ser incluídos nos seguros de saúde nacionais, assim como terapias e intervenções afirmativas de gênero, para garantir acesso equitativo.

Para incentivar a produção e a compra eficiente de medicamentos, são recomendadas medidas como compras em grupo, pré-qualificação de fornecedores, leis de concorrência bem definidas, incentivos fiscais, revisão de tarifas e políticas de preços diferenciados. As empresas farmacêuticas devem alinhar suas práticas aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, adotando estratégias de preços transparentes.

Além disso, é essencial monitorar e aplicar padrões de qualidade em toda a cadeia de produção e distribuição para garantir a segurança dos medicamentos. O acesso à informação transparente permite o monitoramento participativo e a responsabilização, ajudando também no combate à corrupção, que prejudica os investimentos e a qualidade dos produtos de saúde.

Promover um ambiente internacional favorável ao acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde

O cumprimento das obrigações dos Estados em relação à cooperação e assistência internacional é essencial para criar um ambiente global favorável à efetividade das políticas nacionais de saúde. Leis internacionais sobre propriedade intelectual, comércio, investimentos e finanças devem ser interpretadas de forma a garantir o acesso a medicamentos, vacinas e produtos de saúde.

Os Estados devem alinhar as regras de propriedade intelectual aos direitos humanos, evitando que patentes impeçam o acesso a medicamentos essenciais. Isso inclui respeitar as flexibilidades previstas no Acordo TRIPS. Empresas farmacêuticas também não devem enfraquecer essas flexibilidades, que são fundamentais para promover o acesso.

As discussões atuais no Conselho do TRIPS sobre a revisão do acordo representam uma oportunidade para enfrentar barreiras persistentes, com propostas como a revisão dos critérios de patenteabilidade e a superação de obstáculos ao licenciamento compulsório.

Recomendações[15]

Recomenda-se que os Estados Membros:

[15] Transcrição de todas as Recomendações do Relatório.

(a) Garantam que o acesso universal e efetivo a medicamentos essenciais, vacinas e outros produtos de saúde seja protegido como um direito nos marcos legais nacionais;

(b) Adotem políticas nacionais abrangentes, sustentadas por princípios de direitos humanos, para melhorar o acesso prático a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde, priorizando as necessidades das pessoas em situações vulneráveis e marginalizadas e cobrindo todo o ciclo de vida dos medicamentos;

(c) Adotar listas nacionais de medicamentos essenciais, determinadas e atualizadas regularmente por meio de um processo baseado em evidências, transparente e participativo, que reflita o contexto nacional de saúde e as necessidades específicas dos grupos de risco; essas listas devem orientar as políticas de proteção social, aquisição, preços e fabricação;

(d) Assegurar a cobertura universal de saúde, inclusive por meio da remoção de barreiras financeiras e não financeiras ao acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde, incluindo a contabilização das necessidades específicas de saúde de segmentos marginalizados da população e a cobertura de medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde que sejam específicos a determinados segmentos da população;

(e) Promover uma economia de direitos humanos assegurando o máximo de recursos disponíveis para a saúde pública, inclusive aumentando o espaço fiscal relevante para a realização do direito à saúde por meio da geração de receitas tributárias e não tributárias correspondentes e da gestão orçamentária baseada em direitos humanos;

(f) Garantir a disponibilidade de mecanismos de monitoramento e prestação de contas, incluindo indicadores de direitos humanos; a justiciabilidade do direito à saúde, de acordo com os sistemas jurídicos nacionais; e o acesso a recursos, inclusive por meio de mecanismos não judiciais.

De acordo com suas obrigações de cooperação e assistência internacional, recomenda-se que os Estados Membros:

(a) Garantam que os direitos de propriedade intelectual não sejam invocados e aplicados de maneira inconsistente com o direito de acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde ou com o exercício pelos Estados das flexibilidades do Acordo TRIPS;

(b) Intensificar os esforços coletivos para estabelecer mecanismos robustos para a prevenção, o monitoramento e a responsabilização de ataques a instalações e prestadores de serviços de saúde durante conflitos armados;

(c) Avançar na governança internacional baseada em direitos humanos do uso de inteligência artificial e outras tecnologias digitais na saúde pública, consistente com os elementos de disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade.

73. Recomenda-se que, de acordo com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, as empresas farmacêuticas e outras empresas relevantes respeitem a realização e o gozo do direito de acesso aos medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde necessários, inclusive por meio da realização de diligência devida apropriada em matéria de direitos humanos para identificar, prevenir, mitigar e abordar os impactos negativos sobre os direitos humanos de suas políticas e práticas corporativas sobre, entre outros, pesquisa e desenvolvimento, preços, gestão de propriedade intelectual, distribuição e transferência de tecnologia.

Saúde na COP30

Luiz Galvão
Danielly Magalhães

Resumo. O Plano de Ação de Saúde de Belém, elaborado pelo Ministério da Saúde foi apresentado no primeiro evento paralelo oficial da 78ª AMS: "Advancing Health and Climate Discussions towards COP 30: A Dialogue with the Baku Continuity Coalition" A Presidência brasileira da 30ª Conferência das Partes (COP30) lançou a terceira carta à comunidade internacional enfocada nos preparativos para o 62º período de sessões do Órgão Subsidiário de Aconselhamento Científico e Tecnológico (SBSTA) e do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI).

Palavras-chave: COP30, 78ªAMS, SBSTA, SBI,

Summary. *The Belém Health Action Plan, prepared by the Ministry of Health, was presented at the first official side event of the 78th MAS: "Advancing Health and Climate Discussions towards COP 30: A Dialogue with the Baku Continuity Coalition" The Brazilian Presidency of the 30th Conference of the Parties (COP30) launched the third letter to the international community focused on the preparations for the 62nd period of sessions of the Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice (SBSTA) and the Implementation Subsidiary (SBI).*

Keywords: *COP30, 78TH AMS, SBSTA, SBI,*

O primeiro evento paralelo oficial da 78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) foi organizado pelo Brasil para apresentar o tema da COP30. O Evento "Advancing Health and Climate Discussions towards COP 30: A Dialogue with the Baku Continuity Coalition" incluiu várias apresentações, incluindo o **Plano de Ação de Saúde de Belém**, elaborado pelo Ministério da Saúde. Esse plano contém as estratégias para adaptar o setor de saúde aos impactos das mudanças climáticas, com foco em equidade, justiça climática e resiliência. O documento propõe medidas concretas organizadas em três linhas de ação e dois eixos transversais, visando preparar o sistema de saúde brasileiro para os desafios climáticos.

Contexto e importância

As mudanças climáticas já afetam a saúde global de forma significativa. Segundo a OMS, entre 2030 e 2050, elas podem causar cerca de **250.000 mortes adicionais por ano** devido à desnutrição, malária, diarreia e estresse térmico. Além disso, a poluição do ar, exacerbada por eventos climáticos extremos, é responsável por cerca de **7 milhões de mortes anuais**. No Brasil, doenças sensíveis ao clima, como dengue e malária, têm registrado aumento em regiões vulneráveis, destacando a urgência de ações integradas.

Prioridades Transversais do Plano

1. **Equidade em Saúde e Justiça Climática**: Garantir que as políticas priorizem populações vulneráveis, como comunidades negras, indígenas e tradicionais, historicamente mais expostas a riscos climáticos e com menor acesso a serviços de saúde.

2. **Liderança e Governança com Participação Social**: Promover o engajamento ativo de diferentes setores da sociedade na formulação e implementação de estratégias climáticas.

Linhas de Ação

Linha de Ação 1: Vigilância e Monitoramento

- **Fortalecimento de Sistemas de Vigilância**: Integrar dados ambientais, meteorológicos e climáticos aos sistemas de saúde para detectar e responder a ameaças relacionadas ao clima.

- **Lista de Riscos e Doenças Climáticas**: Desenvolver e atualizar periodicamente uma lista de ameaças e vulnerabilidades relacionadas ao clima para orientar ações de prevenção e resposta.

- **Preparação e Estoques Estratégicos**: Planejar emergências, realizar treinamentos e manter reservas de suprimentos essenciais, como vacinas e medicamentos, para responder rapidamente a crises climáticas.

Linha de Ação 2: Estratégia de Políticas Baseadas em Evidências e Capacitação

- **Terminologia Padronizada**: Adotar uma classificação consensual de termos relacionados ao clima e à saúde.

- **Capacitação Institucional**: Treinar gestores e profissionais de saúde para lidar com os desafios climáticos, incluindo protocolos para eventos extremos.

- **Resiliência Comunitária**: Promover iniciativas de treinamento que integrem conhecimentos tradicionais e locais às estratégias de adaptação climática.

- **Políticas Intersetoriais**: Implementar ações que gerem co-benefícios para saúde e clima, como redução da poluição, acesso a dietas saudáveis e transporte sustentável.

- **Saúde Mental e Apoio Psicossocial**: Priorizar o suporte psicossocial, considerando os impactos das mudanças climáticas na saúde mental.

- **Inclusão de Pessoas com Deficiência**: Garantir acessibilidade e continuidade de cuidados em emergências climáticas.

Linha de Ação 3: Inovação e Produção.

- **Infraestrutura Resiliente**: Investir em tecnologias sustentáveis para manter serviços de saúde operacionais durante eventos climáticos extremos.

- **Programas de Saúde Climática**: Integrar planos de adaptação climática a políticas específicas, como imunização e eliminação de doenças.

- **Cadeia de Suprimentos**: Expandir a base tecnológica e material para a produção local e sustentável de medicamentos, vacinas e equipamentos.

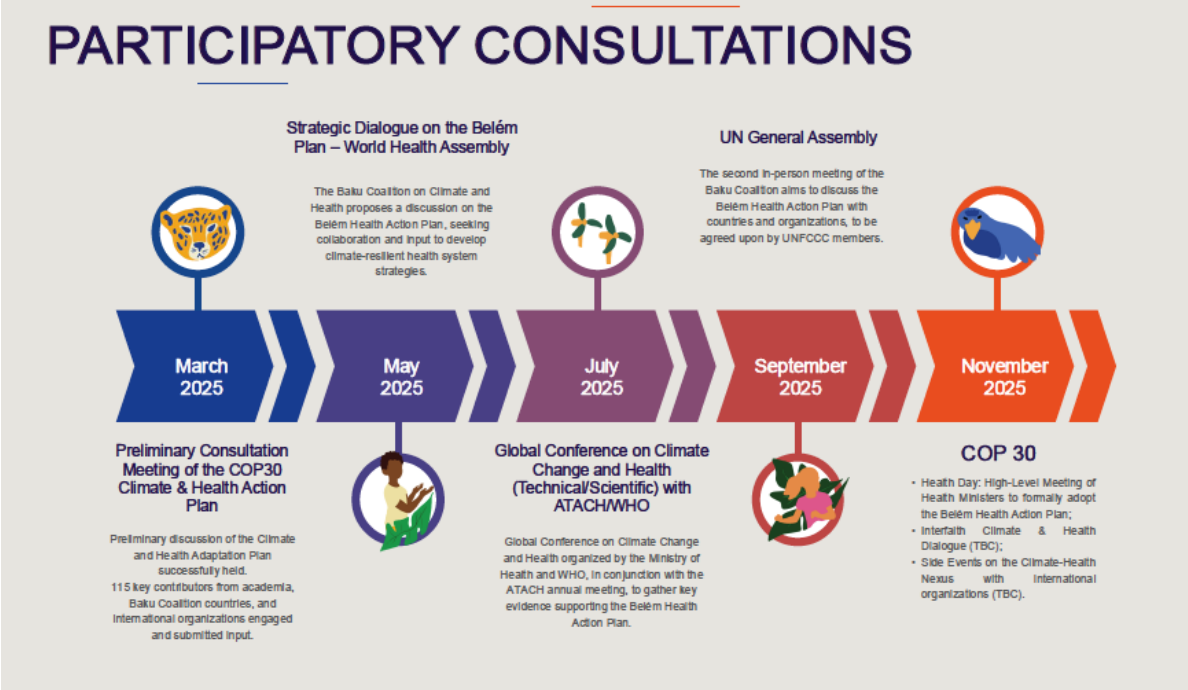
Plano de Trabalho

Em preparação para a COP30, o Ministério da Saúde realizará consultas participativas e eventos estratégicos para consolidar evidências e recomendações. As atividades incluem:

- **Consultas Participativas**: Diálogos estratégicos com países e organizações internacionais.

- **Conferência Global sobre Mudanças Climáticas e Saúde**: Reunião técnica e científica organizada em parceria com a OMS.

- **COP30**: Dia da Saúde com reunião de ministros para adoção formal do Plano de Ação de Saúde de Belém.



Embora o plano seja abrangente e bem estruturado, ele se beneficiaria ao incluir estatísticas específicas sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde brasileira, o que poderia fortalecer a argumentação e justificar as ações propostas. Além disso, seria importante incluir detalhes sobre os mecanismos de financiamento e monitoramento das medidas, especialmente em áreas remotas e vulneráveis.

O **Plano de Ação de Saúde de Belém** é um passo importante para preparar o setor de saúde brasileiro frente às mudanças climáticas. Ele combina inovação, equidade e governança participativa, mas precisa ser complementado com dados concretos e estratégias de implementação detalhadas para garantir sua eficácia e sustentabilidade.

Terceira carta da Presidência brasileira da 30ª Conferência das Partes (COP30)

A terceira carta da presidência brasileira da 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) à comunidade internacional está focada nos preparativos para o 62º período de sessões do Órgão Subsidiário de Aconselhamento Científico e Tecnológico (SBSTA) e do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI). As reuniões acontecerão em Bonn, de 16 a 26 de junho de 2025.

O documento da Presidência brasileira da COP30 apresenta um plano abrangente para enfrentar a mudança climática, com foco em ações concretas e inclusivas. A seguir, um resumo detalhado com ênfase em saúde, estatísticas e críticas:

Ações Propostas

1. **Adaptação Climática**

   - **Objetivo Global de Adaptação (GGA)**: Prioridade para monitorar o progresso coletivo em adaptação, com foco em benefícios tangíveis para sociedades, ecossistemas e economias.

   - **Planos Nacionais de Adaptação (NAPs)**: Ferramentas estratégicas para gestão de riscos, redução de vulnerabilidades e aumento da resiliência. A Presidência espera que todos os países apresentem seus NAPs antes da COP30.

2. **Saúde e Bem-Estar**: Embora o documento não mencione explicitamente ações voltadas à saúde, as medidas de adaptação climática e combate ao desmatamento têm impacto direto na saúde pública. Por exemplo:

   - **Estatísticas Globais**: Segundo a OMS, mudanças climáticas podem causar 250 mil mortes adicionais por ano entre 2030 e 2050 devido a doenças como malária, desnutrição e estresse térmico.

   - **Impactos na Saúde**: A poluição do ar, intensificada por combustíveis fósseis, é responsável por cerca de 7 milhões de mortes anuais. A transição energética proposta pode reduzir esses números.

3. **Transição Energética**: Metas ambiciosas incluem triplicar a capacidade global de energia renovável e dobrar a taxa de melhoria da eficiência energética até 2030. A transição para longe dos combustíveis fósseis é essencial para reduzir emissões e melhorar a qualidade do ar.

4. **Inclusão e Justiça**: Fortalecer a participação de povos indígenas e comunidades locais, reconhecendo seu papel essencial na preservação ambiental e na mitigação dos impactos climáticos.

5. **Perdas e Danos**: Fortalecer mecanismos como o Comitê Executivo do Mecanismo de Varsóvia e o Fundo de Resposta a Perdas e Danos, essenciais para apoiar países vulneráveis diante de desastres climáticos.

Comentários

1. **Falta de Ênfase na Saúde**: Apesar da relevância da saúde pública no contexto climático, o documento não aborda diretamente políticas ou ações específicas para mitigar os impactos na saúde global. Isso é uma lacuna significativa, considerando que os efeitos climáticos afetam diretamente a saúde das populações mais vulneráveis.

2. **Desafios na Implementação**: A Presidência reconhece que o excesso de itens nas agendas das COPs e a sobreposição de temas dificultam avanços concretos. Isso pode levar à procrastinação e ao adiamento de decisões críticas.

3. **Financiamento Climático**: Embora mencionado como um tema relevante, o documento não detalha estratégias para garantir recursos suficientes para países em desenvolvimento, que enfrentam os maiores desafios climáticos.

4. **Desmatamento**: A meta global é deter e reverter o desmatamento até 2030. Dados recentes comprovam que o Brasil, apesar de avanços, ainda enfrenta altas taxas de desmatamento na Amazônia.

5. **Energia Renovável**: Atualmente, somente cerca de 29% da energia global é renovável. Triplicar essa capacidade exigirá investimentos massivos e cooperação internacional.

6. **Impactos Econômicos**: Segundo o Banco Mundial, os custos econômicos das mudanças climáticas podem reduzir o PIB global em até 18% até 2050, caso ações urgentes não sejam tomadas.

Conclusão

O documento apresenta uma visão ambiciosa e inclusiva, mas carece de maior detalhamento sobre saúde e financiamento. A COP30 tem o potencial de ser um ponto de inflexão, mas o sucesso dependerá da capacidade de transformar metas em ações concretas e de garantir que os resultados sejam relevantes para a vida cotidiana das pessoas, especialmente em áreas como saúde pública e justiça climática.

Quais serão os grandes temas que representantes de governos, de trabalhadores e de empregadores irão debater nos próximos dias, em Genebra, na Conferência Internacional do Trabalho, promovida pela OIT?

What will be the major issues that representatives of governments, workers and employers will debate in the coming days in Geneva, at the International Labour Conference, promoted by the ILO?

René Mendes

Resumo: Como ocorre todos os anos, na primeira quinzena de junho realiza-se a Conferência Internacional do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, que neste ano de 2025 celebrará sua 113ª edição, agendada para o período de 2 a 13 de junho. Dela participam milhares de delegados de 187 países membros da OIT, sempre em delegações tripartites, isto é, com delegados que representam governos, trabalhadores e empregadores. O presente artigo traz uma antecipação da agenda desta 113ª edição da Conferência, destacando os principais temas técnicos e políticos que serão debatidos. Entre eles, destaque foi dado a cinco temas: (1) Proteção contra riscos biológicos no trabalho – segunda discussão sobre uma proposta de Convenção e Recomendação. (2) Trabalho decente na economia de plataforma – primeira discussão sobre a definição de normas. (3) Abordagens inovadoras para combater a informalidade e promover o trabalho formal – discussão geral; (4) Contribuição tripartite para a Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em 2025 – discussão sobre a contribuição da OIT; (5) Alterações à Convenção do Trabalho Marítimo – aprovação das emendas adotadas na quinta reunião do Comitê Tripartite Especial, em abril de 2025. Nos próximos números de Cadernos CRIS serão analisadas as principais decisões técnicas e políticas relativas a estes temas.

Palavras-chave: Organização Internacional do Trabalho (OIT); 113ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT); trabalho e trabalhadores.

Summary: *As occurs every year, in the first half of June, the International Labour Conference, promoted by the International Labour Organization (ILO), is held in Geneva. This year, in 2025, it will celebrate its 113th edition, scheduled for the period from June 2 to 13. Thousands of delegates from 187 ILO member countries will participate, always in tripartite delegations, that is, with delegates representing governments, workers and employers. This article provides an advance of the agenda of this 113th edition of the Conference, highlighting the main technical and political topics that will be discussed. Among them, five topics were highlighted: (1) Protection against biological hazards at work – second discussion on a proposed Convention and Recommendation. (2) Decent work in the platform economy – first discussion on the definition of standards. (3) Innovative approaches to combat informality and promote formal work – general discussion; (4) Tripartite contribution to the Second World Summit for Social Development in 2025 – discussion on the ILO's contribution; (5) Amendments to the Maritime Labour Convention – approval of the amendments adopted at the fifth meeting of the Special Tripartite Committee in April 2025. The main technical and political decisions related to these topics will be analyzed in the next issues of Cadernos CRIS.*

Keywords: *International Labour Organization (ILO); 113th International Labour Conference (ILC); work and workers.*

INTRODUÇÃO

Como ocorre anualmente, desde 1919 – com poucas interrupções –, de 2 a 13 de junho deste ano reúne-se em Genebra a Conferência Internacional do Trabalho, em sua 113ª edição. São esperadas delegações tripartites – governos, empregadores e trabalhadores – de todos os 187 estados-membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A cidade recebe, habitualmente, de três a quatro mil pessoas, entre delegados, assessores e acompanhantes, e os grandes temas pautadas para a Conferência mobilizam as delegações nacionais tripartites, mas que também se juntam, debatem e negociam com os seus pares de outros países, segundo sua natureza ou 'posição de classe', buscando alianças, parcerias, formação de blocos, enfim, todas as alternativas possíveis nos jogo aparentemente democrático e participativo, em torno dos grandes temas pautados. Além disto, inúmeras atividades paralelas correm 'por fora', segundo interesses comuns e oportunidades para negociações, alianças e até negócios.

Para esta 113ª Conferência[16], além dos temas de praxe - administrativos, organizacionais e orçamentários - destacam-se as apresentações da Comissão de Normas Internacionais do Trabalho (cujo Relatório/Informe apresenta e analisa centenas de denúncias de violações das convenções internacionais, documento este, já disponível[17], com 1159 páginas, e que inclui denúncias contra o Brasil); assim como cinco grandes temas que foram pautados: (1) Proteção contra riscos biológicos no trabalho – segunda discussão sobre uma proposta de Convenção e Recomendação[18]. (2) Trabalho decente na economia de plataforma – primeira discussão sobre a definição de normas[19]. (3) Abordagens inovadoras para combater a informalidade e promover o trabalho formal – discussão geral[20]; (4) Contribuição tripartite para a Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em 2025 – discussão sobre a contribuição da OIT; (5) Alterações à Convenção do Trabalho Marítimo – aprovação das emendas adotadas na quinta reunião do Comitê Tripartite Especial, em abril de 2025.

Por certo, todos estes grandes temas são de grande relevância não apenas para a OIT e os países-membros, mas para o mundo, quando vistos sob a perspectiva de Saúde Global, Saúde Internacional, Diplomacia da Saúde, com suas obvias interfaces com a Economia, o Trabalho, o Meio Ambiente, entre outras áreas de interesse convergente. Pretendemos abordar alguns destes temas, nesta série de Cadernos CRIS, também no Seminário Avançado (18 de junho). Nesta edição no. 9 dos Cadernos CRIS, faremos uma breve panorâmica geral do Programa Provisório da Conferência e a Agenda temática dos principais temas pautados, entre outras informações de interesse geral.

---

[16] https://www.ilo.org/resource/news/ilc/113/ilo-hold-its-113th-annual-international-labour-conference

[17] https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-02/Report%20III%28A%29-2025-%5BNORMES-241219-002%5D-EN_0.pdf

[18] https://www.ilo.org/es/conferencia-internacional-del-trabajo-cit/113a-reunion-de-la-conferencia-internacional-del-trabajo/comisiones-de-la-113a-reunion-de-la-conferencia-internacional-del-trabajo/comision-normativa-sobre-los-peligros-biologicos-cnb

[19] https://www.ilo.org/es/conferencia-internacional-del-trabajo-cit/113a-reunion-de-la-conferencia-internacional-del-trabajo/comisiones-de-la-113a-reunion-de-la-conferencia-internacional-del-trabajo/comision-normativa-sobre-el-trabajo-decente-en-la-economia-de-plataformas

[20] https://www.ilo.org/es/resource/documento-de-conferencia/ilc/113/enfoques-innovadores-para-abordar-la-informalidad-y-promover-la-transicion

PROGRAMA PROVISÓRIO DA 113ª SESSÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO[21]

Para introduzir nosso texto, daremos uma visão geral do Programa Provisório da plenária e das comissões da Conferência Internacional do Trabalho (113ª sessão). Este Programa Provisório está sujeito à aprovação da Conferência, em sua sessão de abertura, e a quaisquer alterações que a Comissão de Assuntos Gerais possa decidir posteriormente. Quaisquer alterações serão anunciadas no Programa Diário da Conferência e no aplicativo de eventos da OIT.

Sessão de abertura

A 113ª Sessão (2025) da Conferência será aberta na segunda-feira, 2 de junho, às 11h, horário de Genebra. A sessão de abertura consistirá dos seguintes elementos:

- Abertura formal pelo Presidente do Conselho de Administração;
- Eleição do Presidente da Conferência Internacional do Trabalho;
- Eleição dos Vice-Presidentes da Conferência;
- Nomeações das Mesas dos grupos;
- Constituição de comissões;
- Delegação de autoridade às Mesas da Conferência;
- Discurso de abertura do Presidente da Conferência;
- Discurso de abertura do Diretor-Geral da OIT e apresentação do seu relatório à Conferência;
- Apresentação do Presidente do Conselho de Administração do seu relatório;
- Discursos de abertura dos Presidentes dos grupos de Empregadores e Trabalhadores;
- Encerramento da sessão.

Fórum da Coalizão Global pela Justiça Social[22]

O segundo **Fórum da Coalizão Global pela Justiça Social** acontecerá na quinta-feira, 12 de junho, a partir das 9h. Este encontro anual dos parceiros da **Coalizão** proporcionará um espaço para a apresentação das atividades implementadas sob os auspícios da **Coalizão**. Da mesma forma, servirá como uma plataforma para os parceiros compartilharem conhecimentos, ferramentas e experiências.

Adoção dos relatórios e resultados das Comissões

A Conferência adotará o relatório da **Comissão de Assuntos Gerais** na quinta-feira, 5 de junho, e o relatório da **Comissão de Finanças** na segunda-feira, 9 de junho.

O relatório da **Comissão de Discussão Geral sobre a Promoção de Transições para a Formalidade** será adotado após o encerramento do segundo **Fórum da Coalizão Global pela Justiça Social,** na quinta-feira, 12 de junho.

Os relatórios da **Comissão de Credenciais**, da **Comissão de Normas sobre Riscos Biológicos**, da **Comissão de Normas sobre Trabalho Decente na Economia de Plataforma** e **da Comissão de Aplicação de Normas** serão adotados na sexta-feira, 13 de junho.

[21] https://www.ilo.org/es/resource/documento-de-conferencia/ilc/113/orden-del-dia-de-la-113a-reunion-de-la-conferencia-internacional-del

[22] https://social-justice-coalition.ilo.org/es

Cerimônia de Encerramento

A sessão de encerramento da 113ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho acontecerá no Palácio das Nações, na sala XX, na sexta-feira, 13 de junho, após a discussão e adoção dos relatórios restantes das comissões. A cerimônia de encerramento incluirá discursos do Presidente e dos Vice-Presidentes da Conferência, bem como do Diretor-Geral da OIT.

Dia Mundial contra o Trabalho Infantil

A Conferência celebrará o **Dia Mundial contra o Trabalho Infantil** na quarta-feira, 11 de junho, das 13h30 às 14h45 (horário de verão da Europa Central). O evento deste ano será realizado sob o lema **"O progresso é claro, mas ainda há mais a fazer: vamos acelerar!"**. Será uma oportunidade para os membros tripartites discutirem os avanços e os desafios em relação à eliminação do trabalho infantil. Informações completas estarão disponíveis no site da Conferência.

AGENDA DA 113ª SESSÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

A agenda da 113ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, conforme aprovada pelo Conselho de Administração da OIT, consiste nos dez itens a seguir. Uma breve descrição de cada item é apresentada na próxima seção.

Pontos da Agenda que são permanentes

I. Relatórios do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor-Geral;

II. Projeto de Programa e Orçamento para 2026-27 e outras questões;

III. Informações e relatórios sobre a aplicação de Convenções e Recomendações.

Pontos incluídos na agenda pela Conferência ou pelo Conselho de Administração

IV. Proteção contra riscos biológicos no ambiente de trabalho (estabelecimento de normas, segunda discussão) (No procedimento de dupla discussão, a Conferência pode adotar uma norma internacional do trabalho em duas sessões, ou seja, ao longo de dois anos);

V. Trabalho decente na economia de plataforma (estabelecimento de normas, primeira discussão);

VI. Discussão geral sobre abordagens inovadoras para combater a informalidade e promover transições para a formalidade, a fim de promover o trabalho decente;

VII. Contribuição tripartite da OIT para a Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em 2025;

VIII. Medidas previstas no artigo 33 da Constituição para garantir o cumprimento, por Mianmar, das recomendações da Comissão de Inquérito;

IX. Aprovação de emendas ao Código da Convenção do Trabalho Marítimo de 2006, conforme alterada, adotadas pelo Comitê Tripartite Especial estabelecido pelo Artigo XIII da Convenção do Trabalho Marítimo em sua quinta reunião em abril de 2025.

PONTO IV DA PAUTA: PROTEÇÃO CONTRA RISCOS BIOLÓGICOS (ELABORAÇÃO DE NORMAS, SEGUNDA DISCUSSÃO) (Comitê de Normas sobre Riscos Biológicos)

Reconhecendo as lacunas regulatórias nessa área, o Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho decidiu, em sua 341ª Sessão (março de 2021), incluir na pauta das 112ª e 113ª Sessões (2024 e 2025) da Conferência Internacional do Trabalho um ponto relacionado à **proteção da segurança e saúde dos trabalhadores contra riscos biológicos** (produção de normas por dupla discussão), seguindo as recomendações do Grupo de Trabalho Tripartite do Mecanismo de Revisão de Normas.

A primeira discussão deste ponto ocorreu na 112ª Sessão (2024) da Conferência e levou à adoção de uma Resolução que aprovou o relatório do Comitê de Normas sobre Riscos Biológicos e suas Conclusões propostas, que incluíam projetos de texto para uma **Convenção** complementados por uma **Recomendação**.

Após essa decisão e em conformidade com o artigo 46(6) do Regimento Interno, o Secretariado da OIT preparou e divulgou o **Relatório ILC.113/Relatório IV(3)**[23], contendo minutas dos instrumentos propostos. Os Estados-Membros, após consultarem as organizações mais representativas de empregadores e trabalhadores em seus países, foram convidados a apresentar comentários e indicar se os textos propostos ofereciam uma base satisfatória para a segunda discussão.

O quarto e último **Relatório ILC.113/Relatório IV(4)**[24] incorpora emendas aos instrumentos propostos com base em observações recebidas de governos, empregadores e organizações de trabalhadores, consolidando elementos de relatórios anteriores e alinhando os textos com as normas internacionais para fornecer uma base abrangente para as discussões na 113ª Sessão da Conferência. O relatório está dividido em duas partes: (1) respostas recebidas e comentários, que explicam a justificativa das alterações propostas; e (2) a **Convenção** e a **Recomendação** propostas, revisadas para refletir as observações dos constituintes. Um **Adendo** também foi acrescentado[25].

Os instrumentos propostos visam suprir lacunas normativas na proteção contra riscos biológicos no ambiente de trabalho. Reconhecendo o impacto significativo dos riscos biológicos, como demonstrado pela pandemia de COVID-19 e outras crises sanitárias globais, os instrumentos enfatizam a necessidade de medidas de preparação e resposta, bem como de coordenação interinstitucional para lidar com os riscos biológicos, incluindo perigos e riscos emergentes e reemergentes, proporcionando flexibilidade para implementação nacional e garantindo alinhamento e complementaridade com outras normas internacionais de segurança e saúde dos trabalhadores.

Este processo iterativo destaca o compromisso da OIT com o avanço da proteção contra riscos biológicos, refletindo seu mandato de garantir ambientes de trabalho seguros e saudáveis todo o mundo.

[23] https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-03/ILC113-IV%283%29-%5BGOVERNANCE-240708-001%5D-Web-SP.pdf
[24] https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-02/ILC113-IV%284%29-%5BGOVERNANCE-241216-001%5D-Web-SP.pdf
[25] https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-03/ILC113-IV%20%284%29%28Add.%201%29-%5BGOVERNANCE-250307-001%5D-Web-SP.pdf

PONTO V DA PAUTA: TRABALHO DECENTE NA ECONOMIA DE PLATAFORMA (DEFINIÇÃO DE NORMAS, PRIMEIRA DISCUSSÃO) (Comitê de Definição de Normas sobre Trabalho Decente na Economia de Plataforma)

O Conselho de Administração da OIT decidiu, em sua 341ª Sessão (março de 2021), "solicitar ao Secretariado a convocação de uma reunião tripartite de especialistas sobre a questão do **'trabalho decente na economia de plataforma'** ao longo de 2022". Esta reunião ocorreu em Genebra de 10 a 14 de outubro de 2022.

Em sua 346ª Sessão (outubro-novembro de 2022), o Conselho de Administração, tendo sido informado dos resultados da reunião de especialistas, decidiu incluir na pauta da 113ª Sessão (2025) da Conferência um item sobre trabalho decente na economia de plataforma e solicitou ao Escritório que apresentasse à 347ª Sessão (março de 2023) do Conselho de Administração uma análise de lacunas normativas para subsidiar sua tomada de decisão sobre a natureza do item a ser incluído na pauta da Conferência.

A análise de falhas, ausências e insuficiências normativas indicou lacunas no âmbito de aplicação pessoal das normas internacionais de trabalho existentes e lacunas temáticas decorrentes do fato de algumas características do trabalho em plataformas não terem sido totalmente abordadas nas normas existentes. Essas falhas, ausências e insuficiências incluíam lacunas na aplicabilidade de algumas normas a trabalhadores autônomos e lacunas temáticas, particularmente em relação ao impacto do uso de algoritmos nas condições de trabalho.

De acordo com o Regimento Interno da Conferência Internacional do Trabalho relativo a um procedimento de dupla discussão, o Secretariado elaborou um relatório sobre legislação e prática, intitulado **"Concretizar o trabalho decente na economia de plataforma"** (ILC.113/Relatório V/1[26]), que foi disponibilizado a todos os Estados-Membros em 31 de janeiro de 2024. O relatório forneceu informações atualizadas sobre o trabalho digital em plataformas e o desenvolvimento de regulamentações e práticas sobre esta matéria em todo o mundo. Continha também um questionário sobre a necessidade de adotar um ou mais novos instrumentos sobre trabalho decente na economia de plataforma e, em caso afirmativo, a forma, o âmbito e o conteúdo de tais instrumentos.

Após o recebimento das respostas ao questionário, um segundo relatório foi elaborado e disponibilizado a todos os Estados-Membros em 3 de fevereiro de 2025. O segundo relatório**, "Concretizar o trabalho decente na economia de plataforma"** (ILC.113/Relatório V/2)[27], contém um resumo e uma análise das respostas ao questionário acima mencionado.

As conclusões propostas, com vistas a uma **Convenção** acompanhada de uma **Recomendação**, foram elaboradas com base nessas respostas. As informações fornecidas destinam-se a servir de base para esta primeira discussão na 113.ª Sessão da Conferência.

PONTO VI DA PAUTA: DISCUSSÃO GERAL SOBRE ABORDAGENS INOVADORAS PARA COMBATER A INFORMALIDADE E PROMOVER TRANSIÇÕES PARA A FORMALIDADE, A FIM DE PROMOVER O TRABALHO DECENTE (Comitê de Discussão Geral sobre a Promoção de Transições para a Formalidade)

[26] https://www.ilo.org/pt-pt/resource/conference-paper/ilc/113/realizar-o-trabalho-digno-na-economia-das-plataformas; https://www.ilo.org/sites/default/files/2024-07/ILC113-V%281%29-%5B

[27] https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-02/ILC113-V%282%29-%5BWORKQ-241129-001%5D-Web-SP_0.pdf

Em sua 347ª Sessão (março de 2023), o Conselho de Administração da OIT decidiu incluir na pauta da 113ª Sessão (2025) da Conferência Internacional do Trabalho um ponto para discussão geral sobre abordagens inovadoras para combater a informalidade e promover transições para a formalidade, a fim de promover o trabalho decente.

A **economia informal** continua sendo um aspecto significativo do mundo do trabalho, impactando todas as regiões, incluindo países de alta renda. Embora a proporção de empregos informais tenha diminuído gradualmente nas últimas duas décadas – de 62% em 2004 para 58% em 2024 – o progresso tem sido lento e o número total de trabalhadores informais continua a crescer, ultrapassando 2 bilhões em 2024. A informalidade varia amplamente, afetando 13% dos trabalhadores em países de alta renda e quase 90% em países de baixa renda. Enquanto isso, até 80% das empresas operam atualmente na economia informal.

Essa informalidade generalizada e persistente apresenta desafios significativos à concretização dos direitos dos trabalhadores – incluindo princípios e direitos fundamentais no trabalho e acesso à proteção social adequada – bem como às suas condições de trabalho. Também prejudica o Estado de Direito, prejudica a produtividade e impacta negativamente o desenvolvimento de empresas sustentáveis, as receitas públicas e o escopo de ação dos governos – particularmente na formulação de políticas econômicas, sociais e ambientais – bem como a solidez das instituições e a concorrência leal nos mercados nacionais e internacionais.

Acelerar o progresso na transição para a formalidade, em consonância com a **Recomendação sobre a Transição da Economia Informal para a Economia Formal, de 2015** (n.º 204)[28], é essencial para combater algumas das causas profundas dos déficits de trabalho decente. Garantir que ninguém seja 'deixado para trás' exige tanto a redução destes déficits na economia informal como o estabelecimento de condições que permitam aos indivíduos e às unidades econômicas saírem da informalidade.

O debate político sobre a transição para a economia formal, incluindo a prevenção da informalidade, encontra-se numa encruzilhada crítica. Embora os esforços e as capacidades nacionais tenham sido reforçados e novas oportunidades surjam da revolução digital e do envolvimento na cadeia de abastecimento ('cadeia de valor', 'cadeia produtiva'), a transição para a formalidade continua a ser um grande desafio.

Uma década após a adoção da **Recomendação n.º 204**, o debate geral proporcionará uma revisão oportuna e integrada de abordagens inovadoras e boas práticas. Isto proporcionará aos constituintes da OIT a oportunidade de acelerar e ampliar a operacionalização da **Recomendação n.º 204**, com o apoio do Secretariado.

Isso levará a Conclusões e a uma Resolução, fornecendo orientações adicionais sobre abordagens e ações políticas integradas e coerentes para abordar eficazmente a informalidade e acelerar a transição para a formalidade. Nesse sentido, o Secretariado aprimorará suas intervenções, incorporando essas abordagens em atividades de treinamento e compartilhamento de conhecimento destinadas a fortalecer a capacidade das partes interessadas. Essas abordagens servirão de base para o programa de ação prioritário **"Transição da economia informal para a formal"**, os próximos ciclos programáticos e orçamentários e as iniciativas de mobilização de recursos. Além disso, essas abordagens podem servir de base para novas iniciativas de combate à informalidade em colaboração com o sistema multilateral,

[28] https://normlex.ilo.org/dyn/nrmlx_en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:R204

particularmente no âmbito **da Coalizão Global para a Justiça Social** e do **Acelerador Global para Empregos e Proteção Social para Transições Justas**.

O Relatório preparado pelo Secretariado, intitulado **"Abordagens inovadoras para abordar a informalidade e promover a transição para a formalidade para um trabalho decente"** (ILC.113/Relatório VI)[29], fornece um contexto para a discussão da Conferência Internacional do Trabalho sobre abordagens inovadoras e boas práticas para abordar a informalidade e promover a transição para a formalidade para um trabalho decente. Seu objetivo é identificar novas ações e prioridades nos níveis global, regional e nacional, permitindo que a OIT e seus constituintes apoiem de forma mais eficaz os esforços bem-sucedidos de formalização, incluindo a prevenção da informalização. O Relatório está estruturado em três capítulos. O primeiro apresenta o conceito de informalidade, analisa tendências e impulsionadores recentes e examina os principais esforços políticos, tanto dentro quanto fora da OIT, para abordar a informalidade e promover a transição para a formalidade. O segundo se concentra em abordagens inovadoras e boas práticas, enfatizando os pré-requisitos para o sucesso na concepção e implementação de abordagens integradas para abordar a informalidade e promover a formalização, reconhecendo, ao mesmo tempo, a natureza multidimensional da informalidade e suas causas. O capítulo final sintetiza as principais lições aprendidas e estabelece as bases para o desenvolvimento e a implementação de um plano de ação, definindo papéis e responsabilidades para impulsionar um progresso significativo e sustentado em direção à formalização.

ITEM VII DA PAUTA: CONTRIBUIÇÃO TRIPARTITE DA OIT PARA A SEGUNDA CÚPULA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM 2025 (Comissão de Assuntos Gerais[30])

Em fevereiro de 2024, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu que a **Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social** seria realizada em Doha, Catar, de 4 a 6 de novembro de 2025, em nível de Chefes de Estado. A **Primeira Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social** ocorreu em Copenhague, Dinamarca, em 1995.

Com interesse estratégico na Cúpula, a OIT iniciou um processo preparatório precoce e inclusivo. Em sua 349ª Sessão (outubro-novembro de 2023), o Conselho de Administração decidiu estabelecer um **"Grupo de Trabalho sobre o Novo Contrato Social para Nossa Agenda Comum"** para preparar uma contribuição tripartite para a Cúpula e promover o engajamento significativo dos constituintes tripartites nos preparativos, tanto em nível nacional quanto internacional.

Após consultas informais realizadas em janeiro de 2024, o Conselho de Administração, em sua 350ª Sessão (março de 2024), decidiu que o **Grupo de Trabalho** seria composto por oito membros representando governos, quatro membros representando empregadores e quatro membros representando trabalhadores. Aprovou ainda as regras de funcionamento do **Grupo de Trabalho** e um roteiro para a preparação da contribuição da OIT para a **Cúpula**. Além disso, o Conselho de Administração decidiu incluir na pauta da 113ª Sessão (2025) da Conferência Internacional do Trabalho um item sobre a contribuição tripartite para a Cúpula.

Em conformidade com o roteiro acordado, o **Grupo de Trabalho** realizou quatro reuniões entre março e novembro de 2024 para redigir mensagens-chave como parte da

[29] https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-04/ILC113-VI-%5BAP-FORMALIZATION-250131-003%5D-Web-SP.pdf

[30] https://www.ilo.org/general-affairs-committee

contribuição tripartite para a **Cúpula**. Em sua segunda reunião, o representante do Governo da Colômbia foi eleito Presidente do Grupo de Trabalho por seus membros.

A 112ª Sessão (2024) da Conferência Internacional do Trabalho proporcionou aos delegados a oportunidade de se engajarem em um diálogo estratégico com os dois facilitadores do processo preparatório intergovernamental que levou à **Cúpula**, os Embaixadores da Bélgica e de Marrocos nas Nações Unidas, em Nova York. Nomeados pelo Presidente da Assembleia Geral, os facilitadores foram incumbidos de liderar as negociações entre os Estados-Membros sobre o documento final da **Cúpul**a, que assumiria a forma de uma **declaração política**. Além disso, após a discussão em plenário da Conferência sobre o relatório do Diretor-Geral intitulado **Rumo a um contrato social renovado**, que foi acolhido pelos delegados, o Secretariado transmitiu o Relatório aos facilitadores, conforme decidido pelo Conselho de Administração em sua 351ª Sessão (junho de 2024).

Em sua 352ª Sessão (outubro-novembro de 2024), o Conselho de Administração reuniu-se como um Comitê Plenário, permitindo que governos que não eram membros do Conselho de Administração trocassem opiniões sobre o rascunho das mensagens-chave. Após essa discussão, o Conselho de Administração, em seu formato regular, adotou uma versão ligeiramente revisada das mensagens-chave, que foi transmitida aos facilitadores, ao Secretário-Geral das Nações Unidas e ao Subsecretário-Geral das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais.

Em consonância com as decisões do Conselho de Administração, o **Grupo de Trabalho** reuniu-se em dezembro de 2024 e janeiro de 2025 para redigir uma Resolução para consideração do Conselho de Administração. Se aprovada, a Resolução também poderá ser submetida à Conferência Internacional do Trabalho para adoção. Concentrando-se no papel da OIT e de seus constituintes no acompanhamento da **Cúpula**, o projeto de Resolução incorpora as principais mensagens adotadas pelo Conselho de Administração.

Em sua 353ª Sessão (março de 2025), o Conselho de Administração considerou este item em duas ocasiões: primeiro no formato de uma Comissão Plenária e, posteriormente, em seu formato ordinário. Durante a Comissão Plenária, membros do Conselho de Administração, juntamente com governos não representados na mesma, trocaram opiniões com os facilitadores, que forneceram uma atualização sobre o processo preparatório intergovernamental em andamento que levou à **Cúpula**. A Comissão Plenária realizou então uma nova troca de opiniões sobre o projeto de Resolução a ser submetido à Conferência. Na segunda parte do debate, após um relatório oral do Presidente do Conselho de Administração sobre as discussões realizadas no Comitê Plenário, os membros do Conselho de Administração passaram a considerar o projeto de Resolução preparado pelo Grupo de Trabalho.

Após as emendas ao projeto de Resolução, o Conselho de Administração tomou nota do Relatório do **Grupo de Trabalho sobre o Novo Contrato Social para a Nossa Agenda Comum**[31] e decidiu transmitir à Conferência Internacional do Trabalho, para possível adoção em sua 113ª Sessão (2025), o projeto de Resolução emendado constante do apêndice do relatório.

[31] https://www.ilo.org/sites/default/files/2024-11/GB352-INS-21-1%28Rev.2%29-%5BPARTNERSHIPS-241105-001%5D-Web-EN.pdf
https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-02/GB353-INS-17-%5BPARTNERSHIPS-241218-001%5D-Web-SP.pdf

A Comissão de Assuntos Gerais da OIT deverá analisar e adotar o projeto de Resolução transmitido pela 353ª Sessão (março de 2025) do Conselho de Administração.

COMENTÁRIOS FINAIS

Os principais resultados dos debates e das decisões relativas a estes cinco grandes temas serão trazidos nos próximos números do Caderno CRIS. Um debate mais ampliado sobre o **Tema IV. "Proteção contra riscos biológicos no ambiente de trabalho"** será objeto do Seminário Avançado agendado para 18 de junho próximo.

A Cátedra e o Caminho: o papado frente às rotas humanas

The Chair and the Path: the Papacy and the Routes of Humanity

Rafael Gomes França
Caio Murta
Giacomo Giannelli
Júlia Moraes
Marina Sujkowski
Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo. Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migrações, Refúgio e Saúde Global aborda o papel singular do papado na política internacional ao combinar autoridade moral e diplomática com presença institucional em mais de 180 países. Essa atuação transcende fronteiras estatais, influenciando decisões globais em temas como justiça social, saúde pública e migrações. O Papa Francisco consolidou essa postura, denunciando a "cultura da indiferença" e promovendo princípios como acolher, proteger, promover e integrar migrantes e refugiados. Sua atuação simbólica e pastoral — como nas visitas a Lampedusa, Lesbos e à fronteira México-EUA — destacou a dimensão ética da mobilidade humana e confrontou políticas excludentes, inclusive em relação ao apoio de Estados a ações consideradas desumanas, como no caso da crise em Gaza. Seu sucessor, o Papa Leão XIV, reforça esse legado com trajetória pessoal marcada pela defesa de marginalizados, prometendo continuar a denunciar injustiças e promover respostas humanitárias. Sua liderança será crucial para contrabalançar a retórica anti-imigração crescente em países como Estados Unidos, Argentina, Portugal e Itália, reafirmando a centralidade da dignidade humana na governança global.

Palavras-chave: Papado; Migração; Dignidade Humana.

Abstract. *In this report, the Working Group on Migration, Refuge, and Global Health addresses the unique role of the papacy in international politics by combining moral and diplomatic authority with institutional presence in over 180 countries. This role transcends state borders, influencing global decisions on issues such as social justice, public health, and migration. Pope Francis consolidated this stance by denouncing the "culture of indifference" and promoting the principles of welcoming, protecting, promoting, and integrating migrants and refugees. His symbolic and pastoral actions — including visits to Lampedusa, Lesbos, and the Mexico–U.S. border — highlighted the ethical dimension of human mobility and challenged exclusionary policies, including those involving state support for actions considered inhumane, as seen in the Gaza crisis. His successor, Pope Leo XIV, reinforces this legacy with a personal trajectory marked by the defense of marginalized populations, vowing to continue denouncing injustices and promoting humanitarian responses. His leadership will be crucial in countering the rising anti-immigration rhetoric in countries such as the United States, Argentina, Portugal, and Italy, reaffirming the centrality of human dignity in global governance.*

Keywords: *Papacy; Migration; Human Dignity.*

Importância do papado na política internacional, influência sobre a saúde e migrações

A figura do papado desempenha, há séculos, um papel singular na política internacional, exercendo uma autoridade moral e diplomática que transcende fronteiras estatais e religiosas. Como chefe da Igreja Católica e líder do Estado do Vaticano, o papa atua como um agente influente em negociações multilaterais, mediações de conflitos e posicionamentos éticos sobre temas globais. O papado mantém relações diplomáticas com mais de 180 países e participa ativamente de fóruns internacionais, conferindo à Santa Sé uma capacidade de articulação política que poucos atores não estatais possuem. Essa atuação se torna especialmente relevante em contextos de crise humanitária, disputas por justiça social e debates sobre os rumos do desenvolvimento global.

Além da sua influência política, o papado tem impacto direto sobre questões centrais como a saúde pública e as migrações, moldando discursos e ações com base em princípios éticos e humanitários. A Igreja Católica é responsável por uma das maiores redes de assistência à saúde do mundo, com destaque para as Santas Casas de Misericórdia no Brasil, que atendem milhões de pessoas e são pilares do Sistema Único de Saúde (SUS). Em países em desenvolvimento, especialmente na África e na América Latina, a presença de ordens religiosas e institutos ligados ao Vaticano é fundamental para o funcionamento de hospitais, postos de saúde e programas de combate a doenças endêmicas. Instituições como os Missionários Combonianos, os Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus e as Irmãs da Caridade atuam diretamente em regiões vulneráveis, oferecendo desde atendimento médico básico até cirurgias e cuidados paliativos. Ao mesmo tempo, o discurso papal mais recente tem se voltado para uma preocupação social, reforçando a dignidade da vida humana e a responsabilidade coletiva em questões como o acolhimento de migrantes e refugiados e a defesa de políticas de hospitalidade e solidariedade frente às crises migratórias.

Histórico da relação entre Igreja católica, migrantes e refugiados: Legado do Papa Francisco

Desde o início de seu pontificado, o papa Francisco tem conferido centralidade às questões relacionadas às migrações e ao refúgio, tanto em seus gestos quanto em suas palavras. Sua atuação se configura como um testemunho concreto e, simultaneamente, como uma denúncia das situações em que a dignidade da pessoa humana é negligenciada e a cultura da indiferença prevalece. Destaca-se, nesse contexto, a particular predileção de Francisco por pautas relacionadas a questões que envolviam migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade. A preocupação do papa com os migrantes e refugiados transcende a dimensão assistencial ou mesmo o imperativo de promover sua integração. Está profundamente enraizada em sua compreensão acerca da natureza humana e das relações interpessoais, as quais, conforme a fé cristã, devem ser pautadas pelo amor e pela solidariedade[8].

Por meio de sua denúncia da cultura da indiferença — evidenciada, de modo particular, no tratamento dispensado aos indivíduos forçados a migrar —, o papa Francisco interpela a Igreja e, em especial, as instâncias reflexivas do mundo eclesial, acerca da necessidade de promover uma migração epistêmica. Esta é compreendida como a capacidade de elaborar a teologia a partir do lugar social daqueles que são violentados e marginalizados. O próprio Francisco exemplifica essa postura por meio de seus gestos criativos e simbólicos de aproximação e acolhimento aos migrantes e refugiados[8].

“Grito de Lampedusa”

A primeira viagem apostólica do papa Francisco, realizada em 8 de julho de 2013, teve como destino a Ilha de Lampedusa, no sul da Itália, local marcado, poucos meses antes, pela tragédia na qual aproximadamente trezentos migrantes e solicitantes de refúgio perderam a vida por afogamento[8]. Embora a visita tenha durado apenas algumas horas, a mensagem transmitida por Francisco naquela manhã foi decisiva para estabelecer o tom de seu recém-iniciado pontificado. Na ocasião, o papa criticou aquilo que denominou como uma “cultura de conforto”, que conduz à indiferença e à insensibilidade diante do sofrimento alheio. Para ele, no contexto de um mundo globalizado, instaurou-se também uma “indiferença globalizada”, caracterizada pelo hábito de ignorar o sofrimento dos outros, como se não fosse uma responsabilidade pessoal ou comunitária[10].

Ao escolher Lampedusa como destino de sua primeira viagem fora de Roma, logo após sua eleição, e ao aproveitar a ampla visibilidade midiática que tal deslocamento proporcionou, Francisco buscou dar destaque a uma tragédia humanitária até então negligenciada. Dessa forma, reiterou a convicção de que aqueles que se identificam como cristãos possuem a obrigação ética e espiritual de oferecer uma resposta concreta diante de tais situações de sofrimento e exclusão[10].

Encontros com refugiados em centros de acolhimentos

Em 2016, o Bispo de Roma realizou uma visita à Ilha de Lesbos, na Grécia, em 16 de abril daquele ano. À época, o país figurava entre os principais pontos de passagem e acolhimento de migrantes no mundo, em virtude dos intensos fluxos migratórios que atravessavam a região[8]. Em seu pronunciamento, o papa Francisco destacou que os migrantes não podem ser reduzidos a meros dados estatísticos, pois são, acima de tudo, sujeitos com rostos, nomes e trajetórias singulares. Ressaltou, ainda, que a Europa, enquanto berço dos direitos humanos, deve assegurar que todos aqueles que nela chegam possam experimentar esse compromisso com a dignidade e a proteção dos direitos fundamentais, despertando, assim, uma maior consciência quanto à necessidade de respeitá-los e defendê-los. O pontífice também lamentou as inúmeras tragédias envolvendo migrantes, mencionando, de modo particular, as mortes de diversas pessoas — inclusive muitas crianças — que perderam a vida no mar, vítimas de travessias desumanas[9].

Em continuidade a sua atuação pastoral voltada à questão migratória, o papa Francisco visitou, em 17 de fevereiro de 2016, a fronteira norte do México, um dos principais pontos de passagem de migrantes rumo aos Estados Unidos. Na sequência, realizou uma visita à Turquia, entre 28 e 30 de novembro de 2016, país que, à época, se configurava como uma das principais rotas de trânsito para milhares de refugiados oriundos do Oriente Médio com destino à União Europeia. Em 2017, o pontífice deslocou-se à Colômbia, entre 6 e 11 de setembro, país que apresentava o maior número de refugiados e migrantes forçados internos na América Latina. Mais recentemente, entre 26 de novembro e 2 de dezembro de 2017, Francisco visitou Mianmar e Bangladesh, regiões marcadas pela grave perseguição à minoria muçulmana Rohingya[8].

Nesse contexto, o papa Francisco convocou os cristãos à corresponsabilidade, juntamente com as Nações, na formulação e implementação dos pactos globais sobre migrações e refúgio. Trata-se de um dos múltiplos compromissos que ele reiteradamente propôs, dirigindo-se não apenas às comunidades cristãs diretamente envolvidas com situações migratórias, mas

também à sociedade global em sua totalidade. Na mensagem para o Dia Mundial do Migrante de 2018, Francisco sintetizava o significado que atribui aos quatro verbos fundamentais que orientam a ação pastoral e social frente aos migrantes: acolher, proteger, promover e integrar. Tais ações são compreendidas como dimensões essenciais e indissociáveis, que sintetizam e exigem todas as demais iniciativas orientadas à promoção e defesa da vida humana em sua dignidade plena[8].

Gaza

Um dos fatos mais marcantes do legado deixado pelo Papa Francisco era sua solidariedade com o povo palestino e repúdio à grave crise humanitária causada pelo Estado de Israel, em especial, desde outubro de 2023. Horas antes de sua morte, na missa de Páscoa de 2025, Francisco expressou sua preocupação com Gaza, onde "um conflito terrível continua causando morte e destruição e a criar uma situação humanitária dramática e deplorável"[1]. Em sua posição de liderança de mais de 1,4 bilhões de católicos ao redor do mundo, clamou por um cessar-fogo, pela liberação de reféns e por ajuda humanitária para os palestinos na região[1]. No mesmo dia, o Papa encontrou o vice-presidente dos Estados Unidos, potência que apoia ativamente Israel, JD Vance, após ter declarado suas críticas à administração Trump pelas deportações de migrantes em massa[1].

Esta não foi a primeira manifestação pública do Papa sobre a tragédia em Gaza. Segundo George Anton, representante da igreja católica de Gaza, Francisco ligava todos os dias para perguntá-los sobre a situação das vítimas no território[2], e acreditava que as pessoas em Gaza mereciam viver com liberdade e dignidade[2]. Em seu livro Jubileu de 2025, Francisco mencionou a crise humanitária e os milhares de refugiados buscando abrigo nos países vizinhos, após serem vítimas da fome e com a imensa dificuldade de acessar assistência nos territórios ocupados[3]. Além disso, o Papa ressaltou que as ações de Israel têm características de genocídio, segundo alguns especialistas, e devem ser cuidadosamente investigadas para determinar se se encaixam ou não nessa categoria de acordo om o direito internacional[3]. Uma de suas últimas ações de solidariedade a Gaza foi a doação do papamóvel, que foi utilizado durante sua visita a Benthelem, na Palestina, em 2014, para ser usado como uma clínica móvel para prover assistência humanitária a crianças[4]. O veículo foi equipado com kits de diagnóstico rápido, materiais de sutura, seringas, vacinas, oxigênio, medicamentos refrigerados e outros itens essenciais para apoio nas emergências de saúde e traumas[4].

Missa na fronteira México-EUA

Em uma de suas diversas demonstrações contra as políticas anti-imigratórias dos Estados Unidos, o Papa Francisco realizou uma missa na Ciudad Juaréz, fronteira com os EUA, em fevereiro de 2016, um momento crítico da crise migratória pré-eleição de Trump[5]. Em frente a mais de 200 mil pessoas, o Papa condenou a migração forçada de milhares de pessoas que se tornou uma tragédia humanitária, ressaltou um cenário de injustiça que sempre vulnerabiliza os mais pobres e abençoou um memorial a migrantes que tentaram atravessar a fronteira dos EUA[5]. O objetivo do Papa foi de chamar a atenção para as dezenas de milhares de refugiados da América Central, inclusive famílias e crianças desacompanhadas, que fogem da violência e da pobreza de seus países de origem, e enviar uma dura mensagem aos tomadores de decisão no México e nos EUA, que têm respondido de maneira desumana à crise[6].

À época, Francisco também afirmou que aqueles que pensam apenas em construir muros e não pontes "não são cristãos"[7]. Suas declarações criaram tensão com o governo Trump.

Tom Homam, um dos principais encarregados de implementar a política de fronteiras dos EUA, questionou o Papa: “ele precisa focar em seu trabalho e deixar que façamos o enforcement - há um muro ao redor do Vaticano, não é?”[7]. No primeiro governo de Trump, católicos mais conservadores e contra as reformas de Francisco foram convidados a assumir posições de liderança[7]. Em meio a este cenário, Francisco foi reconhecido por se posicionar politicamente com maior abertura que seus antecessores, até mesmo sendo acusado de ter associações com o governo do México.

Novo Papa e perspectivas futuras

Robert Francis Prevost, o Papa Leão XIV, assumiu o papado em maio de 2025, trazendo consigo uma trajetória marcada pelo compromisso com os migrantes e os marginalizados. Seu antecessor, o Papa Francisco, foi amplamente reconhecido por sua defesa dos direitos dos migrantes, e Leão XIV parece determinado a continuar esse legado. Em seu primeiro discurso como pontífice, ele enfatizou a importância de respeitar a dignidade dos imigrantes, destacando a necessidade de compaixão e solidariedade em tempos de crescente hostilidade contra os deslocados.[8]

A experiência pessoal de Leão XIV reforça sua empatia pelas causas migratórias. Nascido em Chicago, ele migrou para o Peru em 1985 como missionário agostiniano, onde trabalhou por mais de duas décadas em comunidades rurais e enfrentou desafios sociais e políticos. Durante esse período, ele se naturalizou peruano, adquirindo dupla cidadania. Sua vivência no Peru, incluindo a defesa de vítimas de abusos e sua atuação contra injustiças, moldou sua visão pastoral centrada na justiça social e na inclusão.[9]

A postura do novo papa em relação à imigração também é compartilhada por sua família. Seu irmão, John Prevost, afirmou que Leão XIV "não está feliz com o que está acontecendo com a imigração" e que não permanecerá em silêncio diante das injustiças. Essa declaração sugere que o pontífice continuará a abordar questões migratórias com firmeza, alinhando-se às preocupações expressas por Francisco durante seu papado e sua trajetória pessoal como migrante e missionário[10]. Outro fator relevante que faz crer que Leão XIV terá posicionamentos semelhantes aos de Francisco, é pelo compartilhamento de artigos de opinião em suas redes sociais que manifestaram críticas a JD Vance, vice-presidente dos Estados Unidos, sobre suas declarações anti-migratórias sob pretexto religioso.[11]

Apesar de sua origem americana, Leão XIV enfrenta críticas de setores conservadores nos Estados Unidos, especialmente daqueles alinhados ao movimento "Make America Great Again", que o acusam de promover uma agenda liberal. No entanto, sua abordagem reflete os ensinamentos sociais da Igreja Católica, enfatizando a dignidade humana e a necessidade de acolher os necessitados. Diante de um cenário global de crescente deslocamento e políticas migratórias restritivas, o Papa Leão XIV emerge como uma voz moral em defesa dos migrantes.

Sua liderança, portanto, será crucial para fazer frente à retórica anti-imigração cada vez mais robusta em países como Estados Unidos, Argentina, Portugal e Itália. A presença de um papa engajado com os direitos dos deslocados pode contribuir não apenas para a denúncia das injustiças, mas também para a articulação de respostas humanitárias, éticas e políticas que reforcem a centralidade da dignidade humana em um mundo marcado por muros, expulsões e xenofobia.

Referências Bibliográficas

1. https://www.aljazeera.com/opinions/2025/4/21/before-he-died-pope-francis-called-for-peace-in-gaza-will-anyone-listen
2. https://www.npr.org/2025/04/22/g-s1-62064/pope-francis-gaza-church-palestinian-christians
3. https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2024-11/pope-investigate-whether-genocide-is-taking-place-in-gaza.html
4. https://www.catholicnewsagency.com/news/263857/pope-francis-last-gift-to-gaza-a-popemobile-converted-into-mobile-clinic
5. https://edition.cnn.com/2016/02/17/world/pope-francis-border-mass
6. https://time.com/4226808/pope-francis-border-mass/
7. https://www.usatoday.com/story/news/world/2025/04/21/pope-francis-took-sides-immigration-conservatism/78958176007/
8. CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. Papa Francisco e os Refugiados. As migrações forçadas, a vida cristã e a configuração eclesial no mundo contemporâneo. Disponível em: https://www.csem.org.br/pt_br/artigo/papa-francisco-e-os-refugiados-as-migracoes-forcadas-a-vida-crista-e-a-configuracao-eclesial-no-mundo-contemporaneo/. Acesso em: 24 mai. 2025.
9. EURO NEWS. Papa Francisco visita Lesbos e quer levar refugiados para o Vaticano. Disponível em: https://pt.euronews.com/2016/04/16/papa-francisco-visita-lesbos-e-quer-levar-refugiados-para-o-vaticano. Acesso em: 25 mai. 2025.
10. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. 10 anos depois, o “grito” de Lampedusa do Papa Francisco oferece um apelo renovado para acolher os migrantes. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/?id=630315. Acesso em: 26 mai. 2025.
11. https://www.americamagazine.org/politics-society/2025/05/13/pope-leo-xiv-migration-first-steps-250663
12. https://19thnews.org/2025/05/pope-leo-american-chosen-robert-francis-prevost/
13. https://www.theguardian.com/world/2025/may/09/pope-leo-shares-predecessors-concerns-over-us-immigration-policy-brother-says
14. https://www.npr.org/2025/05/25/nx-s1-5409641/pope-leo-xivs-time-in-peru-offers-a-glimpse-into-his-immigration-views
15. https://www.bbc.com/news/articles/c4g2rpn3p9ro

Saúde e Bem-Estar dos Adolescentes e atualizações da situação de crianças em Gaza

Adolescent Health and Wellbeing and Updates on the Situation of Children in Gaza

Salud y Bienestar de los Adolescentes y Actualizaciones sobre la Situación de los Niños en Gaza

Maria Teresa Rossetti Massari
Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Resumo: O artigo "*A Call to Action: The Second Lancet Commission on Adolescent Health and Wellbeing*", publicado em maio de 2025, apresenta uma análise abrangente da saúde e bem-estar dos adolescentes no contexto global. A comissão destaca avanços desde 2016, como a redução do uso de substâncias e o aumento da educação, mas também aponta desafios emergentes, como o aumento da obesidade, problemas de saúde mental e riscos associados ao HIV. A comissão enfatiza a necessidade urgente de investimentos em saúde, educação e políticas públicas intersetoriais para promover o desenvolvimento integral dos jovens. A participação ativa dos adolescentes na formulação de políticas e a utilização de tecnologias digitais são vistas como essenciais para enfrentar os desafios contemporâneos. Além disso, a comissão propõe ações intersetoriais e a participação ativa dos adolescentes na construção de soluções para os problemas que afetam essa faixa etária. Ao final, um breve informe com atualizações da dramática situação das crianças em Gaza.

Palavras-chave: Saúde do adolescente; Bem-estar; Políticas Públicas; Educação; Participação Juvenil.

Abstract: *The article "A Call to Action: The Second Lancet Commission on Adolescent Health and Wellbeing," published in May 2025, presents a comprehensive analysis of adolescent health and wellbeing in a global context. The commission highlights progress since 2016, such as reduced substance use and increased access to education, but also points to emerging challenges, including rising obesity rates, mental health issues, and HIV-related risks. The commission emphasizes the urgent need for investments in health, education, and cross-sector public policies to promote the holistic development of young people. Active adolescent participation in policymaking and the use of digital technologies are seen as essential to addressing contemporary challenges. Furthermore, the commission proposes intersectoral actions and the active involvement of adolescents in creating solutions to the issues affecting their age group. Finally, a brief report with updates on the dire situation of children in Gaza.*

Keywords: *Adolescent health; Wellbeing; Public policy; Education; Youth participation.*

Resumen: *El artículo "Un llamado a la acción: La Segunda Comisión Lancet sobre Salud y Bienestar de los Adolescentes," publicado en mayo de 2025, presenta un análisis integral de la salud y el bienestar de los adolescentes en el contexto global. La comisión destaca avances desde 2016, como la reducción en el consumo de sustancias y el aumento del acceso a la educación, pero también señala desafíos emergentes, como el incremento de la obesidad, los problemas de salud mental y los riesgos asociados al VIH. La comisión enfatiza la necesidad urgente de inversiones en salud, educación y políticas públicas intersectoriales para promover el desarrollo*

integral de los jóvenes. La participación activa de los adolescentes en la formulación de políticas y el uso de tecnologías digitales se consideran esenciales para enfrentar los desafíos actuales. Además, la comisión propone acciones intersectoriales y la participación de los adolescentes en la construcción de soluciones para los problemas que afectan a este grupo etario. Al final, un breve informe con actualizaciones sobre la dramática situación de los niños en Gaza.

Palabras clave: *Salud del adolescente; Bienestar; Políticas públicas; Educación; Participación juvenil.*

Introdução

A Comissão Lancet para a Saúde e Bem-estar dos Adolescentes, foi publicada pela primeira vez em 2016. Na época, foi formada como uma rede internacional de acadêmicos, formuladores de políticas, profissionais e jovens defensores da saúde, que reúnem ampla experiência no campo da saúde dos adolescentes. Entre as instituições acadêmicas líderes envolvidas destacam-se a Universidade Columbia, a London School of Hygiene & Tropical Medicine, a University College London e a Universidade de Melbourne, reconhecidas mundialmente por sua atuação em saúde global. Ao todo, a comissão conta com 30 membros provenientes de diferentes regiões do mundo — incluindo África, Ásia, Austrália, Europa, Oriente Médio, América do Norte e América do Sul —, refletindo uma diversidade geográfica e cultural significativa. Os especialistas representam múltiplas disciplinas, como saúde pública, medicina, neurociência, comportamento, educação, direito, economia, ciência política e ciências sociais, tentando refletir uma abordagem abrangente e interdisciplinar sobre os determinantes e soluções para a saúde e o bem-estar dos adolescentes em escala global.

A segunda comissão Lancet sobre saúde e bem-estar dos adolescentes, recém-publicada, busca atualizar as diretrizes e recomendações para enfrentar os desafios emergentes dessa faixa etária, considerando as mudanças sociais, econômicas e ambientais ocorridas desde a primeira comissão, há quase 10 anos.

Adolescentes são pessoas com idades entre 10 e 24 anos (de acordo com a OMS) e são os futuros líderes do nosso mundo. Proteger sua saúde é um dos mecanismos mais eficazes que temos para salvaguardar nosso futuro coletivo, garantir uma sociedade mais justa e criar um planeta mais saudável e produtivo. Apesar de alguns avanços em áreas como a redução de doenças transmissíveis, maternas e nutricionais, ou da carga de doenças e mortes por lesões entre adolescentes, ainda há muito a ser feito para alcançar as metas estabelecidas na primeira Comissão antes do fim da era dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2030. Para melhorar a saúde e o bem-estar dos adolescentes, essas ações precisam abordar determinantes já estabelecidos e emergentes, além de envolver de forma significativa os próprios adolescentes e jovens.

Contexto Global da Saúde Adolescente

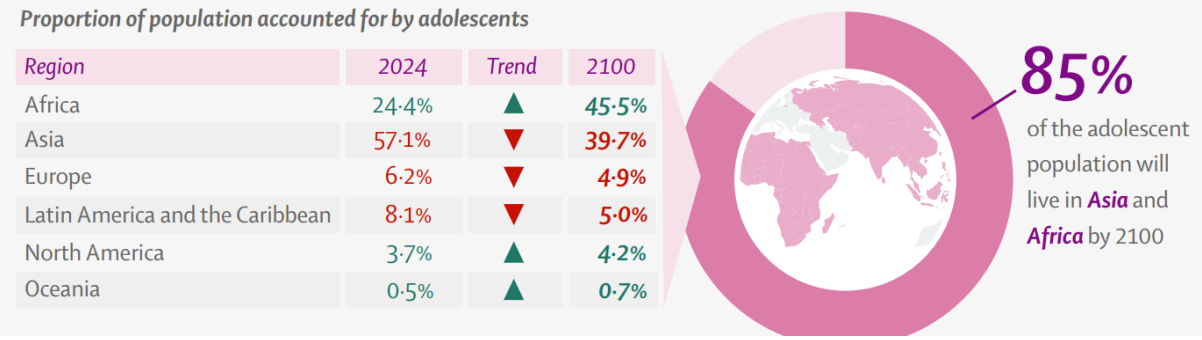
Na primeira publicação da Comissão sobre saúde dos adolescentes, destacou-se essa fase como um estágio fundamental do desenvolvimento humano — e ainda assim amplamente negligenciado pela comunidade internacional de saúde. Quando a segunda Comissão iniciou seus trabalhos em 2021, em plena pandemia de Covid-19, seu objetivo era acelerar a implementação das recomendações anteriores, alinhando-as aos ODS e além deles, com foco

na realização do chamado "triplo dividendo": benefícios imediatos para a saúde e o bem-estar dos adolescentes, impactos positivos para sua vida adulta e ganhos para as futuras gerações.

O mundo enfrenta uma transição demográfica significativa, com uma geração de adolescentes e jovens adultos sem precedentes em número. No entanto, apesar dos avanços na saúde infantil, os adolescentes continuam a enfrentar desafios substanciais, como doenças não transmissíveis, saúde mental precária, obesidade e violência. Esses problemas são exacerbados por fatores como mudanças climáticas, conflitos globais e transformações digitais rápidas.

A Figura 1 apresenta a distribuição percentual de adolescentes nas diferentes regiões do mundo, destacando a importância demográfica desse grupo etário no cenário global. Observa-se uma concentração significativa de adolescentes em regiões como a África Subsaariana e o Sul da Ásia, que juntos irão representar 85% dos adolescentes de todo mundo. Estes números refletem dinâmicas populacionais específicas e evidenciam a necessidade de políticas públicas voltadas para juventudes em contextos de maior vulnerabilidade social e econômica.

Figura 1 - Proporção de adolescentes na população por região



Fonte: The Lancet, 2025.

Avanços e Desafios desde 2016

Desde a publicação da primeira comissão, houve progressos em áreas como redução do uso de substâncias, aumento da participação educacional e melhorias na cobertura de saúde. No entanto, novos desafios surgiram, como o aumento da obesidade e o agravamento dos problemas de saúde mental entre os adolescentes. A pandemia de Covid-19 exacerbou essas questões, destacando a necessidade de políticas públicas mais eficazes e integradas.

Sem ações mais assertivas, o futuro da juventude terá ainda mais desafios. A Comissão estima que, até 2100, cerca de 1,8 bilhão de adolescentes viverão em um planeta com temperatura média aproximadamente 2,8 °C mais alta do que nos níveis pré-industriais. Muitos enfrentarão insegurança alimentar, crises econômicas e conflitos armados. Até 2030, projeta-se que um terço dos adolescentes em países de alta renda, América Latina e Oriente Médio estarão com sobrepeso ou obesidade. Apesar de avanços em áreas como doenças transmissíveis, maternas e nutricionais, esses progressos estão ameaçados por cortes significativos na ajuda internacional ao desenvolvimento, especialmente por parte dos Estados Unidos e outros países.

Recomendações da Comissão

A comissão propõe uma abordagem intersetorial para a saúde e bem-estar dos adolescentes, que inclui (Figura 2):

- **Promoção de ambientes alimentares saudáveis**: Implementar políticas que restrinjam a comercialização de alimentos ultraprocessados e bebidas açucaradas para adolescentes, além de incentivar o acesso a alimentos nutritivos em escolas e comunidades.

- **Fortalecimento da saúde mental**: Integrar serviços de saúde mental nos sistemas educacionais e de saúde primária, garantindo apoio psicológico acessível e livre de estigmas para os jovens.

- **Educação abrangente em saúde sexual e reprodutiva**: Assegurar que adolescentes tenham acesso a informações precisas e serviços de saúde sexual e reprodutiva, respeitando seus direitos e promovendo decisões informadas.

- **Criação de espaços seguros e inclusivos**: Desenvolver políticas urbanas que proporcionem ambientes seguros para atividades físicas, lazer e convivência, reduzindo a exposição a violência e promovendo o bem-estar.

- **Regulação do ambiente digital**: Estabelecer diretrizes que protejam os adolescentes de conteúdos nocivos online, promovendo o uso responsável da tecnologia e garantindo o acesso a recursos digitais que favoreçam o desenvolvimento saudável.

A Comissão ressalta que a implementação eficaz dessas recomendações depende de uma governança colaborativa, com mecanismos claros de responsabilização e participação ativa dos próprios adolescentes na formulação e avaliação das políticas que os afetam.

Série de Artigos Correlatos

Além da comissão principal, a Lancet publicou uma série de artigos que complementam e expandem as discussões sobre a saúde e bem-estar dos adolescentes:

- **"Adolescent Health 2007":** Esta série inicial destacou áreas críticas como saúde mental, uso de substâncias e saúde sexual e reprodutiva, identificando lacunas nos serviços de saúde para adolescentes e propondo um plano de ação global. (The Lancet)

- **"Adolescent Health 2012":** A segunda série ampliou a perspectiva, enfatizando a importância de uma abordagem holística que colocasse o jovem no centro das políticas

de saúde, abordando determinantes sociais e aplicando ciência da prevenção em escala global. (Youthpolicy.org)

- **"Optimising Child and Adolescent Health and Development" (2022):** Esta série mais recente aborda a necessidade de integrar saúde, educação e sistemas sociais, destacando a importância de intervenções baseadas em evidências e a eliminação de barreiras entre os diferentes estágios do desenvolvimento infantil e adolescente. (The Lancet)

Cenário brasileiro

No contexto brasileiro, a implementação das recomendações da comissão é crucial para enfrentar os desafios específicos enfrentados pelos adolescentes, como violência urbana, desigualdade no acesso à educação e serviços de saúde precários em algumas regiões. A adoção de políticas públicas que integrem as áreas de saúde, educação e assistência social pode promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável para os jovens brasileiros.

Especificamente no setor saúde, até o presente momento, não há uma Política de Atenção à Saúde Integral voltada para essa população, como há para mulheres, homens e crianças, por exemplo. O que demonstra certo "limbo" que este público enfrenta. De todo modo, há perspectivas de ser publicada ainda este ano.

Conclusão

A saúde e o bem-estar dos adolescentes são determinantes para o futuro das sociedades. A segunda comissão Lancet oferece um marco para a ação, destacando a importância de investimentos intersetoriais, participação juvenil e políticas públicas integradas. É imperativo que governos, organizações internacionais e sociedade civil unam esforços para implementar essas recomendações, garantindo um futuro mais saudável e justo para as próximas gerações.

Atualizações sobre as condições das crianças em Gaza

Em matéria da BBC do dia 20 de maio de 2025, foi informado que o secretário-geral-adjunto da ONU para Assuntos Humanitários, Tom Fletcher, alertou que cerca de 14 mil bebês em Gaza correm risco de morte iminente devido à falta de acesso a suplementos nutricionais e ajuda humanitária. A declaração foi feita em entrevista à BBC em 20 de maio, com base em informações de equipes no local e dados do IPC (Classificação Integrada de Fases da Segurança Alimentar).

Embora o relatório do IPC estime 14.100 casos graves de desnutrição aguda em crianças menores de seis anos ao longo de um ano (abril de 2025 a março de 2026), a ONU destaca que a falta imediata de acesso a alimentos e suplementos pode levar à morte de bebês nas próximas horas ou dias, especialmente os que já estão em situação crítica.

Desde o início de março, Israel impõe um bloqueio rigoroso à Faixa de Gaza, impedindo a entrada de alimentos, medicamentos e combustível. Após 11 semanas de bloqueio, apenas uma quantidade mínima de ajuda começou a ser permitida a partir de 18 de maio — um total de cinco caminhões, considerada pela ONU uma "gota no oceano".

A ONU pede apoio internacional urgente para pressionar Israel a permitir a entrada em massa de ajuda humanitária, necessária para salvar milhares de vidas. Relatos de civis no norte

de Gaza evidenciam o colapso completo do abastecimento: falta comida básica como pão, arroz, farinha e legumes, e muitas pessoas estão desmaiando de fome.

O Ministério da Saúde do país, também publicou um novo documento contabilizando as mortes desde outubro de 2023. O documento possui mil páginas e as 100 primeiras são apenas de crianças com até 5 anos.

A situação em Gaza é desesperadora. Milhares de crianças lutam para sobreviver diante da fome extrema, sem acesso a alimentos, medicamentos ou condições básicas de vida. A comunidade internacional não pode permanecer indiferente. É urgente que governos, organizações e cidadãos do mundo todo se mobilizem para exigir a abertura de corredores humanitários e o fim do bloqueio.

Referências

LANCET COMMISSION ON ADOLESCENT HEALTH AND WELLBEING. A Call to Action: The Second Lancet Commission on Adolescent Health and Wellbeing. The Lancet, 2025. Disponível em: https://www.thelancet.com/commissions/adolescent-health-wellbeing-2. Acesso em: 23 maio 2025.

THE LANCET. *Adolescent Health 2025 – Infographic*. The Lancet, 2025. Disponível em: https://www.thelancet.com/infographics-do/adolescent-health-2025. Acesso em: 23 maio 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO releases updated guidance on adolescent health and well-being. 11 out. 2023. Disponível em: https://www.who.int/news/item/11-10-2023-who-releases-updated-guidance-on-adolescent-health-and-well-being. Acesso em: 23 maio 2025.

O que esperar do futuro da produção de alimentos?

Eduardo Nilson
Denise Oliveira e Silva

Resumo. Este informe explica e analisa um recente documento de especialistas publicado pela FAO sobre o futuro da alimentação no mundo. São enumeradas diversas potenciais soluções para a produção de alimentos, mas, apesar de representar um exercício útil, não trata do grande problema: a necessidade de transformar os sistemas alimentares e não de amenizar ou compensar paliativamente os efeitos dos sistemas hegemônicos.

Recentemente, a Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) publicou um documento elaborado por especialistas internacionais que explora o cenário de novas fontes de alimentos e de sistemas de produção, que trouxe a análise de 44 inovações emergentes na produção de alimentos e como poderiam contribuir para o enfrentamento dos atuais problemas globais dos sistemas alimentares, como a sustentabilidade da produção, a resposta às mudanças climáticas, o acesso aos alimentos e a própria dupla ou múltipla carga da má nutrição .

Por trás desse tema, naturalmente há uma pergunta maior sobre o que seria o futuro desejável para a alimentação e a produção de alimentos no mundo diante das reais necessidades de transformação dos sistemas alimentares e, mais particularmente, do enfrentamento das limitações e dos riscos de insistir nas soluções tecnológicas ancoradas nos sistemas hegemônicos que levaram as crises atuais, seja no campo da insegurança alimentar e nutricional ou da saúde humana, animal e planetária.

O tema do futuro da alimentação fui, inclusive tema do Nobel Week Dialogue de 2016, em que especialistas de diferentes países, junto com diversos ganhadores do Prêmio Nobel, discutiram já naquele ano as perspectivas da alimentação no futuro considerando políticas públicas, evidências científicas, transformação dos sistemas alimentares, desperdício de alimentos e comportamento alimentar, entre outros temas, mostrando que essa questão tem nos acompanhado há muito tempo e ganha ainda mais importância na atualidade diante das crises globais.

Segundo o documento publicado pela FAO, os sistemas agroalimentares estão passando por mudanças significativas, em parte devido aos novos avanços tecnológicos e descobertas científicas, bem como devido à necessidade reconhecida de transição para modelos baseados na sustentabilidade e a resiliência.

Nesse sentido, novas fontes e sistemas de produção de alimentos (NFPS, na sigla em inglês, para "*new food sources and production systems*") estão surgindo em todo o mundo em resposta a essas mudanças, podendo alterar o cenário alimentar futuro nos próximos 5 a 25 anos e a publicação foi produzida a partir de um exercício prospectivo em várias etapas para explorar as possíveis implicações em segurança alimentar relacionadas ao crescente espaço das NFPS (Mukherjee e cols, 2025).

Essas NFPS estão avançando rapidamente e ganhando cada vez mais atenção entre as partes interessadas nos sistemas agroalimentares, em parte devido à crescente conscientização global sobre os impactos ambientais da agricultura convencional. Vale a pena, então primeiramente esclarecer as suas definições: o termo “novas fontes de alimentos” refere-se a qualquer fonte alimentar ainda não amplamente consumida em nível global, seja porque seu consumo historicamente se limitou a regiões específicas do mundo, seja porque apenas inovações tecnológicas recentes tornaram possível sua produção ou processamento. Produtos à base de plantas que imitam alimentos de origem animal são um exemplo de novas fontes de alimentos. Ao mesmo tempo, embora não sejam “novos”, insetos comestíveis e algas marinhas também são considerados novas fontes de alimentos no contexto da publicação, pois sua expansão global crescente é recente. Enquanto isso, os “novos sistemas de produção de alimentos” referem-se a inovações tecnológicas ou avanços em tecnologias alimentares pré-existentes envolvidas na produção de novos alimentos. Um exemplo desses novos sistemas é a produção de alimentos à base de células (também chamada de carne cultivada).

O processo de consultas a especialistas se deu mediante uma metodologia estruturada que combinou uma pesquisa Delphi em duas partes e mapeamento mental, o exercício identificou 44 inovações emergentes, agrupadas em nove clusters, que devem se desenvolver nos próximos 25 anos. A partir dessas consultas, o estudo revelou tanto oportunidades quanto desafios associados a essas inovações, destacando a necessidade de preparação proativa por parte das autoridades de segurança alimentar e outras partes interessadas, a fim de garantir o desenvolvimento e a implementação seguros dessas inovações, protegendo a saúde pública.

Dentre as medidas necessárias para alcançar esse objetivo, segundo os especialistas, temos: melhorar a comunicação sobre as implicações para a segurança das NFPS, promover avanços técnicos para garantir a segurança, desenvolver avaliações de segurança específicas, incentivar a colaboração entre reguladores e indústria, e harmonizar as exigências regulatórias sem comprometer os padrões de segurança. Os resultados também destacaram diversas questões sociais, tecnológicas, econômicas, ambientais e políticas que precisam ser consideradas e abordadas para a integração segura dessas inovações nos sistemas alimentares.

O documento afirma, ainda, que o monitoramento e a avaliação contínuos dos problemas emergentes relacionados às NFPS serão cruciais, sendo necessária uma análise mais aprofundada sobre seus impactos de longo prazo na segurança alimentar e na saúde pública.

As soluções apontadas

Como colocado anteriormente, as soluções apontadas pelos especialistas foram agrupadas em grupos (*clusters*) segundo seu tipo e natureza, com diferentes perspectivas de utilização e ganhos de escala.

No cluster 1, que trata da valorização de subprodutos e resíduos agroalimentares/economia circular, foram enumeradas soluções como novas fontes de alimentos de nutrientes particularmente de proteínas e gorduras (palhas de milho, bagaço de cervejaria, folhas de mandioca), novas fontes de fibras de compostos bioativos, como antioxidantes, peptídeos e fibras (torta/farelo de óleo, farelo de arroz), novos meios de cultivo a partir de resíduos do consumidor e uso de águas residuais como fonte de água adequada e nutrientes para culturas.

Em relação a esse primeiro grupo de soluções, os especialistas previram que as novas fontes de nutrientes e as novas fontes de compostos bioativos seriam altamente benéficas para

a segurança alimentar futura, viáveis e com grande probabilidade de serem implementadas nos próximos 5 anos. Num horizonte temporal intermediário (5-15 anos), espera-se que o uso de águas residuais como fonte de água adequada e nutrientes para cultivos ganhe impulso e, quando cuidadosamente gerenciado e controlado, foi considerado benéfico para a segurança alimentar. Por fim, é previsto que a aplicação de novos meios de cultivo derivados de resíduos do consumidor também será benéfica, porém apenas viável nos próximos 15 anos e tem baixo impacto e factibilidade em relação às outras soluções desse grupo.

No segundo grupo, de novas tecnologias de produção, temos soluções como as técnicas de fermentação (relacionadas a produção de biomassa, gás e fermentação de precisão), agricultura molecular (técnica biotecnológica que envolve a modificação genética de plantas para produzir proteínas específicas, enzimas ou outros compostos bioativos que normalmente são obtidos de fontes não vegetais, como animais ou microrganismos), impressão de alimentos (uma espécie de impressão 3D de alimentos a partir de ingredientes alimentares ou células cultivadas), manufatura reversa de alimentos e abordagem de estruturação alimentar em múltiplas escalas (produção por engenharia molecular de ingredientes microscópicos), agricultura celular (cultura de células animais, vegetais e de microrganismos), estruturação de óleos líquidos como oleogéis, géis de emulsão, bigéis, emulsões de alta fase interna (para uso como ingredientes em alimentos) e agricultura em ambiente controlado (principalmente cultivo em espaços internos, com condições controladas).

Segundo os especialistas, os processos de fermentação (seja de biomassa, gás ou fermentação de precisão) ou a agricultura indoor teriam um impacto benéfico na segurança alimentar e provavelmente avançariam significativamente nos próximos 5 anos. Por sua vez, a agricultura molecular e a reestruturação de óleos líquidos, embora consideradas viáveis e com impacto positivo líquido na segurança alimentar, deverão se desenvolver mais lentamente, tornando-se relevantes nos próximos 5-15 anos. A impressão de alimentos deverá evoluir mais nos próximos 5-15 anos, com impacto limitado do ponto de vista da segurança alimentar - desde que devidamente monitorada e controlada. Por fim, a manufatura reversa de alimentos e a produção de alimentos à base de células foram consideradas em estágios muito iniciais de desenvolvimento, devendo se expandir somente em 15-25 anos, porém com benefício geral previsto para o setor agroalimentar. Os especialistas avaliaram, ainda, que todas as soluções teriam alto impacto na produção de alimentos e alta factibilidade, à exceção da manufatura reversa, que foi considerada pouco factível, apesar de potencialmente impactante.

No grupo 3, de novas fontes e ingredientes alimentares, foram destacadas novas fontes de gorduras e óleos (principalmente considerando plantas do Brasil, como macaúba, tucumã e babaçu), cultivos subutilizados ou negligenciados (plantas tradicionais de regiões ou comunidades específicas), leite humano cultivado (a partir de células mamárias cultivadas), ninho de pássaro comestível (variedades tradicionais no sudeste da Ásia), proteínas unicelulares (oriundos de microrganismos), nanotecnologia (uso de nanopartículas de nutrientes e outros ingredientes), produtos alimentares "híbridos" (combinação de tecnologias ou misturas de alimentos tradicionais com ingredientes inovadores), insetos comestíveis (uma possível fonte de proteínas e micronutrientes essenciais) e adoçantes à base de proteínas Como alternativas ao açúcar.

Com base nas discussões da reunião, com exceção do leite humano cultivado e dos nanoalimentos, as inovações deste cluster foram consideradas tanto viáveis quanto benéficas em geral. Os ninhos de pássaros comestíveis, proteínas unicelulares, produtos alimentares híbridos, insetos comestíveis e adoçantes à base de proteínas já estão sendo utilizados em

grande parte e deverão se desenvolver ainda mais nos próximos 5 anos. Por outro lado, novas fontes de gorduras e óleos, cultivos subutilizados e leite humano cultivado deverão se desenvolver mais lentamente, com aplicação mais ampla dessas inovações no prazo de 5 a 15 anos.

Aproveitamos para colocar alguns comentários sobre algumas dessas técnicas e suas limitações. O próprio agrupamento de soluções nos parece inadequado por misturar o uso de espécies vegetais novas e ou negligenciadas com soluções "de laboratório", que representam abordagens muito distintas dos sistemas alimentares. Além disso, em relação ao leite humano, existem sérias dúvidas da nossa parte sobre sua adequação nutricional, tendo em vista que a composição do leite materno varia de acordo com o crescimento do bebê, a partir de um ajuste fino, desenvolvido evolutivamente, entre mãe e filho, que não seria replicado em laboratório. Outro problema se refere à busca de substitutos do açúcar, que potencialmente teriam muitos dos problemas dos adoçantes não calóricos já usados atualmente, particularmente na resposta fisiológica ao sabor doce em alimentos.

O quarto grupo refere-se às inovações no campo da digitalização e das tecnologias baseadas em dados, envolvendo a inteligência artificial na produção e segurança dos alimentos (aplicação da inteligência artificial para a produção, processamento, embalagem, rastreabilidade e otimização de cadeias de suprimento), uso de big data e internet das coisas, gêmeos digitais de alimentos (simulação digital de sistemas alimentares) e tecnologias de registro distribuído como blockchain (principalmente para melhorar a rastreabilidade dos alimentos).

Com exceção dos gêmeos digitais de alimentos (considerados pouco viáveis em curto e médio prazos), os especialistas concordaram que as inovações descritas acima provavelmente se expandirão e terão um impacto benéfico no futuro do setor agroalimentar. Também se espera que a inteligência artificial, big data, Internet das Coisas e gêmeos digitais de alimentos ganhem impulso nos próximos 5 anos, enquanto a aplicação de tecnologias de registro distribuído no setor agroalimentar deve se tornar mais difundida em um prazo de 5 a 15 anos.

No grupo 5, de segurança controle de qualidade dos alimentos, destacam-se soluções como o uso do plasma frio, irradiação de alimentos, biopesticidas, bacteriófagos para controle de patógenos e novos métodos moleculares para rastreamento de alimentos. Os especialistas consultados concordaram que todas as inovações do cluster segurança e controle de qualidade alimentar são altamente viáveis, com impactos benéficos para a segurança alimentar futura. Espera-se que a aplicação de radiação, biopesticidas e bacteriófagos se expanda completamente nos próximos 5 anos. Por outro lado, o plasma atmosférico frio e os dispositivos de rastreamento para detecção de fraudes alimentares foram considerados com maior probabilidade de implementação generalizada em um prazo de 5 a 15 anos ou mais.

O sexto grupo, de soluções de engenharia genética, edição gênica e biologia sintética, contempla microalgas trabalhadas por bioengenharia, plantas editadas geneticamente, incluindo culturas menores (para melhoria nutricional, resistência a doenças, ervas daninhas e pestes, bem como maior resiliência climática), novos alimentos possibilitados pela biologia sintética (síntese de moléculas com diferentes funções tecnológicas nos alimentos) e até mesmo códigos de barras baseados em DNA para autenticação de alimentos.

No geral, os especialistas consideraram que a aplicação generalizada da engenharia genética no sistema agroalimentar é tanto viável quanto benéfica para a segurança alimentar,

com expectativa de pleno desenvolvimento em 5 a 15 anos - com exceção da biologia sintética, que deve atingir maturidade em um horizonte temporal mais distante (25 anos).

No sétimo cluster, temos a nutrição personalizada, nutracêuticos e abordagens de "alimento como remédio" ("*food as medicine*"), que traz soluções como alimentos nootrópicos (compostos aos quais são atribuídas capacidades de melhorar funções cognitivas como memória, motivação, concentração e atenção), alimentos focados no microbioma, vacinas comestíveis e nutrigenômica e nutrigenética (interações entre o genoma e a nutrição, potencialmente pensadas para dietas altamente personalizadas).

Os especialistas previram que a ocorrência e o uso de quase todas as inovações deste cluster aumentarão substancialmente nos próximos 5 a 15 anos. Os probióticos, pós-bióticos e simbióticos focados no microbioma foram considerados viáveis e com implicações positivas para a segurança alimentar futura. Por outro lado, os alimentos nootrópicos foram classificados como apresentando riscos à segurança. Além disso, como essas vacinas são regulamentadas como medicamentos, os riscos à segurança alimentar não foram considerados relevantes.

Nos cabe novamente alguns comentários sobre as soluções agrupadas nesse cluster, visto que misturam questões com níveis muito distintos de robustez de evidências e de consenso científico. Por exemplo, enquanto a abordagem do microbioma está mais bem estabelecida, questões como alimentos funcionais (a exemplo dos chamados nootrópicos) frequentemente apresentam controvérsia e mau uso, além da nutrigenômica ainda ser incipiente em relação a outras abordagens da dieta.

No penúltimo grupo, de embalagens para alimentos, estão colocadas soluções como a utilização da nanotecnologia em embalagens de alimentos (materiais trabalhados em escalas nanométricas que proporcionam diferentes propriedades), a reciclagem e reutilização de embalagens alimentares e a utilização de materiais valorizados em embalagens de alimentos. As inovações em embalagens alimentares foram consideradas como viáveis pelos especialistas a partir do conhecimento científico e técnico atual, tornando provável que se tornem difundidas nos próximos anos. Além disso, as novas embalagens alimentares foram avaliadas como tendo um impacto líquido benéfico tanto para os futuros sistemas agroalimentares quanto para a segurança dos alimentos.

Por fim, no cluster 9, de tendências emergentes adicionais, foram incluídas soluções como produtos alimentares com redução de sal e açúcar adicionados e a pressão por alternativas ao açúcar, os produtos alimentares sustentáveis e soluções de energia renovável para novas tecnologias de produção, o comércio eletrônico, a integração multissensorial para melhorar experiências relacionadas a alimentos e a evolução da interação humano-alimento-computador.

Os especialistas concordaram que o comércio eletrônico, que ganhou notável impulso durante a pandemia de COVID-19, é geralmente benéfico para os sistemas agroalimentares sem representar ameaças significativas à segurança alimentar se bem monitorado nos próximos 5 anos. Espera-se, ainda, que produtos alimentares sustentáveis produzidos com soluções de energia renovável se tornem mais difundidos no futuro intermediário, provavelmente trazendo benefícios substanciais para os futuros sistemas agroalimentares e segurança alimentar. Por sua vez, as abordagens multissensoriais na gastronomia para melhorar experiências alimentares devem ganhar grande popularidade num futuro próximo, com implicações potencialmente benéficas para a segurança alimentar. No entanto, devido à sua relativa imaturidade, essas duas

últimas soluções foram associadas a baixa viabilidade. As interações humano-computador, embora de difícil expansão, devem contribuir para melhorar a segurança alimentar nos próximos 5-15 anos, segundo os especialistas.

Novamente vemos com cautela algumas dessas soluções, particularmente as que se baseiam em soluções dentro dos sistemas alimentares hegemônicos e à possível reformulação de produtos alimentícios ultraprocessados em vez de focar nos alimentos in natura e minimamente processados que deveriam ser a base da dieta.

Próximos passos

Segundo o novo documento, as fontes e sistemas alimentares inovadores (NFPS) representam um setor em rápido avanço que está moldando o futuro do cenário agroalimentar, com implicações para a segurança alimentar e nutricional no futuro. O monitoramento contínuo de questões emergentes relacionadas às NFPS será essencial para acompanhar o ritmo dos avanços do setor. Nesse sentido, diversas áreas identificadas neste exercício já foram destacadas para trabalhos futuros da FAO, com várias publicações em preparação (segurança alimentar na nutrição personalizada com foco em suplementos alimentares e alimentos funcionais; terminologia em torno da fermentação de precisão; e implicações para a segurança alimentar do uso de águas residuais no setor agroalimentar).

Embora o relatório prospectivo tenha abordado algumas implicações nutricionais, seu foco principal foi a segurança alimentar e nutricional, portanto, não deve ser considerado uma revisão abrangente ou totalmente atualizada dos aspectos nutricionais das NFPS.

Perspectivas futuras para esses estudos incluem análises detalhadas sobre aspectos de segurança alimentar e nutricional de inovações selecionadas e revisões mais abrangentes sobre considerações nutricionais. Adicionalmente, roteiros concretos passo a passo poderiam ser criados conjuntamente com especialistas para definir os papéis precisos de governos nacionais, autoridades de segurança alimentar, produtores, consumidores e demais atores do sistema agroalimentar (do local ao global), delineando marcos temporais para integração segura e eficaz das inovações identificadas.

Análises adicionais serão necessárias para explorar as implicações para a segurança alimentar e nutricional do amplo espectro de NFPS emergentes que devem avançar significativamente no longo prazo, considerando mudanças nos padrões de consumo, eventos climáticos extremos, escassez crescente de recursos e recentes disrupções da IA generativa e instabilidades geopolíticas. Diante desses desafios, os atores do setor agroalimentar trabalham para fortalecer a resiliência dos sistemas, reconhecendo a urgência por soluções inovadoras.

Os resultados deste exercício revelaram que as inovações em NFPS têm implicações que transcendem a segurança alimentar, afetando todas as dimensões da sociedade - o que, por sua vez, pode gerar impactos adicionais (positivos ou negativos) na segurança alimentar. Futuramente, poderiam ser analisados os impactos completos dessas inovações no sistema agroalimentar e em outros setores da sociedade.

Metodologias prospectivas oferecem um framework para estudar a diversidade de impactos de mudanças específicas, ajudando a explorar possíveis impactos de primeira, segunda, terceira (e eventualmente maiores) ordens de uma inovação. Isso é importante pois os efeitos secundários e terciários das mudanças são frequentemente negligenciados, mas fornecem insights valiosos sobre as consequências sistêmicas de mudanças.

Além disso, os autores destacaram que o desenvolvimento de cenários é um método qualitativo valioso para identificar consequências da implementação das inovações. Avaliações tecnológicas podem evidenciar diferenças entre analisar uma inovação isoladamente versus seus efeitos cruzados quando múltiplas inovações chegam simultaneamente ao mercado. Trabalhos futuros com cenários poderiam incluir análises custo-benefício que incorporem custos sociais e ambientais, avaliando a viabilidade econômica, social e ambiental das inovações em NFPS.

Discussão e conclusões

A discussão do futuro da alimentação está diretamente relacionada não somente à segurança alimentar e nutricional, mas também à agenda climática. Nesse sentido, convém destacar que, no conjunto da análise detalhada de cenários e alternativas trazidas no novo documento publicado pela FAO, não se aborda a grande questão da transformação dos sistemas alimentares e essa ausência é muito sentida, deixando as soluções como um mosaico nem sempre bem conectado.

Ainda nesse contexto, devemos lembrar que estudos a partir de dados da própria FAO alertam que a destinação das culturas agrícolas para a alimentação humana tem sido cada vez menor, enquanto outros usos como alimentação animal e uso industrial têm crescido e ameaçam seriamente a segurança alimentar e nutricional global. O problema é tão grave que, mantidas as atuais tendências de destinação dos produtos agrícolas até 2030, grande parte das populações não terão alimentos suficientes para o crescimento populacional e para a nutrição adequada de suas populações. Por outro lado, se houver reversão da destinação da produção para o consumo humano, essa situação pode ser em grande parte revertida (Ray e cols, 2022).

Continuando essa análise, em nenhum momento também são tratadas as formas de fortalecimento das formas tradicionais de produção de alimentos, bem como sua aplicação em alternativas como a agroecologia e agrofloresta, além do enfrentamento das monoculturas de commodities que tomam as terras e os demais recursos que deveriam ser destinados à produção de alimentos locais e diversificados e da proliferação dos produtos alimentícios ultraprocessados que têm tomado o espaço da alimentação saudável e sustentável. Tampouco são tratadas mais diretamente as abordagens para o enfrentamento da fome e da múltipla carga da má nutrição e a relação da alimentação com os direitos humanos e os compromissos internacionais.

O grande conjunto de novas tecnologias certamente pode e deve nos servir para diferentes finalidades, mas não deve ser visto como um fim em si mesmo nem como a grande linha de mudanças para garantir o futuro da alimentação. Além disso, é fundamental separar o joio do trigo nas soluções indicadas, principalmente no que se refere às tecnologias que atuam como paliativos para os riscos dos sistemas alimentares hegemônicos, enquanto outras podem contribuir de fato para a transformação dos sistemas alimentares.

Em essência, as principais soluções para o futuro estão muito mais próximas do que grande parte das soluções apontadas pelos especialistas no documento, sem menosprezar a importância de suas contribuições e identificação de novas tecnologias. Ao mesmo tempo, o desvio das prioridades para caminhos menos saudáveis e sustentáveis são ditados pelo poder econômico e político que orientam os sistemas alimentares hegemônicos e frequentemente usam a tecnologia para desviar o foco, criar confusão e cortinas de fumaça para que não sejam adotadas as soluções mais efetivas.

A alimentação sempre esteve no centro do desenvolvimento das civilizações humanas e a saúde humana e planetária está diretamente relacionada às formas de produção dos alimentos, em que as formas tradicionais amparadas pelas tecnologias mostram ser um dos principais caminhos para um futuro saudável, resiliente e sustentável. Como defendem muitas lideranças indígenas brasileiras, “o futuro é ancestral”.

Referências

Mukherjee, K., Trieb, J., Niegowska Conforti, M., Di Martino, M., Fattori, V. & Lipp, M. 2025. *Exploring the future landscape of new food sources and production systems – A foresight exercise*. Rome, FAO.

Ray, D.K., Sloat, L.L., Garcia, A.S. *et al.*Crop harvests for direct food use insufficient to meet the UN’s food security goal. *Nat Food.* **3**, 367–374 (2022). https://doi.org/10.1038/s43016-022-00504-z

Geociência Sem Fronteiras:
Cooperação Global para um Futuro Sustentável no Âmbito do IGCP

Geoscience Without Borders:
Global Cooperation for a Sustainable Future within the IGCP framework

Vitor Rodrigues
Fabiane Gaspar
Gisele Sanglard
Heliton Barros

Resumo: O Programa Internacional de Geociências da UNESCO (IGCP) promove a cooperação científica global nas geociências, com foco em sustentabilidade, prevenção de riscos naturais e valorização do patrimônio geológico. Desde os anos 1970, o Brasil participa ativamente, destacando-se com seus Geoparques e projetos como o GEOfood. A atuação brasileira une ciência, educação e desenvolvimento regional. O IGCP fortalece redes de conhecimento e capacita jovens pesquisadores, especialmente em países em desenvolvimento. É uma iniciativa estratégica para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: UNESCO. Geociências. Sustentabilidade. Prevenção de Riscos Naturais. Patrimônio Geológico

Abstract: *UNESCO's International Geosciences Program (IGCP) promotes global scientific cooperation in the geosciences, with a focus on sustainability, the prevention of natural risks and the enhancement of geological heritage. Brazil has been an active participant since the 1970s, standing out with its Geoparks and projects such as GEOfood. Brazil's work combines science, education and regional development. The IGCP strengthens knowledge networks and trains young researchers, especially in developing countries. It is a strategic initiative for the Sustainable Development Goals.*

Keywords. *UNESCO. Geosciences. Sustainability. Prevention of natural risks. Geological Heritage.*

Programa Internacional de Geociências

O Programa Internacional de Geociências (IGCP), criado em 1972 pela UNESCO em parceria com a União Internacional de Ciências Geológicas (IUGS), é considerado uma das iniciativas científicas mais bem-sucedidas da história. Ele nasceu com a missão de integrar conhecimentos geológicos em escala global e, com o tempo, passou a incorporar temas contemporâneos como mudanças climáticas, riscos naturais, uso sustentável da água e valorização do patrimônio geológico. Em 2015, com a inclusão dos Geoparques Mundiais da UNESCO, o programa passou a se chamar IGGP (Programa Internacional de Geociências e Geoparques), ampliando ainda mais seu alcance.

A essência do IGCP está na cooperação internacional: ele apoia projetos de pesquisa colaborativos que cruzam fronteiras e conectam pesquisadores de diferentes países — com ênfase especial na inclusão de cientistas de nações com menos infraestrutura técnica. Um dos

pilares do programa é justamente fortalecer parcerias entre países do Norte Global e do Sul Global (cooperação Sul-Norte), ao mesmo tempo em que fomenta redes de colaboração entre países do Sul (cooperação Sul-Sul), promovendo o intercâmbio de conhecimento técnico, metodologias e experiências locais. Seus objetivos abrangem desde o incentivo à pesquisa científica em geociências até a promoção do uso sustentável dos recursos naturais, a prevenção de riscos geológicos e a valorização da diversidade geológica como patrimônio científico e cultural.

Para orientar seus projetos, o programa organiza suas ações em cinco grandes áreas:

1. Recursos da Terra: Pesquisadores investigam formas sustentáveis de explorar minérios, água e energia, buscando equilíbrio entre desenvolvimento e preservação. Um bom exemplo são os estudos sobre energia geotérmica como alternativa limpa.

2. Mudanças Globais e História da Terra: Analisando fósseis, rochas e climas antigos, cientistas identificam padrões do passado que ajudam a entender os desafios climáticos de hoje — como os ciclos de aquecimento no Cretáceo asiático.

3. Geohazards: Projetos sobre terremotos, vulcões e deslizamentos buscam prevenir desastres, como no caso de iniciativas latino-americanas que mapeiam falhas sísmicas e apoiam a criação de normas de construção mais seguras.

4. Hidrogeologia: A água subterrânea é foco de estudos que visam garantir qualidade e segurança hídrica frente ao crescimento urbano e às mudanças climáticas — como no caso da análise de aquíferos frágeis em regiões cársticas.

5. Geodinâmica: Pesquisas sobre o interior da Terra explicam como montanhas, oceanos e continentes se formaram e mudaram ao longo de milhões de anos, como nas investigações da antiga colisão entre Europa, África e Ásia.

O IGCP é sustentado por uma estrutura colaborativa que combina coordenação institucional com redes técnicas descentralizadas. A gestão principal é feita pela UNESCO em conjunto com a União Internacional de Ciências Geológicas (IUGS), que definem diretrizes globais, revisam projetos e garantem o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, o funcionamento prático do programa depende de uma vasta rede de universidades, centros de pesquisa, agências governamentais e comitês nacionais que atuam como intermediários locais e regionais. Cada projeto aprovado recebe um financiamento inicial — conhecido como *seed funding* — de até US$ 50 mil, com o objetivo de iniciar as atividades, mobilizar parcerias adicionais e viabilizar a captação de recursos complementares. Além disso, países como China e Coreia do Sul contribuem regularmente com suporte técnico, logístico e financeiro, fortalecendo a capacidade de atuação global do programa.

Os impactos gerados vão muito além da produção de conhecimento técnico. O IGCP já promoveu eventos científicos e oficinas em mais de 50 países, com forte foco em capacitação de jovens pesquisadores, especialmente mulheres e cientistas de países com menor infraestrutura científica. As ações vão desde cursos de campo e treinamentos em monitoramento geológico até a construção de redes regionais de resposta a desastres naturais. Em comunidades vulneráveis, projetos do IGCP têm sido fundamentais para implementar planos de adaptação a riscos como deslizamentos, terremotos e escassez hídrica. Também resultaram em recomendações que influenciaram políticas públicas e regulamentações técnicas, conectando ciência aplicada à gestão territorial. Em síntese, o IGCP atua como um catalisador

global de inovação científica com impacto direto na vida das pessoas e na segurança das comunidades frente a riscos naturais.

O Brasil possui uma trajetória consistente dentro do Programa Internacional de Geociências, contribuindo desde os primeiros anos com estudos técnicos e produção de dados relevantes, especialmente por meio do Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Entre as colaborações mais importantes estão aquelas voltadas ao mapeamento geoquímico, à estratigrafia e à caracterização geológica da região amazônica. Essas ações consolidaram a presença do país como um ator relevante no cenário internacional da geociência.

Nos últimos anos, a atuação brasileira passou a incorporar uma abordagem mais voltada ao desenvolvimento territorial e à aplicação prática do conhecimento geológico em contextos locais. Isso se reflete especialmente nas atividades ligadas aos Geoparques Globais da UNESCO. Atualmente, o Brasil conta com seis geoparques reconhecidos: Araripe (CE), Seridó (RN), Caminhos dos Cânions do Sul (SC/RS), Caçapava (RS), Quarta Colônia (RS) e Uberaba (MG). Além deles, existem diversos territórios aspirantes em processo de candidatura, como Chapada dos Guimarães (MT) e Costões e Lagunas (RJ).

Esses geoparques funcionam como áreas integradas onde a geociência é aplicada em políticas de educação, turismo sustentável, preservação ambiental e valorização cultural. Eles também servem como base para projetos internacionais que envolvem desde trilhas educativas até estratégias de mitigação de riscos naturais em regiões vulneráveis. A participação brasileira nesses projetos demonstra um alinhamento crescente com as diretrizes da UNESCO e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, consolidando o país como um polo de aplicação prática das geociências no contexto latino-americano.

O IGCP representa mais do que um programa científico — é um símbolo de colaboração global em torno do conhecimento que sustenta a vida na Terra. Ao conectar saberes geológicos à sustentabilidade, à educação e ao desenvolvimento local, ele transforma ciência em ação concreta. Em um mundo cada vez mais desafiado pelas mudanças climáticas e pela exploração desordenada dos recursos naturais, iniciativas como o IGCP mostram que é possível construir soluções com base em cooperação, empatia e conhecimento compartilhado.

Referências

UNESCO. *International Geoscience and Geoparks Programme (IGGP)*. Paris: UNESCO, [2024?]. Disponível em: https://www.unesco.org/en/iggp. Acesso em: 20 maio 2025.

UNESCO. *International Geoscience Programme (IGCP)*. Paris: UNESCO, [2024?]. Disponível em: https://en.unesco.org/international-geoscience-programme. Acesso em: 20 maio 2025.

Geofood: Sustainable food from UNESCO Global Geoparks. [S.l.]: GEOfood Network, [2024?]. Disponível em: https://geofood.no. Acesso em: 21 maio 2025.

UNESCO. *Project IGCP 726 – GEOfood for Sustainable Development in UNESCO Global Geoparks*. Paris: UNESCO, [2024?]. Disponível em: https://en.unesco.org/international-geoscience-programme/projects/726. Acesso em: 21 maio 2025.

UNESCO. *Celebrating 50 years of the IGCP: 60 projects underway*. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/celebrating-its-50th-anniversary-international-geoscience-programme-has-now-60-projects-underway. Acesso em: 23 maio 2025.

O que o Banco Mundial está fazendo pela Segurança Alimentar?

What is the World Bank doing for Food Security?

Isis Pillar Cazumbá

Abstract: *The World Bank participated in the event that launched the Global Report on Food Crises 2025. The financial institution praised the importance of the report, but expressed concern about the data, which revealed an increase in hunger for the sixth year in a row. The WB took advantage of the opportunity and presented its portfolio of projects to combat food insecurity.*

Keywords: *World Bank. Poverty. Global Food Insecurity*

Resumo: O Banco Mundial participou do evento que lançou o Relatório Global sobre Crises Alimentares 2025. A instituição financeira exaltou a importância do relatório, porém mostrou preocupação com os dados, que divulgaram o aumento da fome pelo sexto ano seguido. O BM aproveitou a oportunidade e apresentou o portfolio de projetos para combater a insegurança alimentar.

Palavras-chave: Banco Mundial. Pobreza. Insegurança Alimentar Global

Banco Mundial no lançamento do Relatório Global sobre Crises Alimentares 2025

Durante o evento de lançamento do Relatório Global sobre Crises Alimentares 2025 (*Global Report on Food Crises*)[32], o Banco Mundial (BM), representado pelo diretor administrativo sênior, Axel van Trotsenburg, fez algumas observações a respeito da grave situação do estado global da insegurança alimentar.

Em sua fala, Axel apontou sobre a importância do relatório, que desde 2016 vem alertando a comunidade internacional sobre os desafios que a segurança alimentar vem enfrentando. Axel definiu as estatísticas apresentadas como “alarmantes” e indicou que as vidas individuais, a estabilidade da sociedade e o potencial econômico estão frágeis perante a situação. De acordo com o documento, a fome extrema cresceu pelo sexto ano consecutivo, onde aproximadamente 295 milhões de pessoas ao redor do mundo estão lutando contra a insegurança alimentar, sendo que a maioria delas já estão convivendo com a forma mais extrema, especialmente nos países onde existem conflitos contínuos[33].

Trotsenburg afirmou que os recursos para financiar as crises de alimentos e humanitárias vem diminuindo progressivamente ano após ano, devido aos orçamentos cada vez menores e a dívida crescente, que limita o desenvolvimento. O diretor administrativo do BM defendeu que apesar do cenário negativo, a comunidade internacional precisa unir forças, apoiando a mudança de direção com propostas inteligentes e de baixo custo para conseguir reverter esta situação[34].

[32] Disponível em: https://fsinplatform.org/report/global-report-food-crises-2025/
[33] Disponível em: https://fsinplatform.org/report/global-report-food-crises-2025/
[34] Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/speech/2025/05/16/remarks-by-world-bank-senior-managing-director-axel-van-trotsenburg-at-the-launch-of-the-global-report-on-food-crises-20

Banco Mundial e a segurança alimentar

O BM possui um amplo portfólio de projetos dedicados ao combate da insegurança alimentar. A instituição financeira multilateral está contribuindo com o projeto *Planos de Preparação para Crises de Segurança Alimentar e Nutricional* em 28 países. Os planos são uma pré-condição para que os países consigam acessar financiamento emergencial, como por exemplo, o programa *Janela de Resposta à Crise* da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA, em inglês). Este projeto conta ainda com a transmissão ao vivo de respostas financeiras e alimentação de dados em tempo real[35].

Um projeto que merece atenção é o novo *Programa de Desafio Global sobre Segurança Alimentar e Nutricional.* De acordo com o BM, este programa está ajudando as lideranças da instituição a entenderem quais devem ser os caminhos a serem seguidos, com soluções que tragam resultados no combate à fome e a desnutrição em níveis globais, tendo como objetivo principal a longo prazo a criação de um sistema alimentar que seja capaz de apoiar a todos[36].

O diretor administrativo argumentou que as crises alimentares e nutricionais atuais necessitam que os parceiros contribuam muito mais do que antes, pois a crise é séria e exige planejamento e comprometimento de longo prazo para sair dela[37]. A respeito da criação de um sistema alimentar, Axel defendeu que "os sistemas alimentares fortes são seguros e inteligentes, pois cortam custos futuros de emergência e proporcionam resultados de desenvolvimento duradouros".

Considerações Finais

Baseado nas orientações da Cúpula Mundial da Alimentação, que foi realizada em 1996, a segurança alimentar tem por definição o alcance físico e econômico de todos as pessoas à alimentos seguros e nutritivos suficientes, que sejam capazes de atender às suas necessidades e preferências alimentares, direcionando-as para uma vida saudável[38].

As orientações consideraram que o alcance da segurança alimentar depende de quatro dimensões principais que precisam ser cumpridas ao mesmo tempo: disponibilidade física de alimentos, acesso econômico e físico a alimentos, utilização de alimentos e estabilidade[39].

A disponibilidade física de alimentos é definida pelo nível de produção de alimentos, estoque e comércio líquido. Já o acesso econômico e físico a alimentos trata-se da política de receitas, de preços, de mercados e de despesas para garantir uma segurança alimentar em nível familiar. A utilização de alimentos é a forma como o corpo recebe vários tipos de nutrientes dos alimentos. Boas práticas na preparação dos alimentos, uma quantidade variada e uma dieta equilibrada traz ótimos resultados para as pessoas. A estabilidade aborda que condições

[35] Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/speech/2025/05/16/remarks-by-world-bank-senior-managing-director-axel-van-trotsenburg-at-the-launch-of-the-global-report-on-food-crises-20
[36] Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/speech/2025/05/16/remarks-by-world-bank-senior-managing-director-axel-van-trotsenburg-at-the-launch-of-the-global-report-on-food-crises-20
[37] Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/speech/2025/05/16/remarks-by-world-bank-senior-managing-director-axel-van-trotsenburg-at-the-launch-of-the-global-report-on-food-crises-20
[38] Disponível em: https://www.fao.org/about/about-fao/en/
[39] Disponível em: https://www.worldbank.org/en/topic/agriculture/brief/food-security-update/what-is-food-security

climáticas alteradas e instabilidades política e econômica (aumento dos preços dos alimentos e desemprego) podem colocar em risco a dieta de um indivíduo[40].

O Relatório Global sobre Crises Alimentares 2025 evidencia que estas diretrizes estão longe de serem uma realidade. Com a pobreza e a miséria aumentando progressivamente em diversas regiões, com a fome não seria diferente, já que estão intrinsicamente conectadas.

No primeiro semestre de 2022, o BM e a Presidência do Grupo dos Sete (G7) reuniram-se para tratar da Aliança Global para Segurança Alimentar, que teve como o intuito responder de forma célere a já dramática crise global da fome[41]. Através desta Aliança, nasce o Painel Global de Segurança Alimentar e Nutricional, sistema capaz de produzir informações seguras para as lideranças que tomam as decisões nos âmbitos global e local, auxiliando na coordenação política e na resposta financeira no combate à crise alimentar[42].

No ano de 2023, o BM e mais as lideranças da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Programa Alimentar Mundial (PAM), Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), anunciaram conjuntamente em uma declaração o pedido do não agravamento da crise de segurança alimentar e nutricional, listando algumas medidas urgentemente necessárias[43], como "resgatar pontos críticos da fome; facilitar o comércio, melhorar o funcionamento dos mercados e aprimorar o papel do setor privado; e reformar e reaproveitar subsídios prejudiciais com direcionamento e eficiência cuidadosos".

Em 2024, durante o anúncio de que seria o principal parceiro de conhecimento para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza do G20 – organizada pelo Brasil –, o BM se comprometeu ainda mais com a divulgação de um amplo pacote com iniciativas para o enfrentamento da pobreza e da fome, com o objetivo de apoiar as pessoas mais vulneráveis a se tornarem mais resilientes. Este pacote contou com um plano ambicioso de ampliação dos programas de proteção social, que visa alcançar até 2030 pelo menos 500 milhões de pessoas. Outro destaque do pacote foi a promessa de novos relatórios de monitoramento da fome, da pobreza e da cobertura de proteção social dos países, que tem como objetivo principal apoiar os governos a tomarem decisões que surtam efeitos positivos[44].

Tanto o BM como o relatório mostram através de seus dados que reverter um cenário tão negativo como este dará muito trabalho, ainda mais se quisermos alcançar as diretrizes dos ODS 1[45] e 2[46]. Para que esta ambição seja alcançada, a colaboração da comunidade internacional terá que ser muito maior e mais posicionada.

---

[40] Disponível em: https://www.worldbank.org/en/topic/agriculture/brief/food-security-update/what-is-food-security

[41] Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/statement/2022/05/19/joint-statement-g7-presidency-wbg-establish-global-alliance-for-food-security

[42] Disponível em: https://www.gafs.info/home/

[43] Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/statement/2023/02/08/joint-statement-on-the-global-food-and-nutrition-security-crisis

[44] Disponível em: Grupo Banco Mundial intensifica luta contra a fome global

[45] 'Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares". Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html

[46] "Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável". Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods2.html

Referências

Banco Mundial [homepage na internet] Remarks by World Bank Senior Managing Director, Axel van Trotsenburg, at the Launch of the Global Report on Food Crises 2025 [acesso em 26 mai 2025]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/speech/2025/05/16/remarks-by-world-bank-senior-managing-director-axel-van-trotsenburg-at-the-launch-of-the-global-report-on-food-crises-20

Banco Mundial [homepage na internet] JOINT STATEMENT: G7 Presidency, World Bank Group Establish Global Alliance for Food Security to Catalyze Response to Food Crisis [acesso em 26 mai 2025]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/statement/2022/05/19/joint-statement-g7-presidency-wbg-establish-global-alliance-for-food-security

Banco Mundial [homepage na internet] Joint Statement by the Heads of the Food and Agriculture Organization, International Monetary Fund, World Bank Group, World Food Programme and World Trade Organization on the Global Food and Nutrition Security Crisis [acesso em 26 mai 2025]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/statement/2023/02/08/joint-statement-on-the-global-food-and-nutrition-security-crisis

Banco Mundial [homepage na internet] Grupo Banco Mundial intensifica luta contra a fome global [acesso em 26 mai 2025]. Disponível em: Grupo Banco Mundial intensifica luta contra a fome global

Global Food and Nutrition Security Dashboard [homepage na internet] [acesso em 26 mai 2025]. Disponível em: https://www.gafs.info/home/

FAO [homepage na internet] About FAO [acesso em 26 mai 2025]. Disponível em: https://www.fao.org/about/about-fao/en/

Food Security Information Network [homepage na internet] Global Report on Food Crises 2025 [acesso em 26 mai 2025]. Disponível em: https://fsinplatform.org/report/global-report-food-crises-2025/

Banco Islâmico de Desenvolvimento:
Projetos nas áreas de saúde e seus determinantes sociais

Laura Tavares Soares

Resumo. Este Informe aporta informações sobre o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) - já apresentado em Informe sobre Bancos Regionais de Desenvolvimento em âmbito mundial - enfocando nos seus projetos em Saúde e seus Determinantes Sociais. Em vários documentos, aqui apresentados, o IsDB enfatiza a Saúde como setor prioritário no apoio financeiro e técnico promovido pelo Banco. Seu objetivo central é o desenvolvimento econômico e social dos seus 57 países membros, todos Estados participantes da Organização de Cooperação Islâmica. Além da Saúde, o Banco concentra sua atuação nas áreas de Infraestrutura, Educação, Ajuda Humanitária e na área transversal de Mulheres e Meninas. Aqui foram descritos projetos financiados, nos anos de 2024 e 2025, na área de Saúde e em áreas correlatas como Água Potável, Saneamento, Nutrição Infantil e Segurança Alimentar. Foi também apresentado documento de 2025 que explicita compromisso do IsDB com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com projetos em 8 países-membros nas áreas de saúde, segurança alimentar, educação, transporte, saneamento e desenvolvimento urbano. Por fim, no âmbito regional destaca-se o acordo de cooperação do IsDB com o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), firmado agora em maio de 2025, para o cofinanciamento de operações conjuntas em seus países-membros comuns até 2030.

Palavras-Chave. Banco de Desenvolvimento Islâmico - Cooperação Islâmica - Desenvolvimento Islâmico - Financiamento multilateral em Saúde nos países islâmicos

Antecedentes do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB)

O Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) é uma instituição financeira internacional fundada em 1975 e sediada em Jeddah, na Arábia Saudita. O banco visa apoiar o desenvolvimento econômico e social nos **Estados membros da Organização de Cooperação Islâmica (OCI)** através do financiamento de projetos de desenvolvimento e investimento. Centra-se no reforço da cooperação entre os países islâmicos e no fornecimento de apoio financeiro e técnico para alcançar o desenvolvimento sustentável.

- O Banco Islâmico de Desenvolvimento é um banco multilateral de desenvolvimento (BMD) que trabalha para melhorar a vida daqueles a quem servimos, promovendo o desenvolvimento social e econômico nos países-membros e nas comunidades muçulmanas em todo o mundo, gerando impacto em larga escala.

- Fornecemos a infraestrutura para que as pessoas tenham uma vida melhor e alcancem seu pleno potencial.

- Reunimos 57 países-membros em quatro continentes, impactando a vida de 1 em cada 5 pessoas na população mundial.

- Somos um dos BMDs mais ativos do mundo, líder global em finanças islâmicas e uma instituição supranacional com classificação AAA, com um **capital subscrito de US$76 bilhões**.

- Somos uma instituição verdadeiramente global, com sede em Jeddah, Arábia Saudita, e principais centros no Marrocos, Malásia, Cazaquistão e Senegal, além de escritórios de entrada no Egito, Turquia, Indonésia, Bangladesh e Nigéria.

- Promovemos a colaboração entre nossos países-membros em um ambiente *singularmente apolítico*, com foco na melhoria da humanidade. (itálicos da autora)

Nossos 5 pilares de atuação são:

1. Construir parcerias entre governos, o setor privado e a sociedade civil por meio de *Parcerias Público-Privadas (PPPs).*

2. Agregar valor às economias e sociedades de países em desenvolvimento por meio do aumento de habilidades e do compartilhamento de conhecimento.

3. Focar em soluções de ciência, tecnologia e inovação para os maiores desafios de desenvolvimento do mundo, por meio do aumento da conectividade e do financiamento, e do foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

4. Promover o desenvolvimento global sustentado por estruturas de financiamento sustentáveis e éticas de longo prazo, em conformidade com a *Sharia* (obs.: a Sharia é uma diretriz para a vida que todos os muçulmanos deveriam seguir), como líderes globais em **Finanças Islâmicas**.

5. Fomentar a colaboração entre nossos países-membros em um ambiente *singularmente apolítico*, enquanto nos unimos para focar na melhoria da humanidade.

O Banco conta atualmente com **57 países como membros**. A condição básica para a adesão é que o país membro em potencial seja **membro da Organização da Cooperação Islâmica (OCI)**. O Conselho de Governadores do IsDB tem autoridade para definir os termos e condições de subscrição e integralização do capital do Banco.

Os membros incluem Afeganistão, Argélia , Bahrein , Bangladesh , Benim , Brunei , Burkina Faso , Camarões , Chade , Comores , Djibuti , Egito , Gabão , Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau , Indonésia , Irã , Iraque , Jordânia , Kuwait , Líbano , Líbia , Malásia , Maldivas , Mali , Mauritânia , Marrocos , Níger , Omã , Paquistão , Autoridade Palestina (AP), Catar , Arábia Saudita, Senegal , Serra Leoa , Somália , Sudão , Síria, Tunísia , Turquia , Uganda , Emirados Árabes Unidos e Iêmen.

O financiamento que o IsDB oferece alcança **quase um quinto da população mundial**.

Para gerar o maior impacto, acreditamos ser importante ter um portfólio diversificado de setores para os quais alocamos nosso financiamento, e concentramos nosso trabalho nas seguintes áreas:

Infraestrutura

Uma rede de infraestrutura resiliente e sustentável desempenha um papel crucial para garantir o crescimento econômico contínuo dos países em desenvolvimento. Ao investir no desenvolvimento urbano e agrícola, bem como nas necessidades de energia e transporte que

essas áreas exigem, podemos continuar a permitir que nossos projetos mantenham e aprimorem seu impacto sob um modelo sustentável.

Educação

A educação é a chave para liberar o potencial das gerações futuras, e é por isso que financiamos a formação profissional e educacional – especialmente para mulheres e jovens em áreas rurais – que permite o acesso ao mercado de trabalho e melhora suas perspectivas de vida. Os Programas de Bolsas de Estudo do IsDB visam promover a excelência em ciência em nossos países-membros e entre as comunidades muçulmanas em países não-membros. Até o momento, apoiamos mais de 13.000 estudantes, com financiamento de US$ 133,7 milhões, e 90% dos graduados retornaram aos seus respectivos países para ingressar em suas instituições de origem.

Saúde

Como pilar fundamental do desenvolvimento humano, o setor da saúde é uma área prioritária para o Banco IsDB. Nosso foco está na prevenção e no controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis, na melhoria do acesso e da qualidade dos serviços de saúde e na redução das barreiras financeiras ao acesso aos recursos disponíveis.

Ajuda Humanitária

Acreditamos que temos um papel crucial a desempenhar na prestação de Ajuda Humanitária em todo o mundo. Nossos Estados-membros incluem 26 das nações mais pobres do mundo, especialmente vulneráveis a desastres naturais e ao impacto das mudanças climáticas. Ao investir nesses países e financiar projetos, buscamos melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem neles.

Mulheres e Meninas

Para combater a pobreza e impulsionar o desenvolvimento, é vital explorar e liberar o potencial de todos. É por isso que nos comprometemos a apoiar Mulheres e Meninas em todo o mundo. Fazemos isso priorizando o acesso a financiamento, educação/matrícula escolar e programas de saúde, incluindo saúde materna – áreas que tradicionalmente se mostraram barreiras para uma maior emancipação feminina.

Conselho do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) aprova mais de US$ 1,4 bilhão para promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 8 países-membros

(16 de março de 2025)

O Conselho de Administração Executivo do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) aprovou mais de US$ 1,4 bilhão para promover significativamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 8 países membros durante sua 359ª reunião, realizada no domingo, 16 de março de 2025, Jeddah Reino da Arábia Saudita, sob a presidência de Sua Excelência, Dr. Muhammad Al Jasser.

Os projetos de desenvolvimento aprovados abrangem os setores de segurança alimentar, saúde, educação, transporte, saneamento e desenvolvimento urbano, contribuindo para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As aprovações incluem € 500 milhões em financiamento para o "Projeto de Desenvolvimento de Infraestrutura de Saúde Resiliente a Desastres" na Turquia. Esta iniciativa visa atender à necessidade adicional de serviços de saúde acessíveis e resilientes e complementar as intervenções anteriores do Banco no setor.

O setor de desenvolvimento urbano da Turquia também se beneficiará de um financiamento de € 200,20 milhões para o "Projeto de Infraestrutura Municipal para Recuperação e Resiliência", que aprimorará os serviços municipais de água e gestão de águas residuais, bem como os serviços de transporte, o que potencialmente beneficiará aproximadamente 3 milhões de pessoas.

O Banco IsDB também fornecerá US$ 241,30 milhões em financiamento para a construção de cinco pontes resistentes ao clima na Divisão de Mymensingh, em Bangladesh. Este projeto visa melhorar a vida da população, reduzindo os custos operacionais de veículos, o tempo de viagem e as emissões de gases de efeito estufa.

A Nigéria receberá um total de US$ 102,38 milhões em financiamento do Banco IsDB. Isso inclui US$ 52,38 milhões para aumentar a segurança alimentar no estado de Zamfara e US$ 50 milhões para melhorar a infraestrutura de saúde e promover a excelência na educação médica no estado de Sokoto.

As aprovações de financiamento do Conselho do Banco IsdB também fornecerão US$ 92,98 milhões ao setor de saúde do Uzbequistão, contribuindo assim para a melhoria dos serviços de saúde na região de Kashkadarya. Além disso, a Administração aprovou um financiamento adicional de US$ 10 milhões para o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços Oncológicos no Uzbequistão (Fase II).

Um financiamento de €141,44 milhões do Banco IsdB para o Togo, na África Ocidental, aumentará a conectividade regional por meio do apoio ao "Projeto de Reabilitação da Estrada Fronteiriça UEMOA CU18-Gana-Benin". A estrada melhorará significativamente as viagens entre Gana, Togo e Benin, estimulando a eficiência econômica, reduzindo os custos de transporte e apoiando as atividades de segurança alimentar.

As aprovações de financiamento do IsDB também visam melhorar a educação básica em Camarões. Um financiamento conjunto de 36,80 milhões de euros do IsDB e do ISFD, no âmbito da Iniciativa SMART-Ed, ajudará a aumentar a capacidade e a eficiência do sistema educacional do país, garantindo educação básica inclusiva e de qualidade para cerca de 154.000 crianças.

Além disso, 35,07 milhões de euros foram aprovados para o Projeto de Saneamento Suburbano de Ouagadougou, em Burkina Faso, para melhorar a drenagem de águas pluviais e combater as inundações na capital. Também contribuirá para a melhoria do saneamento público e da saúde, ao mesmo tempo que cria empregos verdes, especialmente para mulheres e jovens.

A redução da pobreza e o aumento da segurança alimentar e nutricional das famílias rurais em Serra Leoa também foram o foco principal da aprovação de US$ 30,48 milhões do Banco IsDB. O "Projeto de Desenvolvimento da Pecuária e Meios de Subsistência" deverá criar oportunidades de emprego para mulheres e jovens rurais, promovendo, ao mesmo tempo, a produção pecuária, a produtividade e o acesso a mercados.

Esses projetos visam promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo, impactando positivamente a qualidade de vida das comunidades em todos os nossos países-membros.

Banco Islâmico de Desenvolvimento e Banco Asiático de Desenvolvimento prometem US$ 2 bilhões para projetos conjuntos de desenvolvimento

(4 de maio de 2025)

Milão, Itália, 4 de maio de 2025 – O Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) e o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) renovaram seu compromisso com o desenvolvimento, comprometendo-se a destinar **US$ 1 bilhão cada um para o cofinanciamento de operações conjuntas** em seus **países-membros comuns até 2030**. Os novos investimentos visam aumentar a eficácia, o impacto, a eficiência e a sustentabilidade de suas operações de desenvolvimento.

O Memorando de Entendimento (MoU) foi assinado por Ibrahim Ali Shoukry, Diretor de Parcerias, Advocacia Global e Departamento de Mobilização de Recursos do IsDB, e Xinning Jia, Diretora Geral de Estratégia, Política e Parcerias do IsDB.

A cerimônia de assinatura ocorreu em Milão, Itália, paralelamente à 58ª Reunião Anual do Conselho de Governadores do IsDB. Os países membros comuns do IsDB e do IsDB incluem Afeganistão, Azerbaijão, Bangladesh, Brunei Darussalam, Indonésia, Cazaquistão, República do Quirguistão, Malásia, Maldivas, Paquistão, Tadjiquistão, Turquia, Turcomenistão e Uzbequistão.

Nos termos do Memorando de Entendimento, o IsDB e o ADB trabalharão em estreita colaboração por meio de cofinanciamento programático para compartilhar ideias, valores e recursos, a fim de ajudar a financiar o desenvolvimento de seus países membros.

Em discurso durante a cerimônia, Ibrahim Ali Shoukry declarou: "Este Memorando de Entendimento é um passo crucial em nossa parceria com o BAD. Ao combinar nossos recursos e expertise, podemos impulsionar projetos de desenvolvimento impactantes que beneficiarão nossos países membros e promoverão o crescimento econômico sustentável. Nosso compromisso com o cofinanciamento de operações conjuntas demonstra nossa dedicação em alcançar prosperidade e resiliência compartilhadas diante dos desafios globais."

"Este Memorando de Entendimento de Parceria representa um marco significativo em nossa colaboração com o IsDB", afirmou Xinning Jia, Diretor-Geral do Departamento de Estratégia e Políticas do BAD. "Ao alavancar nossa expertise e recursos coletivos, estamos comprometidos em enfrentar desafios críticos de desenvolvimento, impulsionar soluções de financiamento inovadoras e fomentar o crescimento econômico em toda a Ásia. Nossa visão compartilhada é criar impactos duradouros e significativos que melhorem a vida de milhões de pessoas em nossos países-membros."

Espera-se que o Memorando de Entendimento facilite a colaboração entre as Partes para promover programas e atividades que fomentem a cooperação entre elas, com foco na otimização e fortalecimento da infraestrutura sustentável, redução da lacuna de infraestrutura digital, empoderamento de jovens e mulheres, permitindo a integração regional e o comércio e a cooperação transfronteiriços, e esforços conjuntos para ampliar parcerias, advocacia global e mobilização de recursos.

Projetos em áreas determinantes para a Saúde: Água Potável e Nutrição (2024-2025)

1. “Fortalecendo a sustentabilidade dos investimentos em água: abordagens e modelos alternativos de financiamento.”

(abril de 2025)

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) organizaram conjuntamente a 12ª Mesa Redonda sobre Financiamento da Água, reunião temática sobre *“Fortalecendo a sustentabilidade dos investimentos em água: abordagens e modelos alternativos de financiamento”*. A reunião

temática foi realizada nos dias 16 e 17 de abril de 2025 na sede do Banco Islâmico de Desenvolvimento, em Jedah, Arábia Saudita, em colaboração com o governo dos Países Baixos, o Conselho Mundial da Água e o Banco Mundial.

Representantes e líderes das comunidades de água e finanças, como governos, investidores públicos e privados, instituições financeiras, concessionárias de água, autoridades reguladoras de água e bancos comerciais, se reuniram para revisar e explorar modelos de financiamento que podem promover maior sustentabilidade e resiliência de investimentos relacionados à água.

Objetivos

A 12ª reunião da Mesa Redonda sobre Financiamento da Água explorou modelos de financiamento que podem promover maior sustentabilidade e resiliência dos investimentos relacionados à água, incluindo modelos de financiamento que compartilham algumas ou todas as seguintes características:

- Adotar uma abordagem equilibrada para o compartilhamento de riscos entre provedores e recebedores de capital;
- Adotar um forte foco na manutenção de ativos, inclusive garantindo que fluxos suficientes de capital de giro sejam financiados para que a manutenção de ativos possa ser implementada onde e quando for necessária para apoiar a sustentabilidade;
- Incentivar a entrega de resultados alinhados às necessidades dos clientes e aos resultados desejáveis, medidos não apenas em termos financeiros, mas com base em outras dimensões de desempenho, incluindo indicadores sociais e ambientais.

A Mesa Redonda também explorou como os princípios e instrumentos financeiros islâmicos (notadamente o foco no compartilhamento de riscos e lucros, bem como o financiamento lastreado em ativos, etc.) podem ser alavancados para apoiar investimentos mais sustentáveis em recursos hídricos.

A reunião é um passo fundamental rumo à **Conferência da Água da ONU de 2026** e ao **11º Fórum Mundial da Água**. Ela ajudará a subsidiar a agenda financeira desses importantes eventos internacionais sobre recursos hídricos.

O evento atraiu mais de 400 participantes globais de governos, bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs), bancos comerciais, academia, instituições filantrópicas e setor privado para discutir estratégias inovadoras para investimentos hídricos sustentáveis e resilientes ao clima.

A Mesa Redonda abordou a necessidade global urgente de cobrir uma lacuna de financiamento anual estimada em US$500 bilhões para água e saneamento. As discussões enfatizaram a alavancagem de soluções financeiras islâmicas para lidar com essa deficiência crítica.

Durante a Mesa Redonda, o IsDB demonstrou seu compromisso com a sustentabilidade hídrica, destacando a promessa de US$5,5 bilhões anunciada na COP29 para projetos de adaptação climática. Isso incluiu a maior iniciativa de eficiência hídrica financiada pelo islamismo, avaliada em US$ 1,15 bilhão no Cazaquistão.

O Dr. Walid Oueslati, Chefe da Divisão de Clima, Biodiversidade e Água da OCDE, reafirmou a parceria com o IsDB, observando: "Nosso objetivo é liberar o potencial das finanças islâmicas, dos mercados de capitais e das ferramentas de financiamento combinado para impulsionar investimentos resilientes em recursos hídricos."

As principais recomendações da Mesa Redonda incluíram a transição de modelos de financiamento convencionais para instrumentos financeiros islâmicos inovadores, como *sukuk, zakat, waqf e qard hasan*.

Os participantes também enfatizaram a importância de mudar o foco da sustentabilidade para a resiliência, a fim de enfrentar os crescentes desafios climáticos. Outra recomendação fundamental foi garantir o acesso equitativo à água, especialmente para comunidades vulneráveis e de baixa renda, que frequentemente são as mais afetadas pela insegurança hídrica.

2. BANCO Islâmico de Desenvolvimento e Programa Mundial de Alimentos lançam iniciativa de financiamento "Início Nutritivo" para aumentar o financiamento para nutrição infantil e merenda escolar

12 de fevereiro de 2025

ROMA – O Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) e o Programa Mundial de Alimentos da ONU (PMA) lançaram hoje uma iniciativa de financiamento inovadora para aumentar os fundos disponíveis para os governos combaterem a desnutrição infantil e expandirem os programas de merenda escolar.

O acordo *"Início Nutritivo": Iniciativa para o Desenvolvimento do Capital Humano* (IDCH) prevê que o IsDB forneça aos governos financiamento de até US$ 3 para cada US$ 1 garantido em subsídios para programas de nutrição e alimentação escolar em países de menor desenvolvimento relativo e de renda média-baixa pertencentes à Organização para a Cooperação Islâmica (OCI).

O acordo foi assinado pela Diretora Executiva do PMA, Cindy McCain, e pelo Presidente do IsDB, Sua Excelência, Dr. Muhammad Al Jasser, na sede do PMA em Roma, em 12 de fevereiro de 2025.

"Garantir que pessoas vulneráveis sejam bem nutridas, saudáveis e educadas é fundamental para o crescimento econômico a longo prazo", disse a Diretora Executiva do PMA, Cindy McCain. "Em todo o mundo, a alimentação escolar e os programas de nutrição são os alicerces essenciais de um futuro sem fome e pobreza. O PMA tem orgulho de ser parceiro do IsDB nesta iniciativa inovadora de financiamento. Juntos, mobilizaremos os recursos essenciais para transformar a vida das pessoas mais vulneráveis."

O HCDI abrange os primeiros 8.000 dias de vida de uma criança até a adolescência (até os 21 anos de idade). Isso começa com os primeiros 1.000 dias – uma janela crucial para o crescimento cognitivo e físico. Cada US$ 1 investido no combate à desnutrição na primeira infância pode gerar até US$ 23 em retorno econômico, enquanto os programas de alimentação escolar geram entre US$ 7 e US$ 35 por dólar investido.

"Investir em capital humano é fundamental para quebrar o ciclo da pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável", afirmou Sua Excelência Dr. Muhammad Al Jasser, Presidente do Grupo do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB). "A iniciativa 'Início Nutritivo' não visa

apenas combater a desnutrição — trata-se de equipar as gerações futuras com a base para prosperar. Ao combinar estrategicamente nosso financiamento com subsídios direcionados, estamos ampliando o impacto e garantindo que cada dólar impulsione um progresso significativo em direção às metas nacionais de desenvolvimento."

Esta colaboração se baseia na extensão do Memorando de Entendimento (MoU) entre o Banco IsdB e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), reforçando seu compromisso compartilhado com o combate à insegurança alimentar e à desnutrição. O Banco IsdB e o PMA também são parceiros no Movimento Scaling Up Nutrition (SUN) e na Coalizão para a Alimentação Escolar, duas iniciativas nacionais focadas no combate à desnutrição infantil.

3. FAO e Banco Islâmico de Desenvolvimento fortalecem parceria para transformar sistemas agroalimentares

13 de fevereiro de 2025

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) reafirmaram hoje seu compromisso de acelerar a transformação dos sistemas agroalimentares por meio de uma colaboração reforçada, com base no Memorando de Entendimento (MdE) de 2020 e no Plano de Ação Conjunta. O acordo foi destacado durante uma reunião de alto nível entre o Diretor-Geral da FAO, Dr. QU Dongyu, e o Presidente do IsDB, Sua Excelência, Dr. Muhammad Sulaiman Al Jasser, em Roma em fevereiro de 2025.

A FAO e o IsDB têm se concentrado em enfrentar desafios globais como mudanças climáticas, escassez de água, insegurança alimentar e desenvolvimento rural, com ênfase na mobilização de investimentos personalizados em agricultura climaticamente inteligente e inovação na cadeia de valor de commodities. O IsDB tem apoiado o trabalho da FAO na construção da resiliência de populações rurais em contextos frágeis, mais recentemente por meio de investimentos para reabilitar sistemas de irrigação em áreas-chave de produção agrícola no leste do Afeganistão.

"A FAO valoriza a liderança do IsDB no fomento da cooperação Sul-Sul e no financiamento da transformação rural inclusiva", afirmou o Dr. QU Dongyu. "Esta parceria alavanca nossa expertise técnica para capacitar pequenos agricultores e construir resiliência em comunidades vulneráveis."

Sua Excelência, Dr. Muhammad Al Jasser, reafirmou o compromisso do IsDB, afirmando: "Nossa parceria com a FAO é um alinhamento estratégico com o Programa de Resposta à Segurança Alimentar e o Plano de Ação Climática do Banco. Ao alavancar nossa expertise coletiva, podemos impulsionar soluções inovadoras que acelerem o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável."

Saúde

IsDB une esforços com a OMS (Organização Mundial de Saúde) e parceiros de desenvolvimento para promover investimentos de impacto na saúde

12 de novembro de 2024

Como parte de seu compromisso com a iniciativa global para fortalecer a atenção primária à saúde e a resiliência dos sistemas de saúde, o Banco Islâmico de Desenvolvimento

(IsDB) anunciou em 12 de novembro de 2024 uma importante doação de US$ 10 milhões à OMS para implementar a Plataforma de Investimento de Impacto na Saúde (HIIP).

Esta contribuição, assinada paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29), realizada em Baku, em 12 de novembro de 2024, marca um passo crucial para a operacionalização do nosso compromisso com o clima e a saúde em países de baixa e média renda.

O HIIP representa uma colaboração inovadora entre Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), a OMS e países que necessitam de soluções robustas para a saúde e o clima. Esta iniciativa concentra-se no investimento em serviços e sistemas de atenção primária à saúde essenciais, resilientes ao clima e a crises. Visa reforçar o sistema de saúde, especialmente em países de baixa e média renda e em comunidades carentes, visando, em última análise, promover a resiliência contra ameaças emergentes à saúde e aos desafios climáticos.

A doação de US$ 10 milhões do IsDB apoiará especificamente a assistência técnica que a OMS fornece a países em todo o mundo para avaliar as necessidades de investimento e elaborar os projetos de saúde mais impactantes. Esses projetos servirão de base para o co investimento do IsDB, garantindo que os recursos sejam direcionados para áreas com maior potencial para resultados positivos em saúde.

Entre as prioridades da OMS para os próximos quatro anos, conforme declarado em seu Décimo Quarto Programa Geral de Trabalho, está o fortalecimento da resiliência climática, por meio do desenvolvimento e da implementação de planos nacionais de adaptação às mudanças climáticas, e a plena funcionalidade de 10.000 unidades de saúde, inclusive com eletrificação solar que a OMS fornece a países em todo o mundo para avaliar as necessidades de investimento e elaborar os projetos de saúde mais impactantes.

Além da subvenção, a contribuição do Banco IsdB deverá liberar pelo menos US$ 500 milhões em investimentos em saúde em toda a região. Essa meta coletiva faz parte de um esforço mais amplo para mobilizar um total de US$1,5 bilhão em empréstimos e subvenções concessionais (obs.: modalidade de apoio financeiro que consiste na aplicação de recursos públicos não reembolsáveis que não precisam ser devolvidos) por parte do IsDB, com foco em áreas críticas, atendendo assim às prioridades nacionais de saúde.

"O *Banco Islâmico de Desenvolvimento tem orgulho de apoiar a Plataforma de Investimento de Impacto na Saúde como parte do nosso compromisso inabalável com o avanço da cobertura universal de saúde e da resiliência em nossos países-membros*. Essas parcerias com os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e a OMS nos permitem ampliar a atenção primária à saúde onde ela é mais necessária, criando uma base mais sólida para resistir a crises futuras e enfrentar os desafios de saúde urgentes da atualidade. Juntos, estamos promovendo um futuro mais saudável e equitativo para comunidades em todo o mundo", declarou Sua Excelência, Dr. Muhammad Al Jasser, Presidente do IsDB.

"Países de baixa e média renda precisam de acesso a financiamento sustentável para fortalecer seus sistemas de saúde por meio da atenção primária à saúde, tornando-os mais resilientes a pandemias e mais equitativos na prestação de serviços essenciais de saúde", afirmou o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus. "A Plataforma de Investimento de Impacto na Saúde combina a expertise em saúde pública e a presença local da OMS com os recursos e a expertise em financiamento do Banco Islâmico de Desenvolvimento e de outros bancos

multilaterais de desenvolvimento. Trabalhando juntos, podemos fazer uma diferença significativa na melhoria dos resultados em saúde e na criação de um futuro mais saudável para todos."

O IsDB permanece comprometido em promover parcerias que aprimorem os resultados da saúde e melhorem a qualidade de vida das comunidades em todo o mundo.

Projetos na área de Saúde do IsDB (2024-2025)

1. Construindo um Futuro Mais Saudável: Hospital Municipal de Konya

7 de abril de 2024

A **Turquia**, um país membro relativamente bem desenvolvido do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), embarcou em uma jornada ambiciosa rumo à **cobertura universal de saúde** (CUS). Esse compromisso se traduz em instalações de saúde de última geração, como o Hospital Municipal de Koya, que visa melhorar significativamente a saúde e o bem-estar de seus cidadãos.

O desafio da Turquia não era a capacidade de construir hospitais de alta qualidade; o país possuía a capacidade e a força de trabalho qualificada necessárias. O obstáculo residia em garantir um modelo de financiamento viável para apoiar projetos de grande porte. O ***modelo de Parceria Público-Privada (PPP)*** surgiu como uma *solução*, e o IsDB desempenhou um papel fundamental no sucesso do Hospital Municipal de Konya, sendo pioneiro no financiamento em conformidade com a *Sharia* para este projeto.

2. IsDB, Fundo de Abu Dhabi para o Desenvolvimento, Fundação Bill & Melinda Gates e Parceiros Prometem Novo Apoio de US$ 219 Milhões ao Fundo de Desenvolvimento de Longa Duração (LLF)

30 de abril de 2024

A cidade de Riad, capital do Reino da Arábia Saudita, recebeu o anúncio conjunto de quatro parceiros globais de desenvolvimento, que anunciaram um adicional de US$ 219 milhões em apoio de doadores para um total de 37 projetos em 22 países-membros do IsDB por meio do ***Fundo de Vidas e Meios de Subsistência 2.0 (LLF 2.0)***. O anúncio foi feito durante a Cerimônia de Assinatura da Carta Magna nas Assembleias Gerais Anuais do IsDB em Riad, Arábia Saudita, em abril de 2024.

O Presidente e Presidente do Grupo do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), Sua Excelência Dr. Muhammed Al Jasser, presidiu o evento. Ele foi acompanhado pelos chefes das agências doadoras participantes, incluindo Sua Excelência Sr. Mohammed Saif Al Suwaidi, Diretor Geral do Fundo de Abu Dhabi para o Desenvolvimento (ADFD), Sr. Bill Gates, Copresidente da Fundação Bill & Melinda Gates (BMGF), e Sua Excelência Dr. Abdullah Al Rabeah, Supervisor Geral do Centro de Ajuda Humanitária e Alívio Rei Salman (KSrelief).

Este anúncio ocorre logo após o compromisso dos Emirados Árabes Unidos de US$ 50 milhões para o LLF 2.0 via ADFD. A mais recente contribuição dos Emirados Árabes Unidos foi declarada pelo Fundo durante a conferência AVPN realizada em Abu Dhabi na semana passada.

Em seu discurso na cerimônia, Sua Excelência o Dr. Al Jasser declarou: "Hoje, estamos em um momento crucial, reunidos para prometer apoio robusto ao Fundo para Vidas e Meios de Subsistência 2.0. Desde seu lançamento em maio do ano passado, nosso foco tem sido

garantir os recursos necessários para esta próxima fase do Fundo. Agora, estamos prontos para comprometer um total de US$ 219 milhões em doações, complementadas por até US$ 325 milhões em empréstimos concessionais do Banco IsDB. Agradeço sinceramente aos nossos parceiros por suas generosas contribuições. Cada promessa que vocês fazem atesta sua confiança no Fundo para Vidas e Meios de Subsistência 2.0 e seu potencial para promover mudanças reais."

O Presidente do ISDB reafirmou a dedicação e o apoio do IsDB para garantir a utilização eficaz desses recursos, o que permitirá ao LLF não apenas financiar projetos, mas também estabelecer modelos sustentáveis de desenvolvimento.

Destacando o compromisso dos Emirados Árabes Unidos com o desenvolvimento sustentável, Sua Excelência o Sr. Al Suwaidi afirmou: "Sob a liderança de Sua Alteza Xeque Mohamed bin Zayed, nosso compromisso com o LLF 2.0 será fundamental para abordar algumas das questões mais urgentes enfrentadas pelo mundo em desenvolvimento e garantir que comunidades vulneráveis não sejam deixadas para trás. Ao nos concentrarmos em setores-chave como agricultura familiar, segurança alimentar, empoderamento feminino e serviços essenciais como água, saneamento e saúde, podemos construir um futuro mais resiliente e sustentável para todos. Devemos garantir que, ao investir no LLF, estejamos investindo em resultados."

No ano passado, o IsDB, por meio do Fundo de Solidariedade Islâmica, prometeu US$ 50 milhões; e a Fundação Bill & Melinda Gates uma contrapartida de 20% do financiamento total de até US$ 150 milhões.

No comunicado conjunto, todos os parceiros concordaram que os impactos terríveis do clima, dos conflitos e da instabilidade econômica em alguns dos países-membros mais pobres do IsDB aumentam a cada dia, com repercussões regionais e globais. Isso exige uma resposta coesa e coordenada dos doadores para os países-membros e seus povos.

O *Fundo para Vidas e Meios de Subsistência* é uma iniciativa de desenvolvimento de US$ 2,5 bilhões lançada em 2016 e financiada por uma coalizão global sem precedentes, incluindo o Fundo de Abu Dhabi para o Desenvolvimento (ADFD), a Fundação Bill & Melinda Gates (BMGF), o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), o Fundo de Solidariedade Islâmico para o Desenvolvimento (ISFD), o Centro de Ajuda Humanitária e Alívio Rei Salman (KSrelief) e o Fundo do Catar para o Desenvolvimento (QFFD). Sendo a maior iniciativa de desenvolvimento no Oriente Médio, seu objetivo é tirar os mais pobres da pobreza em 33 países membros do IsDB, abordando nove Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) por meio de projetos em saúde, agricultura e infraestrutura básica.

Com US$1,5 bilhão já investidos em 22 países-membros, os compromissos renovados são uma demonstração visível do compromisso com a cooperação internacional que sustenta a missão coletiva dos parceiros do LLF de fornecer a assistência financeira necessária para o desenvolvimento inclusivo de *capital humano* nos países-alvo. Embora uma parcela significativa das doações do LLF 2.0 seja desembolsada diretamente para projetos nacionais, investimentos importantes em assistência técnica e apoio à implementação estão previstos para maximizar a relação custo-benefício para os países.

- O impacto cumulativo dos investimentos já é observado, visto que alguns projetos da primeira geração estão chegando ao fim ou já foram concluídos em setores críticos de desenvolvimento. Em números, o Fundo:

- Financiou 15 projetos de saúde que fortalecem os sistemas de atenção primária à saúde, combatem doenças infecciosas e apoiam a imunização de rotina. Sua contribuição para o financiamento da saúde totalizou US$ 681 milhões. Isso resultou na vacinação de 43 milhões de crianças no Paquistão contra o vírus mortal da poliomielite. Além disso, 38 milhões de casos de malária estão sendo tratados com o fornecimento de mosquiteiros tratados com inseticida para 2 milhões de pessoas no Senegal.

- Financiou 17 projetos agrícolas em 13 países, melhorando 719.000 hectares de terras aráveis por meio do desenvolvimento de infraestrutura dentro e fora das fazendas. Além disso, o Fundo introduziu práticas e metodologias agrícolas climaticamente inteligentes e forneceu variedades de sementes melhoradas e insumos agrícolas essenciais a 65.000 agricultores no Marrocos, Nigéria, Uganda, Camarões e Indonésia, entre outros.

Os esforços colaborativos do Fundo visam empoderar e garantir uma rede de segurança para grupos vulneráveis, especialmente mulheres, para que superem a pobreza por meio de investimentos sociais estratégicos.

O LLF 2.0 empregará a abordagem de financiamento combinado, reconhecendo que o financiamento por meio de subsídios, por si só, não é suficiente para cobrir a lacuna de US$2,4 trilhões em financiamento para os ODS. Portanto, essa abordagem multiplica o financiamento concessional disponível.

A segunda fase do LLF continuará a promover a expansão equitativa dos investimentos do fundo e a auxiliar países de baixa e média renda a otimizar seus recursos financeiros, humanos e outros existentes para setores de alto impacto. Espera-se que isso mobilize recursos nacionais adicionais ao longo do caminho e crie mais oportunidades de cofinanciamento.

3. Lançamento de Hospitais Financiados em Jacarta, Indonésia.

30 de agosto de 2024

Jacarta, Indonésia, 30 de agosto de 2024 – O Presidente da República da Indonésia, Ir. S. Joko Widodo, recebeu o Presidente do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), Dr. Muhammad Al Jasser, na capital, Jacarta. A reunião também contou com a presença do Ministro da Saúde do país.

O Dr. Al Jasser reiterou o compromisso do Grupo IsDB em apoiar a agenda de desenvolvimento do Governo da Indonésia, no âmbito da atual Estratégia de Médio Prazo 2020-2024, em coerência com a Estratégia de Parceria com os Países-Membros (MCPS) 2022-2025 do IsDB para a Indonésia.

Ele afirmou que o Grupo IsDB está pronto para apoiar a Plataforma Nacional do Mecanismo de Transição Energética (MTE), que acelerará a transição energética rumo a emissões líquidas zero (NZE), de acordo com os princípios de acessibilidade e inclusão.

Além disso, reafirmou o apoio do Banco ao estímulo à cooperação e à troca de experiências com a Autoridade da Capital de Nusantara (IKN) para alcançar o desenvolvimento equitativo, combater as mudanças climáticas, zerar as emissões líquidas de carbono e alcançar os ODS por meio da realocação da capital de Jacarta para Nusantara, uma iniciativa visionária do Presidente Irlandês Joko Widodo.

Outros tópicos importantes foram explorados, principalmente relacionados à atualização da infraestrutura de saúde na Indonésia, emissão de Sukuk verde; digitalização e

promoção de FinTech em finanças islâmicas; cooperação Sul-Sul e triangular; fortalecimento do setor Awqaf, bem como auxílio à Indonésia para mobilizar recursos financeiros por meio do aprimoramento da cooperação com os membros do Grupo de Coordenação Árabe.

Mais cedo naquele dia, o presidente do IsDB se reuniu com Sua Excelência o Dr. Sri Mulyani Indrawati, Ministro das Finanças e Governador da Indonésia, onde ambos os lados trocaram opiniões sobre uma ampla gama de tópicos, incluindo infraestrutura verde, promoção do desenvolvimento inclusivo de capital humano e apoio à ambiciosa Visão 2045 da Indonésia.

Mais tarde, o Presidente da República da Indonésia, Ir. H. Joko Widodo, e o Presidente do Banco Islâmico de Desenvolvimento – acompanhados pelo Ministro da Saúde do país e outras autoridades – compareceram à reforma de dois hospitais de última geração financiados pelo Banco Islâmico de Desenvolvimento.

Nas cerimônias de inauguração, o Presidente da República da Indonésia e o Presidente do Banco Islâmico de Desenvolvimento assinaram inscrições em ambas as modernas instalações hospitalares de saúde.

Em discurso nas cerimônias de inauguração dos hospitais Dharmais e Persahabatan, o presidente do Banco IsdB, Dr. Muhammad Al Jasser, destacou o impacto transformador dos novos hospitais, especialmente das novas unidades de cuidados materno-infantis, enfatizando o papel que desempenham na prestação de cuidados de saúde de classe mundial às famílias indonésias. Ele também comemorou a adição de mais de 1.000 leitos em seis novos hospitais na Indonésia, por meio de financiamento do Banco IsdB, marcando um avanço significativo na melhoria da saúde pública e na promoção do desenvolvimento sustentável no país.

Em menos de quatro anos, o IsDB financiou US$ 1,4 bilhão para três projetos de saúde, tornando o Ministério da Saúde da Indonésia o maior parceiro institucional do Banco.

De acordo com o Dr. Al Jasser, o IsDB está comprometido em auxiliar a Indonésia na mobilização de recursos financeiros, especialmente porque o país é o terceiro maior acionista do Banco.

A República da Indonésia é um membro fundador do IsDB desde 1974. Até o momento, as aprovações totais de financiamento do Grupo IsDB para o país membro do Sudeste Asiático chegam a US$ 7,25 bilhões para um total de 350 projetos e operações.

4. Acesso à água e a higiene no Afeganistão

7 de outubro de 2024

O Comitê Dinamarquês de Ajuda aos Refugiados Afegãos (DACAAR), em colaboração com o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) como administrador do Fundo Fiduciário Humanitário do Afeganistão (AHTF), anuncia com orgulho a conclusão bem-sucedida do projeto "*Acesso Sustentável à Água Potável para Comunidades Carentes*" nas províncias de Cabul, Nangarhar, Faryab e Kunduz, no Afeganistão. Este projeto, avaliado em quase US$ 1,1 milhão, foi possível graças ao apoio do Centro de Ajuda Humanitária e Assistência Rei Salman.

A iniciativa teve um impacto transformador em comunidades carentes, melhorando o acesso à água potável para 2.171 famílias — o equivalente a 13.477 pessoas, das quais 51% são mulheres — nas quatro províncias. Ao garantir um abastecimento confiável de água limpa, o projeto não só melhorou a saúde pública, como também contribuiu para a subsistência e o bem-estar geral dessas comunidades.

Além de proporcionar acesso à água potável, o projeto fortaleceu as capacidades locais em práticas de Água, Saneamento e Higiene (WASH). Também se concentrou na melhoria da eficiência da infraestrutura de gestão hídrica, garantindo operações sustentáveis e benefícios de longo prazo para as comunidades.

Os principais elementos do projeto incluíram a construção de poços, estacas, valas e reservatórios, garantindo redes de abastecimento de água abrangentes e sustentáveis. As partes interessadas locais desempenharam um papel ativo durante todo o processo, promovendo a apropriação e a colaboração da comunidade.

Como parte de seus esforços de sustentabilidade, o DACAAR estabeleceu quatro Comitês de Gestão de Recursos Hídricos e capacitou membros da comunidade, incluindo quatro mecânicos contratados, na operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água. Os sistemas foram entregues com sucesso às comunidades locais, que estão preparadas para gerenciá-los de forma independente.

Além disso, o projeto realizou treinamentos de higiene direcionados a gênero e idade, e distribuiu kits de higiene a todos os beneficiários. Esses treinamentos enfatizaram práticas essenciais de higiene, incluindo lavagem adequada das mãos, gestão segura da água, saneamento básico e higiene pessoal.

A necessidade de tais iniciativas é ressaltada pelo Panorama das Necessidades Humanitárias do Afeganistão 2023, que destaca que 21,2 milhões de afegãos precisam de acesso a serviços básicos de WASH — um aumento de 40% em relação aos anos anteriores.

O AHTF, administrado pelo IsDB, permanece comprometido em atender a essas necessidades urgentes por meio de projetos sustentáveis e impactantes que ajudem as populações vulneráveis no Afeganistão. Criado pela Organização para a Cooperação Islâmica (OCI) após sua 17ª Sessão Extraordinária em dezembro de 2021, o AHTF continua a servir como uma plataforma vital para a prestação de assistência humanitária, o atendimento às necessidades básicas e a promoção da autossuficiência no Afeganistão.

5. Projeto de Desenvolvimento Sustentável na região de Tânger-Tétouan-Al Hoceima, Marrocos

10 de fevereiro de 2025

Uma delegação de alto nível de doadores internacionais do Fundo para a Vida e Meios de Subsistência (LLF) realizou uma visita oficial ao Reino de Marrocos de 10 a 14 de fevereiro de 2025.

A visita se concentrou na avaliação do progresso e do impacto do *Projeto de Crescimento Rural Inclusivo*, financiado pelo LLF, que tem sido fundamental na transformação da vida de dezenas de milhares de pessoas por meio de uma série de iniciativas nas áreas de agricultura, saúde e infraestrutura básica.

O Fundo para a Vida e Meios de Subsistência (LLF) é uma iniciativa internacional de desenvolvimento líder, financiada conjuntamente por uma coalizão global de doadores proeminentes, incluindo o Fundo de Abu Dhabi para o Desenvolvimento (FDAU), a Fundação Gates (GF), o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), o Fundo de Solidariedade para o Desenvolvimento (ISFD), o Centro de Ajuda Humanitária e Alívio Rei Salman (KSrelief) e o Fundo do Catar para o Desenvolvimento (QFFD).

O Projeto de Crescimento Rural Inclusivo no Marrocos, com um financiamento superior a US$ 112 milhões, está atualmente em seu quarto ano de implementação. Esta ambiciosa iniciativa visa impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável e reduzir a pobreza na região de Tânger-Tétouan-Al Hoceima. O projeto está aprimorando cadeias de valor agrícolas de alto valor, expandindo a infraestrutura rural e fortalecendo os serviços de saúde.

Os principais marcos incluem o desenvolvimento de 17.000 hectares de culturas arbóreas de alto valor, principalmente plantações de oliveiras, beneficiando diretamente 16.500 pessoas, incluindo 3.308 pequenos agricultores, e a construção de 235 quilômetros de estradas rurais, melhorando significativamente o acesso ao mercado para pequenos agricultores.

O projeto também modernizou instalações de saúde, incluindo centros de saúde e neonatais, treinou 450 paramédicos e está em andamento a construção de um hospital provincial em *Ouazzane*, que impactará positivamente mais de 133.000 pessoas.

6. Desenvolvimento sustentável em países-membros de renda média e baixa por meio do Fundo Vida e Meios de Subsistência (LLF) 2.0

25 de fevereiro de 2025

À margem do 4º Fórum Humanitário Internacional de Riad Arábia Saudita em fevereiro de 2025, o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) e o Centro de Ajuda Humanitária e Assistência Reitoral Rei Salman (KSrelief) assinaram um Acordo de Contribuição de Doadores (DCA) no valor de US$ 100 milhões.

O Acordo de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (DCA) de cinco anos foi assinado pelo Presidente do IsDB, Sua Excelência Dr. Muhammad Al Jasser, e pelo Supervisor-Geral do KSrelief, Sua Excelência Dr. Abdullah Al Rabeeah, em Riad, para a segunda fase do Fundo para Vidas e Meios de Subsistência (LLF 2.0). O acordo dá continuidade à parceria existente e promete uma cooperação mais forte para acelerar o progresso rumo ao desenvolvimento de longo prazo em 32 países membros do IsDB.

No âmbito do DCA recém-assinado, o LLF 2.0 fortalecerá a capacidade dos países-membros para um desenvolvimento de alto impacto e preparado para o futuro, alinhado às suas necessidades e prioridades orientadas pelos ODS. As formas de colaboração incluirão assistência financeira e técnica direta para a implementação eficaz do projeto, a fim de alcançar resultados significativos em larga escala.

O Fundo para Vidas e Meios de Subsistência é uma iniciativa de desenvolvimento de US$ 2,5 bilhões lançada em 2016 e financiada por uma coalizão global sem precedentes do Fundo de Abu Dhabi para o Desenvolvimento (ADFD), Fundação Gates, Banco Islâmico de Desenvolvimento, Fundo de Solidariedade Islâmico para o Desenvolvimento (ISFD), Centro de Ajuda Humanitária e Alívio Rei Salman e Fundo do Catar para o Desenvolvimento (QFFD).

Os investimentos dos doadores fornecem financiamento concessional aos países para a expansão dos sistemas de atenção primária à saúde, a melhoria dos meios de subsistência e da produtividade dos pequenos agricultores e a construção de infraestrutura social. As iniciativas multissetoriais do LLF também são projetadas para abordar questões transversais, como adaptação climática e desenvolvimento do empoderamento de mulheres e jovens.

Em maio de 2024, os parceiros do LLF, incluindo o Fundo de Abu Dhabi para o Desenvolvimento, a Fundação Gates, o Banco Islâmico de Desenvolvimento, o ISFD e o KSrelief,

anunciaram conjuntamente US$ 240 milhões adicionais destinados a novos projetos de desenvolvimento socioeconômico e de capital humano.

Os anúncios sinalizaram o compromisso dos doadores do Fundo Vida e Meios de Subsistência LLF em expandir sua cooperação local em outros países da África Subsaariana, Ásia e Oriente Médio.

7. Desenvolver a infraestrutura de saúde resiliente a desastres na Turquia

9 de abril de 2025

A aprovação de um financiamento de 500 milhões de euros pelo Conselho de Administração do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) visa a reconstrução de dois hospitais em Istambul, garantindo que sejam capazes de resistir a terremotos e manter a prestação contínua de cuidados de saúde.

Ancara, Turquia, 9 de abril de 2025 – O Conselho de Administração do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) aprovou um financiamento de 500 milhões de euros para a Turquia, no âmbito de um projeto que visa melhorar a prestação de serviços de saúde seguros, sustentáveis e resilientes a desastres.

O projeto visa a reconstrução de dois hospitais em Istambul, garantindo que possam resistir a terremotos e manter a prestação contínua de cuidados de saúde.

A aprovação ocorreu na 359ª reunião do Conselho de Administração do IsDB, realizada no domingo, 16 de março de 2025, presidida pelo Presidente do IsDB, Sua Excelência Dr. Muhammad Al Jasser.

O Projeto de Infraestrutura de Saúde Resiliente a Desastres faz parte da iniciativa mais ampla de *Redução de Risco Sísmico e Preparação para Emergências (ISMEP) da Província de Istambul*. Seu objetivo é atender à crescente necessidade de sustentabilidade na área da saúde em Istambul, adicionando quase 2.500 leitos hospitalares e atendendo à crescente demanda por serviços de saúde de alta qualidade, acessíveis e resilientes.

No âmbito do projeto, o IsDB também financiará a reconstrução e a expansão do Hospital de Treinamento e Pesquisa Fatih Sultan Mehmet, no distrito de Ataşehir, em Istambul.

A capacidade do hospital está prevista para aumentar de 310 para 1.584 leitos. Após a conclusão, o número de consultas ambulatoriais aumentará de 1 milhão para 2,6 milhões e o de pacientes de emergência, de 250.000 para 800.000 por ano. A capacidade operacional cirúrgica do hospital também triplicará.

O Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB), cofinanciador da iniciativa ISMEP, financiará a modernização, expansão e fusão do Hospital de Treinamento e Pesquisa Haydarpasa Numune com o Hospital de Treinamento e Pesquisa em Cirurgia Torácica e Cardiovascular Dr. Siyami Ersek.

Além disso, o Governo da Turquia contribuirá com o fornecimento de equipamentos médicos, mobiliário e tecnologia, bem como com o pessoal necessário para os hospitais selecionados.

Na ocasião, o Diretor do Centro Regional do Grupo IsDB na Turquia, Dr. Walid Abdelwahab, afirmou: “Estamos orgulhosos de fazer parte deste projeto estratégico que ampliará o acesso a serviços de saúde de qualidade, confiáveis e sustentáveis. O projeto está

fortemente alinhado com o 12º Plano de Desenvolvimento do país e também faz parte do Quadro de Engajamento de País (CEF) do Grupo IsDB para a Turquia (2024-2026), no valor de US$ 6,3 bilhões, assinado entre o Banco e o Governo da República da Turquia no final de abril de 2024."

8. Investimento no Setor de saúde no Uzbequistão

28 de abril de 2025

À margem das Reuniões de Primavera do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional em Washington, D.C., um acordo de financiamento foi assinado entre o Banco Islâmico de Desenvolvimento e a República do Uzbequistão.

A emenda para um financiamento adicional de US$10 milhões, parte do acordo original de US$80 milhões, foi assinada pelo Presidente do Banco IsdB, Dr. Muhammad Al Jasser, e o Sr. Jamshid Kuchkarov, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Economia e Finanças da República do Uzbequistão. Espera-se que este financiamento adicional de US$10 milhões apoie a fase II do projeto em andamento para o desenvolvimento de serviços de oncologia na República do Uzbequistão, aprovado anteriormente pelo Banco no valor de US$ 80 milhões.

O objetivo do projeto original é melhorar o acesso da população do Uzbequistão a serviços oncológicos de qualidade por meio da construção/reabilitação e equipamento de 16 centros de oncologia em todo o país e gabinetes de oncologia nos distritos selecionados, desenvolvimento da capacidade institucional e de recursos humanos e desenvolvimento/atualização de diretrizes e protocolos clínicos.

O progresso financeiro geral do projeto original atingiu 92,10% ao final de 2024.

Na cerimônia de assinatura, o presidente do IsDB, Sua Excelência Dr. Muhammad Al Jasser, descreveu o projeto como uma iniciativa estratégica que desempenha um papel fundamental na melhoria do acesso público a serviços de saúde de qualidade no país-membro da Ásia Central.

Ele também afirmou que o Grupo IsDB, como parceiro de desenvolvimento confiável do Governo da República do Uzbequistão, elogia o comprometimento e a colaboração do país no aprimoramento do setor da saúde em benefício da população.

9. Conselho do IsDB aprova mais de US$ 1,32 bilhão para projetos estratégicos em todos os países-membros durante a 360ª Reunião realizada no início das Reuniões Anuais de 2025

19 de maio de 2025

Argel, República Democrática Popular da Argélia | 19 de maio de 2025 - O Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) aprovou mais de US$ 1,32 bilhão em financiamento para o desenvolvimento, a fim de impulsionar o crescimento inclusivo, a resiliência climática e as oportunidades econômicas em seus países-membros. As aprovações ocorreram durante a 360ª Reunião do Conselho de Administração do IsDB, realizada em Argel durante as Reuniões Anuais do IsDB de 2025.

Presididas pelo Dr. Muhammad Al Jasser, Presidente do IsDB, as decisões do Conselho abrangeram uma ampla gama de projetos impactantes, abrangendo saúde, infraestrutura, segurança alimentar, formação profissional e acesso à água. Juntas, essas iniciativas refletem o

compromisso do Banco em acelerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e apoiar os Países-Membros no enfrentamento de desafios de desenvolvimento sobrepostos.

"A aprovação desses projetos estratégicos reafirma o compromisso inabalável do IsDB em financiar iniciativas transformadoras e de alto impacto que promovam o desenvolvimento socioeconômico", afirmou Sua Excelência, Dr. Muhammad Al Jasser. "Desde o fortalecimento da resiliência a inundações e a expansão do acesso à saúde até o aprimoramento da segurança alimentar e o aperfeiçoamento de jovens com habilidades essenciais, este financiamento impulsionará um progresso tangível em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e atenderá às prioridades em evolução de nossos Países-Membros."

Entre as aprovações mais significativas está o Projeto de Barragens de Proteção contra Inundações Resilientes ao Clima, no valor de US$ 632,16 milhões, em Omã, projetado para mitigar os riscos climáticos e proteger mais de 670.000 pessoas por meio da construção de infraestrutura de grande porte contra inundações. Este investimento transformador também melhorará a recarga de águas subterrâneas, apoiará a agricultura e reduzirá as perdas econômicas causadas por eventos climáticos extremos.

Outras aprovações de infraestrutura incluíram o Projeto de Reabilitação da Estrada Douala–Bafoussam, de EUR 212,35 milhões, em Camarões, que reduzirá o tempo de viagem e melhorará a segurança rodoviária em um importante corredor regional, e o projeto PRISE, de EUR 187,83 milhões, em Burkina Faso, que revitalizará 302,8 km de estradas e 61 km de ferrovias para melhorar a conectividade regional com Mali, Níger, Gana e Costa do Marfim.

A saúde permaneceu um pilar central da agenda do Conselho. O projeto de US$75,08 milhões no Suriname fortalecerá o sistema nacional de saúde e reduzirá a mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis. Já o projeto de US$ 26,10 milhões para a criação de um Centro Nacional de Oncologia em Djibuti oferecerá a primeira unidade oncológica dedicada do país, garantindo diagnóstico precoce e acesso ao tratamento. O projeto é cofinanciado pelo Fundo de Solidariedade Islâmica para o Desenvolvimento (ISFD) e também inclui uma Subvenção de Vinculação Reversa de US$ 400.000 do IsDB para apoiar a cooperação técnica com Marrocos na concepção, treinamento e prestação de serviços de oncologia.

No Togo, o IsDB aprovou duas intervenções impactantes: um projeto de US$ 2 milhões para fortalecer o sistema nacional de saúde oftalmológica e um projeto de abastecimento de água de € 23,12 milhões, que fornecerá água potável a mais de 6.000 famílias na região de Kara.

O desenvolvimento do capital humano teve destaque, com o Conselho endossando o Projeto de Reforço da Formação Profissional e Empregabilidade de Jovens na Mauritânia, no valor de € 36,39 milhões, que modernizará centros de treinamento e equipará jovens homens e mulheres com habilidades relevantes para o mercado. Na Costa do Marfim, o Projeto de Desenvolvimento da Cadeia de Valor do Arroz, no valor de € 104,20 milhões, reduzirá a dependência da importação de arroz e aumentará a renda dos agricultores, especialmente de mulheres e jovens. Na Gâmbia, o Banco aprovou US$ 3 milhões em financiamento suplementar para fortalecer ainda mais a agregação de valor no setor do amendoim e melhorar os meios de subsistência rurais.

Essas aprovações demonstram o papel do IsDB como catalisador para o progresso sustentável, unindo visão e ação em todo o Sul Global.

10. IsDB assina acordos de desenvolvimento para promover a juventude, a saúde e a infraestrutura nos países-membros

21 de maio de 2025

Também durante as Reuniões Anuais do IsDB de 2025 em Argel, o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) assinou outros acordos para apoiar os países-membros em uma gama diversificada de setores-chave de desenvolvimento, garantindo apoio abrangente e inclusão.

Com um valor total de cerca de US$1 bilhão, o financiamento assinado abrange diversos setores, desde infraestrutura e saúde até empoderamento de jovens e segurança alimentar, reforçando a estratégia do Banco de gerar resultados sustentáveis que sirvam à humanidade.

Para a Mauritânia, o Banco assinou um acordo de financiamento de 37 milhões de euros para apoiar a formação profissional e a empregabilidade de jovens. O acordo, assinado por Sua Excelência o Dr. Sid'Ahmed Bouh, Ministro da Economia e Finanças, e Sua Excelência o Dr. Al Jasser, visa melhorar a empregabilidade dos jovens e dotá-los das habilidades necessárias para o mercado de trabalho.

Dois acordos foram assinados para o **Sultanato de Omã**. O primeiro envolve um compromisso de financiamento de US$ 632,16 milhões para o Projeto de Barragens de Proteção contra Inundações Resilientes ao Clima, assinado por Sua Excelência, o Sultão Salim Said Al Habsi, Ministro das Finanças, e Sua Excelência, o Dr. Al Jasser. Esta iniciativa aumentará a proteção contra inundações e a resiliência climática. Um Memorando de Entendimento separado também foi concluído entre as duas partes para aprofundar a cooperação estratégica alinhada à Visão de Omã 2040.

O Banco concedeu US$26,62 milhões em financiamento ao Estado da Palestina, incluindo um empréstimo de US$ 26,4 milhões e uma doação de US$ 260.000, para apoiar a Fase I do Hospital Oncológico Khaled Al-Hassan. O acordo foi assinado por Sua Excelência, Omar Al-Bitar, Ministro das Finanças e Sua Excelência, Dr. Al Jasser. O projeto fortalecerá os serviços de saúde especializados e a capacidade de atendimento oncológico.

Para **Serra Leoa**, foi assinado um acordo no valor de US$ 38,19 milhões para apoiar o Projeto de Desenvolvimento da Pecuária e Meios de Subsistência. A iniciativa, que deverá impulsionar a produtividade agrícola e a segurança alimentar nas áreas rurais, foi assinada por Sua Excelência, Sheku Ahmed Bangura, Ministro das Finanças, e Sua Excelência, Dr. Al Jasser.

O Banco também celebrou dois acordos com a **Gâmbia**. Um empréstimo de US$ 3 milhões foi assinado para complementar o financiamento da Fase II do Projeto de Desenvolvimento do Setor do Amendoim. Ao mesmo tempo, uma subvenção de US$ 150.000 foi concedida ao abrigo do Mecanismo de Preparação de Projetos para o planejamento de infraestrutura rodoviária. Ambos os acordos foram assinados por Sua Excelência Seedy K.M. Keita, Ministro das Finanças e Assuntos econômicos, e Sua Excelência Dr. Al Jasser.

O Banco aprovou um acordo de US$ 241,3 milhões para **Bangladesh** construir cinco pontes resistentes ao clima na região de Mymensingh. O Sr. Shahriar Kader Siddiky, Secretário da Divisão de Relações Econômicas, e o Vice-Presidente (Operações) do Banco Islâmico (ISDB), Dr. Rami Ahmad, assinaram o acordo, que teve a presença do Dr. Al Jasser presidente do Banco.

Novos acordos institucionais também foram assinados para reforçar parcerias estratégicas, reforçando o senso de colaboração e responsabilidade compartilhada. Uma doação

de US$ 10 milhões foi formalizada com a Islamic Relief USA para apoiar o Fundo Islâmico Global para Refugiados. O Sr. Adil Al Sharif, Diretor-Geral Interino do Fundo de Solidariedade Islâmica para o Desenvolvimento (ISFD), assinou o acordo. Além disso, o Banco assinou um acordo de doação de US$ 5 milhões com a *Josoor* para o Programa STEP, focado na empregabilidade e no desenvolvimento de habilidades de jovens.

Além disso, o Banco assinou um Quadro de Engajamento com a República de Uganda para orientar a cooperação para o desenvolvimento no período de 2025 a 2027. Um Memorando de Entendimento foi assinado com a Costa do Marfim para aprofundar a colaboração no âmbito da Estratégia de Parceria com os Países Membros.

As assinaturas ocorreram na presença de altos funcionários do governo, ministros, parceiros internacionais de desenvolvimento e a mídia global, reforçando ainda mais o **espírito da cooperação Sul-Sul** e a missão do IsDB de *servir a Humanidade*, segundo declarações da Reunião.

Considerações Finais

Neste Informe pode-se destacar, em primeiro lugar, a enorme variedade social e econômica dos países membros do Banco de Desenvolvimento Islâmico (IsDB) que têm como único denominador comum pertencerem ao mundo islâmico. Isso implica em uma maior complexidade na abordagem de seus problemas. Os projetos do IsDB aqui analisados foram prioritariamente na área da saúde, com enfoque na atenção primária, por um lado, mas incluindo também a atenção terciária e especializada, como a construção de hospitais e investimentos na infraestrutura do atendimento oncológico. A epidemiologia dos problemas de saúde vai desde as doenças transmissíveis e imunopreveníveis até as doenças oncológicas. As áreas correlatas à Saúde como Nutrição e Água Potável também foram objeto da atuação do Banco. Todas as estratégias institucionais recomendadas pelo IsDB passam pelas chamadas Parcerias Público Privadas (as PPPs) - sem apresentar a eficácia ou efetividade desse mecanismo na resolução dos problemas, especialmente em saúde. Os projetos aqui apresentados foram, em sua quase totalidade, feitos país a país - não se observou nenhuma atuação regional mais abrangente. Do ponto de vista do Financiamento, vale destacar dois aspectos: a modalidade de empréstimo sem condicionalidades e sem retribuição financeira por parte do país (apesar de que como países membros todos contribuírem para o Banco); e, em muitos casos, a substituição do dólar por moedas locais nos empréstimos realizados pelo IsDB.

Fontes de Consulta

1. https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:195e28d9-09de-4d81-9f98-db274218a395
2. https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:51f887ef-0af1-443e-80a1-9320c73c5b4a
3. https://www.isdb.org/news/statement-by-he-dr-muhammad-al-jasser-chairman-isdb-group-on-the-un-day-for-south-south-cooperation
4. https://www.isdb.org/news/dacaar-king-salman-humanitarian-aid-and-relief-centre-and-ahtf-complete-project-to-enhance-water-access-and-hygiene-in-afghanistan
5. https://www.isdb.org/news/in-washington-isdb-and-turkmenistan-sign-landmark-us-1563-million-financing-agreement-for-3-new-state-of-the-art-hospitals
6. https://www.isdb.org/news/isdb-joins-efforts-with-who-and-development-partners-to-promote-health-impact-investment

7. https://www.isdb.org/news/arab-coordination-group-acg-pledges-us10-billion-by-2030-to-combat-desertification-and-land-degradation

8. https://www.isdb.org/news/president-al-jasser-urges-creative-and-sustainable-financing-solutions-to-curtail-desertification-and-land-degradation

9. https://www.isdb.org/news/islamic-development-bank-wfp-launch-nutritious-start-financing-initiative-to-boost-funding-for-child-nutrition-and-school-meals

10. https://www.isdb.org/news/investing-in-agriculture-addresses-poverty-food-security-and-economic-growth-he-dr-muhammad-al-jasser

11. https://www.isdb.org/news/fao-and-islamic-development-bank-strengthen-partnership-to-transform-agrifood-systems

12. https://www.isdb.org/news/islamic-development-bank-and-king-salman-humanitarian-aid-and-relief-centre-sign-a-us-100-million-agreement-to-advance-sustainable-development-in-middle-and-low-income-member-countries-through-lives-livelihoods-fund-20

13. https://www.isdb.org/news/isdb-board-approves-over-us14-billion-to-advance-sustainable-development-goals-in-8-member-countries

14. https://www.oecd.org/en/events/2025/04/thematic-meeting-on-strengthening-the-sustainability-of-water-investments-12th-roundtable-on-financing-water.html

15. https://www.isdb.org/news/isdb-oecd-roundtable-highlights-islamic-finance-solutions-to-bridge-500-billion-global-water-financing-gap

16. https://www.isdb.org/what-we-do/sustainable-development-goals

17. https://www.isdb.org/news/innovative-projects-win-2025-isdb-prize-for-impactful-achievement-in-islamic-economics

18. https://www.isdb.org/hub/almaty/news/health-sector-in-uzbekistan-gets-additional-us-10-million-financing-boost-from-islamic-development-bank

19. https://www.isdb.org/news/islamic-development-bank-and-asian-development-bank-pledge-2-billion-for-joint-development-projects

20. https://www.isdb.org/what-we-do/sectors

21. https://www.isdb.org/isdb-member-countries

22. https://www.isdb.org/about-isdb

Reforma da OMC, Tecnologias Digitais e Panorama de Patentes: Saúde e Segurança Ocupacional

WTO Reform, Digital Technologies and Patent Landscape: Occupational Health and Safety

Claudia Chamas
Bernardo Bahia Cesário

Abstract. *The last Patent Landscape Report of WIPO provides a comprehensive analysis of the global patent landscape in Occupational Health and Safety (OHS) technologies, focusing on Prediction, Detection, and Protection. It reveals a dynamic field driven by technological advancements, regulatory requirements, and increasing awareness of workplace hazards. The study identifies approximately 452,000 inventions (patent families) in OHS over the last 20 years. Prediction technologies, though representing a smaller share (3%), show the highest compound annual growth rate (CAGR) at 26.4% (2018-2023). Detection technologies account for 35% of the dataset, driven by IoT, AI, and wearables, while Protection technologies form the largest share (62%), encompassing innovations in PPE and ergonomic design. China dominates in domestic patent filings, whereas the United States and European countries focus on internationalized patenting strategies. The overall trend indicates a shift towards AI-driven and data-centric solutions for enhancing workplace safety globally. At the 8th session of the Intergovernmental Group of Experts on Electronic Commerce and the Digital Economy, UNCTAD Secretary-General Rebeca Grynspan emphasized the critical need to align digitalization with inclusive and sustainable development. She highlighted that while digital technologies offer significant opportunities for progress, they also pose risks of exacerbating inequalities and environmental challenges. The WTO General Council meeting featured a keynote address by Director-General Ngozi Okonjo-Iweala, who highlighted the urgent need for WTO Members to deliver at the upcoming 14th Ministerial Conference, particularly on reform of the dispute settlement mechanism.*

Keywords: *Occupational Health, Safety, WTO reform, digital technologies*

Resumo. O último Relatório de Panorama de Patentes da OMPI fornece uma análise abrangente do panorama global de patentes em tecnologias de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO), com foco em Predição, Detecção e Proteção. Revela um campo dinâmico impulsionado por avanços tecnológicos, requisitos regulatórios e crescente conscientização sobre os perigos no local de trabalho. O estudo identifica aproximadamente 452.000 invenções (famílias de patentes) em SSO nos últimos 20 anos. As tecnologias de Predição, embora representem uma parcela menor (3%), apresentam a maior taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 26,4% (2018-2023). As tecnologias de Detecção respondem por 35% do conjunto de dados, impulsionadas por IoT, IA e wearables, enquanto as tecnologias de Proteção formam a maior parcela (62%), abrangendo inovações em EPI e design ergonômico. A China domina nos registros de patentes domésticas, enquanto os Estados Unidos e países europeus focam em estratégias de patenteamento internacionalizadas. A tendência geral indica uma mudança em direção a soluções orientadas por IA e centradas em dados para aumentar a segurança no local de trabalho globalmente. Na 8ª sessão do Grupo Intergovernamental de Peritos em Comércio Eletrônico e Economia Digital, a Secretária-Geral da UNCTAD, Rebeca Grynspan, enfatizou a

necessidade crítica de alinhar a digitalização com o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Ela destacou que, embora as tecnologias digitais ofereçam oportunidades significativas de progresso, elas também apresentam riscos de agravar as desigualdades e os desafios ambientais. A reunião do Conselho Geral da OMC contou com discurso da Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala, que destacou a necessidade urgente de os membros da OMC apresentarem resultados na próxima 14ª Conferência Ministerial, particularmente na reforma do mecanismo de solução de controvérsias.

Palavras-chave: Saúde Ocupacional, Segurança, reforma da OMC, tecnologias digitais

MC14 deve apresentar resultados sobre a reforma da OMC

A reunião do Conselho Geral da OMC, em 21 de maio de 2025, contou com um discurso da Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala, que enfatizou a necessidade urgente de os membros da OMC apresentarem resultados na próxima 14ª Conferência Ministerial (MC14). Ela enfatizou que a credibilidade do sistema multilateral de comércio depende do progresso em áreas-chave de negociação, particularmente na reforma do mecanismo de solução de controvérsias, que está inoperante desde dezembro de 2019. Okonjo-Iweala apelou aos membros para que ajam com vontade política e flexibilidade, observando que a economia mundial enfrenta desafios crescentes e que um sistema multilateral de comércio funcional é essencial para a resiliência, previsibilidade e justiça no comércio global (OMC, 2025)

Ela também destacou áreas específicas onde os membros precisam preencher lacunas, incluindo a agricultura, onde questões não resolvidas em torno da participação acionária pública e do apoio doméstico continuam a dividir os membros. A Diretora-Geral ressaltou a importância do desenvolvimento como uma questão transversal e enfatizou a necessidade de cumprir mandatos em áreas como os subsídios à pesca, que permanecem incompletos após a MC12. Seus comentários transmitiram um senso de urgência, enquadrando a MC14 como um teste da relevância e da capacidade da OMC de atender às necessidades das pessoas em todo o mundo, especialmente diante de policrises como tensões geopolíticas, fragmentação econômica e mudanças climáticas (OMC, 2025).

Em um desenvolvimento relacionado, a Presidente do Conselho Geral, Embaixadora Athaliah Lesiba Molokomme da África do Sul, anunciou que em breve iniciaria consultas para definir a estrutura e o processo de preparação da MC14. Essas consultas abrangerão as expectativas de entregas e questões processuais e envolverão o engajamento formal e informal com as delegações. A Presidente expressou sua intenção de facilitar o consenso e garantir a transparência, ao mesmo tempo em que convocou os membros a contribuírem de forma ativa e construtiva. A 14ª Reunião do Conselho de Ministros (MC14) está prevista para ocorrer em Camarões no início de 2026, e o trabalho preparatório é considerado crucial para identificar resultados de negociação viáveis e garantir o impulso político (OMC, 2025).

O Conselho Geral abordou as crescentes preocupações com as atuais tensões comerciais globais. Vários membros expressaram preocupação com a proliferação de medidas unilaterais, a percepção de protecionismo e as práticas retaliatórias que ameaçam a integridade do sistema comercial baseado em regras. Preocupações específicas foram levantadas sobre o impacto dessas tensões nos países em desenvolvimento e nos países menos desenvolvidos, particularmente no que diz respeito ao financiamento do comércio, ao acesso à cadeia de suprimentos e à erosão dos acordos preferenciais. Os membros reiteraram seu compromisso

com a estrutura da OMC e a necessidade de resolver as diferenças por meio do diálogo e de mecanismos multilaterais estabelecidos, em vez de confronto ou coerção econômica (OMC, 2025).

Em conclusão, a reunião refletiu um forte consenso sobre a necessidade de revitalizar a OMC e salvaguardar o multilateralismo. A intervenção da DG Okonjo-Iweala reforçou a mensagem de que a MC14 precisa apresentar resultados concretos para que a OMC permaneça relevante em um mundo em transformação. Tanto a Diretora-Geral quanto o Presidente do Conselho Geral enquadraram o momento atual como uma oportunidade crucial para fortalecer a confiança entre os membros e reconstruir a confiança na capacidade da organização de responder aos desafios do comércio global. O apelo à responsabilidade coletiva e ao engajamento voltado para o futuro foi um tema central, visando superar divisões e preparar a organização para a próxima fase de sua evolução (OMC, 2025).

Panorama

A segurança e saúde no trabalho (SSO) permanecem uma preocupação global premente, com profundas implicações humanas e econômicas. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 2,93 milhões de pessoas perdem a vida anualmente devido a acidentes ocupacionais ou doenças relacionadas ao trabalho. Adicionalmente, 395 milhões de lesões não fatais no local de trabalho resultam em pelo menos quatro dias de ausência do trabalho a cada ano, o que equivale a mais de um milhão de lesões diárias graves o suficiente para interromper os meios de subsistência. Este relatório da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) analisa aproximadamente 452.000 invenções no campo da SSO depositadas nos últimos 20 anos, categorizadas em tecnologias de Predição (3% do total), Detecção (35%) e Proteção (62%). O impacto econômico de práticas deficientes de SSO é substancial, representando quase 4% do produto interno bruto (PIB) global anualmente.

Saúde e Segurança Ocupacional (SSO)

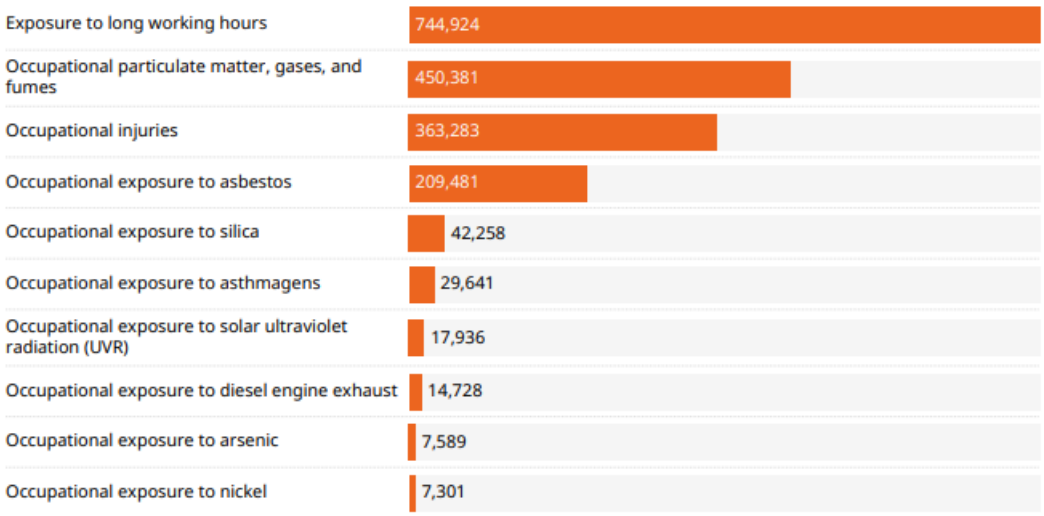
O relatório “Occupational Health and Safety” da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) inicia contextualizando a SSO como fundamental para mitigar riscos e aumentar a segurança dos empregados. Anualmente, mais de 2,93 milhões de mortes são atribuídas a acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais, e 395 milhões de lesões não fatais ocorrem, resultando em afastamento do trabalho. A exposição a longas horas de trabalho é o risco ocupacional mais letal (744.924 mortes em 2016), seguida pela exposição a material particulado, gases e fumaças (450.381 mortes) e lesões ocupacionais (363.283 mortes). Globalmente, as fatalidades relacionadas ao trabalho representam 6,71% da mortalidade global, com a África registrando a maior fração atribuível (7,39%). A Ásia e o Pacífico respondem por 63% das fatalidades globais relacionadas ao trabalho. O impacto econômico de práticas inadequadas de SSO é estimado em quase 4% do PIB global anual. A metodologia do relatório da OMPI analisou patentes globais e famílias de patentes internacionais (IPFs) para mapear tendências e avanços tecnológicos em soluções de SSO, focando nas categorias de Predição, Detecção e Proteção.

Visão geral das tecnologias de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO)

O relatório da OMPI categoriza as tecnologias de SSO em **Predição, Detecção e Proteção**, alinhando-se com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

- **Predição:** Envolve a identificação proativa de perigos potenciais através da avaliação de riscos para prevenir acidentes. As tecnologias incluem análise baseada em estatísticas (uso de dados históricos e métodos estatísticos), aprendizado de máquina (algoritmos para analisar grandes conjuntos de dados e prever incidentes), e segurança baseada no comportamento (observação e análise de comportamentos de funcionários).
- **Detecção:** Refere-se à vigilância contínua das condições do local de trabalho usando inspeções e dados em tempo real para identificar práticas inseguras ou riscos ambientais. As tecnologias abrangem soluções de software de segurança, sistemas de detecção e prevenção de incêndio, equipamentos de detecção de gás, sistemas de monitoramento de temperatura, monitoramento de nível de ruído, equipamentos de detecção de radiação e sistemas de segurança baseados em localização.

Figura 1 - Top 10 fatores de risco ocupacionais e número total de mortes atribuíveis, 2016



Fonte: WIPO, 2025.

- **Proteção:** Consiste na implementação de medidas para proteger os trabalhadores de riscos identificados, incluindo equipamentos de segurança, treinamento e planos de resposta a emergências. As tecnologias incluem proteção respiratória, proteção auditiva, equipamentos de proteção individual (EPI), equipamentos de proteção térmica, proteções mecânicas, sistemas de ventilação e filtração, espaços de trabalho ergonômicos, proteção contra quedas e dispositivos vestíveis.

Os principais setores industriais abordados em termos de desafios e soluções de SSO incluem construção, manufatura, saúde, agricultura, serviços, logística e mineração.

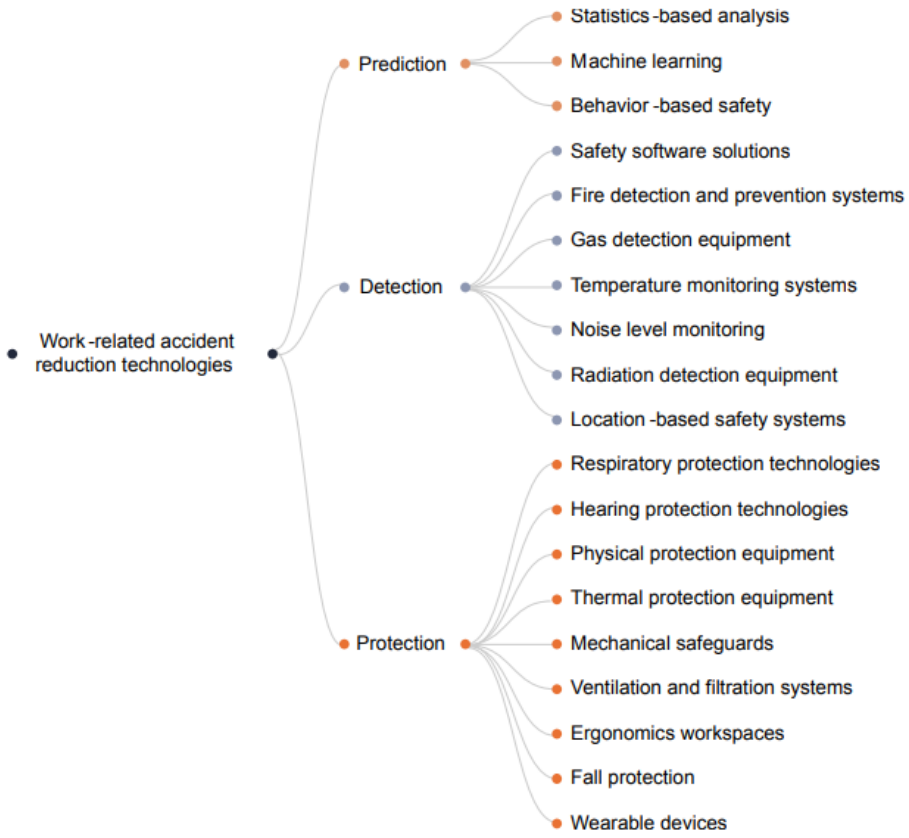
Tendências de patentes moldando a indústria de SSO

A atividade global de patentes em SSO demonstrou um **crescimento significativo** entre 2014 e 2021, atingindo um pico em 2021 com uma **taxa de crescimento anual de 21,5%**, impulsionada principalmente por patentes de Proteção durante a pandemia de COVID-19. No entanto, houve um **declínio nas taxas de depósito em 2022 e 2023**.

- **Distribuição por Categoria:** As soluções de Proteção lideram com 280.686 famílias de patentes (62% do total), seguidas pela Detecção com 157.183 (35%) e Predição com 14.777 (3,3%).

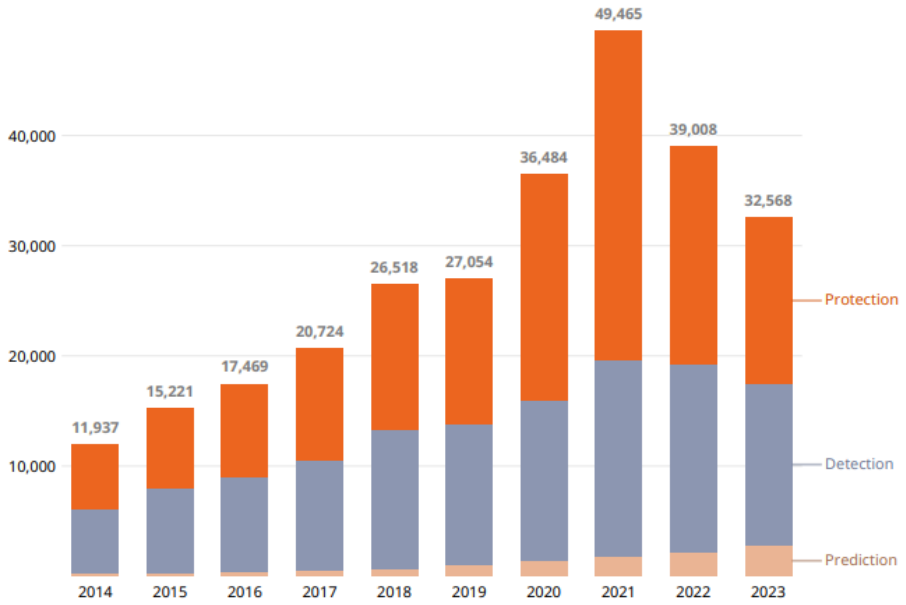
- **Atividade por Setor Industrial:** Manufatura (106.796) e construção (93.566) apresentam o maior número de famílias de patentes na categoria Proteção. Similarmente, na Detecção, manufatura (66.637) e construção (63.059) lideram. A categoria Predição, embora menor, tem contribuições notáveis dos setores de serviços (7.631) e construção (9.289).
- **Patentes Internacionais vs. Domésticas:** Apenas 13% (65.235) das patentes de SSO são famílias de patentes internacionais (IPFs), indicando que a maioria (87% ou 452.646) é protegida apenas em jurisdições individuais. Essa predominância de depósitos domésticos é observada em todas as três categorias: **Proteção** (45.867 IPFs vs. 280.686 total), **Detecção** (17.919 IPFs vs. 157.183 total) e **Predição** (1.449 IPFs vs. 14.777 total).
- **Principais Jurisdições:** A Ásia lidera com 79% das famílias de patentes globais, com a China sendo a força dominante (297.841 famílias de patentes). Os Estados Unidos seguem com 40.709, a República da Coreia com 28.376 e o Japão com 18.889. Em termos de IPFs, os EUA lideram com mais de 20.500, seguidos pela China (7.549) e Japão (7.289).
- **Principais Depositantes de Patentes (IPFs):** Samsung Electronics lidera com 1.193 IPFs, seguida por Apple (608), Sony (566) e 3M (416). Outras empresas como Huawei, Seiko Epson, Meta e LG também demonstram forte presença.
- **Panorama de Mercado:** O mercado global de segurança no local de trabalho foi avaliado em aproximadamente US$ 15,7 bilhões em 2023 e projeta-se atingir US$ 30,3 bilhões até 2028, com um CAGR de 14%. Nos EUA, empregadores do setor privado relataram 2,8 milhões de lesões e doenças não fatais no local de trabalho em 2022, um aumento de 7,5% em relação ao ano anterior.

Figura 2 – Categorias e áreas tecnológicas de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO)



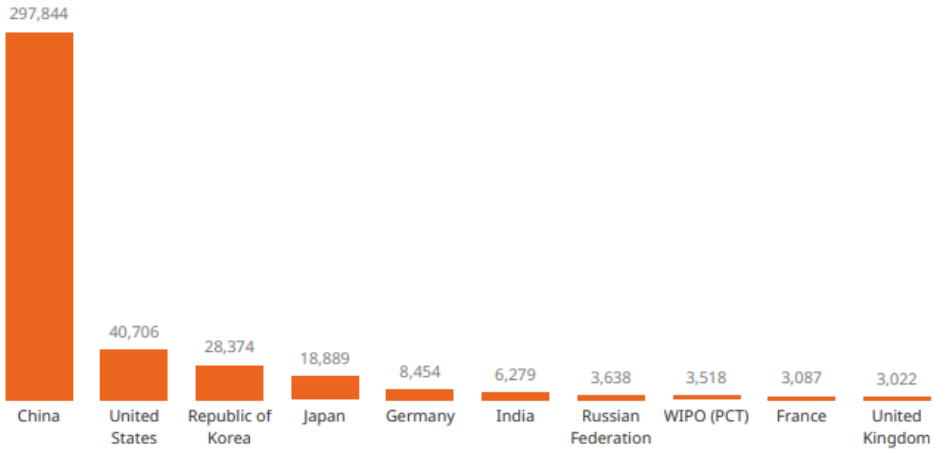
Fonte: WIPO, 2025.

Figura 3 – Tendência de patenteamento por categoria de SSO, conforme ano de publicação mais antigo (2014–2023)



Fonte: WIPO, 2025.

Figura 4 – Principais jurisdições prioritárias em SSO por número de IPFs publicadas (2004–2023)



Fonte: WIPO, 2025.

Tecnologias de predição: antecipando perigos no local de trabalho

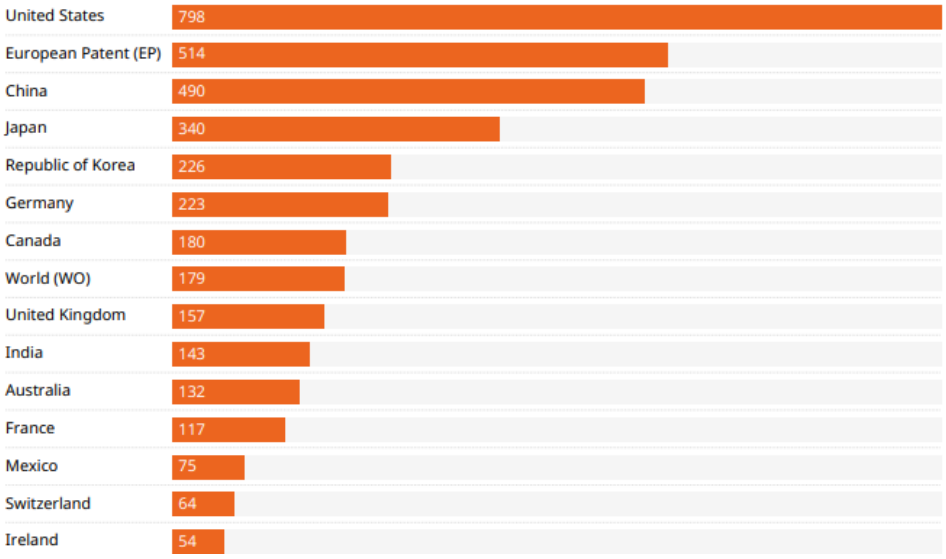
As tecnologias de Predição, focadas na identificação proativa de perigos, representam **3% do portfólio global de patentes em SSO**, com 14.777 famílias de patentes, das quais 1.449 (9%) são IPFs. Este campo exibiu um **crescimento significativo**, com um CAGR de **26,4% entre 2018 e 2023**, culminando em 2.823 famílias de patentes publicadas em 2023.

- **Jurisdições e Especialização:** A Ásia, liderada pela China (11.404 famílias de patentes), domina a inovação em Predição (87% do total). A América do Norte, principalmente os EUA (1.231 famílias), segue. A Índia demonstra um Índice de Especialização Relativa (RSI)

consistentemente alta, embora a maioria das regiões mostre um RSI declinante ao longo do tempo. A China é o mercado mais atraente para proteção dessas tecnologias (8.948 famílias de patentes protegidas).

- **Principais Depositantes (Global):** A State Grid Corporation of China (SGCC) lidera com 499 famílias de patentes, seguida pela China Southern Power Grid (199) e China Petroleum and Chemical (111). A IBM (67) é um player não chinês notável. Universidades chinesas como Tsinghua e Zhejiang estabeleceram bases para essa inovação.
- **Foco em IPFs:** O crescimento de depósitos de IPFs em Predição é quase plano (0% de taxa de crescimento), com aproximadamente 120 IPFs depositadas anualmente nos últimos anos, contrastando com o crescimento total de 26% no campo. Os EUA são o principal destino para IPFs (798), seguidos pelo Escritório Europeu de Patentes (EPO) (514) e China (490). Entre os depositantes de IPFs, a 3M lidera com 20 famílias, seguida pela Chengdu QinChuan IoT Technology (17) e NEC (15).

Figura 5 – Principais jurisdições prioritárias em tecnologias de predição por número de IPFs publicados (2004–2013)



Fonte: WIPO, 2025.

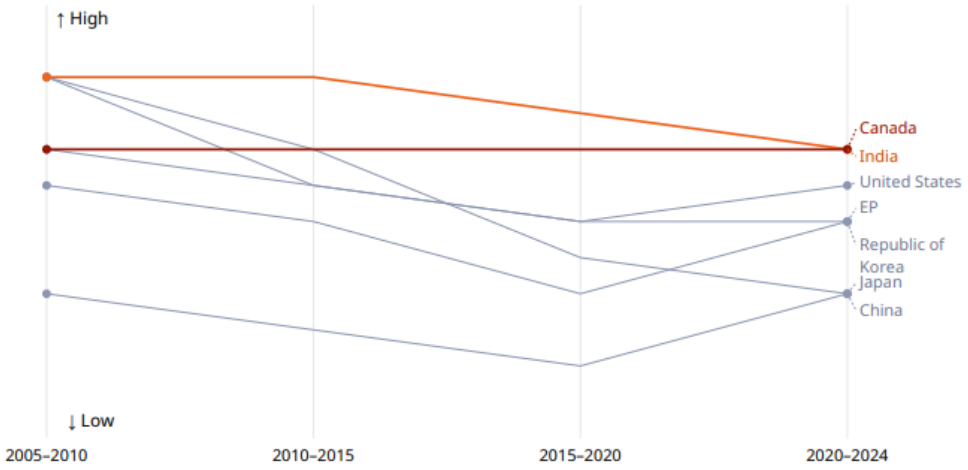
- **Tecnologias Principais (IPFs):** A análise de IPFs mostra uma transição de abordagens estatísticas tradicionais (626 IPFs, pico em 2022 com 80, declínio recente) e baseadas em comportamento (570 IPFs, pico em 2018 com 50, declínio gradual) para aprendizado de máquina (517 IPFs, crescimento robusto, pico de 75 em 2022). Globalmente, a análise baseada em estatísticas lidera em volume (7.941 famílias), mas segurança baseada em comportamento (4.808) e aprendizado de máquina (4.325) estão ganhando impulso.

- **Tecnologias de detecção: identificando e monitorando riscos**

As tecnologias de Detecção, cruciais para a vigilância contínua do local de trabalho, **constituem 35% do portfólio global de patentes de SSO**, com 157.183 famílias de patentes, das quais 17.919 (10%) são IPFs. O número de patentes de Detecção **aumentou com um CAGR de 10,8% de 2014 a 2023**, atingindo o pico em 2021 com 17.825 famílias.

- **Jurisdições e Especialização:** A Ásia lidera com 88,5% dos depósitos, com a China dominando (115.975 famílias). As Américas (principalmente EUA com 12.900 famílias) e a Europa seguem. Índia e Canadá mostram a especialização mais forte e sustentada (RSI), embora a tendência global seja de declínio. A China é o principal mercado para proteção (quase 75.000 famílias).

Figura 6 – Variação do Índice de Especialização Relativa (RSI) em tecnologias de detecção por país e ano, 2005–2024



Fonte: WIPO, 2025.

- **Principais Depositantes (Global):** A State Grid Corporation of China (SGCC) lidera com mais de 2.500 famílias, seguida pela China Southern Power Grid (692). Huawei, Samsung e IBM possuem entre 200 e 300 famílias cada.
- **Foco em IPFs:** A proporção de IPFs em Detecção caiu de 38% em 2005/2006 para 6% em 2023, com uma média de 12% nos últimos 20 anos. Os EUA são o principal destino para IPFs (8.374), seguidos pelo EPO (6.084) e China (5.951). Huawei lidera os depositantes de IPFs (270), seguida por Samsung (254), ZTE (176) e Microsoft (155).
- **Tecnologias Principais (IPFs):** Sistemas de segurança baseados em localização (4.505 IPFs entre 2018-2023) são os mais proeminentes, embora a maioria das áreas tenha visto um declínio após o pico de 2021. Globalmente, sistemas baseados em localização (61.872 patentes) e soluções de software de segurança (54.239) dominam.

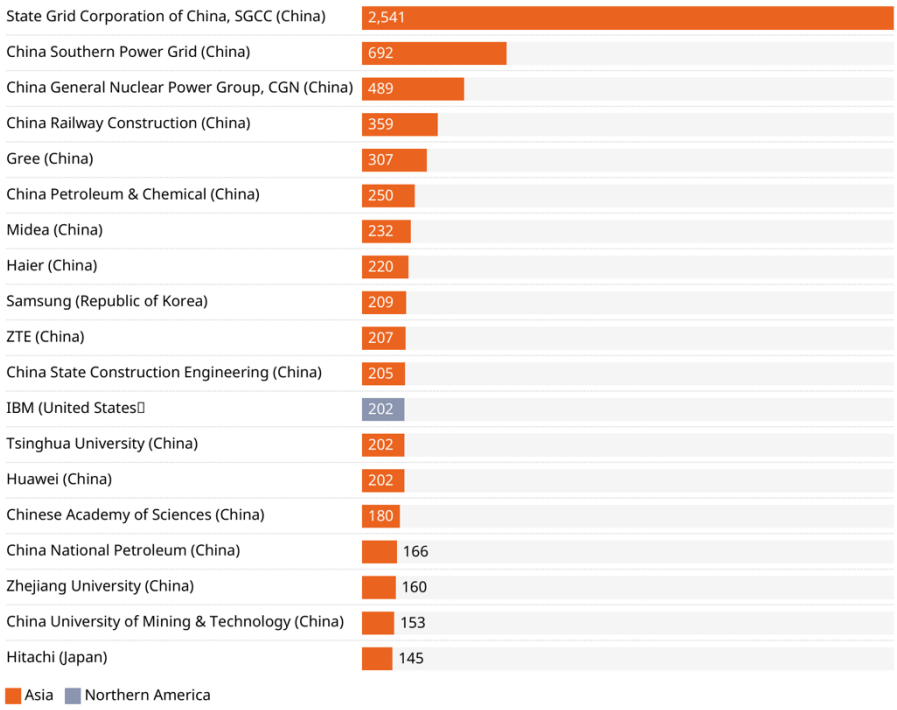
Tecnologias de proteção: mitigando riscos no local de trabalho

As tecnologias de Proteção, que incluem EPIs e sistemas de engenharia, são **a maior categoria de SSO**, **com 280.686 famílias de patentes (62% do total de SSO**), das quais 45.867 (14%) são IPFs. As publicações anuais de patentes flutuaram entre 2018 e 2023, com um pico de 29.846 famílias em 2021 (relacionado à COVID-19) e um CAGR de -1,3% para o período.

- **Jurisdições e Especialização:** A Ásia responde por quase 82% de todas as patentes de Proteção. Canadá, EUA e República da Coreia mantiveram um valor de RSI estável, enquanto China e Índia viram um declínio após um período de proeminência. A China domina o cenário de mercado com 120.912 famílias de patentes, seguida pelos EUA (28.778).

- **Principais Depositantes (Global):** Gree lidera com 1.586 famílias de patentes, seguida por Samsung (1.315), Midea (1.223) e Haier (1.119).
- **Foco em IPFs:** A participação de IPFs em Proteção caiu de 29% em 2004 para 11% em 2023, embora o número absoluto de IPFs tenha permanecido relativamente estável. Os EUA lideram em IPFs (20.954), seguidos pelo EPO (15.776) e China (14.160). Samsung lidera os depositantes de IPFs (1.306), seguida por Sony (814), 3M (760) e Apple (659).
- **Tecnologias Principais (IPFs):** Espaços de trabalho ergonômicos (21.241 IPFs) tiveram um pico em 2022. Equipamentos de proteção individual (7.422 IPFs) mostraram tendência estável. Sistemas de ventilação e filtração (6.611 IPFs) e tecnologias de proteção respiratória (5.334 IPFs) tiveram um aumento acentuado em 2020-2021, seguido de declínio. Globalmente, sistemas de ventilação e filtração (87.042 famílias) e espaços de trabalho ergonômicos (62.618) dominam.

Figura 7 – Variação maiores requerentes em tecnologias de detecção por número de patentes publicadas (2004–2023)



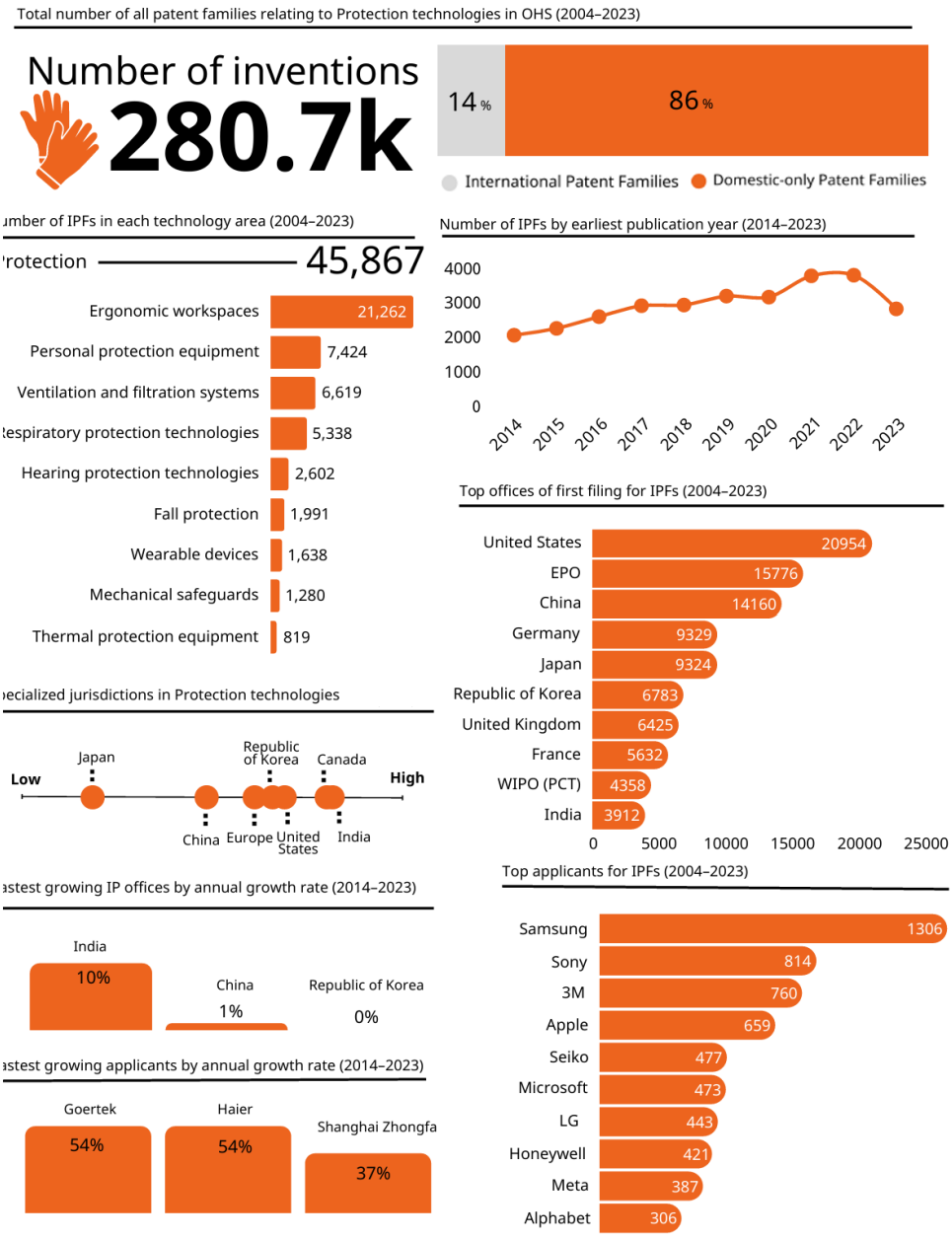
Fonte: WIPO, 2025.

O Futuro da Saúde e Segurança Ocupacional

O relatório da OMPI conclui que o **futuro da SSO** será transformado por tecnologias como **Predição baseada em IA (CAGR de 26,4% entre 2018-2023), wearables conectados e análises avançadas**. Inovações em EPIs biocompatíveis, exoesqueletos, monitoramento por IoT e treinamento com Realidade Virtual (RV) estão moldando uma abordagem proativa e baseada em dados para o gerenciamento de riscos. A IA é vista como um salto tecnológico, superando modelos estatísticos estáticos e regras predefinidas. Fatores de risco chave como longas horas de trabalho, exposição a partículas e calor extremo continuam a ser focos de inovação. A integração de inteligência preditiva, monitoramento em tempo real e medidas protetivas

avançadas está pavimentando o caminho para locais de trabalho mais seguros, inteligentes e equitativos.

Figura 8 – Visão geral das tecnologias de proteção relacionadas à SSO



Fonte: WIPO, 2025.

Grupo Intergovernamental de Peritos em Comércio Eletrônico e Economia Digital, Declaração de Rebeca Grynspan

Em sua declaração de abertura na 8ª sessão do Grupo Intergovernamental de Peritos em Comércio Eletrônico e Economia Digital, a Secretária-Geral da UNCTAD, Rebeca Grynspan, enfatizou a necessidade crítica de alinhar a digitalização com o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Ela destacou que, embora as tecnologias digitais ofereçam oportunidades significativas de progresso, elas também apresentam riscos de agravar as desigualdades e os desafios ambientais. Grynspan defendeu uma abordagem abrangente que garanta que os

avanços digitais contribuam positivamente para o bem-estar social e a sustentabilidade ambiental (UNCTAD, 2025).

Grynspan ressaltou a importância de abordar todo o ciclo de vida das tecnologias digitais, da produção ao descarte. Ela ressaltou que a extração de minerais de transição para dispositivos digitais pode ter impactos ambientais e sociais significativos, especialmente em países em desenvolvimento. Além disso, levantou preocupações sobre o consumo de energia dos data centers e as implicações ambientais do lixo eletrônico. Para mitigar esses problemas, Grynspan defendeu políticas que promovam o fornecimento responsável, a eficiência energética e o desenvolvimento de uma economia digital circular (UNCTAD, 2025).

Reconhecendo a natureza global da digitalização, Grynspan apelou à cooperação internacional para o desenvolvimento de políticas que alinhem os objetivos digitais e ambientais. Enfatizou a necessidade de uma formulação de políticas inclusiva que considere as vozes de todas as partes interessadas, incluindo as dos países em desenvolvimento. Grynspan concluiu instando à ação coletiva para aproveitar a digitalização como uma força para o bem, garantindo que sirva como catalisador para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e promover uma economia global mais equitativa e sustentável (UNCTAD, 2025).

Referências

1. OMC. DG Okonjo-Iweala: MC14 must deliver outcomes on WTO reform. 2025. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news25_e/gc_21may25_e.htm

2. WIPO. Patent Landscape Report. Occupational Health and Safety. 2025. Disponível em: https://www.wipo.int/web-publications/patent-landscape-report-occupational-health-and-safety-ohs/en/index.html

3. UNCTAD. Intergovernmental Group of Experts on E-commerce and the Digital Economy. 2015. Disponível em: https://unctad.org/osgstatement/intergovernmental-group-experts-e-commerce-and-digital-economy-8th-session

Inteligência Artificial, Saúde Global e Desigualdades

Bernardo Bahia Cesário
Claudia Chamas

A inteligência artificial (IA) representa uma grande promessa para o avanço da saúde global - desde o aprimoramento de diagnósticos e os modelos preditivos de surtos e epidemias até a logística de insumos e a aceleração da descoberta de medicamentos. No entanto, para que esses benefícios sejam verdadeiramente universais, as demandas da saúde devem estar refletidas na produção tecnológica, na disseminação dos modelos e na distribuição dos resultados, incluindo as necessidades das populações mais negligenciadas dos países de baixa e média renda.

Embora o impacto da IA na macroeconomia, na produtividade, nos empregos, nos salários e na desigualdade permaneça incerto, projeções apontam que a IA e outras tecnologias de automação podem aumentar o crescimento médio anual do PIB nas economias avançadas em 1,5% a 3,4% na próxima década (Acemoglu, 2025). A IA generativa e outros modelos de aprendizado já estão sendo incorporados às operações diárias de empresas e instituições em países de alta e média renda, impulsionando a eficiência e a inovação. Nesse contexto em rápida evolução, a comunidade global da saúde não pode ficar à margem. Deve envolver-se proativamente na adoção tecnológica, fomentar o debate crítico sobre ética, riscos e viés algorítmico e estabelecer princípios orientadores para o uso responsável e equitativo da IA nos sistemas de saúde.

Relatório recente das Nações Unidas destacam o surgimento de uma "divisão de IA" (*AI divide*), na qual nações já prósperas consolidam e expandem sua liderança tecnológica graças a infraestrutura robusta, poder computacional, centros de dados e capital humano qualificado (United Nations, 2025**)**. Enquanto isso, muitos países na África, na América Latina e em partes da Ásia permanecem excluídos das cadeias de valor da IA. Sem intervenção, esses países verão sua vantagem comparativa corroída por tecnologias poupadoras de trabalho e recursos, ampliando pobreza entre vulneráveis. Essas disparidades aprofundarão as desigualdades globais existentes. Abordar o papel da IA na saúde global, portanto, requer situá-la no contexto mais amplo das desigualdades estruturais, tomando medidas para garantir que a IA se torne vetor de inclusão.

Yanis Varoufakis (2023) aprofunda essa crítica ao descrever a emergência de um “tecnofeudalismo”, no qual plataformas digitais operam como feudos contemporâneos, monopolizando o acesso e extraindo valor por meio de "rendas da nuvem" impostas aos seus usuários. O resultado é uma subordinação algorítmica capaz de definir prioridades de pesquisa, preços e critérios de acesso, frequentemente alheios às necessidades da saúde global. O caminho tecnológico dominante, liderado por um restrito grupo de *big techs* e corporações, exacerba assimetrias de poder econômico, vulnerabiliza a privacidade e, como adverte Daron Acemoglu (2021), tende a promover automação que reduz salários e ameaça erodir fundamentos democráticos.

Em paralelo, urge refletirmos sobre os riscos de trajetórias concentradas e extrativistas. Qual o papel dos dados no corrente padrão de acumulação capitalista? Qual a sua função nos modelos de negócios e quais as implicações para a saúde global? Ao serem considerados ativos

intelectuais digitais, a geração, o controle e o uso dos dados levantam questões críticas de governança. A ascensão da economia de dados, na qual a matéria-prima é extraída de enormes repositórios de informações pessoais e relacionadas à saúde (*big data*), demanda marcos regulatórios e políticas que assegurem seu tratamento como bens públicos e comuns, protegendo os direitos dos cidadãos e promovendo inovação que sirva ao bem-estar das sociedades, além de considerar a assimetria de poder informacional entre as empresas de plataforma e os cidadãos (Lastres, Cassiolato e Dantas, 2025).

Vivemos em plena reconfiguração das cadeias de valor globais e alianças geopolíticas e em meio a questionamentos em relação à ordem mundial do pós-Guerra. Nesse contexto, a dependência tecnológica em IA representa risco à soberania. Países que não conseguem desenvolver capacidade interna arriscam-se a se tornar meros consumidores de tecnologias controladas externamente, perpetuando ciclos de subordinação digital e econômica.

Além disso, mesmo quando essas tecnologias chegam aos mercados emergentes, seus benefícios continuam concentrados: países de baixa e média renda enfrentam barreiras de acesso e implementação, marcadas por infraestrutura digital limitada, escassa expertise técnica e marcos regulatórios inadequados. Esta desproporção não só pode motivar o aprofundamento das desigualdades em saúde existentes, como também exclui esses países da definição do desenvolvimento e da governança ética de tecnologias de IA adaptadas às suas necessidades específicas.

Superar essas diferenças requer estratégias inclusivas que priorizem a capacitação e o investimento sustentado em ecossistemas de saúde digital. Modelos de governança de dados e inovação descentralizados levarão a sistemas mais justos, sem restringir o papel de países menos favorecidos a provedores de matéria-prima digital ou usuários finais de soluções meramente extratoras de renda.

Para aproveitar o potencial transformador da inteligência artificial para a saúde global, o mundo precisa ir além de modelos extrativistas e adotar a IA como pedra angular de projetos civilizatórios enraizados na equidade, dignidade humana e solidariedade. Isso significa viabilizar inovação inclusiva, garantindo que os países de baixa e média renda sejam arquitetos de futuros tecnológicos e sociais. Reduzir a desigualdade da IA requer mais do que acesso; exige redistribuir o poder, repensar a governança, considerar implicações éticas, estimular cooperações e redes e investir em capacidades digitais onde são mais necessárias. Assim, a IA poderá, realmente, servir como alavanca para a saúde global, a justiça social e o desenvolvimento sustentável, promovendo não apenas o que é tecnicamente possível, mas também o que é moralmente imperativo.

Referências

Acemoglu, Daron. Harms of AI. No. w29247. National Bureau of Economic Research, 2021.

Acemoglu, Daron. "The simple macroeconomics of AI." Economic Policy 40.121 (2025): 13-58.

Korinek, Anton e Joseph E. Stiglitz. Artificial intelligence, globalization, and strategies for economic development. No. w28453. National Bureau of Economic Research, 2021.

Lastres, Helena, Cassiolato, Jose Eduardo e Marcos Dantas. Economia política de dados e soberania digital: conceitos, desafios e experiências no mundo. Editora Contracorrente, 2025.

United Nations. Mind the AI Divide: Shaping a Global Perspective on the Future of Work. 2025.

Varoufakis, Yanis. Technofeudalism. What Killed Capitalism. Londres: Vintage Books, 2023.

Crises interligadas:
conflitos armados, colapso da ajuda humanitária e emergência climática

Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira, Ana Carol Aldapi Vaquera, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina, e Luis Eugênio de Souza.

Resumo: Entre os dias 7 e 21 de maio de 2025, 39 das 62 Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas publicaram manifestações relevantes. As OSC de interesse público concentraram-se em denúncias de violações ao Direito Humanitário Internacional, classificando o bloqueio israelense à ajuda humanitária em Gaza como estratégia de guerra; alertando para a desnutrição de 93% das crianças palestinas; registrando sua atuação em zonas de conflito; noticiando as consequências dos cortes de recursos para ajuda na Somália e em Mianmar. Ademais, MSF denunciou a crise migratória no México. Na Ucrânia, abril foi o mês mais letal para crianças. No campo ambiental, foram referidos programas escolares de adaptação climática na Mongólia e a ação "Menos Plástico, Mais Vida" no Brasil. Na WHA78, várias OSC denunciaram o enfraquecimento da OMS e celebraram a aprovação do Acordo Pandêmico. Além desses temas, houve manifestações sobre saúde sexual e reprodutiva, força de trabalho em saúde, descolonização da saúde global, doenças negligenciadas, Dia Mundial da Diversidade Cultural, entre outros. As OSC de interesse privado, por sua vez, abordaram temas ligados à inovação tecnológica, resiliência climática e governança global, informando sobre apoio à agricultura sustentável por meio de cooperativas femininas; projetos de transição energética nas Filipinas; avanços em vacinas contra HPV e tuberculose; riscos de nova pandemia (H5N1); abusos do monopólio farmacêutico; falta de controle sobre medicamentos falsificados. Notícia curiosa foi assinada por Bill Gates que anunciou o fim das atividades da Fundação Gates em 2045. Enquanto as OSC públicas atuam em zonas de crise e cobram justiça social, as privadas priorizam soluções técnicas e inovação.

Palavras-chave: Sociedade civil, crise humanitária, conflitos armados, mudanças climáticas

INTRODUÇÃO

Neste informe, foram consideradas as manifestações das Organizações da Sociedade Civil (OSC) publicadas entre 7 e 21 de maio de 2025. Das 62 OSC acompanhadas, 39 fizeram manifestações dignas de nota, abrangendo tanto as OSC de interesse público quanto aquelas de interesse privado.

As crises humanitárias agravadas por conflitos têm sido objeto de grande preocupação da sociedade civil, que tem se mobilizado na denúncia de violações do Direito Humanitário Internacional e na exigência de respostas urgentes dos organismos internacionais. A ActionAid e a Médico Sem Fronteiras (MSF) condenaram o bloqueio de Israel à ajuda humanitária em Gaza,

classificando-o como uma estratégia de guerra que aprofunda a fome e o colapso das estruturas de saúde. A Save the Children denunciou que mais de 93% de crianças palestinas sofrem de desnutrição, enquanto a Progressive International denunciou o ataque de Israel a navio com ajuda humanitária, configurando um ato de violação do direito internacional. Na mesma linha, a World Medical Association exigiu o acesso irrestrito a medicamentos e alimentos. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha informou que vem mantendo hospitais de campanha em meio aos bombardeios e o atendimento a milhares de feridos. Na República Democrática do Congo, a Cruz Vermelha vem atuando na mediação do conflito com a transferência de militares desarmados ao encontro de familiares e na proteção de civis por conta da escalada da violência com deslocamento de milhares de pessoas em busca de refúgio em países vizinhos. No Sudão, a MSF vem atuando após os ataques a campos de deslocados e o bombardeio a um hospital em Old Fraga, que atingiu dezenas de pessoas. A Save the Children revelou que abril de 2025 foi o mês mais letal para crianças ucranianas, com ataques a áreas residenciais e escolas. No México, a crise migratória e a violência na rota para os EUA foram denunciadas pela MSF. No sudeste asiático, a *International Physicians for the Prevention of Nuclear War* celebrou o cessar fogo entre a Índia e o Paquistão, mas alertou para os riscos de uso de armas nucleares.

Uma ajuda humanitária em crise diante de cortes orçamentários e emergências negligenciadas foi denunciada por várias organizações. A World Vision destacou que seu legado de mais de sete décadas enfrenta ameaças devido aos cortes globais de financiamento. Na Somália, a Save the Children alertou que 55 mil crianças perderão acesso a tratamento nutricional até junho, com o fechamento de 121 centros por conta do subfinanciamento crônico, secas e conflitos, impactando diretamente em vidas infantis, com 1,8 milhão de crianças com desnutrição aguda em 2025 e 500 mil em risco iminente de morte. Na África Subsaariana, a ActionAid denunciou que as políticas de austeridade, do Fundo Monetário Internacional, vêm contribuindo para uma crise sistemática na saúde, vulnerabilizando mulheres e comunidades. A MSF informou que vem atuando para mitigar a situação em Mianmar, após o terremoto de 7.7 pontos de magnitude, com milhares de pessoas ainda vivendo em abrigos e com risco de desnutrição por conta do aumento do preço dos alimentos.

As mudanças climáticas e a saúde ambiental também foram objeto de várias manifestações. Na Mongólia, a Save the Children criou um programa escolar inovador onde crianças aprendem a produzir e vender iogurte e a enfrentar eventos climáticos adversos. Outra iniciativa, a Campanha Global “Save One”, ganhou impulso com a participação de ícones do K-pop que se solidarizaram com crianças afetadas por desastres climáticos. Ainda sobre o clima, no Brasil, a ACT Promoção da Saúde e equipe de nadadores lideraram a ação “Menos Plástico, Mais Vida” em Copacabana, demonstrando o impacto ambiental da indústria de tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados.

A 78ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA78) trouxe debates importantes sobre a crise climática, a migração ética de profissionais, o financiamento de sistemas públicos de saúde e a crescente influência de atores privados na governança da saúde. As OSC apresentaram demandas e destacaram a necessidade de ações multilaterais centradas nas pessoas mais vulneráveis. O Global Health Council pressionou os Estados-membros a adotarem o Plano de Ação Global da OMS sobre Mudanças Climáticas e Saúde. A World Medical Association e a World Health Professions Alliance alertaram sobre a fuga de profissionais em sistemas de saúde colapsados e a substituição de trabalhadores por mão-de-obra não regulamentada. A Rede Global de Pessoas Vivendo com HIV e a NCD Alliance cobraram respostas centradas nas pessoas, com participação ativa dos pacientes. O Movimento pela Saúde dos Povos denunciou o

enfraquecimento da OMS e a saída dos EUA como um golpe contra a saúde global, mas, ao mesmo tempo, como uma oportunidade para reinventar a OMS. Com destaque também, a International Alliance of Patients Organizations alertou para a necessidade de rastrear e banir medicamentos falsos por meio de regulamentação global que evite esse crime que mata milhares de pessoas. A People´s Medicines Alliance e a Public Citizen avaliaram que foi positiva a aprovação do Acordo Pandêmico, com avanços em relação ao compartilhamento de vacinas e outras tecnologias e ao reconhecimento da equidade como princípio, acrescentando, porém, a persistência de falhas quanto à transferência de patentes e ao enfrentamento do *lobby* da indústria farmacêutica

Além das crises humanitárias e ambientais e das manifestações relacionadas à Assembleia Mundial da Saúde, as OSC de interesse público se manifestaram sobre diversos outros temas como o fim da criminalização do aborto no México, o uso da violência contra as mulheres como arma de guerra, saúde sexual e reprodutiva, covid-19, força de trabalho em saúde, regulação de medicamentos, vacinação ao longo da vida, descolonização da saúde global, proteção e segurança de dados, doenças infantis negligenciadas, transtorno depressivo maior, inovação na gestão hospitalar e transformação digital centrada no ser humano, Dia Mundial da Diversidade Cultural e preconceito contra pessoas obesas no acompanhamento das doenças cardíacas.

Em relação às OSC de interesse privado, a maioria das manifestações abordou a crise climática, a questão de gênero e os desafios da saúde global. A Fundação Bill e Melinda Gates divulgou suas ações, no Quênia e na Nigéria, de apoio ao desenvolvimento da resiliência climática com técnicas de agricultura inteligente e sustentável com a produção de sementes resistentes. A Fundação Rockefeller deu notícia de seu apoio à transição energética nas Filipinas com o projeto Coal to Clean Credit. Ações de enfrentamento da desigualdade de gênero, por meio de apoio a cooperativas de trabalho femininas foram noticiadas pela Fundação Bill e Melinda Gates. Sobre vacinas e pandemias, a GAVI The Vaccine Alliance divulgou avanços no desenvolvimento da vacina contra o HPV e da vacina M72/AS01E contra a tuberculose. Além disso, alertou para o risco de uma pandemia de H5N1 (gripe aviária). Sobre o acordo pandêmico, a GAVI destacou a falta de enfrentamento do monopólio da indústria farmacêutica e a necessidade de lutar pelo acesso equitativo a vacinas. Por fim, a Fundação Gates anunciou o fim de suas atividades em 2045, quando terá gasto toda a fortuna que Bill Gates possui e terá doado.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Conflitos armados e obstáculos à ajuda humanitária

Bloqueio humanitário em Gaza

A organização ActionAid rejeitou veementemente os planos das autoridades israelenses de controlar e condicionar a distribuição de ajuda humanitária em Gaza, classificando a medida como uma grave violação dos princípios de imparcialidade, neutralidade e independência que regem a ação humanitária. A ActionAid alertou que essa iniciativa pode impedir que centenas de milhares de palestinos recebam assistência vital em meio à crescente fome e denunciou o uso da ajuda como arma de guerra. A organização exige a entrada imediata de alimentos e medicamentos em Gaza e o fim das ações militares israelenses na região.[1]

A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) denunciou que Gaza está sendo deliberadamente asfixiada pelas forças israelenses, com a entrada de ajuda humanitária em volumes irrisórios servindo apenas como cortina de fumaça para simular o fim do cerco. MSF alerta que o sistema de saúde está colapsando, com hospitais bombardeados, estoques de medicamentos destruídos e serviços essenciais suspensos. A organização afirma que a ajuda está sendo instrumentalizada como ferramenta militar e exige o fim imediato dos ataques a civis e unidades de saúde, além da liberação urgente de ajuda em quantidade suficiente para atender a população.[2]

A Progressive International compartilhou matéria que denuncia um novo ataque de drones israelenses a uma embarcação civil da Freedom Flotilla Coalition, que transportava ajuda humanitária e ativistas de mais de 20 países rumo à Faixa de Gaza, violando o direito internacional ao realizar o ataque em águas internacionais, nas proximidades de Malta. A embarcação sofreu danos estruturais severos, colocando em risco a vida dos ocupantes. Organizações internacionais e defensores de direitos humanos alertam que tais ações configuram possíveis violações graves, incluindo o uso da fome como método de guerra, o que pode constituir crime contra a humanidade e genocídio, conforme previsto no direito internacional.[3]

A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) denunciou uma catástrofe humanitária em Gaza, agravada pelo cerco imposto por Israel e pela proposta, em conjunto com os Estados Unidos, de controlar a distribuição da ajuda humanitária. MSF condena o uso da assistência como instrumento de deslocamento forçado e limpeza étnica, alertando para a violação do direito internacional e o colapso dos serviços básicos, como saúde, alimentação e abastecimento de água. Sem acesso a suprimentos há mais de 11 semanas, as equipes da organização enfrentam uma crise sem precedentes para atender a população palestina.[4]

A World Medical Association (WMA) emitiu um apelo ao governo de Israel para que assegure o fornecimento de ajuda humanitária à Faixa de Gaza, diante de uma crise que ameaça a vida da maioria da população civil local. A organização destaca que o bloqueio ao transporte de alimentos, medicamentos e insumos essenciais pelas forças israelenses configura uma grave violação do direito humanitário internacional. A WMA reforça a urgência da libertação dos reféns por parte do Hamas e da liberação imediata e adequada da ajuda humanitária por parte do governo israelense. A entidade alerta que os efeitos da guerra e da fome transcendem os danos diretos do confronto armado, impactando especialmente os grupos mais vulneráveis da população.[5]

Segundo a organização Save the Children, mais de 93% das crianças em Gaza – cerca de 930 mil – estão em risco crítico de fome, em meio a uma crise humanitária agravada pelo cerco total imposto pelas autoridades israelenses desde 2 de março. O bloqueio impede a entrada de alimentos, água, combustível e medicamentos, levando famílias a medidas extremas de sobrevivência, como o consumo de ração animal e farinha misturada com areia. Relatos de pais e mães descrevem crianças adoecidas pela fome e em risco iminente de morte. Dados da Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar (IPC) indicam que quase toda a população de Gaza enfrenta níveis de fome de crise ou piores, com cerca de 250 mil pessoas em condições de fome extrema. A Save the Children denúncia que a negação de ajuda humanitária e o uso da fome como arma de guerra por Israel configuram crimes sob o direito internacional e exige acesso imediato para envio de ajuda vital às famílias palestinas.[6]

Um ano após sua inauguração em Rafah, o hospital de campanha do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) permanece como um recurso vital em Gaza, oferecendo atendimento médico de emergência a milhares de pessoas em meio à destruição do sistema de saúde local. A estrutura, criada com apoio da Cruz Vermelha Norueguesa, da Meia Lua Vermelha Palestina e outras sociedades nacionais, já atendeu mais de 80 mil pacientes, tornando-se símbolo de resiliência, mas também um lembrete doloroso das consequências da guerra e da urgente necessidade de proteger os serviços de saúde, conforme determina o direito internacional humanitário.[7]

Violência na RDC

Com o apoio do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), 1.359 membros desarmados das forças governamentais da República Democrática do Congo e seus familiares foram transferidos com segurança de Goma para Kinsasa entre 30 de abril e 15 de maio de 2025. A operação, que atravessou zonas de conflito, destaca o papel crucial do CICV como intermediário neutro em contextos de guerra, promovendo o respeito ao direito internacional humanitário e contribuindo para a redução das tensões na região.[8]

Diante da violência no leste da República Democrática do Congo, milhares de famílias buscaram refúgio em Burundi, enfrentando não apenas o deslocamento forçado, mas também a dor da separação familiar. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), em parceria com a Cruz Vermelha de Burundi e da RDC, atua no restabelecimento do contato entre familiares, oferecendo chamadas telefônicas gratuitas, acesso à internet e busca ativa por desaparecidos, especialmente crianças desacompanhadas. Para essas pessoas, o apoio da organização representa um fio de esperança em meio ao caos.[9]

Diante da escalada da violência no leste da República Democrática do Congo, a presidenta do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), Mirjana Spoljaric, destacou a urgência de respeitar o Direito Internacional Humanitário (DIH) para proteger os civis e romper o ciclo de sofrimento causado pelo conflito armado. Durante visita à região, o CICV também atuou como intermediário neutro no traslado de mais de 800 militares desarmados e familiares, e segue prestando apoio a hospitais superlotados e populações vulneráveis afetadas pela guerra.[10]

Guerra no Sudão

Após o ataque ao acampamento de Zamzam, no Sudão, milhares de pessoas deslocadas enfrentam condições extremas de precariedade e violência em Tawila. A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) tem ampliado sua atuação na região, oferecendo atendimentos médicos, nutrição emergencial, vacinação contra o sarampo e distribuição de água e alimentos. Apesar desses esforços, a demanda humanitária supera a capacidade de resposta da MSF, que apela à intensificação da atuação de agências da ONU para enfrentar a crise crescente e proteger especialmente as crianças afetadas pela fome e doenças.[11]

Em 3 de maio de 2025, o hospital de Médicos Sem Fronteiras (MSF) em Old Fangak, no Sudão do Sul, foi bombardeado, deixando a unidade totalmente destruída e dezenas de feridos. O coordenador médico da MSF, David Charo Kahindi, relatou o medo vivido durante os ataques e o esforço da equipe para conter o incêndio, socorrer os feridos e transferi-los para locais mais seguros. O hospital, que atendia mais de 100 mil pessoas, foi reduzido a escombros, e a organização condena veementemente o ataque, reiterando que hospitais jamais devem ser alvos de violência.[12]

Conflito na Ucrânia

Abril de 2025 foi o mês mais letal para crianças na Ucrânia desde junho de 2022, com ao menos 97 crianças mortas ou feridas em ataques, segundo a Save the Children. O episódio mais devastador ocorreu em 4 de abril, quando um ataque com míssil atingiu uma área residencial em Kryvyi Rih, matando 18 pessoas – entre elas, 9 crianças – e ferindo outras 75, incluindo 12 crianças, muitas delas enquanto brincavam em um parquinho. A Save the Children tem prestado assistência emergencial às famílias afetadas, incluindo apoio financeiro direto, e reforça o apelo urgente por proteção às crianças diante da escalada da violência. Desde o início da guerra em 2022, a organização já alcançou cerca de 256 mil crianças com serviços de proteção, espaços acolhedores e apoio psicossocial. A entidade denuncia a contínua violação dos direitos infantis e exige que todas as partes respeitem o direito internacional humanitário, garantindo a proteção de crianças e infra estruturas civis como escolas, hospitais e residências.[13]

Violência extrema no México

A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) registrou um aumento expressivo no número de atendimentos a sobreviventes de violência extrema no México, especialmente no Centro de Atendimento Integral (CAI) na Cidade do México. O crescimento é atribuído à intensificação da violência ao longo da rota migratória e às políticas restritivas de imigração dos Estados Unidos. Entre janeiro e março de 2025, as sessões de saúde mental aumentaram 36%, com destaque para casos de transtorno de estresse pós-traumático e depressão. MSF alerta para os impactos dessas políticas, que deixam migrantes e deslocados em situação de vulnerabilidade extrema, e pede o fortalecimento da rede de assistência humanitária.[14]

Conflito Índia e Paquistão

A International Physicians for the Prevention of Nuclear War (IPPNW), por meio de suas afiliadas no Sul da Ásia, manifestou alívio com o cessar-fogo entre Índia e Paquistão, destacando a importância de medidas concretas para alcançar uma paz duradoura na região. A organização, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, alertou sobre os riscos contínuos representados pela existência de armas nucleares e defendeu ações como o fortalecimento da SAARC, segurança coletiva, diálogo bilateral e a criação de uma zona livre de armas nucleares no Sul da Ásia. A IPPNW defende a eliminação total das armas nucleares e instou todos os países a aderirem ao Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPNW) como única forma de evitar um holocausto nuclear.[15]

Longa experiência em ajuda humanitária

A World Vision publicou seu Relatório Anual 2024. Com 75 anos de experiência, a organização se dedica a práticas eficazes de desenvolvimento, ajuda humanitária e *advocacy* para fortalecer comunidades e promover mudanças duradouras. A World Vision está comprometida em transformar vidas nos lugares mais difíceis do mundo, capacitando cada menina e menino a alcançar seu pleno potencial. [16]

Cortes no financiamento humanitário

Mais de 55 mil crianças na Somália perderão acesso a serviços essenciais de nutrição até junho devido a cortes na ajuda internacional, alerta a Save the Children. A organização, maior provedora não governamental de saúde e nutrição infantil no país, será forçada a fechar 121 centros de atendimento, incluindo todos os de Baidoa – região altamente vulnerável a secas e conflitos, com cerca de 800 mil deslocados internos. A previsão é de que 1,8 milhão de crianças

enfrentem desnutrição aguda em 2025, sendo quase meio milhão em condição severa e com risco de morte. Em meio à escassez de chuvas, violência e subfinanciamento crônico da resposta humanitária, os centros da Save the Children têm atendido casos graves com alta taxa de recuperação. No entanto, sem novos financiamentos, milhares de crianças como Fardowso, de apenas um ano, podem ficar sem tratamento e sucumbirem à fome. A organização alerta que permitir o colapso desses serviços é uma escolha política com consequências letais e pede ação imediata para reverter os cortes e salvar vidas.[17]

Segundo relatório da ActionAid, cortes orçamentários severos em seis países africanos (Etiópia, Gana, Quênia, Libéria, Malaui e Nigéria) estão devastando os setores público de saúde e educação, deixando trabalhadores como professores e profissionais de saúde mal pagos, sobrecarregados e sem recursos básicos. A organização responsabiliza o Fundo Monetário Internacional (FMI) por pressionar esses governos a priorizarem o pagamento de dívidas externas em detrimento dos serviços públicos, aprofundando a crise social e impactando de forma desproporcional mulheres e comunidades marginalizadas.[18]

Ajuda humanitária em Mianmar

Quase dois meses após o terremoto que devastou a região do Lago Inle, em Myanmar, milhares de pessoas ainda vivem em abrigos improvisados. A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) atua em quatro vilarejos afetados, fornecendo água potável, materiais de construção e itens essenciais às comunidades. Em alguns locais, até 90% das moradias foram destruídas, e o risco de novas tragédias aumenta com a chegada da estação das monções. A destruição de barcos e o aumento do custo de vida dificultam ainda mais a recuperação das famílias afetadas.[19]

A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) mobilizou rapidamente suas equipes após o terremoto de magnitude 7,7 que atingiu Myanmar em março de 2024, causando ampla destruição. A coordenadora médica de MSF, descreveu o impacto do desastre sobre a população e os esforços solidários das comunidades locais, como a transformação de um museu em maternidade e a criação de clínicas improvisadas. MSF tem prestado assistência médica, apoio psicológico e distribuído itens essenciais, destacando a urgência de garantir acesso contínuo à ajuda humanitária diante dos desafios que se agravam com a chegada da estação das chuvas.[20]

Meio ambiente

Mudanças climáticas

Diante das crescentes ameaças das mudanças climáticas ao modo de vida tradicional da Mongólia, crianças da província central de Uvurkhangai estão aprendendo a produzir e vender iogurte como parte de um programa nacional de empreendedorismo promovido pela Save the Children, com apoio do governo do Japão e do Banco Mundial. Integrado ao currículo escolar, o projeto ensina conceitos de nutrição, marketing e matemática aplicados à produção e comercialização de alimentos, com o objetivo de preparar jovens de comunidades rurais para o futuro. Em um país onde 40% da população depende do pastoreio e onde invernos severos (como o Dzud de 2024, o pior em 50 anos) têm dizimado rebanhos e forçado famílias a migrar para áreas urbanas, o programa já alcançou mais de 8.700 crianças desde 2022. A iniciativa busca não apenas transmitir habilidades práticas, mas também promover resiliência e alternativas sustentáveis de renda frente ao colapso das formas tradicionais de subsistência.[21]

A campanha “Save One”, da Save the Children, ganhou nova visibilidade global com o lançamento de sua quarta edição e o apoio de estrelas do K-pop, como V (BTS) e Hanni (NewJeans), que foram vistos usando a pulseira verde-floresta símbolo da iniciativa. Inspirada em cordas de resgate e boias salva-vidas, a pulseira traz gravada a palavra *Save* e representa solidariedade com as crianças afetadas por desastres climáticos como inundações, secas e incêndios florestais. A nova fase da campanha acompanha o lançamento de um relatório elaborado em parceria com a Vrije Universiteit Brussel, que alerta que crianças nascidas em 2020 enfrentarão níveis inéditos de eventos climáticos extremos ao longo da vida. No entanto, ações efetivas para conter o aquecimento global podem poupar até 58 milhões de crianças dos piores impactos, incluindo 5 milhões da exposição excessiva a enchentes. Toda a arrecadação com a pulseira é destinada a apoiar crianças em situações de emergência.[22]

Segundo relatório da Save the Children e da Vrije Universiteit Brussel, limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2100 pode poupar cerca de 38 milhões de crianças de cinco anos de enfrentarem calor extremo ao longo da vida. No cenário atual, com aumento de 2,7°C, 83% das crianças nascidas em 2020 sofreriam com eventos climáticos severos. O estudo destaca os impactos desproporcionais sobre crianças de países de baixa e média renda, como o Brasil, e defende ações urgentes como o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, mais financiamento climático e a inclusão das crianças nas decisões sobre o futuro climático.[23]

Saúde ambiental

A ACT Promoção da Saúde se uniu à Equipe 15 de natação em águas abertas e fizeram uma ação de conscientização na praia de Copacabana, intitulada “Menos plástico, mais vida”. A atividade chamou atenção para os impactos ambientais das indústrias do tabaco, álcool e ultraprocessados. Cerca de cem nadadores e voluntários participaram de uma limpeza no mar e na areia, recolhendo resíduos como bitucas de cigarro, embalagens de produtos ultraprocessados e latas, enchendo uma caçamba da Comlurb em apenas meia hora. A iniciativa destacou a conexão entre saúde humana e ambiental por meio de exposições e instalações artísticas, reforçando a urgência de repensar o consumo e a poluição plástica.[24]

Transição energética

A Progressive International publicou boletim que informa participação de um workshop em Bogotá com a Unión Sindical Obrera, o sindicato da indústria do petróleo da Colômbia, para construir um plano de transição energética justo e soberania popular. O evento destacou o papel central da energia nas disputas geopolíticas globais e a importância de os trabalhadores liderarem a transformação ecológica do setor energético colombiano, atualmente dependente dos combustíveis fósseis. O “Plano dos Petroleiros” propõe uma transição liderada por trabalhadores, com fortalecimento da Ecopetrol como empresa pública, geração de empregos verdes e controle democrático da energia. Além disso, o boletim denuncia o envio de armas do Reino Unido a Israel, apesar das declarações oficiais de que seriam apenas itens defensivos, e destaca ações contra o Booking.com por promover turismo em assentamentos ilegais em território palestino. [25]

78ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA78)

A crise climática gera e intensifica emergências em saúde. Durante a 78ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA78), a Global Health Council pede que os Estados-membros adotem o Plano de Ação Global da OMS sobre Mudança Climática e Saúde. [26]

A Global Health Council participou ativamente do 78ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA78), que ocorre em um momento crucial para a saúde global, destacando a importância fundamental da sociedade civil, das comunidades e dos atores não estatais.[27]

A World Medical Association (WMA) pediu aos governos e à saúde global que priorizem a força de trabalho em saúde, destacando a importância de práticas éticas de recrutamento e investimentos nos países de origem para garantir que a migração de profissionais ocorra por escolha, não por necessidade. a WMA organizou um evento paralelo da 78ª Assembleia Mundial da Saúde Intitulado "Aprimorando a Colaboração e Soluções para a Migração da Força de Trabalho em Saúde: Fortalecendo os Sistemas de Saúde Globais para a Cobertura Universal de Saúde". A organização reuniu líderes e organizações para debater a migração justa e ética de profissionais, ressaltando seu papel crucial para alcançar cobertura universal e fortalecer sistemas de saúde resilientes e equitativos.[28]

A World Medical Association (WMA) divulgou matéria sobre a World Health Professions Alliance (WHPA) que durante um evento paralelo da 78ª Assembleia Mundial da Saúde ressaltou que os profissionais da saúde são fundamentais para sistemas resilientes e sustentáveis, especialmente diante de cortes orçamentários e mudanças nas estruturas globais de saúde. A organização também alertou que substituir profissionais qualificados por prestadores não regulamentados compromete a segurança do paciente e a eficácia do cuidado. Por fim, reiterou a importância de revisar e fortalecer o Código Global da OMS sobre o Recrutamento Internacional de Pessoal de Saúde.[29]

A Global Network of People Living with HIV (GNP+) está participando da 78ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA78), reforçando a importância da liderança das pessoas vivendo com HIV (PLHIV) nas decisões sobre políticas globais de saúde. A organização defende uma resposta sustentável e centrada na pessoa, com o objetivo de acabar com as mortes por AIDS, prevenir novas infecções e garantir qualidade de vida e acesso contínuo ao tratamento para todos os afetados pelo HIV. A GNP+ busca revitalizar o movimento liderado por PLHIV como base para fortalecer a articulação local e a incidência global.[30]

O Movimento pela Saúde Popular (PHM) fez um apelo por ações urgentes para preservar, proteger e aprimorar o trabalho da Organização Mundial da Saúde após a anunciada saída do governo dos Estados Unidos do organismo multilateral. De acordo com o PHM, a saída dos EUA aprofunda o enfraquecimento da OMS, iniciado na década de 1980 com o surgimento de uma estrutura internacional de governança da saúde que progressivamente a suplantou, usurpou suas funções, reduziu seu financiamento, abriu as portas para doadores privados interessados, impediu o cumprimento de seu mandato constitucional e, em seguida, a dominou ideologicamente. Ao mesmo tempo, o PHM vê a saída dos EUA também pode ser uma oportunidade para reorientar a organização para uma visão mais radical e ambiciosa do multilateralismo da saúde, impulsionada explicitamente pelo objetivo de alcançar Saúde para Todos.[31]

A International Alliance of Patients' Organizations foi co-anfitriã de um evento paralelo à 78ª AMS no dia 22 de maio. O evento discutiu a crise global de medicamentos de baixa qualidade e falsificados que prejudicam a segurança dos doentes. A discussão ocorreu em alinhamento com a recente avaliação do Mecanismo dos Estados-Membros da OMS[32,33].

A NCD Alliance participou da Conferência Equidade e integração, um evento paralelo à 78ª Assembleia Mundial da Saúde, que contou com a co-organização de organizações parceiras.

O evento defendeu a ação multissetorial baseada na experiência vivida como essencial para promover a equidade na resposta às DCNT[34].

A NCD Alliance também participou da Audiência Multissetorial sobre DCNT e Saúde Mental na sede das Nações Unidas, em maio de 2025. A audiência representou a etapa preparatória final para a Quarta Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre DCNTs que acontecerá em setembro de 2025. De acordo com a matéria, "a audiência ofereceu uma plataforma crítica para envolver diversas partes interessadas, incluindo os Estados-Membros, a sociedade civil, as agências internacionais, o meio académico e as comunidades afectadas em discussões estruturadas sobre o avanço do progresso global nas DNTs e na saúde mental. Estas discussões enfatizaram a necessidade urgente de uma governação multissectorial mais forte, de sistemas de saúde mais resistentes e de modelos de financiamento inovadores para fazer face ao peso crescente destas doenças[35]."

Saúde sexual e reprodutiva

Durante a conferência "Direitos Sexuais e Reprodutivos na Era Digital", promovida pela Medicus Mundi Switzerland, a organização Handicap International destacou o aplicativo *Diversity Health*, desenvolvido pela iniciativa Diversity Innovation Initiative, vencedora do Pitch Challenge da CORE Group em 2024. O app fornece informações acessíveis em língua de sinais local sobre saúde sexual e reprodutiva, saúde materna, HIV e violência baseada em gênero, promovendo o acesso à saúde para jovens surdos em Uganda. Um marco importante ocorreu em março de 2025, com o treinamento de operadores do Ministério da Saúde de Uganda para uso do aplicativo, permitindo um atendimento mais inclusivo e direcionado.[36]

Mortalidade materna

O mais recente relatório da ONU sobre mortalidade materna mostra uma redução global de 40% entre 2000 e 2023, mas alerta para a desaceleração significativa dos avanços desde 2016. Com a retirada de financiamentos por grandes doadores, o relatório é um chamado urgente à ação: o mundo está fora do caminho para alcançar as metas de desenvolvimento sustentável, e os progressos na mortalidade materna podem estagnar ou retroceder sem investimentos urgentes e contínuos.[37]

Justiça sexual e reprodutiva

O Relatório Anual 2023–2024 da Fòs Feminista já está disponível e destaca as conquistas alcançadas coletivamente com ativistas, organizações e movimentos de todo o mundo na luta por saúde, direitos e justiça sexual e reprodutiva. O documento traz diversos exemplos de como a solidariedade feminista entre regiões se concretiza na prática.[38]

Despenalização do aborto

A Fòs Feminista informa que com 33 votos a favor, o Congresso de Tabasco aprovou nesta semana a descriminalização do aborto até 12 semanas de gestação, em cumprimento às decisões da Suprema Corte e após anos de mobilização de ativistas e organizações feministas. Esse avanço é fundamental para garantir que nenhuma mulher ou pessoa gestante seja criminalizada por decidir sobre seu próprio corpo. Embora ainda existam penalidades e estigmas após esse prazo, hoje é um marco importante rumo à justiça reprodutiva.[39]

Violência sexual

A ActionAid alertou para um aumento alarmante de quase 700% nos casos de violência sexual no leste da República Democrática do Congo (RDC) em março de 2025, em meio à intensificação dos conflitos armados. Somente em março e abril, foram registrados 381 casos de violência sexual contra mulheres e meninas nas províncias de Kivu do Norte e do Sul. A organização denuncia que a violência sexual está sendo usada como arma de guerra e destaca também o aumento de casamentos forçados, além do risco agravado para mulheres deslocadas que vivem em acampamentos precários ou são forçadas a retornar a áreas controladas por grupos armados.[40]

Acordo Pandêmico

People's Medicines Alliance publicou reação à adoção do Acordo sobre Pandemias pelos Estados-membros da OMS, destacando que o texto representa um passo importante para evitar a repetição do egoísmo e do nacionalismo vistos durante a COVID-19. Apesar de o acordo ter sido enfraquecido por pressões de países ricos e da indústria farmacêutica, ele traz avanços como o compromisso, ainda que limitado, de compartilhar vacinas com a OMS e de impor condições ao financiamento público. Agora, os países têm um ano para negociar um sistema mais justo de compartilhamento de patógenos, vacinas, inovações e tecnologias. O acordo oferece instrumentos para tornar o sistema de saúde global mais equitativo, desde que os governos se comprometam a cooperar e implementá-lo.[41]

A Public Citizen emitiu uma declaração sobre o acordo pandêmico destacando que, apesar da ausência dos Estados Unidos, os Estados-membros da OMS adotaram um novo acordo internacional para preparar e responder a futuras pandemias, focado na equidade no acesso a medicamentos e tecnologias médicas. Esse acordo, o segundo sob o Artigo 19 da Constituição da OMS, representa um avanço importante, mas sua eficácia dependerá da implementação e do compromisso político dos países. A postura dos EUA, incluindo a ausência na votação e críticas internas, foi apontada como um fator negativo para a cooperação global em saúde pública.[42]

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) deu notícia da aprovação do Acordo Pandêmico na 78ª AMS, em Genebra, Suíça, destacando que o fato dos Estados-membros reafirmaram seu compromisso de fortalecer a preparação e a resposta globais a futuras pandemias representa um marco importante no avanço da equidade, solidariedade e resiliência diante das ameaças globais à saúde.[43]

O Movimento pela Saúde dos Povos publicou um relato da aprovação do Acordo Pandêmico durante a 78ª Assembleia Mundial da Saúde, registrando que a maioria dos países – Norte e Sul – acolheu com entusiasmo o resultado das negociações no âmbito do INB, expressando apoio à adoção da resolução proposta. Os Estados-membros elogiaram o INB por seus esforços incansáveis e reconheceram o acordo sobre a pandemia como um marco importante e histórico, uma ferramenta para garantir a segurança e a responsabilidade globais. Muitos Estados-membros expressaram forte apoio ao acordo sobre a pandemia, no espírito de proteger o multilateralismo. A necessidade de promover a equidade e de se manter solidário diante das ameaças da pandemia foram temas centrais de muitas declarações.[44]

Equidade em saúde

O SHEM publicou uma nova edição do boletim SHEM Highlights, na qual destaca que, embora o novo Relatório Mundial da OMS sobre Determinantes Sociais da Equidade em Saúde reafirme o compromisso global com a redução das desigualdades, ainda faltam metas claras, métricas rigorosas e estratégias concretas de redistribuição. O movimento defende a necessidade de avançar do discurso para ações mensuráveis, propondo a definição de limites ecológicos e econômicos (como tetos para a desigualdade de renda), novos modelos de desenvolvimento sustentável e uma redistribuição fiscal justa, tanto dentro dos países quanto entre eles.[45]

Covid-19

O grupo de pesquisa em saúde da Public Citizen emitiu uma declaração sobre a decisão da FDA de restringir o acesso às vacinas contra a COVID-19. Segundo o anúncio, apenas pessoas com mais de 65 anos ou com fatores de risco (como doenças crônicas, obesidade ou gravidez) terão acesso garantido às vacinas. Isso deixaria milhões de pessoas saudáveis com menos de 65 anos sem acesso facilitado à vacinação. A organização afirmou que essa decisão não foi debatida pelos comitês consultivos da FDA e do CDC, que tradicionalmente analisam essas questões com base científica. Ele considera a medida prematura e injustificada do ponto de vista da saúde pública, pois impede que pessoas mais jovens e saudáveis decidam, junto com seus médicos, se devem ou não se vacinar.[46]

Força de trabalho

A Public Citizen, em parceria com a American Medical Student Association (AMSA), apresentou petições à Occupational Safety and Health Administration (OSHA) e aos Centers for Medicare and Medicaid Services (CMS), solicitando a implementação de regulamentações federais baseadas em evidências sobre a carga horária de trabalho de médicos residentes. A ação conjunta defende limites rigorosos, como a restrição de turnos a no máximo 16 horas consecutivas e de jornadas semanais a 80 horas sem média, com o objetivo de garantir ambientes de trabalho mais seguros e humanos, além de melhorar a segurança do paciente. Fundamentadas em estudos que demonstram os riscos à saúde dos residentes e à qualidade do atendimento médico, as petições destacam a ausência de normas federais específicas que protejam esse grupo profissional, reivindicando que OSHA e CMS exerçam seu papel na promoção de condições laborais justas, como previsto pela legislação trabalhista dos Estados Unidos.[47]

Regulação de medicamentos

A Public Citizen enviou comentários à FDA apoiando fortemente a proposta da agência de remover a fenilefrina administrada por via oral do monográfico de medicamentos isentos de prescrição para resfriado, tosse e alergias, por sua comprovada falta de eficácia no alívio da congestão nasal. A organização destacou que a manutenção prolongada do status de eficácia deste composto expôs milhões de pessoas a tratamentos ineficazes, atrasando o acesso a terapias efetivas e beneficiando indevidamente a indústria farmacêutica. A Public Citizen destacou que a FDA deve finalizar rapidamente a ordem proposta, reforçando seu compromisso com a segurança e eficácia dos medicamentos disponíveis ao público.[48]

Vacinação ao longo da vida

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) lançou uma chamada à ação a favor da implementação de uma imunização adequada ao longo da vida, ressaltando que isso exige o comprometimento de todos os setores da sociedade. Os formuladores de políticas devem priorizar o financiamento e desenvolver diretrizes claras. Os profissionais de saúde precisam integrar as discussões sobre a vacinação aos cuidados de rotina. Os indivíduos devem se manter informados sobre as vacinas recomendadas para sua faixa etária. Dessa forma, as comunidades serão mais saudáveis e os sistemas de saúde mais resilientes para as gerações futuras.[49]

Descolonização

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) realizou uma sessão paralela, durante a 78ª Assembleia Mundial da Saúde, para discutir a descolonização da saúde global, trazendo a perspectiva dos povos indígenas. A sessão destacou que descolonizar se refere ao empoderamento das comunidades indígenas para tomar decisões sobre seu desenvolvimento e futuro, prioriza seus conhecimentos, habilidades, valores culturais e práticas tradicionais na solução de problemas que afetam suas vidas e terras.[50]

Proteção e segurança de dados

A InterAcademy Partnership (IAP) realizou, em 21 de maio, um webinário para discutir a Salvaguarda de Dados Científicos em Tempos de Crise, com a participação de pesquisadores na linha de frente da resiliência a crises.[51]

Doenças infantis negligenciadas

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) anunciou o lançamento do Roteiro Estratégico 2025-2030, que considera um ousado apelo à ação para fortalecer e agilizar o desenvolvimento de medicamentos pediátricos. A DNDi lembrou que as crianças que sofrem de doenças negligenciadas precisam urgentemente de acesso oportuno a tratamentos acessíveis e adequados à idade. O Roteiro estabelece um compromisso "30 por 30": (a) avaliar prioridades em 10 doenças de alta carga, (b) acelerar o desenvolvimento de 10 medicamentos prioritários e (c) fortalecer os ecossistemas de medicina pediátrica em 10 países.[52]

Transtorno depressivo maior

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) anunciou a realização do webinário do Projeto TDM que aborda o cuidado às pessoas com transtorno depressivo maior, no âmbito da atenção primária à saúde. A Wonca destaca que se trata de um curso individualizado, de acesso gratuito e disponível em inglês, espanhol, português e japonês. Projetado para médicos de família e equipes de cuidados primários, o curso oferece ferramentas práticas e culturalmente responsivas para ajudar os médicos a diagnosticar, gerenciar e apoiar pacientes com transtorno depressivo maior, ao mesmo tempo em que incentiva o autocuidado do médico.[53]

Inovação na gestão hospitalar e transformação digital centrada no ser humano

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) registrou a realização de uma masterclass para seus jovens líderes executivos sobre integração e inovação, oferecida pela Kaiser Permanente. Nessa aula, por meio da apresentação da história, da estrutura organizacional e

dos principais fatores de sucesso da Kaiser Permanente, os participantes mergulharam na esfera de influência de um hospital, além dos cuidados médicos.[54]

A European Public Health Alliance (EPHA) publicou artigo sobre a promoção da inovação digital centrada no ser humano na ampliação do acesso à cuidados em saúde mental por meio de terapias online, aplicativos e intervenções rápidas. Porém, a entidade chamou atenção para os riscos advindos do uso das tecnologias como o excessivo uso de dados e o isolamento social, considerando que para que essas inovações sejam eficazes, é fundamental a centralidade no ser humano. [55]

Dia Mundial da Diversidade Cultural

A Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais (WFOT) registrou a passagem do Dia Mundial da Diversidade Cultural, celebrado em 21 de maio. A WFOT salientou que três quartos dos principais conflitos mundiais têm uma dimensão cultural e, portanto, diminuir a distância entre culturas é urgente e necessário para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento. Lembrou que a Unesco adotou, em 2001, a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural e, em dezembro de 2002, a Assembleia Geral da ONU declarou 21 de maio como o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento. Acrescentou que a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em 20 de outubro de 2005, tem quatro objetivos: (a) apoiar sistemas sustentáveis de governança para a cultura, (b) alcançar um fluxo equilibrado de bens e serviços culturais e aumentar a mobilidade de artistas e profissionais da cultura, (c) integrar a cultura em estruturas de desenvolvimento sustentável e (d) promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais.[56]

Saúde cardíaca e preconceito contra pessoas obesas

A World Heart Federation publicou matéria em que destaca que o estigma de pessoas obesas para receber o tratamento adequado está aumentando o risco de doenças cardiovasculares, de acordo com o Relatório Mundial do Coração 2025, lançado pela Cúpula Mundial do Coração[57].

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Meio ambiente

Resiliência climática

A Fundação Gates divulgou a história de Phoebe Mwangangi, agricultora do Quênia, que transformou os desafios das mudanças climáticas em oportunidade ao adotar práticas de agricultura inteligente para o clima, desde "colhendo a água da chuva" ao plantio de sementes resistentes à seca e técnicas de conservação do solo. Sua iniciativa não só garantiu segurança alimentar e renda para sua família, como também inspirou uma rede comunitária: ao longo de cinco safras, com apoio da CGIAR, ela capacitou mais de 500 agricultores — 75% deles mulheres — promovendo resiliência, autonomia financeira e liderança feminina em sua região. Segundo a fundação, sua trajetória mostra que, mesmo diante de um clima em transformação, a adaptação é possível quando conhecimento, solidariedade e ação se unem. [58–60]

A Fundação Gates divulgou a história do professor indiano Chellapilla Bharadwaj, pesquisador e referência no cultivo de grão-de-bico. Ele vem desenvolvendo variedades mais

produtivas e resistentes às mudanças climáticas para beneficiar pequenos agricultores, especialmente os mais afetados por secas e doenças. Utilizando tecnologias genômicas avançadas, criou sementes com raízes profundas, alto rendimento e resistência a pragas, promovendo maior segurança alimentar, renda e resiliência para milhões de agricultores na Índia e em outras regiões vulneráveis do mundo. [61]

A Fundação Gates divulgou entrevista com a economista agrícola queniana Dra. Rebecca Jerop, que está liderando um movimento para reintroduzir grãos tradicionais como o milheto miúdo (finger millet), visando fortalecer a resiliência climática, a segurança alimentar e a nutrição em comunidades rurais do Quênia. Atuando como pesquisadora e professora na Universidade de Laikipia, ela analisa a viabilidade econômica e social dessas culturas esquecidas, promovendo seu cultivo entre pequenos agricultores diante das mudanças climáticas e da perda de produtividade de culturas convencionais como o milho. Para Jerop, resgatar o conhecimento ancestral e adaptá-lo com inovação é fundamental para garantir um futuro sustentável para a agricultura africana. [61,62]

Durante a Ecosperity Week 2025 em Singapura, a Fundação Rockefeller anunciou avanços na iniciativa Coal to Clean Credit (CCCI), que visa substituir usinas a carvão por fontes limpas em países em desenvolvimento. Um projeto-piloto será lançado nas Filipinas, com metodologia aprovada pela certificadora Verra, possibilitando a emissão dos primeiros créditos de transição com alto padrão de integridade. A expectativa é que, até 2030, 60 transições atraiam US$ 110 bilhões em investimentos, gerem milhares de empregos e reduzam custos energéticos. A fundação também destinou US$ 600 mil para fortalecer salvaguardas sociais e ambientais no setor. [63]

Desigualdade de gênero

A Fundação Gates divulgou a história de Ramatu Alhaji Yusuf, agricultora de base familiar e líder comunitária nigeriana, que está transformando sua comunidade ao cultivar variedades melhoradas de feijão-caupi (cowpea) resistentes ao clima e ao liderar uma cooperativa feminina que promove autonomia econômica. Com essas novas sementes desenvolvidas pela CGIAR, Yusuf aumentou a produtividade e a renda, garantindo educação para seus filhos e inspirando mais de 100 mulheres a ingressarem na atividade. A fundação pondera que, em uma sociedade onde normas tradicionais limitam a atuação feminina, ela rompe barreiras “com apoio do marido”, promovendo não apenas colheitas mais abundantes, mas também uma nova visão de liderança e empoderamento para as mulheres rurais. [64]

Financiamento filantrópico

Em 8 de maio de 2025, Bill Gates anunciou que doará toda a sua fortuna nos próximos 20 anos por meio da Fundação Gates, que será encerrada em 2045. Com um compromisso de mais de US$ 200 bilhões, a iniciativa busca acelerar avanços em saúde global, erradicação de doenças, combate à pobreza, inclusão digital e igualdade de gênero. Gates destacou a urgência dos desafios atuais, o potencial das inovações, como a inteligência artificial, e a retração da ajuda internacional como razões para antecipar as doações. Ele concluiu com um apelo para que outros filantropos ampliem seus esforços, marcando essa decisão como o ápice de sua trajetória e um novo capítulo para a filantropia.[58]

Durante uma visita de alto nível a Jacarta em maio de 2025, a Fundação Gates reforçou sua parceria estratégica com a Indonésia, reafirmando o compromisso mútuo de promover saúde, inovação e crescimento inclusivo no país e na região. Bill Gates reuniu-se com o

presidente Prabowo Subianto para discutir avanços em áreas prioritárias como vacinação, fortalecimento da atenção primária, nutrição, inclusão financeira, inovação agrícola e infraestrutura digital pública. A fundação apoia a ampliação da capacidade de produção local de vacinas — especialmente por meio da colaboração com a Bio Farma (estatal indonésia) — e iniciativas voltadas à equidade no acesso à saúde. Também participou de uma mesa-redonda com lideranças filantrópicas indonésias para fomentar doações locais e desenvolvimento sustentável. [58,59]

Vacinação

Segundo estudo divulgado pela GAVI, The Vaccine Alliance, pesquisadores desenvolveram uma vacina experimental contra o HIV que, com "precisão atômica", ativa células B germinativas capazes de evoluir para produzir anticorpos amplamente neutralizantes. Essa abordagem inovadora representa um avanço significativo na busca por uma vacina eficaz contra o HIV, visando superar a alta variabilidade do vírus.[65]

A vacina M72/AS01E, em estágio avançado de desenvolvimento, mostra potencial para ser a primeira nova vacina contra a tuberculose em um século, oferecendo proteção significativa para adolescentes e adultos. Segundo a GAVI, The Vaccine Alliance, estudos sugerem que sua implementação poderia prevenir centenas de milhares de mortes e gerar benefícios econômicos substanciais até 2050. A GAVI, a partir do financiamento de estudos como os do tema, reforça seu posicionamento de que a inovação em vacinas deve ser acompanhada de investimentos estratégicos em acesso equitativo, planejamento logístico e fortalecimento dos sistemas de saúde. A organização destaca que a tuberculose continua especialmente em países de baixa e média renda, e que uma nova vacina representa uma oportunidade histórica para transformar esse cenário.[66]

A GAVI, The Vaccine Alliance afirma que virologistas de mais de 40 países alertam para o risco crescente de uma pandemia causada pelo vírus H5N1 da gripe aviária, que apresenta alta taxa de mortalidade e capacidade de infectar mamíferos. Eles destacam lacunas críticas na vigilância e na preparação global, enfatizando a necessidade urgente de fortalecer a biossegurança, desenvolver vacinas e estabelecer planos de resposta eficazes para evitar uma catástrofe de saúde pública.[67]

Acordo Pandêmico

A GAVI, The Vaccine Alliance saúda a adoção do novo Acordo sobre Pandemias, que visa fortalecer a preparação e resposta global a emergências de saúde. A organização destaca a importância de garantir acesso equitativo a vacinas e outros recursos essenciais, especialmente para países de baixa e média renda, promovendo uma abordagem mais justa e eficaz no enfrentamento de futuras pandemias.[68]

EVENTOS

A Fós Feminista comunicou que, no dia 27 de maio, às 14h30 (UTC), será lançado um novo manual com ferramentas para avaliar e fortalecer as competências docentes na Educação Integral em Sexualidade (EIS), com foco em igualdade de gênero, direitos humanos e interculturalidade. O webinar, de acesso aberto e disponível em inglês, espanhol, francês e português, apresentará ferramentas práticas para identificar competências-chave, traduzi-las em práticas observáveis e mensuráveis, e promover reflexão, aprendizagem e crescimento

profissional. O evento é aberto a educadores, formadores, defensores e aliados da EIS, tanto no ensino presencial quanto online.[69]

O webinar "Cultures that Work", promovido pela World Federation for Mental Health, em 3 de junho de 2025, abordará estratégias para criar ambientes de trabalho seguros e inclusivos. O evento destaca a importância de promover culturas organizacionais que priorizem a saúde mental, incentivem a comunicação aberta e fortaleçam a confiança nas equipes. Especialistas compartilharão insights sobre práticas eficazes para líderes e organizações que desejam construir espaços psicologicamente seguros, contribuindo para o bem-estar coletivo e a produtividade sustentável. [70]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O informe evidencia a atuação diversificada das Organizações da Sociedade Civil diante das crises interligadas que afetam a saúde global. Conflitos armados, como os de Gaza, Sudão e Ucrânia, expõem violações graves do Direito Humanitário Internacional, com bloqueios de ajuda, ataques a civis e o uso da fome como arma de guerra. Paralelamente, o colapso da assistência humanitária, agravado por cortes orçamentários e políticas de austeridade, deixa milhões sem acesso a serviços básicos, como nutrição e cuidados de saúde, especialmente em países como Somália e Mianmar. As mudanças climáticas intensificam essas crises, deslocando populações e ameaçando modos de vida tradicionais, como visto na Mongólia.

Enquanto as OSC de interesse público concentram-se em denúncias de violações de direitos humanos e respostas emergenciais em zonas de conflito, as de interesse privado como as fundações Gates e Rockefeller priorizam inovações tecnológicas e projetos de resiliência climática. Essa dualidade reflete um debate mais amplo sobre justiça global: as soluções técnicas, embora necessárias, não substituem a pressão política por equidade, como evidenciado nas críticas ao Acordo Pandêmico, que avançou em princípios de compartilhamento de vacinas, mas falhou em enfrentar monopólios farmacêuticos. A saúde global, portanto, permanece um campo de disputa entre interesses corporativos, de Estados e da sociedade civil.

A 78ª Assembleia Mundial da Saúde reforçou a urgência de ações multilaterais, mas a efetividade dessas medidas dependerá do compromisso político e da pressão contínua por justiça social. A participação de pacientes e comunidades afetadas, como no caso das pessoas vivendo com HIV, reforça a necessidade de respostas centradas nas pessoas, não apenas em modelos tecnocráticos.

Por fim, destaca-se que, sem cooperação global e investimentos sustentáveis, as soluções técnicas e humanitárias permanecerão insuficientes para enfrentar crises cada vez mais complexas. Portanto, é essencial o fortalecimento da governança internacional, garantia do financiamento adequado e ampliação da participação das comunidades vulneráveis nas decisões.

REFERÊNCIAS

1. May 7. ActionAid entirely rejects plans for Israeli authorities to control and condition aid in Gaza [Internet]. ActionAid International. [cited 2025 May 21]. Available from: https://actionaid.org/news/2025/actionaid-entirely-rejects-plans-israeli-authorities-control-and-condition-aid-gaza

2. Gaza está sendo asfixiada pelas forças israelenses [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 May

21]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/gaza-esta-sendo-asfixiada-pelas-forcas-israelenses/

3. PI. Israel Is Attacking Aid Ships to Gaza — Again [Internet]. Progressive International. 2025 [cited 2025 May 20]. Available from: https://progressive.international/wire/2025-05-07-israel-is-attacking-aid-ships-to-gaza--again/en

4. MSF denuncia catástrofe humanitária causada por cerco à Gaza [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/msf-denuncia-catastrofe-humanitaria-causada-por-cerco-a-gaza/

5. WMA. World Medical Association calls on the Israeli Government to ensure humanitarian aid reaches Gaza [Internet]. 2025 [cited 2025 May 20]. Available from: https://www.wma.net/news-post/world-medical-association-calls-on-the-israeli-government-to-ensure-humanitarian-aid-reaches-gaza/

6. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/gaza-nearly-every-single-child-risk-famine-save-children

7. El hospital de campaña de la Cruz Roja a un año de su inauguración Un recurso vital y un crudo recordatorio en Gaza [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.icrc.org/es/articulo/hospital-campana-cruz-roja-un-ano-inauguracion-recurso-vital-crudo-recordatorio-gaza

8. República Democrática del Congo: 1.359 miembros desarmados de las fuerzas gubernamentales y sus familiares llegan a salvo a Kinsasa con el apoyo del CICR [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/republica-democratica-congo-1359-miembros-desarmados-fuerzas-gubernamentales-familiares-llegan-kinsasa-apoyo-cicr

9. Burundi: las familias que huyen de la violencia padecen la agonía de la separación [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.icrc.org/es/articulo/burundi-las-familias-que-huyen-de-la-violencia-padecen-la-agonia-de-la-separacion

10. Presidenta del CICR: Respetar el DIH es esencial para romper el círculo vicioso del conflicto armado en RD Congo [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/presidenta-cicr-respetar-dih-esencial-para-romper-circulo-vicioso-conflicto-armado-Congo

11. Sudão: pessoas deslocadas após ataque em Zamzam relatam precariedade e violência [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/sudao-pessoas-deslocadas-apos-ataque-em-zamzam-relatam-precariedade-e-violencia/

12. “Temia pela minha vida, da população, dos pacientes e da equipe” [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/temia-pela-minha-vida-da-populacao-dos-pacientes-e-da-equipe/

13. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/ukraine-april-marks-deadliest-month-children-nearly-3-years

14. México: cresce número de atendimentos a sobreviventes de violência extrema [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/mexico-cresce-numero-de-atendimentos-a-sobreviventes-de-violencia-extrema/

15. IPPNW. India and Pakistan must now take steps for lasting peace in the region [Internet]. IPPNW peace and health blog. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://peaceandhealthblog.com/2025/05/19/india-and-pakistan-must-now-take-steps-for-lasting-peace-in-the-region/

16. World Vision. World Vision [Internet]. LinkedIn. [cited 2025 May 16]. Available from: http://wvi.org/annual-report-2024

17. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/somalia-over-55000-children-risk-illness-and-death-aid-cuts-force-nutrition-centres-close

18. May 20. Crippling budget cuts leave Africa's public sector workers underpaid, overworked and struggling to make ends meet [Internet]. ActionAid International. [cited 2025 May 21]. Available from: https://actionaid.org/news/2025/crippling-budget-cuts-leave-africas-public-sector-workers-underpaid-overworked-and

19. Terremoto em Mianmar: famílias ainda vivem em abrigos provisórios [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/terremoto-em-mianmar-quase-dois-meses-depois-familias-ainda-vivem-em-abrigos-provisorios/

20. "O que eu testemunhei em Mianmar me tocou como profissional e como ser humano" [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/o-que-eu-testemunhei-em-mianmar-me-tocou-como-profissional-e-como-ser-humano/

21. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/children-mongolia-swap-herds-curds-climate-change-threatens-traditional-way-life

22. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/k-pop-stars-wear-save-childrens-save-one-bracelet-support-children-affected-climate-disasters

23. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/climate-change-third-5-year-olds-will-be-spared-unprecedented-lifetime-exposure-dangerous-heat

24. Tavares V. Ação da ACT chama a atenção dos impactos das indústrias do álcool, tabaco e ultraprocessados ao meio ambiente em Copacabana [Internet]. ACT. 2025 [cited 2025 May 20]. Available from: https://actbr.org.br/meio-ambiente-acao-em-copacabana/7567/

25. PI. PI Briefing | The Oilworkers' Plan [Internet]. Progressive International. 2025 [cited 2025 May 20]. Available from: https://progressive.international/wire/2025-05-10-pi-briefing-no-17-the-oilworkers-plan/en

26. The Global Health Council. Climate Change & Health [Internet]. LinkendIn. 2025 [cited 2025 May 16]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_wha78-activity-7329234403807686656-7HiH

27. The Global Health Council. On Our Way to WHA78 [Internet]. The Global Health Council. [cited 2025 May 16]. Available from: https://ow.ly/xqjT50VTvfp

28. WMA. WMA Urges Stronger Global Action on Health Workforce as WHA78 Considers Key Resolution [Internet]. 2025 [cited 2025 May 20]. Available from: https://www.wma.net/news-post/wma-urges-stronger-global-action-on-health-workforce-as-wha78-considers-key-resolution/

29. WMA. Invest in health professionals for cost-effective, quality care, says WHPA [Internet]. 2025 [cited 2025 May 20]. Available from: https://www.wma.net/news-post/invest-in-health-professionals-for-cost-effective-quality-care-says-whpa/

30. @gnpplus is... - Global Network of People living with HIV (GNP+) [Internet]. [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.facebook.com/GNPplus/posts/pfbid02ZMaPRcoLYcuQjLuNusK8zvBV4PJTsCKYMoAoXVypQsFgc3P2mADhqnhVavFxoG8el

31. PHM. People's Health Movement. PHM calls for urgent action to preserve, protect, and enhance the work of the World Health Organization [Internet]. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://phmovement.org/phm-calls-urgent-action-preserve-protect-and-enhance-work-world-health-organization

32. Official Side Event at UN Palais des Nations [Internet]. [cited 2025 May 22]. Available from: https://www.iapo.org.uk/node/15714

33. Official Side Event at UN Palais des Nations [Internet]. [cited 2025 May 22]. Available from: https://www.iapo.org.uk/node/15714

34. Multisectoral action rooted in lived experience essential for advancing equity in the NCD response [Internet]. NCD Alliance. 2025 [cited 2025 May 22]. Available from: https://ncdalliance.org/news-events/news/multisectoral-action-rooted-in-lived-experience-essential-for-advancing-equity-in-the-ncd-response

35. Reflections from the Multistakeholder Hearing on NCDs and Mental Health held on 2nd May 2025 [Internet]. NCD Alliance. 2025 [cited 2025 May 22]. Available from: https://ncdalliance.org/news-events/blog/reflections-from-the-multistakeholder-hearing-on-ncds-and-mental-health-held-on-2nd-may-2025

36. CORE Group. "DIV's app helps Deaf youth access health info in Uganda" [Internet]. LinkedIn. 2025 [cited 2025 May 16]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_ministryofhealth-srhr-digitalhealth-activity-7323756852792410112-ltH6

37. The Global Health Council. UN report: Maternal mortality drops 40% but progress slows [Internet]. The Global Health Council. 2025 [cited 2025 May 16]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_the-uns-latest-report-on-maternal-mortality-activity-7324130907517325313-iGI8

38. Feminista F. Relatório Anual [Internet]. Fòs Feminista. [cited 2025 May 16]. Available from: https://bit.ly/3RPXBby

39. Feminista F. Tabasco despenalizó el aborto [Internet]. LinkedIn. 2025 [cited 2025 May 16]. Available from: https://es.linkedin.com/posts/fos-feminista_tabasco-avanza-esta-semana-con-33-activity-7329215319703482369-CkeE

40. May 16. Reports of sexual violence in Eastern DRC surge by almost 700% in March as armed conflict intensifies – ActionAid [Internet]. ActionAid International. [cited 2025 May 21]. Available from: https://actionaid.org/news/2025/reports-sexual-violence-eastern-drc-surge-almost-700-march-armed-conflict-intensifies

41. Pandemic Agreement could prevent "deadly greed and nationalism of COVID-19" [Internet]. People's Medicines. 2025 [cited 2025 May 20]. Available from: https://peoplesmedicines.org/resources/media-releases/pandemic-agreement-could-prevent-deadly-greed-and-nationalism-of-covid-19/

42. Public-Citizen. Despite Deadly U.S. Neglect, WHO Members Choose Health and Justice [Internet]. Public Citizen. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.citizen.org/news/despite-deadly-u-s-neglect-who-members-choose-health-and-justice/

43. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. WHO Pandemic Agreement Adoption at the 78th WHA [Internet]. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_who-pandemic-agreement-adoption-at-the-78th-activity-7330849518374096896-JiTp

44. PHM. People's Health Movement. World Health Assembly 78: After 3 years of negotiations, the WHO adopts an international agreement to prevent pandemics [Internet]. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://phmovement.org/world-health-assembly-78-after-3-years-negotiations-who-adopts-international-agreement-prevent

45. SHEM. HL.49 - From Global Rhetoric to Measurable Transformation [Internet]. 2025 [cited 2025 May 20]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/sustainablehealthequity_hl49-from-global-rhetoric-to-measurable-activity-7330384180117245952-2thd

46. Public-Citizen. FDA Officials Unwisely Limit COVID-19 Vaccine Availability [Internet]. Public Citizen. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.citizen.org/news/fda-officials-unwisely-limit-covid-19-vaccine-availability/

47. Public Citizen Petitions OSHA and CMS to Implement Work-Hour Regulations for Resident Physicians [Internet]. Public Citizen. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.citizen.org/news/public-citizen-petitions-osha-and-cms-to-implement-work-hour-regulations-for-resident-physicians/

48. Citizen P. FDA Should Quickly Finalize Proposed Order to Remove Ineffective Oral Phenylephrine [Internet]. Public Citizen. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.citizen.org/news/fda-should-quickly-finalize-proposed-order-to-remove-ineffective-oral-phenylephrine/

49. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Life Course Immunization: Why Lifelong Vaccination is Essential for Public Health [Internet]. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.wfpha.org/life-course-immunization/

50. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. “Indigenous-led solutions for Māori health” [Internet]. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_publichealth-futurethinking-indigenoushealth-activity-7330166614526443521-JhQA

51. IAP. InterAcademy Partnership. Safeguarding Scientific Data in Times of Crisis! [Internet]. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_a-unique-opportunity-to-gain-insights-activity-7329228696504942592-bglX

52. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. Paediatric medicines Neglected Diseases [Internet]. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_paediatricmedicines-wha78-neglecteddiseases-activity-7330983152066191360-lB1Z

53. WONCA. World Organozation of Family Doctors. MDD Project [Internet]. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_wfdd2025-activity-7329120712835633152-H60f

54. IHF. International Hospital Federation. Hospital Management [Internet]. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_ihfyel2025-healthcareleadership-hospitalmanagement-activity-7330987230146015232-8TXW

55. De Frutos Lucas J. Advancing Human-Centred Innovation for Mental Wellbeing - EPHA. [cited 2025 May 24]; Available from: https://epha.org/advancing-human-centred-innovation-for-mental-wellbeing/

56. WFOT. World Federation of Occupational Therapists. World Day for Cultural Diversity for Dialogue and Development | 21 May 2025 [Internet]. World Federation of Occupational Therapists; 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://wfot.org/news/2025/world-day-for-cultural-diversity-for-dialogue-and-development

57. Bias and inadequate treatment threaten heart health for millions facing obesity and CVD risk, warns [Internet]. World Heart Federation. 2025 [cited 2025 May 22]. Available from: https://world-heart-federation.org/news/bias-and-inadequate-treatment-threaten-heart-health-for-millions-facing-obesity-and-cvd-risk-warns-world-heart-federation/

58. Gates B. My new deadline: 20 years to give away virtually all my wealth [Internet]. Gates Foundation; 2025 [cited 2025 May 19]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/next-chapter

59. Indonesia and the Gates Foundation Strengthen Partnership to Expand Access to Health, Innovation, and Inclusive Growth [Internet]. Gates Foundation; 2025 [cited 2025 May 19]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/media-center/press-releases/2025/05/indonesia-partnership-

accelerate-progress

60. Meet the Kenyan farmer helping her community grow food in a changing climate [Internet]. Gates Foundation; 2025 [cited 2025 May 19]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/empowering-resilient-food-production

61. Chikava E. How an Indian scientist is developing climate-resilient chickpeas [Internet]. Gates Foundation; 2025 [cited 2025 May 19]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/chickpea-variety-innovator

62. A Kenyan agricultural economist is reviving ancient grains to boost climate resilience [Internet]. Gates Foundation; 2025 [cited 2025 May 19]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/ancient-grains-economist

63. Rockefeller Foundation Announces Latest Steps to Accelerate Community-Focused Energy Transition Projects [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2025 [cited 2025 May 19]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-announces-latest-steps-to-accelerate-community-focused-energy-transition-projects/

64. The cowpea farmer breaking norms in Nigeria [Internet]. Gates Foundation; 2025 [cited 2025 May 19]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/cowpea-variety-farmer

65. Geddes L. Atomic precision: Pioneering HIV vaccine triggers key immune response [Internet]. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/atomic-precision-pioneering-hiv-vaccine-triggers-key-immune-response

66. Geddes L. How new vaccines could revolutionise our relationship with tuberculosis [Internet]. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/how-new-vaccines-could-revolutionise-our-relationship-tuberculosis

67. Joi P. Prepare for a bird flu pandemic now, virologists urge [Internet]. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/prepare-bird-flu-pandemic-now-virologists-urge

68. Gavi welcomes adoption of the Pandemic Agreement [Internet]. 2025 [cited 2025 May 21]. Available from: https://www.gavi.org/news/media-room/gavi-welcomes-adoption-pandemic-agreement

69. Feminista F. Teaching competencies in CSE [Internet]. LinkedIn. 2025 [cited 2025 May 16]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_how-can-we-better-support-educators-delivering-activity-7328108765679955969-lzE2

70. World Federation for Mental Health [Internet]. [cited 2025 May 19]. Available from: https://wfmh.global/news/2025.25-05-12_webinar-cultures-that-work

Dívida Colonial, Sistemas de Saúde em Colapso: A Luta por Responsabilidade – e os Acordos Necessários para Garanti-la

Colonial Debt, Collapsing Health Systems: The Fight for Accountability – and the Agreements We Need to Deliver It

Rafaela Venturella De Negri
Armando De Negri Filho

Abstract. *This report, number 9 of 2025, addresses our two central themes: the political-economic landscape and global health challenges. In the first, the spotlight is on the debt crisis, with South Sudan as a case study, where a British court ordered the payment of $657 million to Afreximbank—consuming 47% of the country's public revenue—while exacerbating a polycrisis of conflict, famine, and climate disasters. We feature insights from scholar-activists critiquing the global financial architecture for perpetuating colonial inequalities and proposing reforms, such as the already suggested Sovereign Debt Convention. In health, the focus is on the 78th World Health Assembly (WHA78), particularly the adoption of the Pandemic Agreement. However, we highlight its gaps, as pointed out by CSOs in their statements. Simultaneously, we denounce the genocide in Gaza, where starvation and the destruction of hospitals are deepening the humanitarian catastrophe.Both issues underscore the urgent need for effective multilateralism and socio-economic justice.*

Keywords: *Debt crisis. UN Debt Convention. Palestine. South Sudan. WHA. Pandemic Accord.*

Resumo. Este informe, número 9 de 2025, aborda nossos dois eixos centrais: o panorama político-econômico e os desafios globais de saúde. No primeiro, destaca-se a crise da dívida, tendo o Sudão do Sul como exemplo, com um tribunal britânico ordenando o pagamento de 657 milhões de dólares à Afreximbank, consumindo 47% da receita pública do país — agravando uma policrise de conflitos, fome e desastres climáticos. Trazemos ativistas da academia para criticar a arquitetura financeira global por perpetuar desigualdades coloniais e expor possíveis reformas, como a já proposta Convenção sobre Dívida. Na saúde, a 78ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA78) é o assunto do momento, com a aprovação do Acordo Pandêmico. Porém, exibimos as lacunas apontadas pela SCO no documento. Paralelamente, denuncia-se o genocídio em Gaza, onde a fome e a destruição de hospitais aprofundam a crise humanitária. Ambos os temas revelam a urgência de multilateralismo efetivo e justiça socioeconômica.

Palavras-chave: Crise da dívida. Convenção de Dívida das Nações Unidas. Palestina. Sudão do Sul. AMS. Acordo Pandêmico.

Panorama político-econômico

Abrimos este primeiro bloco com uma notícia do dia 15 de maio que diz respeito à insustentabilidade da crise da dívida. Conforme reportagem veiculada pela *Debt Justice UK* o Sudão do Sul foi ordenado pela corte superior de Londres a pagar *Afreximbank (African Export–Import Bank)* o montante total do empréstimo feito durante a pandemia do COVID-19. Em 2019

o governo sul sudanes fez um empréstimo de 400 milhões de dólares para investir em "infraestrutura para o comércio", em agosto de 2020, mais 63 milhões foram emprestados para serem usados em "suporte pandêmico", somados a mais 193 milhões em dezembro do mesmo ano. A condicionalidade de pagamento dos *loans* já é conhecida, esse tipo de operação envolve o pagamento do montante total emprestado, mais juros, com valor total cobrado - 657 milhões - tendo juros que variaram, entre os anos dos empréstimos, de 7.5% a 12%. O apontado pela *Debt Justice UK* e pelos especialistas em dívida citados no documento, é que 1) o montante total responde a 47% da receita pública do país 2) o Sudão do Sul atualmente enfrenta uma séria policrise, uma combinação de desastres climáticos, retorno de refugiados e deslocados internos, junto de fome e surtos de doenças.

"African Sovereign Debt Justice Network (Rede Africana pela Justiça da Dívida Soberana)

"O país encontra-se em um grave estado de decomposição política devido ao conflito prolongado, o que dificulta seu engajamento pleno na batalha legal contra o Afreximbank. Sem dúvida, qualquer escalada no cenário político e de segurança pode prejudicar ainda mais as negociações do Sudão do Sul com credores como o Afreximbank... O caso do Afreximbank ilustra os desafios enfrentados pelas nações africanas para gerir a dívida soberana enquanto equilibram desenvolvimento econômico e estabilidade política."

James Wani (Diretor Nacional da Christian Aid no Sudão do Sul)

"Neste contexto, o governo não pode — nem deve — priorizar o pagamento de dívidas onerosas em detrimento de investimentos nas necessidades básicas da população. No entanto, em vez de obter alívio da dívida para lidar com estas crises, nosso país está sendo processado pelo credor. Isso é intolerável."

Heidi Chow (Diretora Executiva da Debt Justice)

"A dívida do Sudão do Sul ao Afreximbank é regida pela lei inglesa. Portanto, é responsabilidade do governo britânico alterar a legislação para impedir que credores comerciais usem os tribunais ingleses para forçar países como o Sudão do Sul a desviar recursos urgentemente necessários para o pagamento de dívidas."

Maria Finnerty (Economista-Chefe da CAFOD)

"O custo desta decisão para o Sudão do Sul é imenso. Ao não promulgar uma lei de justiça da dívida, o governo do Reino Unido permitiu um fluxo líquido significativo de recursos de um dos países mais frágeis e empobrecidos do mundo para credores privados lucrativos."

O time legal do banco afirma que a questão é "técnica", sendo a lógica de empréstimo - dívida - pagamento incontestável, o que foi julgado como aceitável pela Corte. Como contrapartida, trazemos o recém publicado pela *International Society for Development* (23 de maio) artigo de Bohoslavsky,Laskaridis e Prato "An International Debt Architecture and Debt Sustainability Assessments as if People and Planet Mattered". O documento aponta como a armadilha da dívida está no "centro" da arquitetura do nosso sistema financeiro internacional e como a questão não deve ser apenas técnica, mas sim política, engajamento mais atores do que apenas economistas e tecnocratas das instituições financeiras.

"No nível macroeconômico, é essencial situar a dívida soberana em um contexto mais amplo, que inclua a dívida ecológica e colonial, bem como o legado colonial e pós-colonial que condiciona a estrutura de muitas economias do Sul. A integração desigual no sistema monetário

e financeiro internacional alimenta uma maior propensão ao endividamento, financiando, por vezes, gastos recorrentes em vez de investimentos em infraestrutura social e física. A escassez de alternativas viáveis deixa às economias do Sul poucas opções além do endividamento crescente. Quando analisado nesse contexto amplo — e considerando as transferências líquidas negativas recentes —, é paradoxal que os países em desenvolvimento estejam presos em crises de dívida, quando, na realidade, são credores líquidos, e não devedores.

No nível microeconômico, o pagamento da dívida pode acabar se tornando um fardo para toda a população, especialmente os grupos mais vulneráveis, independentemente de os benefícios do empréstimo terem de fato chegado até eles. A legitimidade e a legalidade da dívida são, portanto, dimensões críticas que não podem ser ignoradas.

Para agravar a situação, muitos elementos imprevisíveis podem gerar choques exógenos que afetam profundamente a capacidade de pagamento. Além de terremotos, eventos climáticos extremos e catástrofes relacionadas são exemplos notáveis de como os países em desenvolvimento são severamente impactados por fenômenos de origem humana aos quais, em muitos casos, não contribuíram.

Os efeitos transnacionais decorrentes das ações do Global Norte têm impactos globais que moldam os ciclos de endividamento enfrentados pelo Sul Global. A política de flexibilização quantitativa (QE), adotada em resposta à crise financeira global, e o aumento abrupto das taxas de juros em 2023-24 para conter a inflação doméstica nos países ricos ilustram vividamente como políticas macroeconômicas alheias — sobre as quais os países em desenvolvimento não têm influência nem responsabilidade — determinam a sustentabilidade da dívida no Sul Global. (...)

Os critérios e metodologia regularmente utilizados pelas Instituições Financeiras Internacionais para avaliar a sustentabilidade da dívida permitem que dívidas cujo pagamento integral claramente ameaça o desenvolvimento, a soberania, o meio ambiente e os direitos humanos ainda sejam consideradas 'sustentáveis'. As Análises de Sustentabilidade da Dívida (ASDs) nem sempre capturam as complexidades fiscais, financeiras, de desenvolvimento, ambientais e de direitos humanos que são pertinentes para avaliar como a sustentabilidade da dívida evoluirá, e essa falha beneficia amplamente os credores. Se a sustentabilidade não estiver em jogo, não há necessidade de alívio da dívida."

Por fim, o artigo aponta o peso que a 4FfD carrega, como potencial evento de convergência de esforços da sociedade civil e da academia engajada para mobilizar reformas internacionais.

“Essas ideias e descobertas refletem argumentos e reivindicações de longa data que a sociedade civil e o Sul Global vêm defendendo há décadas, na tentativa de reequilibrar as assimetrias de poder que são consolidadas e exacerbadas pela atual arquitetura financeira internacional. Os componentes destacados e explicados ao longo desta revista precisam ser integrados em uma nova narrativa sobre dívida soberana e em um marco legal multilateral abrangente. Daí a oportunidade oferecida pela Quarta Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4)Footnote1 e, mais amplamente, pela Assembleia Geral da ONU, para tomar medidas decisivas e colocar isso em movimento. Como muitos artigos sugeriram, é essencial fazer a transição de uma arquitetura de dívida centrada no credor para uma governança da dívida verdadeiramente multilateral e democrática. Sem regras vinculantes e democraticamente estabelecidas que regulem as questões da dívida - regras estas

explicitamente projetadas para promover os direitos humanos, a saúde planetária e o desenvolvimento - por que deveríamos esperar que as dinâmicas existentes produzissem e facilitassem os direitos humanos e o desenvolvimento? As regras importam, e elas precisam evoluir na direção de um mundo melhor para todos."

O artigo resgata algumas das ideias apresentadas pelo relatório de novembro de 2024 da *EURODAD*, que argumentava a necessidade de criar uma Framework Convention on Sovereign Debt (já mencionada no informe passado) firmada dentro das Nações Unidas. O relatório também apontava a 4FfD como momento ideal para essa discussão. A seção 9 do relatório se dedica a explorar o que a sociedade civil gostaria de ver na convenção da dívida:

"A proposta da sociedade civil para uma convenção sobre dívida argumenta que um novo marco legal vinculante deve abordar pelo menos as seguintes reformas:

• Mecanismo Multilateral de Resolução de Dívida Soberana

• Princípios vinculantes de empréstimo e tomada de empréstimos responsáveis

• Mecanismo automático para suspensão de pagamentos da dívida em caso de choques climáticos e outras crises externas

• Criação de um registro global de transparência da dívida

• Novos quadros independentes de sustentabilidade da dívida

• Promoção de reformas legislativas domésticas para gestão da dívida, empréstimos e financiamentos responsáveis, e contribuição para uma resolução efetiva da dívida.

• Regulação e supervisão de instituições financeiras, incluindo a indústria de gestão de ativos e agências de classificação de crédito (CRAs)"

Numa outra batalha jurídica, boas notícias: pela primeira vez na história, um tribunal pode decidir que um emissor de gases estufa é legalmente responsável por seu papel de contribuição na crise climática, um novo passo na busca por responsabilização corporativa. O Tribunal Regional Superior em Hamm, na Alemanha, irá anunciar seu veredito sobre o caso Sául X RWE (megaempresa energética) no próximo dia 30.

O processo começou em 2015, quando Saúl Luciano Lliuya, um agricultor peruano residente em Huaraz, Peru, buscou o Tribunal Distrital de Essen para ajuizar ações contra a RWE, a maior produtora de eletricidade da Alemanha. O Tribunal Distrital indeferiu a ação, Saúl apresentou uma apelação e o caso foi enviado ao Tribunal Regional. O civil - que buscou no Tribunal proteger seu povoado - alega que a RWE conscientemente contribuiu para as mudanças climáticas ao emitir volumes substanciais de gases de efeito estufa e que, com isso, tem responsabilidade pelo derretimento de geleiras nas montanhas perto de cidade de Huaraz. O derretimento provocou o surgimento de Palcacocha, um lago glacial que pode inundar a cidade. Por isso, Saúl pede indenização para construção de proteções e barragens. Saúl foi auxiliado pela ONG GermanWatch. A resolução do dia 30 poderá ser acompanhada ao vivo pelo canal do advogado e ativista Seb Duyck (*Center for International Environmental Law*).

O julgamento final da ação acontecerá 15 dias após o anúncio de uma nova convençãoe europeia para o Clima. Uma "*game changer*" como foi descrita pelos envolvidos, a *Convention on the Protection of the Environment through Criminal Law* é o primeiro acordo internacional juridicamente vinculativo - *binding* - a abordar o crime ambiental, como poluição, substâncias radioativas, manejo incorreto de dejetos, reciclagem industrial, entre outros. A convenção

também tem um parágrafo dedicado à responsabilidade legal de cada nação em efetuar mudanças legislativas internas para a adoção do documento.

"A Convenção foi desenvolvida ao longo de dois anos por especialistas e partes interessadas dos 46 Estados-membros, com contribuições da UE, ONU, INTERPOL e sociedade civil em toda a Europa e além, e aprovada por consenso na reunião do Comitê de Ministros do Conselho da Europa que está ocorrendo atualmente em Luxemburgo."

Saúde

Em saúde, o evento mais comentado da quinzena foi a 78th Assembleia Mundial da Saúde (*WHA*), que aconteceu dos dias 19 a 27 de maio. A Assembleia sempre representa um momento importante para a comunidade internacional, mobilizando a sociedade civil e suas pautas. O *Who - Watch Team* do *People's Dispatch* (*PHM*) levantou, num documento publicado dia 20 de maio, o segundo dia de negociações, as questões mais urgentes e provocativas que formam a policrise e suas intersecções com a saúde global: o problema de financiamento, o genocído palestino, a armadilha da tecnocracia em meio as emergências, o mito da austeridade aliada a IA e o *gap* entre a OMS que temos e a que queremos - e precisamos. A pauta de maior preocupação segue sendo o financiamento e o rombo monetário deixado pela saída dos Estados Unidos, que poderá ser resolvida com a promessa chinesa de doar 500 milhões de dólares nos próximos 5 anos. Mesmo assim, a questão da sustentabilidade financeira da Organização continua sendo crítica.

"A 78ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA78) ocorre em meio a crises globais profundas e interconectadas: do colapso climático e o aprofundamento da desigualdade à austeridade e ao ressurgimento do autoritarismo. A destruição ambiental ameaça vidas, as proteções sociais são erodidas, e líderes de extrema-direita atacam direitos em favor do lucro. Violências armadas e genocidas assolam a África e o Oeste Asiático, enquanto a militarização se espalha pela Europa sob o pretexto de 'segurança.'

Essas condições não são inevitáveis: são o resultado de décadas de decisões políticas e políticas econômicas que priorizam a acumulação de capital em detrimento do cuidado e da igualdade. Austeridade, privatização e desregulamentação corroeram os alicerces da saúde e da justiça. Também esvaziaram as instituições que deveriam salvaguardar a saúde pública global, incluindo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Este ano, a Assembleia se reúne em um cruzamento pivotal: a saúde global continuará servindo aos interesses dos poderosos, ou a OMS poderá ser reclamada como uma instituição verdadeiramente democrática que centraliza justiça, direitos e solidariedade? A escolha ainda está aberta, mas não por muito tempo. A WHA78 deve enfrentar este desafio histórico. A sociedade civil, os Estados-membros e as comunidades devem exigir um caminho mais ousado. (...)

"No cerne da crise enfrentada pela OMS está a questão do financiamento. Criada para defender o direito fundamental à saúde, a OMS foi concebida como um bem público global, uma instituição governada por seus Estados-membros e responsável perante o povo. A saúde, conforme definido na Constituição da OMS, é 'um estado de completo bem-estar físico, mental e social', não meramente a ausência de doença. No entanto, em um mundo de crises climáticas, pandemias e riscos globalizados, pede-se que a OMS faça mais com menos. A instabilidade financeira da organização vem se desenvolvendo há anos. Desde os anos 1990, a proporção de contribuições voluntárias direcionadas de atores privados e países específicos aumentou constantemente. Isso minou a independência da OMS e a transformou em um corpo

fragmentado, dirigido por doadores. A saída dos Estados Unidos sob o presidente Donald Trump deixou um buraco enorme no orçamento da OMS. No entanto, o custo total para preencher essa lacuna é chocantemente baixo: apenas US$ 3 milhões por país. O fato de isso ainda não ter acontecido reflete uma crise política."

O documento termina sinalizando a necessidade da Organização reconhecer o caráter político da saúde - e o papel político da desigualdade no acesso à saúde. Sinaliza também como todas as crises apontadas (financiamento, Gaza, austeridade e IA, as possibilidades encurtadas pela lógica tecnocrata) também são de caráter político.

"A OMS deve confrontar as raízes políticas da desigualdade em saúde. As pessoas precisam de uma organização de saúde que trabalhe para redistribuir poder e recursos econômicos para alcançar saúde para todos, e que coloque soluções lideradas pela comunidade no centro de seu trabalho. Uma organização que reconheça os impactos duradouros do colonialismo, militarismo e ocupação, e que se manifeste quando povos inteiros estão sendo apagados, como está acontecendo agora na Palestina, na República Democrática do Congo e no Sudão. Os Estados-membros devem agir com coragem e comprometer-se a financiar plena e sustentavelmente a OMS por meio de contribuições públicas, colocando fim à era das políticas dirigidas por doadores. Devemos também resistir à terceirização da saúde pública para gigantes tecnológicos privados. A realização dessa visão exigirá liderança corajosa dos Estados-membros, advocacia firme da sociedade civil e um compromisso coletivo com a reimaginação da saúde global. Que a WHA78 seja o ponto de virada. Que seja o momento em que reclamamos a governança da saúde global para muitos, não para poucos."

Acordo pandêmico

Dentro da Assembleia, tivemos a adoção do Acordo Pandêmico no dia 20. Agora que está adotado, o tratado entra em vigor a partir da ratificação e assinatura de no mínimo 60 governos e após uma nova rodada de negociação que irá acontecer em 2026.

A confirmação dividiu opiniões dentro da academia ativista e da sociedade civil organizada. De um lado, o reconhecimento do papel do Acordo em impulsionar o multilateralismo e a saúde global, de outro, críticas sobre a insuficiência e a falta de clareza do documento.

Na semana antes da confirmação da adoção, Nina Schwalbe do Spark Street Adivisors, numa publicação no *British Medical Journal* sinaliza as possibilidades e as constrições do Acordo, reconhecendo seu papel inovador, mas também seus *short comings*.

"O tratado estabelece um marco abrangente para a ação. Ele cobre o que precisa mudar agora e no futuro para construir um sistema mais forte e colaborativo para prevenção, preparação e resposta a pandemias. Embora não seja tão ousado em algumas áreas como inicialmente esperado, compromete os países a fortalecer sistemas de saúde incluindo atenção primária, proteger trabalhadores da saúde, melhorar o acesso a pesquisas e desenvolvimentos financiados publicamente, promover distribuição equitativa e rápida expansão da fabricação de produtos de saúde relacionados a pandemias, incentivar transferência de tecnologia, facilitar cadeias de suprimentos e logística globais, e fortalecer sistemas regulatórios.3 Também será o primeiro compromisso vinculante já feito para combater surtos em sua origem, vinculando saúde humana, animal e ambiental.

Essas medidas, tomadas coletivamente, podem tornar os países à prova de futuro contra ações ou hegemonia de qualquer Estado individual. Elas também apoiam os países a se afastarem de um sistema dependente de confiança e benevolência, que foi malsucedido durante a emergência da covid-19, para um que promove autossuficiência regional e nacional. As medidas fornecem um marco para construção e ajudam a enfrentar impulsionadores de surtos de doenças, como vigilância efetiva, comunicação de risco e confiança comunitária, prevenção de transbordamento animal-humano, e acesso precoce a produtos médicos, incluindo vacinas, para prevenir surtos antes que se tornem emergências de saúde.

O tratado inclui um importante compromisso com compartilhamento de vacinas e preços acessíveis, mas a questão do acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios (PABS) permanece não resolvida. Um sistema PABS obriga países a compartilhar dados de sequenciamento e benefícios que surgem do uso desses dados, como novo desenvolvimento de vacinas. Em outras palavras, se países dão, eles recebem algo em troca. O compartilhamento pela África do Sul de dados de sequenciamento para a variante ômicron durante a covid-19 ilustra falhas anteriores quanto ao PABS; apesar de liberar dados de sequenciamento, a África do Sul recebeu um tapa na cara quando nações ricas proibiram suas viagens, não receberam acesso às vacinas resultantes,5 e, no geral, pagaram preços muito mais altos que países mais ricos. O tratado contém algum texto sobre princípios em torno do PABS, mas os negociadores deixaram os detalhes para um anexo que ainda precisa ser escrito e acordado, com objetivo de aprovação na AMS em maio de 2025. Se aprovado, torna-se parte integral do tratado.

Financiamento é outra deficiência. O texto foca em aumentar financiamento doméstico e mobilizar recursos financeiros adicionais, mas a linguagem sobre exatamente como fazer isso é fraca. Um mecanismo de prestação de contas para garantir que países cumpram seus compromissos também está ausente. Embora monitoramento da implementação seja referenciado, o acordo carece de uma provisão para um órgão independente de conformidade, uma prática rotineira em muitos tratados internacionais."

Numa reportagem publicada também antes da adoção, a *Human Rights Watch* expôs suas frustrações, chamando o acordo de "histórico, mas falho" ao representar um avanço importante na cooperação internacional, mas ignorar os erros cometidos durante a pandemia de COVID-19.

"Embora sua entrada em vigor represente uma melhora em relação ao status quo, o Acordo sobre Pandemias da OMS oferece pouco apoio para garantir sua implementação efetiva, não contendo nem um mecanismo de execução nem obrigações concretas de financiamento. A votação também adia em grande parte a abordagem de um dos fatores fundamentais do impacto devastador da pandemia de Covid-19 nos direitos humanos em países menos ricos: a distribuição desigual de vacinas, terapêuticos e diagnósticos.

'Com surtos de doenças em curso e pandemias futuras inevitáveis, o tratado é um passo muito necessário na direção certa, mas chegar a um acordo significou adiar algumas questões importantes', disse Matt McConnell, pesquisador de justiça econômica e direitos da Human Rights Watch. 'É uma base importante, mas agora não é hora de descansar sobre nossos louros. Se este acordo poderá cumprir sua promessa dependerá de se os governos cumprirão a deles.'

O acordo tem o potencial de reduzir as crescentes desigualdades globais em saúde, bem como a probabilidade e os impactos nos direitos humanos da próxima pandemia, disse a Human

Rights Watch. No entanto, ainda fica muito aquém de abordar a extensão e a escala das violações de direitos humanos que ocorreram durante e por causa da pandemia de Covid-19."

A *Third World Network* publicou um texto parcial - *Embargoed until the Agreement is adopted* - sobre o Acordo, sinalizando pontos de conflito já mencionados pelas outras organizações:

"A adoção do Acordo sobre Pandemias marca o início, não o fim, do debate sobre equidade." Sangeeta Shashikant, coordenadora de programas da Third World Network

Os Estados-Membros reúnem-se na 78ª Assembleia Mundial da Saúde para finalizar e adotar a resolução que estabelece o Acordo sobre Pandemias. A adoção deste Acordo representa um marco após três anos de intensas negociações, profundas divisões e difíceis compromissos. Num mundo marcado por crescentes iniquidades em saúde e fragmentação geopolítica, este resultado deve ser visto como um esforço multilateral inicial para abordar desigualdades globais e promover cooperação internacional para prevenção, preparação e resposta a pandemias. Contudo, o verdadeiro teste está por vir.

As próximas fases de negociação, começando pelo Sistema de Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios (PABS), determinarão se este acordo se tornará uma ferramenta significativa para equidade ou se permanecerá meramente simbólico. Em jogo está a capacidade dos países em desenvolvimento de aceder rapidamente e de forma justa a vacinas, tratamentos e diagnósticos a preços acessíveis durante emergências de saúde, e de concretizar a ambição de uma arquitetura global de saúde mais justa e eficaz que possa prevenir, preparar e responder a pandemias com equidade.

As próximas discussões sobre o PABS oferecem aos Membros da OMS uma rara oportunidade para construir um sistema transparente e responsável, ancorado em regras juridicamente vinculativas para partilha de materiais biológicos e dados de sequência de patógenos com potencial pandémico, aliadas a obrigações executórias de partilha de benefícios. Isto deverá garantir acesso rápido não apenas durante pandemias, mas também em surtos emergentes, antes que escalem para crises globais.

Se estes próximos passos falharem, o mundo poderá enfrentar novamente uma pandemia armado apenas com pouco mais do que promessas vazias, arriscando repetir os fracassos devastadores observados durante a COVID-19."

Palestina

Finalizamos nosso informe falando sobre o genocídio Palestino e a *"man made famine"* que se soma a um complexo social destruído, a falta de hospitais - todos bombardeados e inutilizáveis, marcando a destruição instrumentalizada do sistema de saúde de Gaza.

Segundo novos documentos difundidos pelo Ministério da Saúde (*MoH*), o número de mortes já passa de 50 mil (número que já foi avaliado pelo *The Lancet* como inferior ao número factual). O novo documento tem 1 mil páginas e as primeiras 100 são de nomes de crianças com até 5 anos e as primeiras 18 páginas apenas com crianças menores que 1 ano, como relata o editor da *Drop Site News*.

Majed Abu Ramadan, ministro da saúde desde 2024, também informou os veículos de imprensa que 29 pessoas - crianças e idosos - haviam já padecido devido à fome na semana que marcava os 3 meses de cerco a Gaza, com Israel bloqueando a entrada de comida e ajuda

humanitária. Atualmente, fontes dizem que há a entrada de alimentos e insumos, porém, de forma insuficiente, instrumentalizando o terror e a incerteza.

“Majed Abu Ramadan disse a jornalistas na quinta-feira que os comentários anteriores do chefe de ajuda humanitária da ONU à BBC - de que 14.000 bebês poderiam morrer sem assistência alimentar urgentemente necessária - eram 'muito realistas', mas podem ser subestimativos. Israel permitiu entregas limitadas de ajuda humanitária em Gaza em meio a uma onda de condenação internacional pelo bloqueio total de 11 semanas ao território, que gerou alertas sobre fome em massa."

"Mas funcionários da ONU afirmaram que a ajuda que entra em Gaza está 'muito longe de ser suficiente' para atender às necessidades da população no enclave devastado pela guerra."

Semana passada também foi marcada pelo anúncio de embargo da Espanha e do Reino Unido a Israel, junto dos movimentos de outros países da Europa para cortarem relações.

Para acompanhar o número de mártires, ataques e de grupos atacados e assassinados (jornalistas, trabalhadores da saúde, mulheres, crianças) indicamos o Palestine Datasets - Tech for Palestine Collective

Vozes do Sul Global

Voices of the Global South

Regina Ungerer
Erica Kastrup
Livia Ferreira
Rychard de Lima Monteiro

Abstract: *The highlight of the UNOSSC was the 22nd Session of the High-Level Committee on South-South Cooperation, held from May 27 to 30, under the theme "Accelerating the 2030 Agenda for Sustainable Development: South-South Cooperation as a Driver of Transformation." The session featured five side events that emphasized artificial intelligence as a tool for socioeconomic progress and advancing the Sustainable Development Goals (SDGs).*

Brazil showcased the Floresta+ Amazon Project, a strategic initiative that coordinates teams and community leadership across eight states in the Legal Amazon for environmental conservation and sustainable development. Brazil celebrated the 45th anniversary of Brazil-Mozambique Cooperation and highlighted four projects focused on agriculture and school feeding programs.

The G-77 and China expressed their views on the UN80 Initiative, which aims to bring about a profound transformation of the UN to improve its operational efficiency through a detailed review of its mandate, aligning it with current and future global priorities. The group warned against the dismantling of UN agencies, emphasizing the preservation of institutional expertise and the strengthening of Regional Commissions. They further stressed the importance of ensuring that reforms maintain the organization's multilateral and inclusive character, avoiding austerity measures that could undermine its effectiveness.

At the 78th World Health Assembly, the Non-Aligned Movement held a virtual meeting of Health Ministers, during which Minister Jane Aceng underscored the importance of international cooperation to strengthen health systems, ensure equitable access to vaccines and medicines, and address global challenges, particularly in developing countries. The NAM youth movement highlighted Africa Day.

The South Centre participated in the NAM ministerial meeting, organized a side event during the WHA, and presented papers on health policies, discussing the US' withdrawal from the WHO and the Global Action Plan on Climate Change and Health. The South Centre also addressed issues such as Education, Learning, and the Global Digital Compact.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

Resumen: *El evento destacado del UNOSSC fue la 22ª Sesión del Comité de Alto Nivel sobre Cooperación Sur-Sur, realizada del 27 al 30 de mayo, con el tema "Acelerando la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: la Cooperación Sur-Sur como Motor de la Transformación". El evento contó con cinco sesiones paralelas que enfatizaron la inteligencia artificial como una herramienta para el progreso socioeconómico y el avance de los ODS.*

Brasil destacó el Proyecto Floresta+ Amazônia, una iniciativa estratégica que articula equipos y liderazgos comunitarios en ocho estados de la Amazonia Legal para la conservación ambiental y el desarrollo sostenible. También celebraron los 45 años de la Cooperación Brasil-Mozambique y destacaron cuatro proyectos en las áreas de agricultura y alimentación escolar.

El G-77 y China se pronunciaron sobre la Iniciativa ONU80, que busca una transformación profunda de la ONU para mejorar su eficiencia operativa mediante una revisión detallada de su mandato, alineándolo con las prioridades globales actuales y futuras. El grupo alertó contra el desmantelamiento de agencias de la ONU y enfatizó la preservación de la experiencia institucional y el fortalecimiento de las Comisiones Regionales. Además, resaltaron la importancia de que las reformas mantengan el carácter multilateral e inclusivo de la organización, evitando medidas de austeridad que puedan afectar su eficacia.

En la 78ª Asamblea Mundial de la Salud, el MNA llevó a cabo la reunión virtual de Ministros de Salud, en la cual la ministra Jane Aceng destacó la cooperación internacional para fortalecer los sistemas de salud, garantizar el acceso equitativo a vacunas y medicamentos, y enfrentar desafíos globales, especialmente en los países en desarrollo. El movimiento juvenil de los No Alineados destacó el Día de África.

El Centro Sur participó en la reunión ministerial del MNA, organizó una reunión paralela durante la Asamblea y presentó artículos sobre políticas de salud, debatió la salida de Estados Unidos de la OMS y el Plan de Acción Global sobre Cambio Climático y Salud. El Centro Sur también abordó temas como Educación, Aprendizaje y el Pacto Digital Global.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

Resumo: O destaque do UNOSSC foi a 22ª Sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, realizada entre 27 e 30 de maio, com o tema “Acelerando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: a Cooperação Sul-Sul como Motor da Transformação”. O evento contou com cinco sessões paralelas que enfatizaram a inteligência artificial como ferramenta para o progresso socioeconômico e o avanço dos ODS.

O Brasil evidenciou o Projeto Floresta+ Amazônia, iniciativa estratégica que articula equipes e lideranças comunitárias em oito estados da Amazônia Legal para conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Também foram celebrados os 45 anos da Cooperação Brasil-Moçambique e destacou quatro projetos nas áreas de agricultura e alimentação escolar.

O G-77 e a China se manifestaram sobre a Iniciativa ONU80, que visa uma transformação profunda da ONU para melhorar sua eficiência operacional por meio da revisão detalhada de seu mandato, alinhando-o às prioridades globais atuais e futuras. O grupo alertou contra o desmonte de agências da ONU e enfatizou a preservação da expertise institucional e o fortalecimento das Comissões Regionais. Ressaltaram ainda a importância de que as reformas mantenham o caráter multilateral e inclusivo da organização, evitando medidas de austeridade que prejudiquem sua eficácia.

Na 78ª Assembleia Mundial da Saúde, o MNA realizou a reunião virtual de Ministros da Saúde, na qual a Ministra Jane Aceng destacou a cooperação internacional para fortalecer sistemas de saúde, garantir acesso equitativo a vacinas e medicamentos, e enfrentar desafios globais, principalmente nos países em desenvolvimento. O movimento jovem dos Não-Alinhados destacou ainda o Dia da África.

O Centro Sul participou da reunião ministerial do MNA, organizou reunião paralela durante a Assembleia e apresentou artigos sobre políticas de saúde, debatendo a saída dos Estados Unidos da OMS e o Plano de Ação Global sobre Mudanças Climáticas e Saúde. O Centro Sul também discutiu temas como Educação, Aprendizagem e o Pacto Digital Global.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques do UNOSSC

22ª reunião do Comitê de Alto Nível da ONU sobre Cooperação Sul-Sul: "**Acelerando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: a Cooperação Sul-Sul como Motor da Transformação**".

A 22ª Sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul foi realizada entre 27 e 30 de maio de 2025, com a finalidade de avaliar os avanços alcançados na implementação do Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento ((BAPA), da Estratégia Novas Direções, do documento final de Nairóbi, resultante da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, bem como do documento final de Buenos Aires, proveniente da segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA+40).

A discussão temática centrada no tema "**Acelerando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: a Cooperação Sul-Sul como Motor da Transformação**" destacou o papel da Ciência, da Tecnologia e da Inovação, incluindo o potencial transformador da Inteligência Artificial, no enfrentamento dos desafios globais de desenvolvimento e na promoção do avanço acelerado dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para ver a Agenda anotada, clique aqui.

Para acessa toda a documentação desta reunião, clique aqui

27 de maio de 2025 – Debate Geral

28 de maio de 2025 – Debate Geral pela manhã e Discussão temática “Acelerando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: a Cooperação Sul-Sul como Motor da Transformação” à tarde. Para ler a nota conceitual, clique aqui.

29 de maio de 2025 – Discussão fechada de grupo

30 de maio de 2025-- Discussão fechada de grupo pela manhã e SESSÃO PLENÁRIA à tarde para:

- ✓ Comemorações dos 30 anos do Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul e lançamento do Relatório Anual do IBAS
- ✓ Aprovação do relatório do Grupo de Trabalho
- ✓ Aprovação da pauta provisória da vigésima terceira sessão do Comitê de Alto Nível
- ✓ Aprovação do relatório do Comitê de Alto Nível sobre sua vigésima segunda sessão

Foram organizados 5 eventos paralelos

28 de maio de 2025 - Cooperação Sul-Sul e Triangular em Dados: Chamado à Ação

Apesar dos desafios globais crescentes e da escassez de recursos, a colaboração em dados e tecnologia oferece importantes oportunidades para acelerar o avanço em objetivos essenciais do Desenvolvimento Sustentável, como clima, saúde e equidade.

Estudos indicam que para cada US$ 1 investido em sistemas de dados, há um retorno médio de US$ 32, potencializado ainda mais por tecnologias como a inteligência artificial e a digitalização de serviços públicos.

Entretanto, muitos países do Sul Global enfrentam dificuldades para aproveitar esse "dividendo de dados", devido à fragmentação dos investimentos e à limitada troca de conhecimento. A Cooperação Sul-Sul e Triangular tem um papel fundamental nesse contexto, promovendo o compartilhamento de experiências e boas práticas para fortalecer as capacidades dos sistemas de dados. Um bom exemplo são os intercâmbios realizados entre Gana, Quênia e Colômbia, por meio da iniciativa “**Torne Dados Inclusivos a Norma**”, que possibilitaram aprendizado mútuo sobre registros de violência de gênero, qualidade dos dados gerados pela população e a incorporação da perspectiva de gênero nos sistemas de dados.

Essa forma de cooperação impulsiona um novo modelo de colaboração para o desenvolvimento, baseado no respeito mútuo e na capacitação técnica, ao unir o conhecimento de institutos de estatística, centros acadêmicos e do setor privado do Sul Global, com o apoio das Agências de Cooperação para o Desenvolvimento do Norte Global. Juntos, buscam

desenvolver soluções inovadoras e flexíveis para enfrentar a desigualdade e promover metas nas áreas de clima e saúde.

A iniciativa também incentiva a transformação da cooperação internacional, deslocando o foco do financiamento tradicional para o fortalecimento das capacidades em dados e tecnologia. Defende, ainda, ações coletivas alinhadas a importantes esforços, como a Iniciativa O Poder dos Dados, da ONU.

Este painel convida países que priorizam a tomada de decisão baseada em dados a dialogar sobre medidas concretas de colaboração voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Para saber mais, clique aqui.

28 de maio de 2025 - Fortalecendo a cooperação de intercâmbio de pessoal do Sul Global

A Cooperação de Intercâmbio de Pessoal é uma abordagem inovadora para o desenvolvimento internacional que supera o modelo tradicional de doador e receptor.

Por meio da troca de especialistas, profissionais e voluntários entre países do Sul Global, essa cooperação promove a aprendizagem horizontal, capacitação, compreensão cultural e transferência direta de conhecimentos adaptados a contextos específicos.

Esses intercâmbios fortalecem a confiança e a reciprocidade nas parcerias globais para o desenvolvimento sustentável, além de melhorar competências profissionais essenciais para a força de trabalho do futuro, conforme destacado pelo Fórum Econômico Mundial.

Um estudo conjunto realizado em 2024 pelo UNOSSC e a Agência Norueguesa de Intercambio de Cooperação (Norec) ressaltou a importância desses intercâmbios dentro das estruturas de cooperação Sul-Sul e triangular como instrumentos eficazes para o compartilhamento de conhecimento e desenvolvimento de capacidades.

O evento, organizado pela Missão Permanente da Noruega na ONU, pela Agência Norueguesa de Intercâmbio de Cooperação (Norec) e pelo UNOSSC, reunirá governos, beneficiários, *think tanks* e demais atores para discutir desafios e soluções inovadoras que promovam o desenvolvimento sustentável por meio de conexões humanas, abordando práticas de transferência de habilidades, mentoria e criação de redes profissionais, evidenciando os benefícios mútuos para os países que enviam e recebem participantes.

Para saber mais, clique aqui.

29 de maio de 2025 - Cooperação Sul-Sul e Inteligência Artificial, Digitalização no Mundo do Trabalho

Organizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), UNOSSC, Missões Permanentes do Brasil e Indonésia na ONU, Universidade de Nova York e agências da ONU, este evento ressaltou a importância da Cooperação Sul-Sul como um mecanismo fundamental de colaboração entre países em desenvolvimento, visando apoiar o desenvolvimento sustentável por meio da ciência, tecnologia e inovação (CTI).

Considerou que a Inteligência Artificial (IA) surgiu como uma oportunidade significativa para aumentar a produtividade, melhorar os serviços e impulsionar o progresso socioeconômico, contribuindo para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Contudo, o acelerado avanço da IA tem impacto direto no futuro do trabalho nos países em desenvolvimento. Apesar de potencializar a criação de novos postos de trabalho e a elevação da produtividade, a IA também impõe desafios, tais como a possível substituição de empregos e a necessidade de qualificação e desenvolvimento de novas competências.

Os principais objetivos do evento foram explorar o papel da Cooperação Sul-Sul no fortalecimento da CTI para acelerar a implementação da Agenda 2030, compartilhar modelos exitosos de colaboração, em especial nos grupos do BRICS e G20, debater marcos políticos e institucionais que possam ampliar a contribuição da Cooperação Sul-Sul para um desenvolvimento sustentável impulsionado pela IA, ressaltando a importância do diálogo social e do envolvimento dos trabalhadores na integração das tecnologias digitais.

Para saber mais, clique aqui.

29 de maio de 2025 - "Portal da Cooperação Sul-Sul e Triangular"

A FAO e o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) estão organizando conjuntamente o evento paralelo **"Portal da Cooperação Sul-Sul e Triangular: facilitando o acesso a tecnologias digitais e inovadoras para sistemas agroalimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis".**

O evento marcará o lançamento da nova Plataforma de Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) da FAO.

Um dos principais objetivos dessa plataforma é promover o desenvolvimento sustentável por meio da ciência, tecnologia e inovação, incluindo a incorporação da inteligência artificial (IA). Para isso, a CSST se integrará a outras iniciativas da FAO, como a plataforma **“Perspectivas de**

Tecnologias e Inovações em Sistemas Agroalimentares" (*Agrifood Systems Technologies and Innovations Outlook*), ampliando seu impacto e alcance.

A Plataforma de Portal da CSST também promoverá o diálogo, o compartilhamento de conhecimento, o networking, as parcerias e a colaboração para a capacitação e a adoção de boas práticas e inovações do setor agroalimentar, em estreita colaboração com o "*South-South Galaxy*" da UNOSSC.

Para saber mais, clique aqui

30 de maio de 2025 - Alavancando a IA para o Desenvolvimento Sustentável por meio da Cooperação Industrial Sul-Sul e triangular

A chegada da era da Inteligência Artificial (IA) revela possibilidades inéditas para o desenvolvimento industrial sustentável.

Contudo, esse potencial transformador encontra-se comprometido pela acentuada **"divisão da IA",** caracterizada pelo acesso desigual à infraestrutura e ao capital humano especializado, concentrados principalmente nos Estados Unidos e na China. Tal concentração ameaça aprofundar as desigualdades globais, especialmente relegando o Sul Global a uma posição de desvantagem.

Nesse contexto, a superação dessa lacuna configura-se não apenas como um desafio tecnológico, mas também como uma imperativa agenda de desenvolvimento, requerendo esforços articulados de Cooperação Industrial Sul-Sul e Triangular (CISST) para o mapeamento das capacidades existentes em IA, a facilitação da transferência estratégica de tecnologias inovadoras e adequadas, bem como a difusão e escala de aplicações industriais exitosas.

Embora esse desequilíbrio persista, é importante destacar que diversos países do Sul Global não se configuram apenas como beneficiários passivos, mas como inovadores e adotantes ativos de IA. Exemplos emblemáticos incluem a China, com vasta aplicação industrial da IA e programas significativos de transferência tecnológica; a Índia, que capitaliza seu robusto capital humano em TI e estratégias nacionais abrangentes, como o programa "**AIForAll**"; o Brasil, que avança rapidamente por meio de estratégias nacionais de IA e aplicações relevantes em setores-chave como a manufatura e o agronegócio; e a União Africana, que promove uma abordagem continental denominada "**IA para Todos**", com ecossistemas consolidados em países como África do Sul e Egito e forte preparo governamental em nações como Ilhas Maurício e Ruanda.

Todavia, a adoção e expansão da IA nos países em desenvolvimento encontram-se severamente limitadas por barreiras multifacetadas, incluindo limitações críticas de infraestrutura, como eletricidade intermitente e conectividade à internet deficitária (com penetração na internet em torno de 37% na África Subsaariana em 2023), déficit persistente de profissionais qualificados e migração desses talentos, incertezas regulatórias, ausência de estratégias nacionais abrangentes de IA em muitos países (menos de um terço possui tais estratégias), investimentos insuficientes e regimes de propriedade intelectual, por vezes, restritivos. Ademais, custos ambientais e potenciais disrupções laborais emergem como questões relevantes a serem consideradas com cautela.

Nesse contexto, a Cooperação Sul-Sul e Triangular, especialmente por meio da abordagem CISST da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), é fundamental para enfrentar os desafios da adoção da IA.

Iniciativas como a Aliança Global AIM (*Artificial Intelligence for Manufacturing*) da UNIDO promovem a colaboração e o compartilhamento de conhecimento em IA para a indústria. Grupos de países, como os BRICS também atuam na área, defendendo uma governança global da IA liderada pela ONU, que atenda às necessidades do Sul Global e respeite a soberania dos países.

Esta sessão teve como objetivo discutir como a CISST pode impulsionar o uso da IA no Sul Global por meio da troca de conhecimento, desenvolvimento de políticas conjuntas, investimentos em infraestrutura de dados, soluções locais e capacitação.

Para saber mais, clique aqui.

Do Instagram do UNOSSC

15 de maio de 2025 –Comissão de Construção da Paz

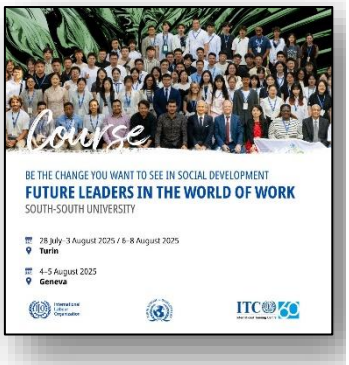
A Cooperação Sul-Sul e Triangular transcende a simples assistência técnica, incorporando também os valores de solidariedade, agência e parceria, destacou a Diretora do UNOSSC ao ressaltar que o BAPA+40 clama por sociedades pacíficas e inclusivas, boa governança, estado de direito e respeito aos direitos humanos como pilares fundamentais para o desenvolvimento.

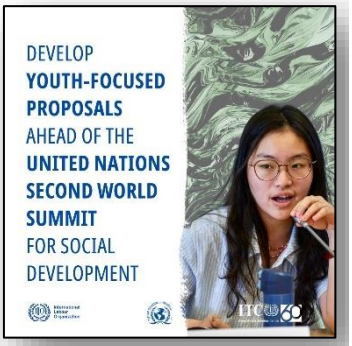
A Diretora afirmou, durante a reunião da Comissão de Construção da Paz dedicada à Cooperação Sul-Sul e Triangular, que essa cooperação deve ser incorporada às estratégias nacionais de prevenção e construção da paz, com o objetivo de promover e sustentar a estabilidade e a paz duradoura.

08 de maio de 2025 - A Diretora do UNOSSC Dima Al-Khatib e o Presidente da AGNU Philemon Yang, discutiram as iniciativas e prioridades atuais da Cooperação Sul-Sul e Triangular, incluindo o fortalecimento da visibilidade durante a 79ª Assembleia Geral da ONU e o 22º Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (HLCSSC).

O Presidente da AGNU reafirmou seu total apoio à Cooperação Sul-Sul e Triangular no contexto mais amplo da Agenda 2030, destacando a importância dessas modalidades para promover a inclusão digital, a ciência, tecnologia, inovação (CTI) e a governança responsável da inteligência artificial (IA).

O UNOSSC está divulgando o programa e treinamento executivo **"Futuros Líderes no Mundo do Trabalho",** sobre Cooperação Sul-Sul antes da Cúpula Mundial da ONU para o Desenvolvimento Social de 2025 que vai ser realizado de **4 a 5 de agosto de 2025.**





CONTEXTO

A Cúpula Mundial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social de 2025, também conhecida como a 2ª Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, será um dos eventos internacionais mais relevantes do ano, que será realizada entre os dias 4 e 6 de novembro em Doha, no Catar.

Essa reunião tem como objetivo revitalizar e fortalecer os compromissos globais firmados na 1ª cúpula, realizada em Copenhague em 1995, ao mesmo tempo que alinha essas metas à ambiciosa Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O foco principal da cúpula será em temas sociais cruciais que continuam a desafiar a comunidade internacional, como: Inclusão social; erradicação da pobreza e emprego pleno e trabalho decente para todas as pessoas.

Reunindo Chefes de Estado, líderes governamentais e representantes de diversos setores da sociedade, o encontro será uma oportunidade única para avaliar o progresso alcançado nas últimas três décadas e definir estratégias renovadas para os desafios emergentes.

A cúpula irá ressaltar a importância da participação ativa dos jovens, promovendo um diálogo inclusivo, reconhecendo-os como elementos fundamentais para a construção de soluções duradouras e eficazes.

Brasil na cooperação Sul-Sul

21 a 23 de maio de 2025 – Oficina de Trocas de Experiências

Cerca de 120 representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia se reuniram em Manaus para participar de uma oficina do Projeto Floresta+ Amazônia, uma iniciativa estratégica para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável na região.

O Projeto Floresta+ Amazônia é uma ação de cooperação internacional liderada pelo governo brasileiro, por meio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e financiado pelo Fundo Verde para o Clima (GCF). Essa iniciativa integra esforços para enfrentar os desafios das mudanças climáticas, protegendo os biomas amazônicos e valorizando os saberes tradicionais.

O encontro teve como objetivo articular as equipes responsáveis pela implementação e as lideranças comunitárias de 40 iniciativas selecionadas, abrangendo oito estados da Amazônia Legal. Essas iniciativas atuam em Terras Indígenas, Unidades de Conservação e territórios quilombolas, selecionadas após um edital lançado em 2022, que recebeu 259 propostas concorrentes.

Durante a oficina, foram discutidos desafios enfrentados na execução dos projetos, experiências exitosas e aprendizados relacionados a temas essenciais, como conservação ambiental, produção agroecológica e fortalecimento da bioeconomia local — atividades que promovem a geração de renda de forma sustentável e respeitosa aos ecossistemas.

Com um investimento previsto de 96 milhões de dólares até 2028, o Floresta+ Amazônia prioriza a promoção de um desenvolvimento justo e sustentável, com destaque especial para a participação feminina, já que 70% dos projetos beneficiam diretamente mulheres das comunidades.

A oficina, realizada pela Modalidade Comunidades do Floresta+, inserida na Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, representou uma valiosa oportunidade para troca de experiências, fortalecimento de redes e construção coletiva de soluções para os desafios socioambientais da região.

Para saber mais, clique aqui e aqui.

18 de maio de 2025 – Dia Internacional dos Museus

Neste dia, foi ressaltada a importância da Rede Ibermuseos, o principal programa de cooperação voltado para os museus da Ibero-América. Criada em 2007, a Rede apoia atualmente mais de 10 mil instituições na região, com a missão de promover políticas públicas eficazes, valorizar o patrimônio museológico, capacitar profissionais e incentivar a integração e modernização dos museus ibero-americanos.

O programa é coordenado por um Conselho Intergovernamental composto por representantes de 14 países e é executado por uma Unidade Técnica sediada em Portugal. Conta ainda com o apoio da Secretaria-Geral Ibero-Americana (**SEGIB**) e o financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

Entre os principais objetivos da Rede estão o fortalecimento das políticas públicas culturais, a proteção do patrimônio cultural, a promoção da inclusão e acessibilidade, além da

melhoria da gestão museológica em toda a região. O Plano Estratégico 2020-2023 focou em temas como sustentabilidade e inclusão social. Já o Plano Estratégico para o período 2024-2029 amplia essas prioridades, alinhando-se com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU e com as diretrizes do Conselho Internacional de Museus (ICOM). O novo plano visa fortalecer a resiliência dos museus, tornando-os ainda mais relevantes e conectados às comunidades que atendem.

Para saber mais, clique aqui.

16 de maio de 2025 – 45 anos da Cooperação Brasil-Moçambique

Em celebração a mais de 40 anos de amizade e cooperação, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) lançou a websérie "45 anos da Cooperação Brasil-Moçambique", composta por cinco episódios que mostram como essa parceria transformou realidades e fortaleceu laços em várias áreas.

Produzida em parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a série foi exibida no Canal Gov e no Canal Educação. O primeiro episódio traça a trajetória histórica dessa cooperação, destacando a horizontalidade e o respeito às demandas locais, com o Brasil firmando-se como parceiro fundamental nos setores agrícola, educacional, jurídico e de saúde em Moçambique.

O segundo episódio foca em projetos de fomento à agricultura, com destaque para a produção de algodão. Já o terceiro aborda a área da saúde, evidenciando como a experiência brasileira contribuiu para o fortalecimento do sistema de saúde moçambicano. O quarto episódio explora a formação técnica e profissional, valorizando as parcerias que capacitaram jovens locais. Por fim, o quinto episódio reúne iniciativas diversas, como o apoio à reconstrução após ciclones e o desenvolvimento de políticas habitacionais.

Com essa websérie, os dois países reafirmam seu compromisso com uma cooperação sólida e transformadora, disponível para todos no Canal Gov, Canal Educação e no YouTube da ABC.

Para saber mais, clique aqui.

5 a 9 de maio de 2025 – Projeto de cooperação técnica entre Brasil e Chile, visando o intercâmbio de ideias para o desenvolvimento urbano sustentável

São Luís recebeu uma delegação do governo de Santiago, no Chile, composta por especialistas em inovação, sustentabilidade e cidades inteligentes, como parte de um projeto de cooperação técnica entre Brasil e Chile voltado ao intercâmbio de ideias para o desenvolvimento urbano sustentável.

Durante a visita, os representantes conheceram iniciativas bem-sucedidas da capital maranhense, incluindo programas municipais e ambientes de inovação. A programação contemplou visitas técnicas, reuniões estratégicas e um Seminário de Inovação, onde

acadêmicos, empresários e startups discutiram os principais desafios urbanos, além de compartilhar boas práticas.

O objetivo dessa troca foi inspirar e adaptar soluções eficazes tanto para São Luís quanto para a Região Metropolitana de Santiago, fortalecendo a cooperação bilateral e contribuindo para o avanço de cidades mais inteligentes e sustentáveis. O projeto foi coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com a Prefeitura de São Luís e a Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais (SEMISPE).

Para saber mais, clique aqui.

Sobre Agricultura e Alimentação

23 de maio de 2025 - Programa "Desenvolvimento de Regiões Irrigadas e Políticas de Apoio à Agricultura Familiar"

Os governos do Brasil e de Angola formalizaram a assinatura da revisão do Programa "Desenvolvimento de Regiões Irrigadas e Políticas de Apoio à Agricultura Familiar", um marco significativo na cooperação bilateral voltada para o fortalecimento da agricultura e desenvolvimento territorial em Angola.

Este programa, que tem suas raízes em iniciativas anteriores de cooperação técnica entre os dois países, é focado no desenvolvimento sustentável das regiões irrigadas, fundamentais para aumentar a produtividade agrícola em ambientes com desafios climáticos e hídricos, como grande parte do território angolano. Além disso, a revisão amplia o escopo para reforçar políticas de apoio à agricultura familiar, segmento essencial para a segurança alimentar, geração de renda e promoção de desenvolvimento rural inclusivo em Angola.

A parceria entre Brasil e Angola se baseia na troca de experiências exitosas, com o Brasil compartilhando tecnologias e práticas consolidadas em regiões semiáridas, irrigação eficiente e manejo sustentável dos recursos hídricos. A agricultura familiar, que no Brasil conta com políticas públicas estruturadas, servirá de modelo para fortalecer a organização dos pequenos produtores angolanos, proporcionando capacitação técnica, acesso a serviços, insumos e mercados.

A revisão do programa contempla ações integradas para construir infraestrutura irrigada adequada, promover a sustentabilidade ambiental e social, além de fomentar o empoderamento das comunidades rurais por meio de cooperativas e associações. Esta iniciativa está alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, incluindo a erradicação da fome, o uso sustentável da água e o crescimento econômico inclusivo.

Durante a cerimônia de assinatura, autoridades dos dois países destacaram a importância estratégica desse programa para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural de Angola, reforçando o compromisso de aprofundar a cooperação técnica e solidária entre as nações. O evento contou com a presença de representantes da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ministérios angolanos ligados à agricultura e recursos hídricos, além de especialistas brasileiros responsáveis pela implementação das ações.

Com essa revisão, espera-se que o programa alcance resultados mais amplos, contribuindo para a modernização do setor agrícola angolano, a melhoria da qualidade de vida

das populações rurais e o fortalecimento dos laços de amizade e cooperação entre Brasil e Angola.

20 e 22 de maio de 2025 – II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural

O evento teve como principal objetivo fortalecer as relações entre o Brasil e países africanos, promovendo a troca de experiências e conhecimentos para melhorar a produção alimentar local. Contando com a participação de delegações oficiais e ministros da Agricultura de 44 países africanos, a programação incluiu visitas de campo em Brasília e no Vale do São Francisco, onde foram abordados temas como agricultura familiar e tecnologias adaptadas para a convivência com a seca.

Durante as visitas, os ministros tiveram a oportunidade de conhecer práticas exitosas de irrigação e manejo dos recursos hídricos, como a transposição do Rio São Francisco, que possibilitou a irrigação na região semiárida. Além disso, foram apresentadas tecnologias acessíveis e replicáveis, como sistemas de cisternas e a produção de peixes em tanques, desenvolvidas pela Embrapa e Codevasf.

O Brasil reafirmou seu compromisso de colaborar com os países do Sul Global na luta contra a fome e a pobreza, destacando a fundamental importância da água para a produção agrícola sustentável. O evento foi concluído com painéis e reuniões bilaterais no Palácio Itamaraty, onde se discutiram políticas públicas e inovações para garantir a soberania alimentar nessas nações, com especial ênfase no papel das cooperativas e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como modelos a serem adotados.

Para saber mais, clique aqui e aqui

12 a 16 de maio de 2025 – Fortalecimento da Agenda Regional de Sistemas Alimentares para o Contínuo Urbano-Rural

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Governo do México, participou de uma missão técnica ao México para debater e trocar conhecimentos sobre sistemas alimentares sustentáveis, com foco especial nas populações mais vulneráveis da América Latina e do Caribe.

A delegação brasileira, composta por especialistas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), apresentou experiências de sucesso como o Programa Alimenta Cidades, que apoia a comercialização de alimentos saudáveis e acessíveis em áreas urbanas, e o Plano Nacional de Abastecimento (PNAA), que fortalece a cadeia produtiva alimentar em âmbito nacional.

Durante a missão, os participantes também conheceram o programa mexicano "Alimentação para o Bem-Estar", uma iniciativa que já opera com mais de 25 mil pontos de venda de alimentos a preços acessíveis, integrando uma ampla rede de proteção alimentar para populações em situação de vulnerabilidade.

Os diálogos promoveram uma reflexão aprofundada sobre desafios regionais críticos, como o controle da inflação dos alimentos, a redução do desperdício ao longo da cadeia produtiva e a necessidade de integrar a agricultura familiar às políticas públicas. O objetivo comum é fomentar sistemas alimentares urbanos mais eficientes, inclusivos e sustentáveis, capazes de garantir segurança alimentar e nutricional para todos, especialmente para os grupos sociais mais vulneráveis.

Essa missão representa um importante passo na cooperação técnica internacional, fortalecendo o intercâmbio de experiências e políticas públicas inovadoras voltadas para a transformação dos sistemas alimentares na América Latina e no Caribe.

Para saber mais, clique aqui.

Dia 14 de maio de 2025 – Visita Virtual sobre alimentação escolar

Foi realizado um intercâmbio on-line sobre alimentação escolar entre representantes do governo da Jordânia e o Brasil, por meio da “Visita Virtual”, uma iniciativa que integra a parceria entre o governo brasileiro e o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) no Brasil.

O principal objetivo desse encontro foi promover a troca de conhecimentos e experiências sobre programas de alimentação escolar.

Durante a reunião, foram apresentados detalhes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) brasileiro, destacando práticas que poderiam beneficiar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (NSFP) da Jordânia, além de ampliar a participação do país em iniciativas globais de combate à fome. Atualmente, o Programa Mundial de Alimentos financia 72% do NSFP jordaniano, enquanto o governo local responde pelos 28% restantes, garantindo refeições nutritivas a estudantes de comunidades vulneráveis e campos de refugiados.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) reforçou a importância da atuação do Brasil nessa parceria, ressaltando que a Jordânia foi o primeiro país árabe a participar da visita virtual. A Coordenadora do PNAE enfatizou que a alimentação escolar é um direito humano fundamental e destacou a ligação entre a nutrição adequada e a agricultura familiar, ressaltando o papel crucial desses programas no desenvolvimento social.

Além disso, convidou os representantes jordanianos para participarem da Cúpula da Coalizão da Alimentação Escolar, que acontecerá nos dias 18 e 19 de setembro, em Fortaleza (Ceará).

Para aprofundar o diálogo, está prevista uma segunda visita virtual para o dia 28 de maio, com uma sessão técnica interativa dedicada ao esclarecimento de dúvidas e ao intercâmbio de experiências práticas.

Para saber mais, clique aqui.

15 de maio de 2025 - Ajuda Humanitária à Myanmar

O Brasil enviou 13 toneladas de ajuda humanitária com suprimentos médicos, refeições desidratadas, purificadores de água e soro fisiológico para Myanmar, afetada por terremotos em 28 de março.

A carga chegou em Yangon, a maior cidade e antiga capital do país, em 5 de maio.

A doação foi coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com o Ministério da Saúde e o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS), em colaboração do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, da Embaixada do Brasil, da Receita Federal e do Movimento União BR, que recebeu apoio da Viveo[47] e do Instituto Far Hinode[48].

Para saber mais, clique aqui.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[49], Nairóbi (UNEP)[50], Paris (UNESCO)[51], Roma (FAO/IFAD)[52], Viena (UNIDO)[53] e Washington (G-24)[54].

Em 2025, o Iraque detém a presidência pró tempore do G-77.

Destaques do G-77

12 de maio de 2025 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China na reunião informal da plenária da AGNU sobre a iniciativa ONU80

[47] A Viveo é uma empresa brasileira de capital aberto que atua na área da saúde, focada na produção, distribuição e serviços para hospitais, clínicas, laboratórios, farmácias e atacados

[48] O Instituto FAR é a organização de responsabilidade social do Hinode Group, uma associação sem fins lucrativos fundada em 2016.

[49] UNCTAD - Comércio de Desenvolvimento da ONU

[50] UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

[51] UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

[52] FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

[53] UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

[54] G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

CONTEXTO

A Iniciativa ONU80 foi lançada pelo Secretário-Geral da ONU em 11 de março de 2025, com o objetivo de promover uma transformação profunda na organização, tornando-a mais eficaz e eficiente no cumprimento de seu mandato global. Essa iniciativa busca melhorar a eficiência operacional das Nações Unidas, por meio da revisão detalhada dos mandatos existentes, para garantir que estejam alinhados às prioridades atuais e futuras da comunidade internacional.

Além disso, a ONU80 explora reformas estruturais essenciais para modernizar a governança e os processos internos da organização, promovendo maior agilidade e transparência. O enfoque está em otimizar o uso dos recursos, melhorar a coordenação entre agências e fortalecer a capacidade da ONU para responder rápida e eficazmente aos desafios globais emergentes, como crises humanitárias, mudanças climáticas, segurança internacional e desenvolvimento sustentável.

O propósito central da iniciativa é garantir que as Nações Unidas continuem sendo uma instituição relevante, eficiente em termos de custos e responsiva às necessidades das pessoas em todo o mundo, especialmente aquelas mais vulneráveis. **Assim, a ONU80 visa reforçar o papel da ONU como um pilar fundamental na promoção da paz, desenvolvimento e direitos humanos no século XXI.**

Declaração do G-77 e da China

O G-77 e a China expressaram profunda preocupação com os graves problemas de liquidez da ONU, que comprometem sua capacidade de cumprir seus mandatos. Enfatizaram que esse problema decorre fundamentalmente pelo fato de os Estados-Membros não pagarem suas contribuições regulares, integralmente, em dia e sem condições.

O Grupo destacou que um Estado-Membro é responsável por mais de 90% dos atrasos orçamentários, apesar de se beneficiar do teto máximo de contribuições.

Em relação à iniciativa ONU80, que visa impulsionar uma mudança significativa na estrutura da organização, visando aumentar sua eficácia e eficiência, o Grupo está de acordo com a otimização do uso de recursos, mas enfatizou que quaisquer reformas devem envolver consultas regulares com todos os Estados-Membros, particularmente por meio do 5º Comitê da AGNU e do Comitê Consultivo para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ).

Alertaram contra o desmonte e enfraquecimento de agências ou fundos da ONU, destacando a importância de preservar a expertise institucional e fortalecer as Comissões Regionais.

O Grupo insistiu que as reformas preservem a natureza multilateral e inclusiva da ONU e evitem medidas de austeridade que possam prejudicar a eficácia da Organização no cumprimento de seus mandatos. Também solicitaram uma abordagem estratégica e baseada em evidências, aprendendo com os resultados de reformas anteriores.

Finalmente, o G-77 e a China pediram por um engajamento contínuo e transparente com os Estados-Membros.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaque do MNA

13 de maio de 2025 – Reunião de Ministros da Saúde dos países do MNA às margens da 78ª Assembleia Mundial da Saúde

Liderado pela Ministra da Saúde de Uganda, Jane Ruth Aceng, a reunião virtual, reforçou o compromisso com a governança sanitária internacional e "não deixar ninguém para trás".

Na sua declaração, a Ministra Jane Aceng ressaltou temas cruciais relacionados à cooperação internacional solidária em saúde pública, enfatizando o fortalecimento dos sistemas de saúde nos países membros, o acesso equitativo a vacinas e medicamentos, e a importância dessa colaboração para enfrentar desafios da saúde global, especialmente nos países em desenvolvimento que compõem a maior parte do NAM.

A ministra também enfatizou o papel do MNA em promover a voz dos países em desenvolvimento nas negociações multilaterais de saúde, buscando justiça e equidade no acesso a recursos e tecnologias médicas.

Resumo da Declaração da Ministra da Saúde de Uganda como Presidente do Movimento dos Países Não Alinhados (NAM).

- **Fortalecimento dos Sistemas de Saúde:** A ministra enfatizou a necessidade urgente de investimentos robustos nos sistemas de saúde nacionais dos países membros, com foco em infraestrutura, capacitação de recursos humanos e tecnologia, para garantir serviços acessíveis e de qualidade.

- **Acesso Equitativo a Vacinas e Medicamentos:** Ela defendeu veementemente o acesso justo e sem discriminação à vacinas, medicamentos e tecnologias médicas essenciais, especialmente diante das lições da pandemia do COVID-19. A ministra pediu reforço da cooperação sul-sul e mecanismos eficazes de compartilhamento de tecnologias.

- **Solidariedade Global e Cooperação Multilateral:** A Ministra ressaltou o papel do MNA como uma plataforma fundamental para dar voz coletiva aos países em desenvolvimento em foros internacionais, promovendo o diálogo inclusivo e a solidariedade como ferramentas essenciais para superar desafios sanitários globais.

- **Prioridades Emergentes em Saúde Global:** A ministra abordou urgência em avançar na luta contra doenças endêmicas e emergentes que afetam desproporcionalmente os países do Sul Global, como a malária, tuberculose, e novas ameaças como as mudanças climáticas impactando a saúde pública.

- **Promoção da Justiça em Saúde**: Ela reforçou o compromisso do MNA em trabalhar pela justiça social e redução das desigualdades em saúde, defendendo políticas que garantam o direito universal à saúde como um pilar de desenvolvimento sustentável.

Por fim, a Ministra convocou os membros do MNA a intensificarem esforços conjuntos e a fortalecerem as parcerias com organizações internacionais, governos e sociedade civil, para garantir uma saúde global mais resiliente, justa e acessível para todos.

O Ministro da Saúde de Cuba, Dr. José Ángel Portal Miranda, agradeceu o apoio unânime dos 120 países membros do MNA à colaboração médica cubana e destacou que Cuba compartilha o que possui, não apenas os excedentes, ressaltando que mais de 605 mil profissionais de saúde cubanos já atuaram em 165 nações.

A chamada "diplomacia médica" cubana tem se mostrado como um *hard power* diferencial de cooperação, especialmente para ampliar relações com países do Sul Global, promovendo não apenas assistência médica, mas também transferência de conhecimento e fortalecimento de sistemas de saúde locais. Apesar das adversidades impostas pelo bloqueio econômico dos Estados Unidos, que segundo o ministro afetam não apenas o povo cubano, mas também a capacidade do país de contribuir com a saúde global, Cuba continua a defender a saúde como um direito humano básico.

O Diretor-Geral da OMS, agradeceu à Ministra Jane Aceng e à liderança anterior do Azerbaijão e ressaltou a importância da Assembleia Mundial da Saúde, destacando três pontos principais da pauta:

1. **Acordo Pandêmico:** que irá suprir as falhas na segurança da saúde global evidenciadas pela COVID-19. Baseada no princípio de que ameaças comuns requerem respostas comuns. Os Estados-Membros trabalharam juntos, alcançando consenso mesmo com concessões, mostrando a força do multilateralismo.

2. **Orçamento-Programa para 2026-2027:** Com perdas significativas de financiamento, incluindo a saída dos EUA da OMS, foi proposto um orçamento reduzido de US$ 4,2 bilhões, uma queda de 21% em relação aos US$ 5,3 bilhões previstos inicialmente. Isso exigirá uma redução do quadro de funcionários e uma reorientação dos esforços para focar nas prioridades essenciais, garantindo maior eficiência.

3. **Aumento das Contribuições Fixas:** Para assegurar a sustentabilidade financeira da OMS, O Diretor Geral pediu a aprovação dos Estados-Membros para elevar as contribuições obrigatórias. Essa medida faz parte de um processo de transformação que visa diminuir

a dependência de poucos financiadores e ampliar a base de recursos. O aumento já agregou mais de US$ 300 milhões aos cofres da OMS, ajudando a enfrentar a crise atual.

Ele também comentou sobre os impactos da retirada abrupta dos financiamentos bilaterais, que causaram interrupções nos serviços de saúde em pelo menos 70 países. A OMS está apoiando esses países a transitarem da dependência de ajuda para uma autossuficiência sustentável, por meio de reformas, ajustes orçamentários e medidas inovadoras de arrecadação, como taxas sobre produtos prejudiciais à saúde e sistemas de seguro. É preciso suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento para ajudar os países afetados.

21 de maio de 2025 – Relações de reconstrução Indonésia-Síria

Após a queda do regime de Bashar al-Assad em dezembro de 2024, a Indonésia intensificou sua atuação humanitária, alinhando princípios de solidariedade e não alinhamento com ações concretas no campo da saúde, trazendo à tona o suporte contínuo na Síria.

Entre janeiro e abril de 2025, a Indonésia, por meio da Agência Nacional de Gestão de Desastres (BNPB) e da Cruz Vermelha Indonésia (PMI), realizou mais de 25.000 consultas médicas e vacinou 80.000 crianças na Síria. Além disso, foram entregues 2.500 toneladas de medicamentos e tendas, evidenciando um compromisso robusto com a assistência médica emergencial.

Parcerias com organizações internacionais, como o UNICEF e o Programa Mundial de Alimentos, permitiram a reabilitação de sistemas de abastecimento de água em Aleppo e Homs, beneficiando 150.000 residentes e reduzindo em 40% as doenças transmitidas pela água.

A estratégia adotada pela Indonésia na reconstrução sanitária da Síria pauta a cooperação Sul-Sul por uma perspectiva mais sensível, no qual países em desenvolvimento compartilham recursos, conhecimento técnico e solidariedade para enfrentar desafios comuns, especialmente em contextos de crise humanitária. Ao mobilizar capacidades nacionais para oferecer assistência médica, saneamento e infraestrutura de saúde, a Indonésia demonstra como países do Sul Global podem atuar de forma autônoma e estratégica, reduzindo a dependência de grandes potências tradicionais e ampliando sua influência geopolítica por meio de ações concretas e solidárias.

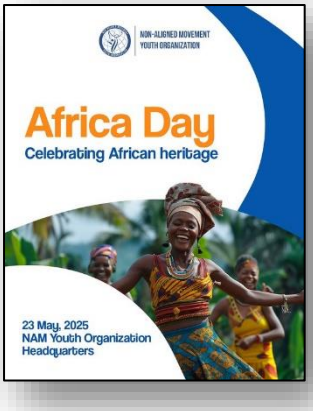
Os princípios históricos do Movimento dos Não-Alinhados, ao qual tanto a Indonésia quanto a Síria são vinculadas, são reforçados numa via diplomática multilateral baseada na solidariedade, soberania e desenvolvimento autônomo. A intervenção humanitária indonésia não atende somente necessidades sanitárias urgentes, como fortalece a legitimidade política do Movimento como plataforma relevante na governança global, onde a saúde surge como elemento central para a promoção da paz, da segurança e do desenvolvimento sustentável entre os países do Sul.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

Destaques do NAMYO

25 de maio de 2025 – Dia da África



O Dia da África é celebrado anualmente em 25 de maio para marcar a fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, atualmente conhecida como União Africana (UA).

Essa data é dedicada a homenagear e valorizar a rica herança cultural, a diversidade e as conquistas do continente africano e de seu povo. O Dia da África ressalta os avanços rumo à unidade, ao desenvolvimento e à paz, além de aumentar a conscientização sobre os desafios enfrentados pelo continente.

Essa celebração representa uma oportunidade para reafirmar a identidade africana, sua história e as vibrantes tradições que continuam a inspirar e unir milhões de pessoas ao redor do mundo.

Para celebrar o Dia da África, o NAMYO promoveu um evento cultural dedicado à valorização da diversidade do continente africano, com música tradicional, danças, culinária típica, artesanato e objetos de valor histórico-cultural, proporcionando uma experiência imersiva aos participantes e promovendo o intercâmbio entre culturas.

A iniciativa tem profundo significado diplomático e simbólico, reforçando o papel da NAMYO como um agente de diplomacia cultural juvenil no contexto do multilateralismo global.

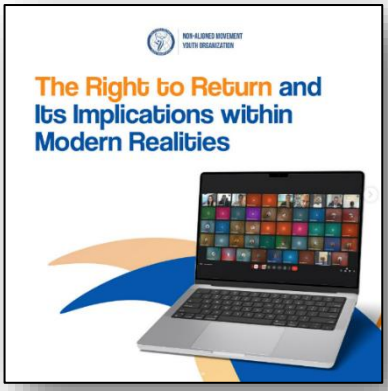
Ao celebrar o Dia da África com ênfase na riqueza e diversidade cultural do continente, a organização contribui para a desconstrução de estigmas históricos e para o fortalecimento de narrativas africanas baseadas em identidade, patrimônio e protagonismo.

19 de maio de 2025 – NAMYO Reafirma o Direito Fundamental de Retorno

Com apoio da Comunidade do Azerbaijão Ocidental, promoveu um webinar internacional sobre o direito de retorno[55], abordando suas implicações nas realidades contemporâneas.

[55] O “direito de retorno” refere-se geralmente ao direito humano fundamental de indivíduos ou grupos deslocados por conflito, violência ou perseguição de retornarem às suas casas de origem.

O evento reuniu jovens, formuladores de políticas e especialistas locais e internacionais em direitos humanos para debater os desafios e perspectivas práticas relacionados à concretização desse direito fundamental.



O evento insere-se em um contexto sensível de relações internacionais pós-conflito, onde o direito de retorno de populações deslocadas assume papel central nas negociações diplomáticas, reconstrução territorial e estabilidade regional.

Ao reunir jovens lideranças e autoridades diplomáticas, a NAMYO fortalece a dimensão juvenil da diplomacia multilateral, contribuindo para a formação de uma consciência crítica sobre os direitos humanos no contexto geopolítico.

Além disso, o foco no direito de retorno, previsto no direito internacional humanitário e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos evidencia uma tentativa de legitimar narrativas estatais por meio de mecanismos da diplomacia pública juvenil, utilizando organizações internacionais como arenas simbólicas e estratégicas.

15 de maio de 2025 – Chamada ao Protagonismo Juvenil

A Organização Jovem do Movimento dos Não Alinhados realizou uma sessão informativa na Universidade Estatal de Cultura e Artes do Azerbaijão.

Durante o encontro, os estudantes puderam conhecer melhor a história e os princípios fundamentais do MNA. além de serem apresentados à missão e às iniciativas promovidas pela organização jovem do movimento.

A ação teve como objetivo engajar jovens universitários, destacando oportunidades de participação em iniciativas internacionais voltadas para a juventude e incentivando o envolvimento ativo na construção de um futuro mais colaborativo e multipolar, atraindo e engajando cada vez mais jovens desta comunidade de países a se tornarem protagonistas e multiplicadores.

Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebra seu 30º aniversário.

Destaques do Centro Sul

Na quinzena em que foi realizada a 78ª AMS, os principais destaques do Centro Sul foram relativos à saúde.

13 de maio de 2025 – Declaração do Diretor Executivo do Centro Sul, Dr. Carlos Correa, na Reunião de Ministros da Saúde do Movimento dos não-alinhados à margem da 78ª Assembleia Mundial da Saúde

Em seu discurso na reunião, Carlos Correa comentou sobre o acordo pandemico, destacando que são pontos fortes do documento, a abordagem integrada na interface humano-animal-meio ambiente, o reconhecimento da necessidade de fortalecimento dos sistemas de saúde e da força de trabalho, o incentivo à colaboração em pesquisa e à transparência, incluindo a valorização das fontes públicas de financiamento que permitam acesso equitativo a produtos derivados.

Contudo, destacou também fragilidades do documento, como a falta de compromissos vinculantes sobre acesso equitativo a tecnologias de saúde, ausência de obrigações claras de financiamento e mecanismos eficazes de cooperação e a exclusão do debate sobre propriedade intelectual, devido à pressão da indústria farmacêutica de países desenvolvidos. Ressaltou que o anexo sobre acesso equitativo a contramedidas médicas durante pandemias deve ser uma prioridade para o MNA.

Fez ainda uma crítica contundente à decisão dos Estados Unidos de se retirar da OMS, considerando-a um retrocesso perigoso que enfraquece a saúde global e prejudica a própria população norte-americana, ao mesmo tempo em que defendeu o multilateralismo e da liderança coletiva sob coordenação da OMS.

Comentou ainda sobre o financiamento da OMS, ressaltando a necessidade da construção de um modelo mais justo, previsível e menos dependente de contribuições voluntárias.

Para ver o discurso completo, clique aqui.

20 de maio de 2025: Evento paralelo a WHA78 entre South Centre e Cuba

Durante a Assembleia Mundial da Saúde 2025, este evento paralelo, organizado por Cuba, reuniu Ministros da Saúde do Caribe e da América Latina para trocar experiências sobre os desafios atuais enfrentados por seus sistemas de saúde e as soluções implementadas por meio da cooperação Sul-Sul.

O painel se concentrou em como fortalecer a colaboração Sul-Sul no setor de saúde, com o objetivo de construir sistemas de saúde mais resilientes, equitativos e sustentáveis na região do Caribe.

Explorou como a colaboração entre países caribenhos e latino-americanos contribuiu para o fortalecimento dos sistemas regionais de saúde e destacou iniciativas bem-sucedidas em formação médica, intercâmbio profissional e assistência técnica. Além disso, foram discutidas estratégias inovadoras de cooperação médica que melhoraram o acesso e a qualidade dos

serviços de saúde para as populações mais vulneráveis, consolidando um modelo exemplar de solidariedade e apoio mútuo.

Resumo de Políticas

22 de maio de 2025 - Educação e Aprendizagem e o Pacto Digital Global

Kishore Singh

O Pacto Digital Global, adotado durante a Cúpula do Futuro da ONU em setembro de 2024, é parte do Pacto para o Futuro. Tem como objetivo usar tecnologias digitais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco especial no ODS 4 – Educação de Qualidade. Propõe compromissos políticos baseados numa abordagem cautelosa e centrada no ser humano.

O Pacto Digital Global é uma iniciativa ambiciosa da comunidade internacional para alavancar as tecnologias digitais e alcançar os ODS. Todos os países devem recalibrar a educação e a aprendizagem, que são a base do desenvolvimento humano sustentável.

Dentre os princípios-Chave do Pacto estão: a tecnologia digital como bem público; a supervisão humana sobre o ciclo de vida das tecnologias digitais; ambiente digital equitativo para todos e estruturas e padrões comuns para infraestrutura e serviços digitais públicos.

O documento indica que, dando continuidade ao Pacto Digital Global, cabe aos governos recalibrarem a educação e a aprendizagem. Isso pode estimular medidas políticas para Estratégias Nacionais de Desenvolvimento de Habilidades.

A criação de um ambiente de aprendizagem equitativo, previsto pelo Pacto Digital Global, pode ser fundamental para reduzir uma exclusão digital profundamente arraigada. O princípio de tornar o digital subserviente a um bem público pode ser um baluarte contra as forças da privatização e reverter a tendência de florescimento dos "educa-negócios", reforçados pela "educa-tecnologia". Isso é inestimável para preservar a educação e a aprendizagem como um bem público.

Da mesma forma, seria salutar se, de acordo com a abordagem centrada no ser humano para as tecnologias adotadas pelo Pacto Digital Global, os riscos que as tecnologias digitais carregam, suas armadilhas e perigos e suas consequências desumanizantes na educação fossem totalmente abordados. Ao mesmo tempo em que promovem uma missão humanística de educação e aprendizagem, tais medidas de ação exigem o estabelecimento de limites às tecnologias digitais que estão suplantando o sistema educacional.

As grandes expectativas que temos para a cooperação internacional e as associações multiestatais, especialmente para o apoio financeiro e técnico dos países em desenvolvimento, exigem uma postura prudente, mantendo uma boa experiência desalentadora respeitada.

Para ler o documento completo, clique aqui.

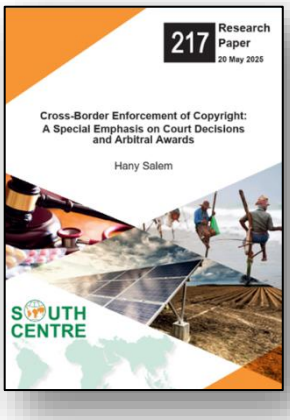
15 de maio de 2025 – Ampliando a resposta da saúde às mudanças climáticas: Destaques da 156ª Reunião do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde sobre o Plano de Ação Global sobre Mudanças Climáticas e Saúde – Por: Bianca Carvalho

Durante a 156ª reunião do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizada entre 3 e 11 de fevereiro de 2025, foi discutido um projeto do Plano de Ação Global sobre Mudanças Climáticas e Saúde (2025-2028). Este documento apresenta o conteúdo do plano e resume os comentários feitos pelos Estados-Membros durante as discussões.

Na reunião, os Estados-Membros fizeram diversas recomendações para o Plano, destacando a importância de manter a equidade como um princípio central. Também enfatizaram a necessidade de fortalecer a colaboração entre diferentes setores e aprimorar os mecanismos de apoio técnico e financeiro, especialmente para os países em desenvolvimento que enfrentam os impactos combinados das mudanças climáticas e dos desafios de saúde. Além disso, pediram que mais consultas fossem realizadas antes que o plano seja submetido para aprovação na 78ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2025.

Para ler o documento completo, clique aqui

Artigo de pesquisa



20 de maio de 2025 - Aplicação Transfronteiriça de Direitos Autorais: Ênfase Especial em Decisões Judiciais e Sentenças Arbitrais – Por: Hany Salem

Esse texto apresenta uma análise clara e relevante sobre a aplicação transfronteiriça dos direitos autorais num contexto digital globalizado.

Pontos Principais do Texto:

- Desafio da Violação Transnacional: A violação de direitos autorais ocorre frequentemente através das fronteiras, dificultando sua aplicação prática.
- Limitações dos Tratados Internacionais: Instrumentos fundamentais como a Convenção de Berna, TRIPS e Tratado de Direitos Autorais da OMPI fornecem princípios de proteção, mas não resolvem de forma abrangente questões processuais e jurisdicionais.
- Papel do Direito Internacional Privado (DIP): O DIP é essencial para a execução de decisões judiciais e arbitrais estrangeiras, porém está fragmentado e pouco desenvolvido em muitas jurisdições.
- Natureza Territorial da Proteção: A lei de direitos autorais permanece territorial, o que dificulta a efetividade do combate às infrações internacionais.

- Importância da Harmonização: Uma abordagem mais coerente e harmonizada no DIP é necessária para mitigar incertezas e melhorar a proteção jurídica.

- Potencial das Diretrizes de Kyoto de 2020: Como um instrumento de soft law, essas diretrizes podem ajudar a preencher lacunas, aproximando sistemas nacionais e internacionais.

O artigo evidencia que o crescente ambiente digital e globalizado desafia os modelos tradicionais baseados em jurisdições nacionais isoladas. A necessária cooperação internacional, especialmente via harmonização normativa, facilita maior segurança jurídica a detentores de direitos autorais. A proposta de valorizar instrumentos de *soft law* como as Diretrizes de Kyoto demonstra uma visão prática e progressista para suavizar conflitos e promover uma aplicação mais eficaz dos direitos autorais numa realidade fragmentada pela territorialidade das leis.

Para ler o artigo completo, clique aqui.

Notícias do Sul

20 de maio – Workshop: Melhorar a colaboração entre Universidades, Empresas e I&D e PME para a inovação e o crescimento

A Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável no Sul (COMSATS) organizou, no dia 27 de maio de 2025, o Workshop de Treinamento online intitulado "Aprimorando a Colaboração Universidade-Empresas e P&D-Pequenas e Médias Empresas (PMEs) para Inovação e Crescimento".

15 de maio de 2025 - Diálogo sobre o Impacto das Tensões Comerciais Globais nos Países em Desenvolvimento – Por: Vahini Naidu

O Centro Sul, em parceria com a Missão Permanente da República Popular da China junto às Nações Unidas em Genebra, coorganizou um diálogo informal no Palácio das Nações para discutir o impacto das tensões comerciais globais sobre os países em desenvolvimento.

O encontro reuniu embaixadores, altos funcionários, especialistas e representantes de organizações internacionais para analisar o crescente emprego de medidas comerciais como ferramentas de influência política e suas consequências para as nações em desenvolvimento.

Diversos países em desenvolvimento manifestaram profundas preocupações em relação aos impactos negativos e prolongados da militarização tarifária, que incluem a interrupção das

exportações, desafios fiscais, atrasos nos investimentos e o aumento dos custos de financiamento.

Foi destacada a relevância de iniciativas regionais, como a Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), como pilares fundamentais para fortalecer a resiliência econômica.

Alguns países optaram por não retaliar contra tarifas recíprocas, buscando evitar a intensificação de problemas nas cadeias de suprimentos e a consequente perda de empregos.

Embora o diálogo com os Estados Unidos seja considerado essencial, há receios de que ele possa impor pressão às economias mais vulneráveis para que façam concessões, o que poderia ampliar as desigualdades já existentes.

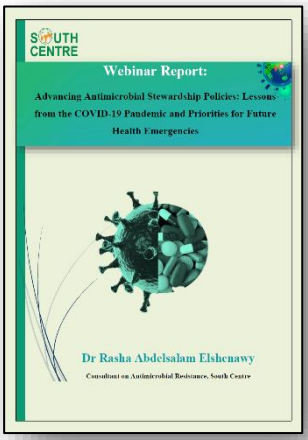
Para ler o documento completo, clique aqui.

14 de maio de 2025 - Webinar: Interseccionalidade de gênero na resistência antimicrobiana

O Centro Sul promoveu este Webinar para discutir:

- A interseccionalidade do gênero com outros determinantes sociais (por exemplo, status socioeconômico, educação, ocupação) na formação de vulnerabilidades e resultados da RAM.
- Como o gênero influencia o uso de antibióticos, o acesso à assistência médica e as práticas de prevenção e controle de infecções?
- Estratégias para integrar abordagens sensíveis ao género nas políticas, programas e investigação sobre RAM

Maio de 2025 - Webinar: Promovendo Políticas de Administração Antimicrobiana: Lições da Pandemia da COVID-19 e Prioridades para Futuras Emergências de Saúde



O evento examinou como a pandemia criou um desafio duplo para a saúde global, destacando que entre 35 e 75% dos pacientes hospitalizados com COVID-19 receberam antibióticos, apesar das baixas taxas de coinfecção bacteriana.

Mas a pandemia também foi uma barreira de acesso, já que interrompeu as cadeias de suprimentos e o acesso à assistência médica, limitando a disponibilidade de antimicrobianos em muitas regiões. Isso representa um paradoxo, que deve orientar a preparação para futuras pandemias.

As recomendações incluem: integrar a administração antimicrobiana na resposta a emergências; que estruturas da política de administração antimicrobiana devem ser estabelecidas ANTES das emergências de

saúde; reforço dos sistemas de vigilância e da capacidade de diagnóstico; a garantia do acesso sustentável e equitativo aos antimicrobianos.

Para ler sobre o webinar, clique aqui.

Visões do Sul

09 de maio de 2025 - Saindo da OMS? Os EUA acabaram de dar um tiro no próprio pé – Por: Germán Velásquez

O documento discute as implicações da retirada planejada dos Estados Unidos da Organização Mundial da Saúde em 2025.

No início de seu segundo mandato, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou novamente que os EUA deixarão formalmente a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2025.

Deixar a OMS representa um golpe financeiro para a Organização, como muitos apontaram, mas é muito mais do que isso.

A decisão de Trump de abandonar a OMS é contraproducente e coloca em risco a capacidade da organização de desempenhar seu papel como agência global de saúde. A OMS tem sido fundamental na resposta a emergências globais de saúde por mais de sete décadas. Seu trabalho no combate a doenças como varíola, poliomielite, ebola e HIV/AIDS, ou na convenção internacional vinculativa contra o uso do tabaco, salvou milhões de vidas.

A saída dos EUA da OMS terá um impacto sério em vários aspectos da saúde global, e os próprios EUA serão diretamente afetados.

Os Estados-Membros da OMS devem se unir para fortalecer a OMS e neutralizar essa decisão do atual governo americano e deve-se explorar fontes alternativas de financiamento para compensar o déficit financeiro.

Introdução

O presidente Trump anunciou que os EUA se retirariam da OMS em 2025, repetindo um anúncio anterior de 2020. A decisão é vista como contraproducente, colocando em risco a cooperação global em saúde em meio às crises sanitárias em curso.

Presença dos EUA na OMS

Os EUA têm sido o maior contribuinte financeiro para a OMS, fornecendo cerca de 15% de seu orçamento. As contribuições dos EUA para 2024-2025 são de aproximadamente US$ 958 milhões, sendo US$ 260 milhões do orçamento regular.

A dependência de contribuições voluntárias complica a governança e os processos de tomada de decisão da OMS.

Golpe para o Sistema Multilateral

A retirada dos EUA mina o multilateralismo, sinalizando relutância em colaborar em questões de saúde global.

Os EUA priorizaram seus interesses em detrimento da ação coletiva, afetando a governança global da saúde.

Justificativa Errada Decisão Imprudente para a Saúde Global

A justificativa de Trump para a retirada baseia-se em alegações de ineficácia e parcialidade da OMS em relação à China.

A OMS tem sido crucial na gestão de emergências globais de saúde, incluindo a COVID-19, e sua expertise é insubstituível.

A retirada dos EUA pode prejudicar a pesquisa em saúde e o acesso a serviços essenciais de saúde.

Para ler o artigo completo, clique aqui.

Tensões, constrangimentos e desafios da gestão sul-africana no G20: há ainda espaço para esperança? Ministros do G7 se reúnem para debater economia, Ucrânia e Inteligência Artificial. Saúde e economia mundial em pauta na quinzena da OCDE

Stresses, constraints and challenges of South African leadership of the G20: is there still room for hope? G7 ministers meet to discuss the economy, Ukraine and Artificial. Health and the global economy on the OECD's agenda for the fortnight

Pedro Burger
João Miguel Estephanio
Vitória Kavanami
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
Paulo Esteves

Abstract: G20 - *The fortnight of the G20 is highlighted by the meeting between the leaders of South Africa and the United States, the inaugural meeting of the W20 and the meeting of Task Force 1. We also highlight the launch of the Global Coalition for Local and Regional Production, Innovation and Equitable Access, conceived during the Brazilian presidency of the G20 in 2024, during the World Health Assembly.*

G7 - *From May 20 to 22, G7 Finance Ministers and Central Bank Governors met in Canada to discuss the global economy, the war in Ukraine, and artificial intelligence. The group committed to address financial crimes, supporting the RISE Partnership, and holding Russia accountable. Efforts were made to reach consensus, despite few mentions of multilateralism. There are expectations for a possible first meeting between Lula and Trump since the beginning of the new U.S. president's administration at the summit.*

OCDE - *The OECD's highlights include the promotion of three studies on health-related issues and the release of four updates to its statistical indices on the global economy.*

Keywords: *G20; G7; OECD; South Africa; Finance Ministers and Central Bank Governors; Multilateralism; International Cooperation.*

Resumo: G20 - A quinzena do G20 é marcada pelo encontro entre os líderes da África do Sul e os Estados Unidos, a reunião inaugural do W20 e o encontro da Força Tarefa 1. Destacamos também o lançamento da Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, idealizada durante a presidência brasileira do G20 em 2024, durante a Assembleia Mundial da Saúde.

G7 - Entre 20 e 22 de maio, ministros da Fazenda e presidentes dos Bancos Centrais do G7 se reuniram no Canadá para discutir economia global, guerra na Ucrânia e inteligência artificial. O grupo firmou compromissos contra crimes financeiros, apoio à Parceria RISE e responsabilização da Rússia. Houve esforço por consenso, apesar das poucas menções ao multilateralismo. Há

expectativas para um possível primeiro encontro entre Lula e Trump desde a posse do presidente estadunidense na cúpula de junho.

OCDE - Os destaques da OCDE se dividem entre a promoção de três estudos que abordam temas relacionados à Saúde e a divulgação de quatro atualizações de seus índices estatísticos sobre a economia global.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; África do Sul; Ministros da Fazenda e Presidentes dos Bancos Centrais; Multilateralismo; Cooperação Internacional.

G20

A segunda quinzena de maio de 2025 teve como principal marco o encontro bilateral de alto nível entre os países Estados Unidos da América e África do Sul, representados por seus presidentes Donald Trump e Cyril Ramaphosa e ocorreu no dia 21 de maio em Washington[56].

Apesar das expectativas otimistas pela parte sul-africana para o encontro[57], que almejava proporcionar uma oportunidade para abordar e esclarecer tensões e fortalecer o relacionamento entre as duas nações, estremecido desde a nova gestão estadunidense e sua política externa e que em muito atrapalha o desenvolvimento e sucesso da gestão africana no G20, o que de fato aconteceu perdurou o clima de tensões e constrangimentos entre ambos os países.

Durante o encontro, o presidente dos Estados Unidos confrontou o líder africano e seguiu a agressivamente alegar sobre um suposto genocídio da população branca na África do Sul e casos de apreensões de terras[58], reproduzindo teorias conspiratórias apoiadas por Elon Musk, que também estava presente no momento da reunião. A resposta do presidente sul-africano foi a de negar tais afirmações, já estando aparentemente preparado previamente para a possibilidade de acusações desse tipo, e argumentando que a maior parte das vítimas de assassinatos em seu país são de etnia negra.

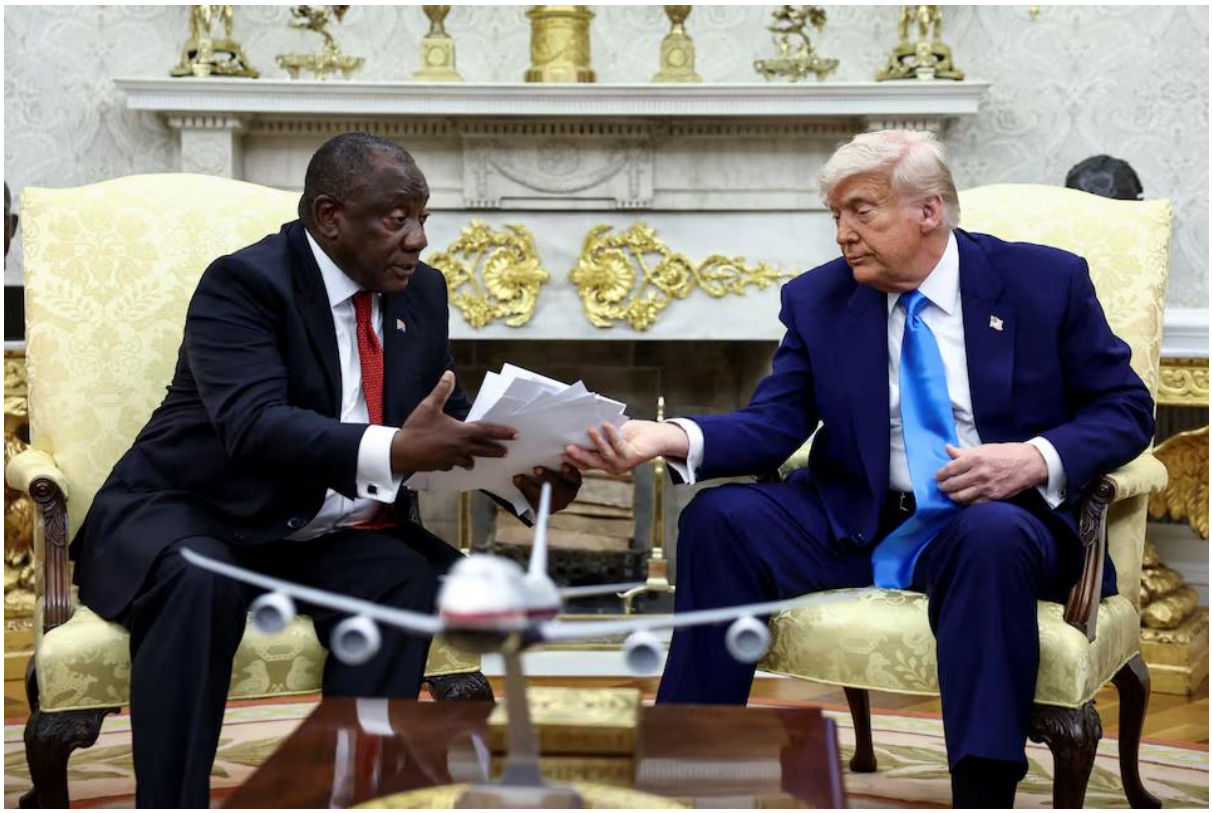
Desse modo, não é difícil imaginar a reverberação e os prováveis impactos das tensões entre os discursos e posicionamentos dos dois países e seus efeitos e influências negativas diretas e indiretas na gestão do G20, reduzindo as esperanças para uma melhora na relação desses em um curto prazo e na redução da potencialidade que uma presidência do grupo normalmente possui.

[56] President Ramaphosa arrives in Washington to reset SA-US relations. SA news. 19 mai. 2025. Disponível em: https://www.sanews.gov.za/south-africa/president-ramaphosa-arrives-washington-reset-sa-us-relations. Acesso em: 25 mai. 2025.

[57] President Ramaphosa's US visit to bolster strategic, mutually beneficial SA-US ties. SA news. 19 mai. 2025. Disponível em: https://www.sanews.gov.za/south-africa/president-ramaphosas-us-visit-bolster-strategic-mutually-beneficial-sa-us-ties. Acesso em: 25 mai. 2025.

[58] Trump confronts South Africa's Ramaphosa with false claims of white genocide. Reuters. 22 mai. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/africa/under-attack-by-trump-south-africas-ramaphosa-responds-with-trade-deal-offer-2025-05-21/. Acesso em: 25 mai. 2025.

Figura 1: Encontro entre presidentes da África do Sul e Estados Unidos da América em maio de 2025.



Fonte: Reuters, 2025.

Em paralelo, entre os dias 21 a 23 de maio de 2025, foi realizado o encontro inaugural do *Women20* (W20, na sigla), grupo de engajamento do G20 focado em igualdade de gênero e empoderamento econômico das mulheres, agora sob gestão sul-africana. Reunindo mais de 100 delegações globais na Cidade do Cabo, na África do Sul, o evento teve como tema principal o mote "Mulheres em Solidariedade"[59], além de marcar o aniversário de uma década desde a criação do W20, proporcionando um momento estratégico para o continente africano moldar a agenda de gênero do G20 sob a presidência da África do Sul.

O evento buscou abranger diversos tópicos de discussões, tais como empreendedorismo e inclusão financeira; economia do cuidado; violência de gênero e feminicídio; justiça climática e meio ambiente; educação; ciência, tecnologia, engenharia e matemática; exclusão digital; equidade em saúde para mulheres e meninas; entre outros. "W20SA[60] é uma oportunidade para as mulheres africanas e aliados do Sul Global impulsionarem recomendações ousadas e práticas para a Declaração dos Líderes do G20", afirmou a professora Narnia Bohler-Muller, a chefe da delegação e executiva da divisão do Conselho de Pesquisa em Ciências Humanas. "Nosso apelo é de solidariedade, justiça e transformação".

Inclusive, durante a sessão de abertura da reunião, a Ministra responsável pela pauta Mulheres, Jovens e Pessoas com Deficiência, Sindisiwe Chikunga declarou que o legado da presidência sul-africana no G20 não será definido pelo número de reuniões realizadas ou pela

[59] Global women leaders gather in Cape Town for Women20 South Africa meeting. SA News. 21 mai. 2025. Disponível em: https://www.sanews.gov.za/south-africa/global-women-leaders-gather-cape-town-women20-south-africa-meeting. Acesso em: 25 mai. 2025.

[60] Sigla para *Women20 South Africa*.

elegância de seus comunicados, mas sim pelas vidas transformadas, sistemas reformados e poder redistribuído[61]. O evento também foi marcado pelo anúncio de dois programas de empoderamento com o intuito de avançar, através de parcerias, para além de período de gestão do G20[62], sendo eles:

(i) o programa *Transformative Emerging Industrialists Accelerator* (Acelerador de Industrialistas Emergentes Transformadores, em uma tradução livre), projetado para apoiar mulheres empreendedoras emergentes em setores prioritários, como energia, marítimo, defesa e aeroespacial, economias de plataforma e agricultura. Suas participantes receberão suporte de ponta a ponta – desde a concepção e o desenvolvimento de produtos até o financiamento, o acesso ao mercado e a comercialização – em colaboração com empresas estatais, empresas privadas e associações do setor;

(ii) a iniciativa *Disability Inclusion Initiative* (Iniciativa de Inclusão de Pessoas com Deficiência, em tradução livre), que busca incorporar os direitos e a inclusão de pessoas com deficiência em políticas, em instituições e na sociedade. Tal iniciativa será ancorada pela criação de um centro de apoio à inclusão de pessoas com deficiência e de um observatório nacional para dados sobre deficiência.

Ainda no ínterim do período da quinzena, a gestão sul-africana também organizou o segundo encontro da Força Tarefa 1 sobre Crescimento Inclusivo, Industrialização, Emprego e Redução da Desigualdade[63]. Realizada virtualmente entre os dias 14 e 15 de maio, a reunião foi presidida pelo Embaixador Dave Malcomson, o coordenador responsável por tal Força Tarefa, e incluiu a participação de membros do grupo, convidados e organizações internacionais parceiras.

Ao longo do evento, foram apresentados os rascunhos iniciais (*Zero Drafts*) para o desenvolvimento dos documentos de Princípios de G20 para o Crescimento Inclusivo, Emprego e Redução da Desigualdade, de Princípios de Alto Nível do G20 sobre Política Industrial Verde para Crescimento Econômico Inclusivo, Industrialização, Empregos e Igualdade e, por fim, de Marco para Minerais Críticos, que serão apresentados em seu modelo final na Cúpula de Líderes do G20 em novembro de 2025. Dessa forma, os atores presentes nas sessões virtuais puderam contribuir para a incorporação e construção de consenso de suas propostas, que prosseguirá na terceira reunião da Força Tarefa, programada para 18 e 19 de junho.

É interessante ressaltar que os três documentos apresentados coincidem com as principais pautas na agenda da Força Tarefa, que reconhece fortemente de que o crescimento econômico inclusivo, a industrialização, o emprego e a redução da desigualdade, juntamente com a industrialização sustentável e inclusiva (verde) e a utilização responsável e equitativa de minerais essenciais são prioridades interdependentes e que se reforçam mutuamente.

[61] SA's G20 legacy will be measured by lives changed, Chikunga. SA News. 22 mai. 2025. Disponível em: https://www.sanews.gov.za/africa-business-south-africa-world/sas-g20-legacy-will-be-measured-lives-changed-chikunga. Acesso em: 25 mai. 2025.

[62] Keynote Address by The Minister in the Presidency for Women, Youth and Persons with Disabilities, Hon. Sindisiwe Chikunga, MP. G20. 21 mai. 2025. Disponível em: https://g20.org/g20-media/keynote-address-by-the-minister-in-the-presidency-for-women-youth-and-persons-with-disabilities-hon-sindisiwe-chikunga-mp/.Acesso em: 25 mai. 2025.

[63] Task Force 1 Convenes its Second Meeting. G20. 15 mai. 2025. Disponível em: https://g20.org/track-news/task-force-1-convenes-its-second-meeting/. Acesso em: 25 mai. 2025.

Outro destaque da quinzena foi o lançamento oficial da **Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo** em 20 de maio de 2025, durante a 78ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra. A iniciativa foi formalizada com a apresentação da **Carta de Genebra** pelo ministro da Saúde do Brasil, Alexandre Padilha, e responde à necessidade de fortalecer a produção local de tecnologias em saúde, especialmente após os desafios evidenciados pela pandemia de COVID-19[64].

A Coalizão, formada por países como Brasil, França, Reino Unido, União Europeia, Turquia, Alemanha, Indonésia e África do Sul, tem como objetivo central **promover o acesso equitativo a vacinas e tratamentos**, sobretudo para populações vulneráveis e em países em desenvolvimento. O Brasil assumirá a presidência e o secretariado nos dois primeiros anos, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (SECTICS), coordenando as ações e articulando parcerias técnicas e institucionais.

Figura 2: lançamento oficial da Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo

Fonte: Ministério da Saúde

O **primeiro projeto da Coalizão** será voltado ao desenvolvimento de tratamentos inovadores para a **dengue**, doença que vem se expandindo para novas regiões devido às mudanças climáticas. A escolha do tema visa não apenas atender a uma necessidade urgente de saúde pública, mas também servir como modelo para futuras ações da Coalizão.

A iniciativa funcionará por meio de parcerias voluntárias e projetos concretos, com apoio técnico e científico de entidades como a Organização Mundial da Saúde (OMS). A agenda será liderada pelo Ministério da Saúde do Brasil, com foco em alinhar capacidade produtiva, transferência de tecnologia e demanda estruturada.

Com flexibilidade para atuar em outras doenças e emergências sanitárias, a Coalizão representa um passo estratégico na construção de uma resposta global mais justa e eficaz em saúde. Ao fortalecer a produção regional e reduzir a dependência de cadeias internacionais, a

[64] https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/dengue-sera-tema-do-1o-projeto-da-coalizacao-global-anunciado-pelo-ministro-da-saude.

proposta busca soluções sustentáveis para enfrentar os desafios contemporâneos da saúde pública.

Ainda nesse contexto, o Ministério da Saúde e a GAVI, The Vaccine Alliance, assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) para fortalecer a cooperação estratégica entre a organização internacional e o governo brasileiro em três áreas principais:

- Produção local de vacinas, onde a cooperação buscará aprimorar o ecossistema de vacinas do Brasil e a resiliência do sistema de saúde por meio da expertise da Gavi em moldar o mercado.

- Adaptação climática por meio da imunização, abordando doenças sensíveis ao clima, como febre amarela, dengue e malária, por meio da expansão do acesso às vacinas.

- A cooperação Sul-Sul visa apoiar a crescente liderança do Brasil em saúde regional e global, aprofundando a colaboração com países da África e da América Latina.

A GAVI também declarou apoio à Coalizão Global e seu papel para reduzir as desigualdades em saúde no mundo.

Figura 3: Assinatura do MoU entre GAVI e Ministério da Saúde

Fonte: GAVI, The Vaccine Alliance.

G7

Entre os dias 20 e 22 de maio, os Ministros da Fazenda e presidentes dos Bancos Centrais dos países do G7 se reuniram em Alberta com representantes de organismos internacionais. O objetivo da reunião foi discutir questões tarifárias e econômicas, bem como a cooperação dos países no campo de inteligência artificial e na guerra da Ucrânia. Como destaque, ao final da reunião, os países concordaram em: i) criar uma ação integrada de combate a crimes financeiros, incluindo lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, em que o Canadá prometeu contribuir com 4,8 milhões de dólares em assistência técnica aos países em desenvolvimento; ii) concordaram em apoiar monetariamente a Parceria RISE (Resilient and Inclusive Supply-Chain Enhancement), liderada pelo Banco Mundial com o objetivo de integrar países de baixa e média

renda, sobretudo africanos, na cadeia global de produtos de energia limpa; iii) lidar com os riscos decorrentes do aumento das remessas de baixo valor importadas pelo G7; iv) um acordo para continuar a explorar todas as opções possíveis para responsabilizar a Rússia, incluindo o aumento das sanções, bem como esforços para promover a participação do setor privado na recuperação e reconstrução da Ucrânia[65].

O grupo publicou uma declaração conjunta prometendo combater os desequilíbrios econômicos excessivos gerados por políticas e práticas não orientadas pelo mercado, em referência implícita à política cambial e de subsídios da China. A declaração enfatiza "a importância de condições equitativas de concorrência e de uma abordagem coordenada para enfrentar os danos causados por quem não segue as mesmas regras e carece de transparência". Em outra crítica velada à China, o documento enfatiza os riscos das remessas internacionais de baixo valor, geralmente originadas de varejistas chinesas como Temu e Shein. O texto cita que essas remessas têm o potencial de sobrecarregar sistemas alfandegários e serem utilizadas para contrabando de mercadorias falsificadas e materiais ilícitos. É importante ressaltar que a declaração não mencionou as tarifas anunciadas pelo governo dos Estados Unidos em 2025, apesar do tema ter sido debatido no evento[66].

Havia uma insegurança em alcançar consenso em temas como aquecimento global e Ucrânia, porém, ao final do evento, os líderes financeiros assinaram a declaração que, segundo o ministro das finanças do Canadá, François-Philippe Champagne, significa um "terreno comum sobre as questões globais mais urgentes"[67]. Ainda, fontes de notícia alegam uma suavização no discurso sobre as tensões e divergências com o governo Trump. O compromisso reafirmado na última cúpula do G7 acerca de um "sistema multilateral livre, justo e baseado em regras" tem sido alterado para compromisso pela "busca de objetivos políticos comuns"[68].

Um outro ponto observado foi que poucas vezes foram citadas as palavras "multilateral" (quatro vezes) e nenhuma vez mencionado o termo "multilateralismo". Quando citado, "multilateral" se relacionou com a postura do Fundo Monetário Internacional em agir de forma multilateral para identificar "desequilíbrios excessivos"; iniciativas multilaterais para conquistar a confiança de investidores privados na reconstrução da Ucrânia; chamada aos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento para fortalecimento das cadeias de suprimento de minerais críticos; por fim, ações multilaterais para fortalecer o enfrentamento dos crimes financeiros. Aparentemente, os líderes acreditam que a situação de incerteza tem se amenizado, apesar do pouco recuo de Trump[69].

---

[65] G7 Finance Ministers and Central Bank Governors Conclude Productive Meeting in Banff. G7. CANADA. 2025. Disponível em: <https://g7.canada.ca/en/news-and-media/news/g7-finance-ministers-central-bank-governors-conclude-productive-meeting-in-banff/>. Acesso em: 25/05/2025.

[66] Em recado à China, G7 alerta para "desequilíbrios excessivos" na economia global. INFOMONEY. 2025. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/em-recado-a-china-g7-alerta-para-desequilibrios-excessivos-na-economia-global/>. Acesso em: 25/05/2025.

[67] Em referência à China, países do G7 rebatem 'políticas e práticas não orientadas pelo mercado'. VALOR. 2025. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2025/05/23/em-referencia-a-china-paises-do-g7-rebatem-politicas-e-praticas-nao-orientadas-pelo-mercado.ghtml>. Acesso em: 25/05/2025.

[68] Ibid. INFOMONEY. 2025.

[69] G7 critica 'práticas comerciais' chinesas e avalia sanções contra Rússia. OPERAMUNDI. 2025. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/g7-critica-praticas-comerciais-chinesas-e-avalia-sancoes-contra-russia/>. Acesso em: 25/05/2025.

As expectativas para a cúpula em junho são altas. O primeiro-ministro japonês, Shigeru Ishiba, comentou que almeja avanços no tema das tarifas econômicas com os Estados Unidos durante a cúpula do G7 em junho. O Japão já vem participando de rodadas de negociação em Washington sobre expansão do comércio, medidas não tarifárias e segurança econômica, além de discussões sobre cooperação na construção naval[70]. Também, entre os dias 15 e 17 de junho, pode se dar o primeiro encontro entre Lula e Trump desde que Trump tomou posse. O presidente dos EUA confirmou presença na última semana através de uma porta-voz da Casa Branca. No entanto, o governo brasileiro ainda não emitiu a confirmação oficial da presença de comitiva na cúpula[71]. Lula participou das duas últimas reuniões do G7, em 2023 no Japão e em 2024 na Itália, marcando a retomada do Brasil aos espaços de discussão do multilateralismo e é esperado que participe, como convidado, da cúpula deste ano.

OCDE

Durante a segunda quinzena do mês de maio de 2025, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promoveu, dentre seus múltiplos e constantes acréscimos em seu rico acervo literário eletrônico, a publicação de três textos que retomam suas atenções mais diretamente aos temas de Saúde. Desse modo, os mesmos são brevemente salientados e apresentados a seguir.

Intitulado *"The prevalence and impact of Long COVID in the primary care population: Findings from the OECD PaRIS survey"*[72], o primeiro documento a ser aqui ressaltado se preocupa em discutir e analisar sobre a chamada Covid longa, uma condição que se desenvolve após a Covid-19 inicial e resulta em uma série de sintomas persistentes e que afetam a saúde física e mental, além de causar incapacidade e redução da produtividade. Para tal, a organização intergovernamental se baseou no estudo *Patient-Reported Indicator Surveys (PaRIS)* da própria OCDE, que coletou dados de 2023 e 2024 de 107.011 pacientes de cuidados primários com 45 anos ou mais em 19 países.

Segundo os dados da iniciativa PaRIS, observou-se que aproximadamente 7% dos pacientes de atenção primária com 45 anos ou mais relataram já ter tido Covid longa, enquanto 5% relataram viver com sintomas persistentes de Covid longa no momento da pesquisa. Além disso, os pacientes que vivem com Covid longa reportaram também uma autoavaliação de saúde física e mental mais baixa e experiências de saúde mais negativas em comparação com aqueles que não a têm.

O estudo atenta, portanto, a necessidade da implementação de vias de atendimento padrão para o diagnóstico, gerenciamento e coordenação de cuidados com a Covid longa para uma melhora nas condições de saúde dos pacientes. Além disso, alerta também que o impacto social e na saúde a longo prazo da chamada Covid longa permanece incerto, exigindo

[70] Premiê do Japão quer resolver negociação sobre tarifas durante cúpula do G7. CNN. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/premie-do-japao-quer-resolver-negociacao-sobre-tarifas-durante-cupula-do-g7/>. Acesso em: 25/05/2025.

[71] Primeiro encontro entre Lula e Trump pode ocorrer na cúpula do G7 no Canadá. BRASIL247. 2025. Disponível em: <https://www.brasil247.com/mundo/primeiro-encontro-entre-lula-e-trump-pode-ocorrer-na-cupula-do-g7-no-canada>. Acesso em 25/05/2025.

[72] OCDE. The prevalence and impact of Long COVID in the primary care population: Findings from the OECD PaRIS survey. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 May 23]. Available from: https://doi.org/10.1787/119b0e8f-en.

monitoramento e pesquisa contínuas para estimar os custos socioeconômicos da carga da doença, a fim de informar melhor a política de saúde.

Outro interessante destaque durante o período foi o documento *"Trends in the financialisation of outpatient care across OECD countries: What do we know?"*[73], que se propõe a resumir os resultados da pesquisa da organização a respeito da financeirização do atendimento ambulatorial nos países da OCDE. A partir dos dados coletados, o cenário revelado aponta que os serviços ambulatoriais especializados se tornaram um recente alvo das instituições financeiras ativas no setor da saúde, principalmente nas áreas de odontologia, oftalmologia, radiologia, biologia e atenção primária. Também observou-se que, embora a financeirização tenha sido relatada como uma preocupação pela maioria dos 20 países que participaram do estudo, o modelo como a financeirização ocorre varia dependendo de como os sistemas de saúde estão estruturados.

Adicionalmente, apesar de uma crescente base de evidências sobre os possíveis impactos – muitas vezes negativos – dos investimentos de alguns agentes financeiros, principalmente de empresas de capital privado, os países não possuem um quadro coeso de informações do grau em que as empresas financeiras aumentaram os investimentos em seus sistemas de saúde. O artigo, por fim, culmina na apresentação de um conjunto de considerações sobre políticas a fim de abordar a financeirização do atendimento ambulatorial.

A terceira produção promovida na quinzena foi o estudo *"Understanding and addressing inequalities in mental health"*[74], que chama a atenção para o tema de saúde mental, mais especificamente para as desigualdades, iniquidades e vulnerabilidades que afetam e agravam em seu acesso, experiência, qualidade e nos resultados dos cuidados com a saúde mental.

Baseando-se em informações coletadas em 37 países da OCDE através de questionários e entrevistas, o documento busca fornecer dados que quantificam as diferenças de indicadores de perfis – como, por exemplo, gênero, orientação sexual, status de migração e condição socioeconômica – e analisa seus determinantes e fatores de risco, além de fortalecer a base de evidências sobre políticas que abordam as desigualdades identificadas e auxiliam na promoção da boa saúde mental e na prevenção de doenças mentais, no acesso a cuidados de saúde mental responsivos e de alta qualidade e na melhoria das experiências e dos resultados do tratamento para grupos em circunstâncias mais vulneráveis e de maior risco. O documento ainda apresenta estratégias, entendidas pela OCDE como relevantes e inovadoras, implementadas pelos países para lidar com as desigualdades e complementa as informações dos países com evidências da literatura sobre quais intervenções parecem ser eficazes para reforçar a resiliência da saúde mental da população e mitigar as defasagens na área de saúde mental.

[73] Suzuki E, Paris V, Joshi N, Dedet G. Trends in the financialisation of outpatient care across OECD countries: What do we know?. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 May 23];179. Available from: https://doi.org/10.1787/f5d88b41-en.

[74] Lopes FV, Llena-Nozal A. Understanding and addressing inequalities in mental health. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 May 23];180. Available from: https://doi.org/10.1787/56adb10f-en.

Por fim, no que se refere às atualizações apresentadas ainda durante a quinzena pela organização intergovernamental sobre suas tradicionais medições e análises estatísticas sobre a economia mundial, quatro de seus índices receberam seus dados atualizados e divulgados.

O primeiro destaque é a mais recente atualização sobre o *"G20 International Trade"*, iniciativa especializada para o monitoramento de dados e tendências de comércio de bens e serviços do grupo G20, referente ao desempenho do primeiro trimestre de 2025[75]. Segundo as estimativas observadas pela OCDE, o comércio de mercadorias do G20 aumentou, com as exportações e importações aumentando 2,0% e 3,1%, respectivamente, em comparação ao quarto e último trimestre de 2024[76]. Tal aumento das exportações é atribuído principalmente à União Europeia, enquanto as importações foram impulsionadas pelos Estados Unidos. Sobre o comércio de serviços, as estimativas preliminares indicam um quadro misto, com as exportações sofrendo a diminuição de 0,7% e as importações se elevando em 1,0%.

Outro índice estatístico atualizado é relativo ao seu acompanhamento sobre o produto interno bruto (PIB) da própria OCDE, com dados também referentes ao primeiro trimestre de 2025[77]. De acordo com os dados preliminares da pesquisa, o PIB da OCDE aumentou apenas 0,1% no primeiro trimestre do ano, uma queda significativa em relação ao aumento de 0,5% registrado no trimestre anterior. Para a própria organização, esse resultado representa um desvio das taxas de crescimento mais altas e relativamente estáveis observadas na área da OCDE nos últimos dois anos. A taxa de crescimento geral do PIB no G7 também sofreu desaceleração nos primeiros meses do ano, de 0,4% para 0,1%, refletindo o quadro misto entre os países integrantes do G7.

Também ocorreu na quinzena a divulgação dos dados coletados pela organização sobre o crescimento e o bem-estar econômico e a renda familiar[78], indicando que a renda per capita na OCDE apresentou crescimento em 0,5% no quarto trimestre de 2024, em comparação com 0,2% no trimestre anterior, enquanto o PIB real per capita cresceu 0,4%.

Dessa forma, no ano de 2024, como um todo, a renda familiar real per capita cresceu 1,8% na OCDE, levemente acima dos 1,7% observados em 2023. No entanto, é interessante frisar que, apesar do aumento geral no quarto trimestre de 2024, o cenário foi variado nos países da OCDE. Ademais, entre as economias do G7, a renda familiar real per capita cresceu apenas em dois países, enquanto o restante sofreu diminuiu ou não registrou crescimento.

[75] OCDE. G20 merchandise trade rises amid uncertainty in Q1 2025, while services trade growth remains uneven. OECD [Internet]. 2025 May 23 [cited 2025 May 23]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2025/05/international-trade-statistics-trends-in-first-quarter-2025.html.

[76] Para mais informações sobre os resultados medidos pela atualização anterior do *G20 International Trade*, consulte o informe de número 3 de 2025 do presente projeto de Cadernos CRIS/Fiocruz: Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde.

[77] OCDE. OECD GDP growth slows abruptly to 0.1% in the first quarter of 2025. OECD [Internet]. 2025 May 22 [cited 2025 May 23]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2025/05/gdp-growth-first-quarter-2025-oecd.html.

[78] OCDE. Real household income grew in 2024 in most OECD countries. OECD [Internet]. 2025 May 13 [cited 2025 May 23]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2025/05/growth-and-economic-well-being-fourth-quarter-2024-oecd.html.

O último índice aqui destacado se refere à pesquisa acerca das taxas de emprego e desemprego mundial[79], com seu mais recente incremento revelando que a taxa de desemprego da OCDE permaneceu praticamente estável em 4,9% em março de 2025, mantendo assim o padrão de desempenho igual ou abaixo de 5,0% iniciado em abril de 2022.

Em comparação ao mês anterior, as taxas de desemprego não sofreram alterações em 23 países da OCDE, se elevaram em 5 e recuaram em 4. Inclusive, cinco países registraram uma taxa de desemprego mensal próxima de seus mínimos históricos, incluindo a Turquia, que registrou sua taxa mais baixa (7,9%) desde janeiro de 2005. Em contrapartida, a taxa de desemprego ficou 2 pontos percentuais ou mais acima de seu recorde de baixa em oito países da OCDE, com as maiores diferenças registradas na Estônia, Luxemburgo, Dinamarca e Finlândia. O número de pessoas desempregadas na OCDE aumentou ligeiramente para 34,2 milhões em março.

[79] OCDE. OECD unemployment rate broadly stable at 4.9% in March 2025. OECD [Internet]. 2025 May 15 [cited 2025 May 23]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2025/05/unemployment-rates-updated-may-2025.html.

Países BRICS seguem avançando na preparação da Cúpula de julho e NBD continua atraindo novos países

BRICS countries are preparing for the Summit in July and NDB continues to attract new countries

Claudia Hoirisch

Abstract: *BRICS will hold the 2nd meeting of the Network for Public Health and Health Systems Research on May 29th . On the occasion, they will present good practices in their health systems which will serve as a basis for technical cooperation among their countries. Algeria has been officially accepted as a new country-member in the NDB at the same time the Colombian government has applied to join the bank. They are willing to acquire NDB shares for US$512.5 million. Colombian President Gustavo Petro had already joined the Chinese Silk Road megaproject after joining the ICR. As a result, the US threatens Colombia to use its influence at IAB to block loans to Colombian projects involving Chinese investors. The US threatens to do the same to other countries that join the Silk Road. The Itamaraty Palace in Brasília hosted the BRICS Ministerial Meeting on Disaster Management on May 9th. Representatives from the eleven countries participated in the meeting to discuss strategies aimed at reducing risks, strengthening climate resilience and international technical cooperation — in a global context increasingly affected by extreme weather events. On the occasion, the Working Plan for the period 2025 to 2028 was presented. The document establishes goals and priorities aimed at strengthening international cooperation in disaster management, with an emphasis on prevention, mitigation and adaptation to climate change. The Museum of Modern Art in Rio de Janeiro, was chosen to host the BRICS Brazil Leaders' Summit, scheduled to take place on July 6 and 7.*

Keywords: *Upcoming BRICS meetings. 2nd meeting of the Network for Public Health and Health Systems Research. BRICS Leaders' Summit 2025. NDB. BRICS Ministerial Meeting on Disaster Management. BRICS countries sign a declaration favouring free trade.*

Resumo: Os BRICS irão realizar a 2ª reunião da Rede BRICS de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde dia 29 de maio. Na ocasião, os países apresentarão as boas práticas em seus sistemas de saúde que servirão como base para cooperação técnica. A Argélia foi oficialmente aceita como novo país-membro do NBD, ao mesmo tempo que o governo colombiano se candidatou para ingressar no Banco. A Colômbia está disposta a adquirir ações do banco por US$ 512,5 milhões. O presidente da Colômbia, Gustavo Petro já havia se juntado ao megaprojeto chinês da Iniciativa Cinturão e Rota. Como resultado da adesão à ICR, os EUA ameaçaram o país de usar sua influência no BID para bloquear empréstimos a projetos colombianos que envolvam investidores chineses**.** Os EUA ameaçam fazer o mesmo com outros países que aderirem à Rota da Seda. O Palácio Itamaraty, em Brasília, sediou em 9/5 a Reunião Ministerial do BRICS sobre Gestão de Desastres. Representantes dos onze países do grupo participaram do encontro para discutir estratégias voltadas à redução de riscos, ao fortalecimento da resiliência climática e à cooperação técnica internacional — em um contexto global cada vez mais afetado por eventos climáticos extremos. Na ocasião, foi apresentado o Plano de Trabalho para o período de 2025-2028. O documento estabelece metas e prioridades voltadas ao fortalecimento da cooperação internacional em gestão de desastres, com ênfase em prevenção, mitigação e adaptação às

mudanças climáticas. O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro foi escolhido para sediar a Cúpula de Líderes do BRICS prevista para acontecer dias 6 e 7 de julho.

Palavras-chave: Próximas reuniões do BRICS. 2ª reunião da Rede BRICS de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde. Cúpula de Líderes do BRICS. Reunião Ministerial do BRICS sobre Gestão de Desastres. Países do BRICS assinam declaração a favor do livre comércio.

Próximas reuniões do BRICS

Os BRICS irão realizar a 2ª reunião da Rede BRICS de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde no dia 29 de maio. Na ocasião, os representantes dos países apresentarão as boas práticas em seus sistemas de saúde que servirão de base para cooperação técnica. No dia 3 de junho, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS (CPDV/BRICS) organizará uma reunião sobre o Banco Eletrônico que servirá como um repositório de projetos de P&D e colaboração entre os Centros de P&D.

Lula convida presidente de Angola para cúpula do BRICS, no Rio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidou o homólogo angolano, João Manuel Gonçalves Lourenço, para participar da Cúpula do BRICS (julho, RJ), na condição de Presidente da União Africana. Para Lourenço, os eixos prioritários escolhidos pelo Brasil – cooperação do Sul Global e a reforma da governança global – são também linhas fundamentais da diplomacia angolana.

As exportações do Brasil ao país africano somaram US$ 492 milhões, e as importações, US$ 1,07 bilhão. Os produtos brasileiros incluem carnes bovinas, suínas e de aves congeladas ou refrigeradas (30%), açúcares e melaços (23%), entre outros. Os angolanos vendem ao Brasil óleos brutos de petróleo (94%) e óleos combustíveis de petróleo (6%). Angola ocupa a 19ª posição mundial em reservas de petróleo provadas.

A África é uma prioridade da política externa brasileira, em razão da proximidade histórica, cultural e geográfica entre o Brasil e o continente africano e nesse contexto, Angola é um parceiro natural do Brasil em África[80].

Onze países do BRICS assinam declaração a favor do livre comércio em meio à guerra tarifária

Representantes do comércio exterior dos onze países que formam o BRICS assinaram uma declaração dia 21/5, em Brasília, a favor do livre mercado. O documento, elaborado em meio à guerra tarifária promovida pelos Estados Unidos, aponta os riscos provocados pelo aumento da restrição ao comércio global e que deve haver um esforço no sentido de ampliar o sistema multilateral.

Além disso, o texto também defende uma reforma na atual Organização Mundial do Comércio (OMC) e considera que o multilateralismo se encontra em uma "encruzilhada".

A declaração destaca que "O comércio deve ser conduzido com o objetivo de elevar os padrões de vida, garantir pleno emprego, promover o desenvolvimento sustentável e ampliar os meios para alcançá-lo de forma compatível com as necessidades e preocupações de cada país em seus diferentes níveis de desenvolvimento econômico".

Desde o dia 2 de abril deste ano, o presidente dos EUA, Donald Trump, intensificou a guerra tarifária contra praticamente todos os países do mundo. Até mesmo parceiros históricos, como Canadá, México, União Europeia, e o próprio Brasil, não se livraram de alíquotas de importação mais elevadas. No entanto, uma semana depois do anúncio, Trump decidiu suspender temporariamente o "tarifaço" por 90 dias, para que os países envolvidos negociem novos acordos com os norte-americanos.

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, defendeu o sistema multilateral e disse em entrevista a jornalistas, que o comércio exterior tem um papel importante no desenvolvimento, além de geração de emprego e renda. E complementou: "O caminho é o diálogo. Isso é o que se exercitou hoje o dia todo com países que são diferentes, não só do ponto de vista econômico, geográfico, cultural, mas que tem uma identidade que é o compromisso com o desenvolvimento".[81]

Argélia entra oficialmente no NBD e Petro solicita ingresso da Colômbia ao banco

Segundo o comunicado do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, a Argélia foi oficialmente aceita como novo Estado-membro[82].

Ao mesmo tempo, o governo colombiano disse à presidente do banco que o país está disposto a adquirir ações por US$ 512,5 milhões.

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, apresentou a candidatura de seu país em maio para aderir ao banco do BRICS, dias depois de aderir ao megaprojeto chinês Nova Rota da Seda, também conhecido como Iniciativa Cinturão e Rota (ICR). A adesão permitirá o país acessar empréstimos em condições favoráveis e fortalecer sua capacidade de resposta a desafios como mudanças climáticas e as crises econômicas globais. A ICR é um projeto de infraestrutura e

[80] Lula convida presidente de Angola para cúpula do Brics no Rio | Brasil 247

[81] https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/05/7152966-paises-do-brics-assinam-declaracao-a-favor-do-livre-comercio-em-meio-a-guerra-tarifaria.html

[8282] https://www.ndb.int/news/algeria-officially-becomes-member-country-of-new-development-bank/

comércio proposto pela China, que visa conectar a Ásia a países da Europa, África, América Latina e outras regiões.

Com adesão à ICR, os EUA anunciaram oposição ao projeto e declararam que irão usar seu poder no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para bloquear empréstimos a projetos colombianos que envolvam investidores chineses. Os EUA ameaçam fazer o mesmo com outros países que aderirem à Rota da Seda.

Declaração Conjunta do BRICS define estratégias para reduzir riscos de desastres climáticos

O Palácio Itamaraty, em Brasília, sediou dia 9/5, a Reunião Ministerial do BRICS sobre Gestão de Desastres. A reunião foi conduzida pelos Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional do Brasil (MIDR) e das Cidades, que atuam de forma integrada na formulação de políticas para adaptação urbana e no fortalecimento das capacidades locais diante das mudanças do clima.

Representantes dos onze países do grupo participaram do encontro para discutir estratégias voltadas à redução de riscos, ao fortalecimento da resiliência climática e à cooperação técnica internacional — em um contexto global cada vez mais afetado por eventos climáticos extremos.

O Documento assinado em unanimidade apresenta novo Plano de Trabalho para 2025-2028, com ações concretas como alerta precoce antes de eventos climáticos extremos.

Na abertura do evento, o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, destacou a urgência da agenda ambiental e a necessidade de cooperação entre os países. Para ele, o aumento da frequência e da intensidade dos desastres configura uma emergência ambiental com efeitos diretos sobre o desenvolvimento dos nossos países. Esse cenário amplia desigualdades estruturais, sobrecarrega os sistemas públicos e aprofunda as vulnerabilidades sociais, o que exige respostas coordenadas e integradas. Portanto, esse encontro não é apenas um espaço técnico, é uma convocação à ação coletiva e solidária.

O encontro propiciou escuta mútua, aprendizado conjunto e fortalecimento dos laços entre os países. O Brasil tem se dedicado a construir pontes que conectam prevenção e mitigação, sempre com o foco em reduzir desigualdades e proteger as populações mais vulneráveis. A participação ativa do BRICS reflete o compromisso em alavancar políticas públicas que fortaleçam a infraestrutura resiliente e promovam ações integradas para enfrentar desastres.

Durante a Reunião Ministerial, os países do BRICS aprovaram uma Declaração Conjunta com diretrizes e políticas de prevenção e resposta a desastres. O documento consolida o compromisso do grupo com uma agenda comum voltada à prevenção, adaptação climática e promoção do desenvolvimento sustentável com justiça social.

Foi apresentado o Plano de Trabalho para o período de 2025 a 2028[83] que estabelece metas e prioridades voltadas ao fortalecimento da cooperação internacional em gestão de desastres, com ênfase em prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Essas diretrizes visam fortalecer a governança e estabelecer ações concretas.

[83] https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/noticia-mcid-n-1170

O Plano de Trabalho conta com quatro prioridades transversais: enfrentamento das desigualdades para redução das vulnerabilidades; sistemas robustos de alerta precoce e capacidade de resposta antecipatória; infraestrutura resiliente; e integração do conhecimento tradicional, local e nacional aos sistemas de redução de riscos de desastres.

Dentro do Plano, algumas das ações são:

- Produção de Planos Comunitários de Redução de Riscos de Desastres;
- Implementação de Sistemas de Alerta Precoce;
- Desenvolvimento de Infraestrutura Resiliente;
- Integração de Soluções Baseadas na Natureza;
- Modelos Sustentáveis de Financiamento.

Mudança de nome

Os países-membros também concordaram em atualizar o nome do grupo, de forma a refletir com mais precisão sua missão e seu escopo no contexto da cooperação multilateral dos BRICS. A partir de agora, passa a se chamar Grupo de Redução de Riscos de Desastres dos BRICS[84].

O MAM/Rio foi escolhido para sediar a Cúpula de Líderes do BRICS

O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio) foi escolhido para sediar a Cúpula de Líderes do BRICS Brasil, nos dias 6 e 7 de julho. A decisão destaca o local como símbolo de cultura e diplomacia – em novembro de 2024, o museu já havia recebido as delegações do G20[85].

[84] https://brics.br/pt-br/noticias/declaracao-conjunta-do-brics-define-estrategias-para-reduzir-riscos-de-desastres-climaticos

[85] https://brics.br/pt-br/noticias/mam-no-rio-de-janeiro-sera-palco-da-cupula-de-lideres-do-brics-brasil-em-julho

Aquarela latino-americana e as cores borradas da situação político-eleitoral

La acuarela latinoamericana y los colores difuminados de la situación político-electoral

Sebastian Tobar
Miryam Minayo
Sâmia de Brito

Resumo. Nesta edição do nosso relatório apresentamos o panorama político e econômico recente da região latinoamericana, com especial foco ao cenário eleitoral. Reproduzimos o discurso de posse realizado pelo novo secretário da OEA e, por fim, acompanhamos as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: o ORAS-CONHU que participou da REMSAA e a Assembleia Mundial de Saúde, o COMISCA que discutiu os temas de Equidade e Igualdade em Saúde e sistemas alimentares e o SELA que realizou fórum sobre gestão de risco a desastres.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Saúde. Política e Integração

Resumen*. En esta edición de nuestro informe, presentamos el panorama político y económico reciente de la región latinoamericana, con especial atención al escenario electoral. Reproducimos el discurso de toma de posesión del nuevo secretario de la OEA y, por último, seguimos las agendas de los organismos regionales relacionados con la salud y el desarrollo, como ORAS-CONHU, que participó en REMSAA y en la Asamblea Mundial de la Salud, COMISCA, que debatió los temas de Equidad e Igualdad en Salud y sistemas alimentarios, y SELA, que celebró un foro sobre gestión del riesgo de desastres.*

Palabras-clave: *América Latina y el Caribe. Salud. Política e Integración*

Aquarela político Latino-Americana

Em maio foi comemorado o ***Dia Internacional de Combate à Homofobia*** e a discussão sobre esse tema deve ganhar espaço na região latino-americana. Diante do avanço da retórica conservadora/direita, a violência contra a população LGBTIQ tem aumentado. Segundo relatório elaborado e divulgado pelo Caribe Informativo[86], a América Latina continua sendo a região do mundo com maior índice de criminalidade contra pessoas LGBTIQ+. México, Brasil, Colômbia, Honduras e Peru registraram mais de 1.200 assassinatos em 2024.

Essa tendência faz parte de um processo mais amplo de reorganização dos setores "anti-direitos" a nível internacional. Donald Trump, por exemplo, tem recorrido a discursos anti-LGBTQ+ com base em um pretenso resgate de valores americanos. Em janeiro de 2024, ele declarou: "*A partir de hoje, a política oficial do governo dos Estados Unidos será que existem apenas dois gêneros: masculino e feminino*[87]." A violência letal contra pessoas LGBTI+ na

[86] Caribe Informativo. *"Con Permiso para Despreciar"*. Informe de Derechos Humanos en Personas LGBTQ+ en Colombia 2024". Disponible en: https://caribeafirmativo.lgbt/

[87] https://www.lja.mx/2025/01/el-discurso-anti-lgbtq-de-donald-trump-que-medidas-busca-implementar/

América Latina e no Caribe tem sido uma questão invisível e negligenciada há muito tempo e discursos como esses do governo Trump e de outros, como o argentino Milei, podem potencializar ações sociais que aumentem a ameaça a esses grupos nos próximos anos.

Outra data importante a ser destacada durante a quinzena é o dia 19 de maio, ***Dia Mundial da Doação de Leite Materno***. A data assume um significado especial, pois a FIOCRUZ, por meio do Instituto Fernández Filgueiras, tem sido uma referência na promoção do leite materno e da estratégia de bancos de leite humano como estratégia de cooperação na América Latina e em países em desenvolvimento. A Rede de Bancos de Leite Humano já está presente em mais de 18 países da região, contando com uma cooperação significativa para sua implementação[88]. O Coordenador da Rede de Bancos de Leite Humano, por ocasião do Dia Mundial, cumprimentou as mulheres doadoras e prestou homenagem às equipes técnicas, profissionais de saúde, instituições e parceiros que fazem da rBLH uma referência internacional em políticas públicas voltadas à promoção do cuidado materno-infantil e redução da mortalidade infantil[89].

A ***Colômbia*** confirmou sua adesão à ***Nova Rota da Seda Chinesa***, que já inclui mais de 20 países da América Latina e do Caribe. O presidente colombiano Gustavo Petro assinou um plano de cooperação com o presidente chinês Xi Jinping, formalizando a incorporação do país sul-americano às Novas Rotas da Seda, projeto de investimento estrangeiro em infraestrutura da China[90]. A assinatura gerou expectativas e preocupações, principalmente pela parte da oposição e de setores empresariais que temem retaliações dos Estados Unidos, que atualmente é um dos principais parceiros comerciais da Colômbia.

A turbulência continua no ***Mercosul*** e agora se concentra na política de direitos humanos[91]. Em carta formal da Secretária de Direitos Humanos de Lula, Janine Mello dos Santos apresentou formalmente denúncias do Brasil, Chile e Uruguai à Presidência Pro Tempore da Argentina por dificultar a possibilidade de chegar a um consenso em questões relacionadas a direitos humanos, direitos das mulheres, direitos indígenas e direitos dos afrodescendentes, bem como por não realizar reuniões de consulta com a sociedade civil, entre outros. Para Brasil, Chile e Uruguai, a agenda promovida pela Argentina "*foi construída unilateralmente, o que é incompatível com a transparência e a promoção do diálogo em nível regional*". Foi a primeira vez na história de 20 anos que não foi alcançado um consenso para iniciar uma reunião para abordar questões de direitos humanos na região[92].

Nos **EUA**, Marco Rubio destacou o setor energético como fundamental para a política externa. Em uma audiência no Senado, o Secretário de Estado enfatizou a necessidade de parcerias internacionais de energia para sustentar a liderança tecnológica dos EUA diante da crescente demanda global.

---

[88] https://rblh.fiocruz.br/paises-cooperantes

[89] https://rblh.fiocruz.br/mensagem-do-coordenador-da-rblh-no-dia-mundial-da-doacao-de-leite-2025

[90] Entre 1994 e 2023, a China investiu US$ 813,3 milhões na Colômbia, principalmente nos setores de infraestrutura, mineração, energia e transporte. Em 2024, as exportações colombianas para a China atingiram US$ 2,377 bilhões, enquanto as importações do gigante asiático totalizaram US$ 15,936 bilhões. O acordo assinado abriria novos e importantes investimentos chineses na Colômbia. https://www.pagina12.com.ar/825697-colombia-confirmo-su-adhesion-a-la-nueva-ruta-de-la-seda-chi

[91] https://www.lanacion.com.ar/politica/solo-en-off-brasil-y-uruguay-enojados-por-el-trato-descortes-de-argentina-en-el-mercosur-nid26052025/

[92] https://www.lapoliticaonline.com/politica/mercosur-7071/

Durante uma aparição perante o Senado, Marco Rubio destacou a importância do setor energético[93] para os próximos 100 anos, ressaltando a crescente demanda por energia que acompanha o desenvolvimento de novas tecnologias, especialmente a Inteligência Artificial (IA). Nesse sentido, novas perspectivas geopolíticas e econômicas se abrem para países capazes de fornecer energia de forma econômica e em volume suficiente, dentre eles países da região latino-americana.

Buscando oportunidades energéticas, os Estados Unidos iniciaram conversas com o Paraguai, particularmente sobre Itaipu Binacional. "*O Paraguai atualmente possui uma usina hidrelétrica (Itaipu) e tinha um acordo de longo prazo com o Brasil, no qual vendia 50% da energia produzida, que agora expirou. (O Paraguai) está buscando o que fazer com os 50% da eletricidade gerada por hidrelétricas que não chegarão mais ao Brasil. Eles não podem colocá-la em um tanque e enviá-la para o exterior*", disse Marco Rubio sobre a situação. [94]

Na área de imigração, a Câmara dos Representantes dos EUA aprovou um controverso projeto de lei orçamentária que inclui, entre outras coisas, um imposto de 3,5%[95] sobre remessas enviadas por migrantes mexicanos para suas famílias no México. A medida afetará 4 milhões de mexicanos indocumentados nos Estados Unidos que enviam remessas para o México[96] e a milhares de pequenas empresas que incluem essas transações entre seus serviços ao cliente. Em 2024, a receita de remessas do México atingiu a histórica marca de US$ 64,746 bilhões, dos quais aproximadamente US$ 62,5 bilhões vieram dos Estados Unidos. No ano passado, as remessas equivaleram a 3,5 pontos percentuais do PIB do país latino-americano[97].

Na ***Venezuela***, após as eleições presidenciais em 2024 marcadas por pouca transparência e confiança por parte dos venezuelanos, foram realizadas eleições em 25 de maio para renovar 24 governos, 285 deputados e 520 legisladores regionais. Nesse último pleito, a abstenção, apenas 12,56% da população foi às urnas para votar, parece ter sido a resposta ao chavismo. A preparação para o pleito do último domingo já tinha sido envolta em polêmicas com países vizinhos, já que o governo havia anunciado a suspensão de "todos os vôos" da Colômbia[98] baseado na suposta chegada ao país de "mercenários", vinculados a um plano que pretendia "sabotar" as eleições regionais e parlamentares.

---

93 https://www.elobservador.com.uy/estados-unidos/economia/por-que-el-sector-energetico-es-clave-la-politica-exterior-eeuu-las-definiciones-marco-rubio-y-el-ejemplo-paraguay-n6000550

94 https://www.abc.com.py/nacionales/2025/05/20/marco-rubio-destaco-el-potencial-energetico-de-paraguay-en-el-contexto-global-de-la-ia/

95 A Câmara dos Representantes dos EUA aprovou o enorme plano tributário de Trump esta semana, que inclui um imposto de 3,5% sobre remessas, uma pequena redução da proposta original de 5%. O embaixador do México nos Estados Unidos, Esteban Moctezuma, descreveu a redução de impostos como uma conquista dos esforços de lobby que as autoridades mexicanas realizaram dias antes em Washington com legisladores e líderes empresariais dos EUA.

96 De acordo com o Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (Cemla), os migrantes mexicanos que residem nos EUA enviam 16,7% de sua renda trabalhista, enquanto os guatemaltecos enviam 45% de sua renda. https://www.cemla.org/notas-de-remesas.html

97 https://elpais.com/mexico/2025-05-25/el-impuesto-del-35-sobre-las-remesas-a-ee-uu-un-golpe-de-mas-de-2700-millones-de-dolares-para-los-migrantes-mexicanos-indocumentados.html#:~:text=El%20pleno%20de%20la%20C%C3%A1mara,la%20propuesta%20original%20del%205%25.

98 https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20250519-venezuela-suspende-vuelos-con-colombia-tras-denunciar-plan-de-mercenarios-para-sabotear-elecciones

Sobre os resultados, a líder opositora María Corina Machado[99], em sua conta da rede social X, afirmou que mais de 85% dos venezuelanos desobedeceram ao chamado para participar da farsa eleitoral convocada por Maduro e que isso representa uma derrota retumbante para o regime chavista. Por sua vez, o chavismo[100] tentou vender as eleições como uma "*grande vitória*", no entanto, a eleição foi marcada, mais uma vez, por irregularidades, abstenção em massa e falta de transparência. É um tanto patético que o governo atual esteja comemorando que o Grande Pólo Patriótico Simón Bolívar (Gppsb) conquistou 23 governos estaduais no país, incluindo o de Guayana Esequiba, com 82% de votos, quando apenas 12% dos venezuelanos votaram[101]. Essequibo, uma área de 160.000 quilômetros quadrados sob controle da Guiana, já havia estado no centro do debate durante das eleições na Venezuela. O governo de Nicolás Maduro buscou eleger o primeiro governador de Essequibo nessas eleições[102].

Em claro apoio ao Governo da Guiana, o Departamento de Estado dos EUA[103] publicou uma mensagem de felicitações ao povo da República Cooperativa da Guiana em 26 de maio, seu 59º Dia da Independência. Na mensagem, o Departamento de Estado dos EUA reafirmou seu forte compromisso com sua aliança com a Guiana, baseada em valores democráticos compartilhados e um compromisso mútuo com a segurança e prosperidade regionais, enviando um sinal claro contra as demandas da Venezuela. Durante a campanha eleitoral, Nicolás Maduro fez declarações afirmando que seu compromisso com os "*direitos históricos, territoriais e outros da Guiana Esequiba*" é *"inabalável*". Maduro insistiu que a Venezuela recuperará "totalmente" a área que, segundo ele, foi "*roubada*" pelo "*Império Britânico e seus herdeiros*", referindo-se à República Cooperativa da Guiana, uma antiga colônia britânica que se tornou independente em 1966[104].

Outro país que inicia sua campanha eleitoral é a **Bolívia**, com dez candidatos registrados[105], uma esquerda dividida sem o ex-presidente Evo Morales (2006-2019) e uma direita diversificada. Os blocos tentarão cortejar um eleitorado atingido pela pior crise econômica em décadas, buscando soluções e respostas nas eleições marcadas para agosto.

---

[99] *"Hoje, os venezuelanos derrotaram mais uma vez esse regime criminoso", afirmou a ex-deputada, enfatizando que a grande maioria da população decidiu não participar como forma de rejeição e desobediência civil."Hoje, mais de 85% dos venezuelanos desobedeceram a esse regime e disseram não. Hoje, a estratégia de terror do regime fracassou." https://twitter.com/MariaCorinaYA?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1926803794043482229%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.france24.com%2Fes%2FamC3A9rica-latina%2F20250526-el-chavismo-presume-de-una-gran-victoria-electoral-pero-la-oposiciC3B3n-apunta-a-una-alta-abstenciC3B3n*

[100] Jorge Rodríguez, chefe do comando de campanha chavista e presidente da Assembleia Nacional no poder, proclamou com triunfalismo vazio que "a Venezuela deu uma lição ao mundo". https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20250526-el-chavismo-presume-de-una-gran-victoria-electoral-pero-la-oposici%C3%B3n-apunta-a-una-alta-abstenci%C3%B3n

[101] https://www.telesurtv.net/estado-por-estado-los-resultados-del-las-mega-elecciones-de-venezuela/

[102] O chavismo insiste em eleger autoridades para um território que não controla, ignorando advertências de entidades como a Comunidade do Caribe (CARICOM) e a Corte Internacional de Justiça (CIJ), que pediram ao poder executivo que se abstenha de realizar eleições naquela área.

[103] https://www-state-gov.translate.goog/guyana-republic-national-day/

[104] https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20250523-por-qu%C3%A9-el-esequibo-est%C3%A1-en-el-centro-del-debate-de-las-elecciones-regionales-en-venezuela

[105] O Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) confirmou que recebeu dez indicações para a presidência e que o Partido da Ação Nacional Boliviana (PAN-BOL), que tentava indicar Evo Morales, não estava autorizado a participar das eleições marcadas para 17 de agosto. https://www.swissinfo.ch/spa/evo-morales-recurre-a-un-partido-inhabilitado-para-registrar-su-candidatura-presidencial/89348854

No ***Equador***, o presidente eleito Daniel Noboa inicia seu segundo mandato, seu primeiro mandato completo à frente do país, com apoio legislativo[106] e uma agenda marcada pela segurança, recuperação econômica e recuperação do petróleo. O presidente de 37 anos governará até 2029. Vários representantes internacionais compareceram à cerimônia, mas apenas o presidente Petro, da Colômbia, e a presidente Dina Boluarte, do Peru[107].

Noboa assumiu o cargo em um país profundamente polarizado. O novo presidente equatoriano foi reeleito em 14 de abril com 56% dos votos, em comparação com 44% da candidata de esquerda Luisa González, que contestou os resultados e pediu uma recontagem. No entanto, observadores da União Europeia e da OEA descartaram qualquer evidência de fraude eleitoral[108].

Por fim, importante destaque deve ser dado a sinalização de ***alto risco***, realizada pela Organização Pan-Americana da Saúde em relação à ***situação da febre amarela na Região das Américas*** em 23 de maio de 2025. Conforme relatado pela OPAS[109], o risco de surtos de febre amarela na Região das Américas é atualmente classificado como alto. A maioria dos casos relatados durante 2024 e 2025 não tinha histórico de vacinação contra febre amarela. Os níveis regionais de cobertura da vacinação contra febre amarela em crianças de 9 a 18 meses eram abaixo do ideal antes da pandemia de COVID-19 e diminuíram ainda mais entre 2020 e 2023, aumentando o número de populações suscetíveis. O aumento de casos confirmados de febre amarela nas Américas destacou a necessidade de fortalecer a vigilância, a vacinação de populações em risco e as estratégias de comunicação de risco entre comunidades afetadas e para viajantes para áreas onde a vacinação é recomendada.

O tema despertou preocupação da região andina que incluiu a discussão sobre a situação epidemiológica da Febre Amarela durante a Segunda Reunião Técnica da Rede Andina de Institutos de Saúde e suas Contrapartes – RAIS. Nessa ocasião, os Institutos se encontraram para acordar ações conjuntas que fortaleçam a resposta regional ao crescente risco de urbanização da febre amarela. A discussão fortaleceu o compartilhamento de informações entre os países e favoreceu as propostas para respostas conjuntas dos países andinos.[110]

Declaração do Secretário-Geral da OEA, Albert R. Ramdin, por ocasião do início de seu mandato

Após 10 anos do uruguaio Luis Almagro como Secretário-Geral da OEA, o diplomata surinamês assumiu o cargo de Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 26 de maio e emitiu a seguinte declaração:

---

[106] Em 15 de maio, o partido governista Ação Democrática Nacional, liderado por Noboa, assumiu o controle do novo Congresso com o apoio da maioria dos legisladores, em uma sessão presidida por sua mãe, Annabella Azín, a representante que recebeu mais votos. https://www.infobae.com/america/agencias/2025/05/23/noboa-asumira-un-nuevo-mandato-en-ecuador-con-apoyo-en-la-asamblea-nacional/

[107] https://www.primicias.ec/politica/lista-invitados-posesion-presidencial-daniel-noboa-ecuador-96864/

[108] https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20250524-daniel-noboa-asume-oficialmente-la-presidencia-de-ecuador-para-el-periodo-2025%E2%80%932029

[109] https://www.paho.org/es/documentos/evaluacion-riesgo-para-salud-publica-relacionado-con-situacion-fiebre-amarilla-region

[110] Ata da reunião da Reunião Técnica da Rede Andina de Institutos de Saúde e seus homólogos, realizada em 9 de maio de 2025, através de reunião virtual.

“Hoje, com profunda humildade e um profundo senso de responsabilidade e dedicação, inicio meu mandato como Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). Assumo esta posição não como um indivíduo, mas como um servidor comprometido dos povos das Américas. Sou inspirado pela diversidade, resiliência e potencial do nosso Hemisfério e estou totalmente comprometido em ajudar a construir um futuro baseado na paz, segurança, prosperidade, cooperação e respeito mútuo.

Vamos reinventar os chamados e objetivos que criaram esta Organização. Este é um momento que exige unidade e vontade política para fortalecer nossa determinação. Devemos fortalecer os laços entre nossas nações, nossas instituições e, acima de tudo, nossos povos. Somos mais fortes quando nos mantemos unidos. Juntos, podemos enfrentar os desafios do nosso tempo com clareza e coragem.

Minha visão é liderar uma OEA mais responsiva, inclusiva e eficaz. Uma organização que reflete a diversidade e o dinamismo da nossa região e gera benefícios tangíveis para todos. Para alcançar isso, precisamos promover uma colaboração mais profunda entre os Estados-Membros e envolver ativamente todos os setores da sociedade: governos, sociedade civil, comunidades indígenas, setor privado e, especialmente, nossos jovens.

Não tenho ilusões de que esse caminho será fácil ou rápido. O verdadeiro progresso exige tempo, confiança e esforço contínuo. Isso exigirá o melhor de todos nós e precisaremos do total apoio e comprometimento de nossos parceiros, partes interessadas e amigos em todo o Hemisfério. Mas acredito profundamente que é possível e vale a pena.

Tendo servido esta instituição por muitos anos e em diversas funções, conheço em primeira mão a qualidade das pessoas que trabalham aqui e o valor que trazemos aos nossos Estados-Membros. A OEA é importante. E contaremos nossa história com confiança e clareza, demonstrando nossa relevância com ações e nossa legitimidade com resultados.

Ao embarcarmos juntos nessa nova e emocionante jornada, estou comprometido em construir uma OEA mais forte, mais transparente e voltada para resultados, conforme idealizado por nossos Estados-membros, guiada por valores compartilhados, fundamentada na cooperação e focada em gerar resultados para aqueles a quem servimos. Vamos avançar juntos com determinação e esperança por uma América mais justa, mais democrática e mais unida.”

Durante a campanha que levou Randin a se tornar Secretário-Geral, ele rejeitou[111] sanções e propôs negociações para resolver a crise na Venezuela, bem como em Cuba e Nicarágua. Ramdin também tem relutado em transformar a OEA em uma plataforma "anti-China", como queriam os Estados Unidos, o principal financiador da organização.

Em seu primeiro discurso como Secretário-Geral eleito, Ramdin — que anteriormente atuou como Secretário Adjunto da OEA — pediu diálogo para abordar os desafios regionais, destacou a necessidade de abordar as mudanças climáticas e prometeu trabalhar para restaurar a relevância da organização interamericana. Contudo, o cenário não é dos mais favoráveis: a pressão sistêmica imposta pela crescente rivalidade entre China e Estados Unidos é agravada pelo retorno de Donald Trump à Casa Branca.

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou da REMSAA e a Assembleia Mundial de Saúde[112][113]

Na XXXVIII Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Área Andina (REMSAA), instância máxima do ORAS-CONHU, foi realizada no dia 15 de maio e contou com representantes dos Ministérios de Saúde da Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Equador e Venezuela com o intuito de fortalecer a governança regional em saúde e consolidar uma agenda sanitária comum.

Na abertura das atividades, o vice-ministro de Benefícios e Seguros em Saúde do Ministério de Saúde do Peru, representando a presidência pro tempore da REMSAA, afirmou o papel de referência do Organismo para responder aos desafios de saúde na região e reconheceu o papel da secretaria executiva para a facilitação, coordenação, promoção e assistência técnica das atividades regionais.

A secretária executiva, Maria del Carmem Calle Dávila, por sua vez, agradeceu a assistência dos países para a realização da reunião e destacou a vontade política de avanço conjunto que tem consolidado o modelo de cooperação e coordenação andino. Por fim, Calle Dávila indicou que a reunião foi resultado de um esforço de 35 comitês técnicos com o objetivo de discutir direitos humanos e de saúde.

Como resultado da reunião, além de documentos de gestão, podem ser destacados a assinatura dos seguintes compromissos:

- Política Andina para a Redução de Desigualdades em Saúde;

- Plano Andino para a Prevenção e Controle do Câncer, com ênfase no câncer infantil;

-Plano para a Eliminação da Discriminação contra Pessoas com HIV/AIDS;

-Plano Andino de Serviços de Saúde em Zonas de Fronteiras 2025-2030;

- Política para a Prevenção da Morte Materna;

- Política Andina para Idosos;

- Roteiro para a Saúde Digital

[111] https://nuso.org/articulo/OEA-albert-ramdin/

[112] https://www.orasconhu.org/es/en-la-reunion-de-ministros-se-destaco-la-labor-del-oras-conhu-como-referente-en-salud-y-se

[113] https://www.orasconhu.org/es/el-oras-conhu-en-la-78a-asamblea-mundial-de-la-salud-reafirmando-la-unidad-andina-y-respondiendo-al

A secretaria executiva do ORAS-CONHU, Maria del Carmem Calle Dávila, também participou da 78ª Assembleia Mundial de Saúde da OMS com vistas a reafirmar o compromisso dos países andinos com a integração regional e cooperação internacional frente aos desafios da saúde pública global. Calle Dávila reafirmou a importância de respostas conjuntas frente aos desafios sanitários atuais e sinalizou o objetivo do ORAS-Conhu, em conjunto com seus parceiros estratégicos, de promover a saúde e o bem-estar para todos.

O Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) discutiu os temas de Equidade e Igualdade em Saúde e sistemas alimentares [114][115]

A Secretaria executiva do COMISCA em conjunto com o Ministério da Saúde da Costa Rica e a Comissão Técnica de Gênero e Saúde (CTGS), organizou uma reunião para socialização da Estratégia para a equidade e igualdade em saúde entre mulheres e homens na América Central e República Dominicana 2023-2030. O objetivo da estratégia é promover mudanças significativas na perspectiva de gênero nos sistemas de saúde dos países membros do Sistema de Integração da América Central, fortalecendo a promoção da saúde, equidade de gênero e prevenção de violência. Segundo representantes do Instituto Nacional das Mulheres e do Ministério da Saúde da Costa Rica, o enfoque permite identificar e abordar as disparidades e injustiças em saúde cometida contra mulheres e homens por motivo de gênero e respaldam os direitos de igualdade em saúde para homens e mulheres que historicamente tem enfrentados vulnerabilidades no acesso a saúde.

Em evento para discussão de sistemas alimentares na região centroamericana, representantes do Sistema da Integração América Central (SICA) apresentaram o Plano de Ação Regional para cumprimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional da América Central e República Dominicana (POLSAN 2021-2032) que tem como objetivo orientar as prioridades regionais para avançar sistemas alimentares sustentáveis, inclusivos e resilientes. O Plano visa a colaboração e coordenação entre diversos atores intersetoriais a nível nacional, regional e internacional e é resultado de uma série de consultas que participaram mais de 150 instituições entre entidades nacionais, organizações da sociedade civil, academia, setor privado entre outros.

O Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) realizou fórum sobre gestão de risco a desastres[116]

O SELA participou do painel "Mecanismos de Financiamento de ações climática e Gestão de riscos" que foi realizado no marco da Semana de Sustentabilidade 2025, organizado pela Rede ARISE Honduras e pelo Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres (UNDRRR) e a Rede Integrarse.

Durante intervenção no evento, o coordenador de desenvolvimento social do SELA, Gustavo Herrera, afirmou que o SELA busca fortalecer a colaboração entre governos e setores privados para a redução do risco de desastres, através da criação de um espaço para o diálogo,

[114] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-el-ministerio-de-salud-de-costa-rica-presentan-la-estrategia-para-la-equidad-e-igualdad-en-salud-entre-mujeres-y-hombres-en-centroamerica-y-republica-dominicana-2023-2030_1_135223.html

[115] https://www.sica.int/noticias/region-sica-apuesta-por-sistemas-alimentarios-resilientes-e-inclusivos_1_135222.html

[116] https://www.sela.org/sela-promueve-las-alianzas-publico-privadas-para-la-gestion-del-riesgo-de-desastres-en-iv-foro-regional-arise/

intercâmbio de conhecimentos e promoção de ações concretas que contribuam para a resiliência da região.

Por fim, apresentou boas práticas identificadas, como a criação de plataformas de diálogo multisetorial, definição clara de roles, o estabelecimento de marcos legais favoráveis entre outros.

II Diálogo Brasil-África

2nd Brazil-Africa Dialogue

Augusto Paulo Silva
Manuel Mahoche
Tomé Cá
Dala Djop
Felix Rosenberg

Resumo. O presente informe aborda o II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília de 20 a 22 de maio. O Diálogo reuniu delegações de países africanos, incluindo ministros da agricultura, representantes de organizações internacionais, bancos de desenvolvimento, instituições de pesquisa, organizações de agricultura familiar e entidades do setor privado. O Ministro Mauro Vieira destacou a importância da cooperação entre Brasil e África, mencionando a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Senhora Janja Lula da Silva. Ele enfatizou os vínculos históricos e culturais entre Brasil e África, e a necessidade de enfrentar desafios comuns como fome, pobreza e desigualdade social. O Ministro também mencionou a expressiva participação de delegações africanas e a realização da COP 30 em Belém. A adoção da Declaração Final, reafirmando o compromisso de cooperação entre Brasil e África. O informe também repercute a visita oficial do Presidente de Angola, João Lourenço, ao Brasil. O comércio e a cooperação entre Brasil e Angola foram temas centrais dessa visita oficial. Por fim, o informe publicou a comunicação da 3ª Reunião Ministerial UE-AU, realizada em 2025, avaliou a Visão Conjunta para 2030 para uma parceria renovada, preparando o terreno para a 7ª Cúpula UA-UE, que ocorrerá na África em 2025. A reunião foi copresidida pela Alta Representante da UE, Kaja Kallas, e pelo Ministro das Relações Externas de Angola, Téte António.

Palavras-chave: União Africana. União Europeia. Brasil. Angola.

Abstract. *This report covers the II Brazil-Africa Dialogue on Food Security, Combating Hunger, and Rural Development, held in Brasília from 20th to 22nd May. The Dialogue brought together delegations from various African nations, including agriculture ministers, representatives from international organizations, development banks, research institutions, family farming organizations, and private sector entities. Minister Mauro Vieira highlighted the significance of cooperation between Brazil and Africa, noting the presence of President Luiz Inácio Lula da Silva and Mrs. Janja Lula da Silva. He underscored the historical and cultural ties between the two regions and the urgent need to tackle shared challenges such as hunger, poverty, and social inequality. The Minister also mentioned the considerable participation of African delegations and the upcoming COP 30 in Belém. The Dialogue concluded with the adoption of a Final Declaration, reaffirming the commitment to enhanced cooperation between Brazil and Africa. The report also reflects on the official visit of Angolan President João Lourenço to Brazil, during which trade and cooperation between Brazil and Angola were central themes. Finally, the report includes the communiqué from the 3rd EU-AU Ministerial Meeting, which took place in 2025. This meeting assessed the Joint Vision for 2030 for a renewed partnership, laying the groundwork for the 7th*

AU-EU Summit, scheduled to be held in Africa in 2025. The meeting was co-chaired by the EU High Representative, Kaja Kallas, and Angola's Minister of External Relations, Téte António.

Keywords: *African Union. European Union. Brazil. Angola.*

II Diálogo Brasil-África sobre segurança alimentar, combate à fome e desenvolvimento rural

O II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural teve lugar em Brasília de 20 a 22 de maio de 2025. O evento reflete a prioridade da política externa brasileira em fortalecer as relações com os países africanos, pautada em valores compartilhados e cooperação baseada na solidariedade e respeito mútuo.

O Diálogo reuniu delegações oficiais de países africanos, incluindo Ministros da Agricultura, representantes de organizações internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento, instituições de pesquisa, organizações e cooperativas da agricultura familiar e entidades do setor privado.

Depois da primeira edição em 2010, a atual buscou promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências bem-sucedidas para fortalecer a produção alimentar local nos países africanos, bem como refletir sobre as experiências brasileiras à luz das observações das delegações africanas.

Principais objetivos do II Diálogo:

- o compartilhamento de experiências em produção agropecuária e aquícola,
- a troca de conhecimentos e tecnologias,
- o debate sobre o papel de políticas públicas eficazes,
- a discussão sobre pesquisa e inovação,
- a valorização da agricultura familiar e da sustentabilidade,
- a identificação de novas oportunidades de cooperação técnica,
- a exploração de alternativas de financiamento e investimentos,
- a apresentação dos objetivos da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.
- Resultados esperados: fortalecimento da cooperação bilateral e multilateral e fomento de parcerias sustentáveis.

A programação contou com visitas de campo nos dois primeiros dias: visitas no entorno de Brasília, incluindo a CONAB, unidades da Embrapa e cooperativas, abordando temas como agricultura familiar, sistemas de integração, saúde do solo, acervo genético de hortaliças, bioinsumos, reuso de esgoto e comercialização, outras visitas ocorreram no Vale do São Francisco, com foco na Embrapa Semiárido e produtores, explorando tecnologias para convivência com a seca, rebanho resistente, agricultura irrigada e fruticultura tropicalizada.

O último dia foi dedicado ao "Diálogo de Alto Nível" (Agenda), com painéis sobre sistemas agroalimentares sustentáveis e resilientes, pesquisa, desenvolvimento e inovação, Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e políticas públicas, e financiamento.

Discurso do Ministro Mauro Vieira na abertura do II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural

É com grande satisfação que dou as boas-vindas, ao Palácio Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, às autoridades africanas e brasileiras que participam do II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

Agradeço, também, a honrosa presença do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cujo empenho pessoal e firme compromisso com uma política externa voltada para o fortalecimento dos laços com o continente africano foram determinantes para a realização desta reunião. Gostaria de reconhecer, ainda, a presença da Senhora Janja Lula da Silva, cuja voz ativa e engajada nos temas sociais muito tem contribuído para o combate à pobreza e à fome no Brasil e no mundo.

Para o Brasil, as questões africanas não são observadas à distância. Ao contrário, são vistas, com proximidade e intimidade, pois fazem parte de nossa identidade e de nossa história.

Temos reforçado os vínculos com cada um dos países africanos com base em valores comuns e em uma cooperação orientada pela solidariedade e pelo respeito mútuo. Compartilhamos também desafios semelhantes — como a fome, a pobreza e a desigualdade social — que motivaram, em 2010, a realização do I Diálogo Brasil-África, ainda no segundo mandato do Presidente Lula. Naquela ocasião, contamos com a presença de 39 delegações africanas e 6 organizações internacionais, em uma experiência muito bem-sucedida.

Hoje, neste II Diálogo, temos a honra de receber representantes de 44 países e de 10 organizações internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento e fundações filantrópicas. A expressiva participação das delegações africanas evidência, de forma contundente, a força do Sul Global e sua crescente capacidade de formular soluções diante de um dos maiores desafios contemporâneos: a segurança alimentar — especialmente em um cenário profundamente impactado pelas mudanças climáticas, tema ao qual o Presidente tem atribuído prioridade em sua política interna e externa.

Nesse espírito, destaco a realização da COP 30, que acontecerá em novembro, em Belém do Pará. Será uma honra contar com a presença de seus países nesse evento de relevância global.

Esperamos que as visitas de campo programadas para Brasília e Petrolina, no semiárido brasileiro, possam inspirar novas iniciativas de cooperação entre o Brasil e os países africanos — baseadas em um modelo de desenvolvimento agrícola sustentável e comprometido com a segurança alimentar e nutricional.

Nos últimos anos, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, unidade do Ministério das Relações Exteriores, temos revitalizado iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangular com os países africanos em diversas frentes, inclusive nas áreas de segurança alimentar, agricultura familiar, desenvolvimento rural e combate à pobreza.

Nesse espírito, temos igualmente incentivado a adesão de países e instituições à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada sob a presidência brasileira do G20, no ano passado. A Aliança já reúne mais de 180 membros, dos quais 26 são países africanos, além da União Africana e da Agência da União Africana para o Desenvolvimento.

Reafirmo, assim, a plena disposição do Brasil em seguir cooperando com os países africanos neste e em outros domínios, por meio da troca de experiências, do fortalecimento de capacidades locais e da promoção de soluções adaptadas às realidades de cada país.

Reitero meus agradecimentos pela presença do Senhor Presidente da República, da Senhora Janja Lula da Silva, e das várias outras autoridades do governo aqui presentes. A participação de todos reafirma o sólido compromisso do Brasil em aprofundar e fortalecer os laços que nos unem ao continente africano.

Tenho plena convicção de que este II Diálogo Brasil-África será uma semente fértil, a partir da qual colheremos, juntos, um futuro de menor desigualdade e maior desenvolvimento para nossos povos.

Desejo a todos um evento produtivo, inspirador e transformador.

Intervenção do Ministro de Estado Mauro Vieira, do Brasil, no encerramento do II Diálogo Brasil-África

Chegamos ao final das discussões deste II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural. Após uma jornada rica e intensa de debates, tivemos a valiosa oportunidade de compartilhar experiências, aprofundar conhecimentos e identificar parcerias estratégicas para enfrentar os desafios da fome e da pobreza, promover a segurança alimentar e impulsionar o desenvolvimento agrícola sustentável em nossos países.

O governo brasileiro apresentou às delegações dos países africanos aqui presentes uma proposta Declaração Final, na qual reiteramos:

- A centralidade da agricultura familiar na promoção da segurança e soberania alimentar e na construção de resiliência frente à mudança do clima;

- O papel essencial das mulheres, dos jovens e das comunidades tradicionais nos sistemas alimentares sustentáveis;

- E o valor estratégico da cooperação Sul-Sul e Trilateral, baseada na solidariedade, no respeito mútuo e no intercâmbio de experiências exitosas.

Vamos incluir, como pedido, frase afirmando que as preocupações dos pequenos estados insulares em desenvolvimento devem ser levadas em consideração. Atualizaremos, também as adesões à Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, pois o Reino de Essuatíni, o Senegal e o Zimbábue também se tornaram membros da coalizão.

Tendo em conta o texto apresentado, e não havendo objeções por parte das delegações, proponho a adoção da Declaração Final do II Diálogo Brasil-África.

Assim, esta Declaração está formalmente adotada.

Senhoras e senhores,

No seminário de hoje, debatemos desafios cruciais e caminhos possíveis para enfrentá-los, com destaque para temas como a resiliência climática, o fortalecimento da agricultura familiar, a inovação tecnológica, o acesso ao financiamento e o papel catalisador da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, projeto pessoal do Presidente Lula, apresentado durante a presidência brasileira do G20.

Tivemos a satisfação de conhecer não apenas estratégias nacionais, mas também iniciativas de grande relevância para nossos países, como a Força-Tarefa de Segurança Alimentar do G20, lançada sob a presidência sul-africana em 2025, que coloca o combate à fome no centro da agenda internacional. A União Africana, por sua vez, tem liderado esforços importantes para transformar a agricultura e os sistemas alimentares no continente, por meio do Plano de Ação de Campala, adotado em janeiro deste ano.

É com grande satisfação que destaco a adesão do Reino de Essuatíni, do Senegal, do Zimbábue e do Banco Africano de Desenvolvimento à Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. Renovo, uma vez mais, o convite aos países e instituições aqui presentes para que se unam à Aliança Global, fortalecendo esse esforço coletivo em prol da erradicação da fome e da pobreza.

Este II Diálogo Brasil-África também se consagrou como espaço de convergência de interesses e de agendas comuns. Saúdo, nesse sentido, a assinatura de seis memorandos de entendimento e três protocolos sanitários, que reforçam a cooperação entre o Brasil e os países africanos.

Assinei, há pouco, acordo com a Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que viabilizará a atuação de técnico da instituição em Adis Abeba, criado para coordenar a cooperação internacional para o desenvolvimento no continente africano, conforme anunciado pelo Presidente Lula durante sua participação na Cúpula da União Africana, em 2024.

A realização deste Diálogo, como enfatizou o Presidente Lula, deverá impulsionar novas iniciativas de cooperação entre o Brasil e os países e organizações do continente africano. Atualmente, o Brasil mantém 42 acordos bilaterais de cooperação técnica, incluindo com a União Africana, que amparam 120 projetos em execução.

Gostaria de destacar, entre esses projetos, os programas transformadores no setor do algodão, como o "Cotton-4" e o "Cotton Victoria", frutos de compensações financeiras obtidas a partir de uma decisão favorável ao Brasil em contencioso na Organização Mundial do Comércio (OMC). Esses exemplos ilustram a importância do multilateralismo e o potencial do Sul Global para beneficiar-se de um sistema de governança internacional que reflita as necessidades e aspirações dos países em desenvolvimento.

Caros amigos,

Registro, com satisfação, o crescimento das relações comerciais entre o Brasil e os países africanos. Em 2024, o comércio bilateral superou os US$ 24 bilhões, um aumento de 19% em relação ao ano anterior. Ainda assim, há espaço para expandir significativamente esse intercâmbio.

Faço, portanto, um apelo ao setor privado brasileiro: olhem com atenção para as oportunidades que o continente africano oferece. Com a população mais jovem do mundo – mais de 1,3 bilhão de pessoas, distribuídas em 54 países –, o continente cresce, inova e se transforma. Seu PIB já ultrapassa US$ 3 trilhões, com crescimento médio anual de 3,5%.

A política externa brasileira seguirá priorizando o fortalecimento das relações com os países africanos. Em 2025, o Brasil preside o BRICS e sediará, em novembro, a COP30. Em 2026, realizaremos a Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Em todas essas ocasiões, os temas da segurança alimentar, do combate à fome e do desenvolvimento rural permanecerão no centro de nossas prioridades.

Como sempre destaca o Presidente Lula, erradicar a fome e a pobreza é um imperativo moral e político que nos convoca à ação.

Declaro, assim, encerrado o II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

Amanhã, teremos a satisfação de nos reencontrar para celebrar, com alegria e espírito de amizade, o Dia da África, 25 de Maio.

Declaração Final

1. Nós, representantes dos países africanos e da República Federativa do Brasil, reunidos em Brasília para o Segundo Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, recordamos com apreço os resultados da primeira edição deste Diálogo, realizada em 2010.

2. Reconhecemos que, apesar de alguns avanços, muitos dos desafios identificados naquele momento permanecem sem solução. A fome persistente, a pobreza rural e as desigualdades estruturais continuam a afetar milhões de pessoas em nossas regiões, em um contexto agora agravado pelos impactos de mudança do clima, perda de biodiversidade, acidificação dos oceanos, crises de saúde pública, conflitos armados e erosão da arquitetura internacional de financiamento para o desenvolvimento. A persistente inflação alimentar e as frequentes altas dos preços dos alimentos são consequências desses desafios. Os povos da África e os afrodescendentes sofrem os maiores impactos das mudanças climáticas e das desigualdades estruturais.

3. Reconhecemos os laços históricos, culturais e ecológicos que conectam Brasil e África, bem como reafirmamos nosso compromisso de aprofundar nossa cooperação com base na solidariedade, na aprendizagem mútua, nas experiências compartilhadas e nos princípios da Cooperação Sul-Sul e Trilateral. Reafirmamos esses laços neste ano em que a União Africana declarou como seu tema “Justiça para os Africanos e Afrodescendentes por meio de Reparações” e foi proclamada pela ONU a Segunda Década Internacional para Pessoas Afrodescendentes.

4. Destacamos que a transformação dos sistemas alimentares deve estar centrada nas pessoas, ancorada no Direito Humano à Alimentação Adequada e na centralidade da agricultura familiar, particularmente no papel desempenhado pelas mulheres, jovens, comunidades tradicionais e locais e Povos Indígenas. Os sistemas alimentares sustentáveis devem garantir a produção e o consumo de alimentos nutritivos, e ao mesmo tempo gerar empregos e renda, salvaguardar a biodiversidade, proteger os ecossistemas e fortalecer a resiliência diante das crises globais, particularmente aquelas relacionadas a perturbações climáticas e ambientais, contribuindo assim para a soberania alimentar. Nesse sentido, a agricultura familiar surge não apenas como meio de produção de alimentos, mas também como pilar da soberania alimentar, da coesão social, da resiliência climática e do desenvolvimento inclusivo. Reafirmamos a importância estratégica da agricultura familiar, que produz a maior parte dos alimentos consumidos no Brasil e em muitos países africanos.

5. Congratulamos as ações empreendidas desde 2010 pelos países africanos e pelo Brasil, incluindo a expansão de programas institucionais de aquisição de alimentos, esquemas nacionais de alimentação escolar, apoio técnico às atividades de pesca e aquicultura sustentáveis e políticas públicas para promover a agricultura de pequenas propriedades, a agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Reconhecemos as importantes contribuições da Embrapa, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da FAO, do PMA, do FIDA e de outras instituições nacionais e internacionais a nossos esforços conjuntos.

6. Saudamos o lançamento da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza pelo Brasil durante sua Presidência do G20 em 2024 e destacamos o alinhamento desta iniciativa com os princípios e prioridades expressos durante este Diálogo. Saudamos o Reino de Essuatíni, o Zimbábue, o Senegal e o Banco Africano de Desenvolvimento como novos membros da Aliança. Encorajamos todos os países e instituições presentes a aderirem à Aliança e a contribuírem para a sua missão.

7. Expressamos forte apoio à Década da Agricultura Familiar da ONU (2019–2028) e ao trabalho coordenado pela FAO e FIDA para alavancá-la como uma plataforma estratégica para mobilizar recursos, alinhar esforços de cooperação internacional e promover planos de ação nacionais que apoiem o desenvolvimento rural sustentável e políticas inclusivas para pequenos agricultores e da agricultura familiar.

8. Destacamos o papel vital da pesca e da aquicultura sustentáveis para alcançar a segurança alimentar e nutricional no Brasil e na África, ao mesmo tempo em que apoiamos os meios de subsistência de milhões de pessoas. Estes setores são fundamentais para a Estratégia de Economia Azul da União Africana e para a Agenda 2063, as quais reconhecem os sistemas alimentares aquáticos como motores para o crescimento inclusivo, a resiliência climática e a redução da pobreza. Destacamos também o Roteiro de Transformação Azul da FAO como um guia útil para melhorar a sustentabilidade e maximizar a contribuição da pesca e aquicultura para o emprego, a diversificação econômica e a restauração dos ecossistemas.

9. Instamos uma colaboração ampliada em matéria de proteção ambiental, reflorestamento e gestão sustentável da terra e da água, em alinhamento com os princípios da Década das Nações Unidas da Restauração dos Ecossistemas. Apoiamos a integração de conhecimentos tradicionais e práticas comunitárias nas políticas de clima e biodiversidade, garantindo que agricultores familiares e pequenos agricultores – incluindo comunidades rurais e pesqueiras – sejam agentes e beneficiários de transições ambientais.

10. Pedimos às delegações da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) que ampliem o acesso ao financiamento climático para comunidades pesqueiras, pequenos agricultores e agricultores familiares - especialmente mulheres, jovens e comunidades marginalizadas - protegendo-os de eventos tanto extremos quanto de início lento que ameacem os meios de subsistência e os mercados locais. As especificidades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento devem ser levadas em consideração.

11. Reafirmamos a importância da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) e o compromisso dos países desenvolvidos em alcançar a meta de 0,7% do PIB. Reconhecemos os impedimentos ao crescimento em países de baixa e média renda e enfatizamos a necessidade de políticas coerentes e

ferramentas práticas para enfrentar os desafios estruturais ao desenvolvimento sustentável. Instamos um progresso acelerado em iniciativas como a Cláusula de Dívida Resiliente ao Clima (CRDCs), trocas de dívida e outras inovações financeiras. Advogamos pela continuação das discussões sobre o papel dos Direitos de Saque Especiais (DSE), incluindo a possibilidade de novas emissões com melhor distribuição aos países menos desenvolvidos e a operacionalização da canalização dos DSEs através de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Também incentivamos a ampliação do uso de financiamento combinado, ferramentas de melhoria de crédito e estruturas de capital de primeira perda.

12. Ressaltamos o fato de que o comércio internacional, bem como regional e local, desempenha um papel crucial no alívio da insegurança alimentar e desnutrição, na promoção do desenvolvimento econômico sustentável e na preservação e restauração ambientais, inclusive facilitando a movimentação de alimentos de regiões excedentes para regiões deficitárias, melhorando, assim, a disponibilidade de alimentos, promovendo o acesso e ajudando a estabilização de preços. Nesse sentido, enfatizamos a necessidade de garantir um sistema multilateral de comércio baseado em regras, não discriminatório, justo, aberto, inclusivo, equitativo e transparente, com a OMC em seu cerne.

13. Expressamos forte apoio ao fortalecimento da cooperação em pesquisa e inovação agrícolas para o desenvolvimento, inclusive por meio da Rede de Pesquisa e Inovação Brasil-África. Damos boas-vindas à criação de um programa de bolsas para pesquisadores africanos passarem um tempo em instituições brasileiras, e ao desenvolvimento de agendas conjuntas sobre saúde do solo, gestão da pesca e da aquicultura, adaptação climática a eventos extremos do tempo, práticas agroecológicas, culturas intercalares, sistemas agroflorestais, culturas de oportunidade, mecanização agrícola em pequena escala, produção animal, fornecimento de alimentos e agrotecnologias inclusivas. A cooperação em agroecologia, em conhecimento de base comunitária e em sistemas de sementes é essencial para preservar a diversidade genética, a restauração e regeneração do solo e para reconhecer devidamente os pequenos agricultores e agricultores familiares como agentes inovadores e guardiões da biodiversidade.

14. Encorajamos um maior investimento em esforços de integração regional e continental, particularmente em infraestrutura para produção de alimentos, reservas de alimentos, processamento e distribuição, acesso equitativo a financiamento e tecnologias climáticos e mecanismos que permitam a agregação e ampliação de programas comunitários e nacionais bem-sucedidos. Enfatizamos a importância de mecanismos de financiamento climático justos e previsíveis que atendam às necessidades específicas dos países em desenvolvimento e dos trabalhadores em sistemas agroalimentares.

15. Afirmamos a necessidade de promover a coerência e a visão de longo prazo nas parcerias internacionais com a África, priorizando programas que sejam controlados pelos países, inclusivos, adaptados às condições locais e fundamentados no Direito Humano à Alimentação Adequada. Incentivamos uma colaboração renovada entre instituições africanas e suas homólogas na América Latina e Caribe, para apoiar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063 da União Africana.

16. Expressamos nosso agradecimento ao Governo brasileiro por convocar este Diálogo e facilitar uma troca de perspectivas aberta, transparente e inclusiva. Reafirmamos nossa intenção de continuar este diálogo e traduzir nossa visão compartilhada em ações concretas que promovam a justiça social, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento resiliente ao clima em benefício de nossos povos e gerações futuras.

Brasília, 19–23 de maio de 2025

Visita do Presidente de Angola ao Brasil

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu o Presidente de Angola, João Lourenço, em visita oficial de Estado, em 23 de maio. Durante o encontro, os dois países assinaram acordos e memorandos nas áreas de direitos humanos, segurança, energia e desenvolvimento sustentável.

Lula destacou:

> "Essa visita de Estado é importante por vários motivos: celebra os 50 anos da independência de Angola e os 50 anos do estabelecimento de nossas relações diplomáticas. O Brasil se orgulha de ter sido o primeiro país a reconhecer a independência angolana".

A visita ocorreu em meio à Semana da África no Brasil e ao II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, que reúne líderes e representantes de países africanos em Brasília.

Relações diplomáticas – Lula destacou a importância da relação entre os dois países. A visita de João Lourenço realizou-se em meio à comemoração dos 50 anos da independência de Angola e do início das relações diplomáticas com o Brasil, ocorridas em novembro e dezembro de 1975, respectivamente.

O Presidente Lula disse ainda que o Brasil sediará, em novembro próximo, a COP 30, em Belém, no coração da Amazónia, em relação à qual disse poder contar com o apoio de Angola, uma vez que ela será um marco importante.

Referiu ainda que África é a região do mundo que menos emite gás de efeito estufa, mas uma das que mais sofre as consequências perversas do aquecimento global. "Não haverá transição justa sem que se considerem as circunstâncias dos países do sul global". Neste contexto, disse que "junto com a FAO, elaboramos um guia para a inclusão de políticas sociais e de transformação de sistemas alimentares nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, *Nationally Determined Contributions*). Os países ricos, que foram os maiores beneficiados pela economia baseada no carbono, precisam estar à altura de suas responsabilidades de financiamento da transição energética".

Lula revelou ainda ter sido abordado com o Presidente João Lourenço que, no decorrer da COP, será lançado o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, no sentido de remunerar países em desenvolvimento que preservem suas florestas.

"Com territórios que abrigam parte das duas maiores florestas tropicais do planeta, a Amazónia e o Congo, Brasil e Angola devem assegurar que a preservação desses biomas seja remunerada pelos serviços ecossistémicos que prestam.", afirmou Lula da Silva.

Acrescentou ainda que "precisamos ampliar os compromissos com o uso sustentável da biodiversidade marítima".

> "Essa é a mensagem que eu levarei à 3ª Conferência dos Oceanos da ONU no mês que vem na França, na cidade de Nice. O oceano também nos une na zona de paz e cooperação do Atlântico Sul, que ano que vem completará 40 anos. Seguiremos defendendo esses princípios na presidência brasileira dos BRICS neste ano, no Brasil, também do qual o Presidente João Lourenço é convidado a participar", acrescentou.

Disse ainda que a consolidação dos BRICS como principal espaço de articulação dos países emergentes é favorecida pela expressiva participação de Estados africanos como membros plenos, parceiros de diálogo e convidados.

Brasil e África – Durante sua declaração à imprensa, o Presidente angolano destacou o fortalecimento das relações entre os dois países nos últimos anos. Ele mencionou a visita de

Estado do Presidente Lula a Luanda, que marcou simbolicamente o retorno do Brasil ao continente.

> "O presidente Lula dizia, em Luanda, que o Brasil estava de volta ao continente africano. De lá para cá, nós constatamos que, efetivamente, o Brasil está de volta à África. E o exemplo disso é que, nesse período de cerca de dois anos, conhecemos uma intensa troca de delegações, da Angola para o Brasil e do Brasil para Angola. Delegações de distintos níveis que combinaram com delegações encabeçadas por Ministros", afirmou João Lourenço.

Pauta comercial – O presidente brasileiro destacou que a questão comercial é uma prioridade, ressaltando que Angola é um país confiável para parcerias.

> "Ampliar e diversificar a pauta comercial são prioridades. Tenho certeza de que voltaremos a superar em breve o ápice de nosso intercâmbio, que chegou a 4 bilhões de dólares em 2008. Estamos modernizando os instrumentos de garantia de crédito às exportações. Angola sempre foi um bom pagador e quitou sua dívida com cinco anos de antecedência", disse.

Parcerias – Angola é um dos principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano. De janeiro a abril de 2025, o intercâmbio comercial entre Brasil e Angola foi de US$ 282,3 milhões. No período, o Brasil exportou US$ 190,9 milhões e importou US$ 91,4 milhões. Já no ano de 2024, as exportações para Angola alcançaram US$ 492 milhões, e as importações, US$ 1,07 bilhão.

As exportações brasileiras para Angola incluem carnes bovinas, suínas e de aves congeladas ou refrigeradas (30%), açúcares e melaços (23%), entre outros. Já as importações são constituídas por óleos brutos de petróleo (94%) e óleos combustíveis de petróleo (6,2%).

Defesa e segurança – O líder brasileiro também ressaltou o fortalecimento da cooperação entre Brasil e Angola nas áreas de defesa e segurança.

> "Também seguiremos cooperando na área de defesa e na modernização das frotas aéreas e da marinha angolana. A Embraer está à disposição para a restauração da frota angolana de aeronaves Super Tucano e o fornecimento de aeronaves adicionais", disse. Entre as aeronaves, estão 3 cargueiros multimissão KC-390, da Embraer. "Na área de segurança, nossa Polícia Federal e a Polícia Nacional Angolana assinam hoje instrumento de cooperação para o combate ao crime organizado."

Comunidade brasileira — Outro ponto ressaltado pelo presidente Lula foi a recente criação do Consulado-Geral do Brasil em Luanda, que vai permitir atendimento mais eficiente aos brasileiros que vivem em Angola: a maior comunidade brasileira no continente africano.

"A recente inauguração do Consulado-Geral em Luanda possibilitará um melhor atendimento para os 30 mil brasileiros que formam nossa maior comunidade na África e aos angolanos", disse o Presidente Lula, lembrando da ampliação da validade dos vistos de visita para nacionais angolanos, de dois para cinco anos.

Angola reúne a maior comunidade brasileira no continente africano, com cerca de 25 mil pessoas. O grande interesse de angolanos em visitar, estudar e trabalhar no Brasil, além da grande comunidade brasileira em Angola, motivaram a criação do Consulado em 2023.

Meio ambiente – questões ambientais também estiveram presentes nas discussões entre os dois presidentes. "Com territórios que abrigam parte das duas maiores florestas tropicais do planeta, a Amazônia e o Congo, Brasil e Angola devem assegurar que a preservação desses biomas seja remunerada pelos serviços ecossistêmicos que prestam", disse Lula.

4 Acordos de cooperação

- Memorando de Entendimento entre o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania da República Federativa do Brasil e o Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher da República de Angola para a Criação de Mecanismos de Fomento da Cooperação Bilateral para o Intercâmbio de Boas Práticas na Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Pessoas Afetadas pela Hanseníase e Crianças e Adolescentes.
- Memorando de Entendimento entre a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública - Sonangol E.P. em Matéria de Pesquisa e Desenvolvimento e Projetos de Interesse no *Upstream*.
- Memorando de Entendimento entre a Polícia Federal da República Federativa do Brasil e a Polícia Nacional de Angola.
- Projeto de Fortalecimento das Instituições Angolanas de Pesquisa Agropecuária e Florestal para o Desenvolvimento Sustentável de Regiões Semiáridas.

3ª Reunião Ministerial da UE-AU

Comunique conjunta

1. Os Ministros dos Relações Exteriores dos Estados-Membros da União Europeia (UE) e a União Africana (AU) concluíram sua 3ª reunião ministerial, realizando uma avaliação da Visão Conjunta para 2030 para uma parceria renovada, adotada na 6ª Cúpula EU-UA em 2022. Este encontro ministerial abre caminho para a 7.ª Cúpula UA-UE, que terá lugar em África, em 2025, assinalando 25 anos de parceria desde a Cimeira do Cairo em 2000.

2. A reunião foi co-presidida por H.E. Kaja Kallas, Alta Representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, e Téte António, Ministro das Relações Externas de Angola na qualidade de Presidente do Conselho Executivo da União Africana. Os Ministros comemoraram a participação de Mahmoud Ali Youssouf, novo Presidente da Comissão da União Africana.

3. Os Ministros celebraram que as relações cresceram em profundidade, ambição mútua e importância política nos últimos 25 anos. Essa parceria única, estratégica e mútua, cobrindo uma grande gama de áreas, envolvendo todos os órgãos de ambas organizações, contribui diretamente e se alinha com a agenda 2063 da UA e as prioridades políticas da UE, consistente com nossos compromissos compartilhados com a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o Acordo de Paris. Os Ministros observaram que a parceria UE-AU está superando os desafios geopolíticos passados e atuais, demonstrando que nosso futuro está em estreita cooperação e esforços conjuntos para o benefício mútuo dos povos da África e da Europa.

4. Os Ministros receberam com satisfação o progresso alcançado na implementação dos compromissos que os Chefes de Estado e de Governo da UE e da UE estabeleceram na Visão Conjunta de 2030. Eles

tomaram nota do relatório de monitoramento preliminar considerado pelo Comitê Ministerial da UE e incentivou sua finalização conjunta e submissão à próxima Cúpula. Os Ministros decidiram fortalecer o mecanismo de acompanhamento, garantindo a complementaridade em nível ministerial e técnico. Concordaram em continuar monitorando e fazendo um balanço da implementação de compromissos mutuamente benéficos assumidos no contexto da Visão Conjunta para 2030. Nesse sentido, concordaram que a agenda e o programa da 7ª Cúpula da UA-UE incluirão o progresso realizado na implementação de compromissos feitos na Declaração da 6ª Cúpula.

5. A parceria UE-UA, com base em valores compartilhados, respeito e interesses mútuos e sua relevância e confiabilidade contínuas, no contexto da mudança de dinâmica global, o aumento das tensões geopolíticas e a concorrência geoeconômica, a instabilidade e a fragmentação, o aumento de conflitos, a desigualdade, bem como o impacto da demografia e a migração, a tripla crise planetária das alterações climáticas, da perda de biodiversidade e da poluição nos nossos continentes. Diante desse ambiente político e socioeconômico em evolução, os esforços colaborativos para fortalecer sua parceria para cumprir efetivamente em sua agenda conjunta são fundamentais para abordar prioridades comuns, interesses mútuos e promover e proteger valores compartilhados, principalmente os direitos humanos, bem como a segurança e a prosperidade de seus cidadãos.

6. Os Ministros destacaram que, como parceiros, estão trabalhando em interesses compartilhados para o bem comum do povo dos dois continentes. Nossas duas Uniões se alinham a uma visão compartilhada e se dedicam à construção de um futuro comum. Juntos, a União Europeia e a União Africana representam e carregam as vozes, esperanças e sonhos de mais de 1,9 bilhão de pessoas.

7. Os Ministros concordaram que esta reunião ofereceu a oportunidade de discutir como continuar a aproximar nossas economias e nossos povos para o benefício de ambos os continentes e identificar áreas em que precisamos aprofundar nossa cooperação, aproveitando a agenda *Global gateway*, para ampliar a conectividade global e promover o desenvolvimento sustentável e o investimento na África.

8. Os Ministros destacaram sua forte crença na cooperação multilateral eficaz e na necessidade de reformar as instituições internacionais para enfrentar coletivamente os desafios globais compartilhados. Reafirmaram seu compromisso inabalável de agir de acordo com o direito internacional, com a Carta das Nações Unidas e seus propósitos e princípios em sua essência, incluindo os princípios da resolução pacífica de disputas, bem como a proibição da ameaça ou uso da força contra a integridade territorial e a soberania ou a independência de qualquer Estado.

9. Concordaram que, guiados por esses princípios, apoiam uma paz justa, abrangente e duradoura na Ucrânia, os territórios palestinos ocupados, Sudão, Sudão do Sul, República Democrática do Congo (RDC), Sahel e em outras principais guerras e conflitos em todo o mundo, incluindo Síria.

10. Reafirmaram seu compromisso para abordar todas as causas profundas de conflitos e crise, incluindo todas as violações dos direitos humanos, como genocídio e incitação à discriminação, hostilidade e violência, bem como discurso de ódio. Eles também enfrentarão as mudanças climáticas e a degradação ambiental. Eles farão isso promovendo o desenvolvimento socioeconômico e sustentável e combatendo o terrorismo e seu financiamento, além de rejeitar a interferência estrangeira.

Agenda próspera e sustentável para a África e a Europa

11. Os Ministros receberam com satisfação o progresso alcançado na implementação do pacote global de investimentos da Gateway Africa-Europe em 11 áreas de interesse mútuo que se alinham estreitamente com as prioridades de Agendas 2030 e 2063 da UA. Incentivaram os resultados positivos e o impacto transformador dos projetos emblemáticos da *Global Gateway* da UE, das Iniciativas Equipa Europa e dos projetos emblemáticos da UA, abrangendo uma vasta gama de áreas, incluindo infraestruturas físicas e digitais no clima e na energia, hidrogénio renovável e de baixo carbono, meio ambiente, integração económica, investimento do setor privado, agricultura sustentável, transportes e corredores, matérias-primas críticas, conectividade segura e transformação digital, segurança sanitária e cobertura universal de saúde, valorização, criação de emprego e desenvolvimento de competências, educação, financiamento sustentável, inovação e capacitação da juventude. Reafirmaram o seu compromisso de garantir o impacto

transformador desses investimentos, nomeadamente mobilizando financiamento público, capital privado e conhecimento especializado.

12. Reafirmaram seu compromisso de ampliar a cooperação na economia azul, inclusive em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, ou PEID, (SIDS, *Small Island Developing States*), segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento sustentável de ambos os continentes. Receberam o progresso concreto no desenvolvimento de infraestrutura através da *Global Gateway* e seus mecanismos de financiamento. Reconheceram a importância do reforço de capacidades para os PEID, em apoio às necessidades de transporte resiliente, conectividade e desenvolvimento sustentável. A cooperação UE-UA também se estende para além da estratégia *Global Gateway*, especialmente em contextos frágeis.

13. Os Ministros saudaram os avanços na implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana. (AfCFTA, *African Continental Free Trade Area*) e o apoio fornecido pela Iniciativa da *Team Europe* sobre integração econômica nesse contexto. Destacaram que o estabelecimento de uma área de livre comércio continental, o fortalecimento da integração econômica e o desenvolvimento sustentável das cadeias de valor regional e a promoção do comércio em bens e serviços de maior valor agregado são essenciais para a prosperidade de ambos os continentes. Acredita-se que essa dinâmica apoiaria a criação de empregos, principalmente para mulheres e jovens, melhoraria o ambiente de negócios e o clima de investimento e fortaleceria o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável para garantir estabilidade a longo prazo e benefícios compartilhados. A AfCFTA representa uma oportunidade importante para aumentar e diversificar o comércio e o investimento em todo o continente africano, particularmente em setores estratégicos. Comprometeram-se a continuar avançando maior integração econômica e apoiando a implementação eficaz e inclusiva da AfCFTA, que promoverá maior intercâmbio econômico entre os dois continentes.

14. Os Ministros se comprometeram a usar todos os caminhos possíveis para fortalecer e diversificar suas relações econômicas e comerciais, aumentar as cadeias de valor resilientes e sustentáveis e estimular a integração regional, com o objetivo de alcançar o crescimento sustentável e a criação de empregos decentes, além de promover as economias justas, competitivas e resilientes. Os acordos comerciais existentes entre a UE e os países africanos, incluindo o Esquema Generalizado de Preferências (GSP, *Generalised Scheme of Preferences*), podem contribuir para fortalecer e aprofundar o desenvolvimento e o desenvolvimento econômico entre os dois continentes. Os países da UE e da UA continuarão a se basear nesses acordos para aumentar ainda mais as relações comerciais e de investimento. Observaram iniciativas internacionais sobre facilitação de investimentos, incluindo a proposta de facilitação de investimento da OMC para o desenvolvimento.

15. Os Ministros tomaram nota da adoção da agenda da inovação da UE e incentivaram pesquisadores e inovadores a continuarem dirigindo suas descobertas científicas e soluções inovadoras para o benefício das economias e sociedades sustentáveis.

16. Reafirmaram o seu compromisso partilhado com o acesso universal a energia sustentável, acessível e moderna, em conformidade com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7 e a Agenda 2063 da UA. Elogiaram a cooperação estratégica entre a UA e a UE em iniciativas continentais fundamentais, como o Mercado Único Africano de Eletricidade (AfSEM, *African Single Electricity Market)*), o Plano Diretor de Sistemas Energéticos Continentais (CMP, *Continental Power Systems Masterplan*), a Estratégia Africana de Eficiência Energética (AfEES, *African Energy Efficiency Strategy*), o Mecanismo de Mitigação de Risco Geotérmico (GRMF, *Geothermal Risk Mitigation Facility*) e o Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA, *Programme for Infrastructure Development in Africa*), apoiados pela Iniciativa África-Europa para Energia Verde (AEGEI, *Africa-Europe Green Energy Initiative*)e pelo Programa Energético Continental para África (CEPA, *Continental Energy Programme for Africa*). Essas iniciativas desempenham um papel crítico na habilitação do comércio regional de poder, atraindo investimentos de energia renovável e promovendo a industrialização verde inclusiva e o crescimento econômico. Os Ministros comprometeram-se com o avanço do potencial de hidrogênio renovável e de baixo carbono da África como catalisador de transição de energia limpa, com a devida consideração das prioridades dos países africanos. Observaram a necessidade de estruturas institucionais e regulamentares mais fortes e

receberam a colaboração da UE-AU na expansão de soluções fora da rede e na eletrificação rural por meio da parceria e iniciativas de energia da África-Europa, como ampliando a campanha renovável na África e através da cooperação com o Banco Africano de Desenvolvimento e a iniciativa M300 do Banco Mundial. Apelaram escalar financiamento de energia limpa, incluindo garantias, finanças combinadas e títulos verdes e enfatizaram a importância de promover a fabricação local, capacitar mulheres e jovens em empresas de energia e melhorar a transferência de tecnologia. Os Ministros pediram uma transição de energia justa e equitativa.

17. Em reconhecimento à crescente importância dos sistemas de saúde resilientes e sustentáveis, os Ministros apreciaram a valiosa parceria no combate a pandemias no continente africano, particularmente com o apoio da *Global da Gateway* da UE para a fabricação de vacinas. No espírito de aprofundar a parceria da UE-AU, destacaram a urgência de promover as principais prioridades de saúde críticas para a prosperidade e o bem-estar compartilhados de nossos povos. O fortalecimento dos sistemas regulatórios através da operacionalização da Agência de Medicamentos Africanos (AMA, *African Medicines Agency*) continua sendo uma pedra angular de garantir o acesso equitativo a medicamentos seguros, de qualidade e acessíveis na África. Além disso, à luz da dinâmica global de saúde global, acelerar a implementação da Declaração de Reuniões de Líderes na África em investir em saúde é fundamental para garantir o financiamento sustentável da saúde. Enfatizaram ainda a importância de implementar totalmente o roteiro da AU para 2030 e além e reafirmaram seu compromisso através do cumprimento de iniciativas conjuntas da *Team Europe* relacionada à saúde (TEI, *Team Europe Initiatives*), juntamente com o CDC África, conforme mencionado no relatório de monitoramento conjunto que estão alinhados com as estratégias da UA para fortalecer a Atenção Primária à Saúde e avançar para a Cobertura Universal de Saúde, bem como a Estratégia Global de Saúde da UE.

Cooperação renovada e aprimorada em paz, segurança e governança

18. Os Ministros expressaram sua preocupação com as ameaças atuais à paz, segurança e governança e reafirmaram seu compromisso com os princípios democráticos, o estado de direito, os direitos humanos, a boa governança, a integridade territorial, a soberania e a independência política de qualquer Estado, igualdade de gênero e justiça. Eles também expressaram preocupação com a manipulação e interferência de informações estrangeiras. Em tempos em que ambos os continentes estão enfrentando grandes conflitos com milhões de pessoas deslocadas, os Ministros enfatizaram a necessidade de buscar soluções pacíficas para conflitos através do diálogo, mediação e diplomacia preventiva, bem como cooperação no desenvolvimento. Os Ministros saudaram o diálogo e a cooperação entre a UE e a UA sobre estas questões.

19. Os Ministros compartilharam profundas preocupações sobre os crescentes desafios humanitários, incluindo as consequências do conflito nos civis, especialmente nos grupos mais vulneráveis, incluindo crianças, idosos, pessoas com deficiência e pessoas deslocadas, e reafirmaram seu compromisso de apoiar a Agência Humanitária Africana (AfHA, *African Humanitarian Agency*), para enfrentar eficazmente os fatores complexos e multidimensionais das crises, incluindo o impacto das mudanças climáticas, a degradação ambiental e os conflitos relacionados com a água, enquanto promove Direito Humanitário e Direito dos Direitos Humanos, garantindo o acesso humanitário, coordenando a assistência humanitária para alcançar as pessoas necessitadas e promovendo estratégias de resiliência a longo prazo através do reforço do nexo Humanitário-Desenvolvimento.

20. Os Ministros tomaram nota dos esforços e iniciativas conjuntas para enfrentar desafios como instabilidade política e conflitos armados, terrorismo e extremismo violento conducentes ao terrorismo, crime organizado transnacional incluindo o tráfico de drogas, o tráfico de seres humanos, a migração irregular, a desinformação, a pirataria, a insegurança marítima, a cibersegurança e as ameaças híbridas, bem como as mudanças climáticas e as suas implicações para a segurança. Recordando vários compromissos de Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP, *Common Security and Defence Policy*) no continente, os Ministros apelaram a uma cooperação mais aprofundada e estreita em matéria de paz e segurança. Nesse contexto, os Ministros saudaram a cooperação nos esforços de consolidação da paz, bem como nas operações de paz ao nível das Nações Unidas, da União Africana, das Comunidades

Económicas Regionais, assim como noutras iniciativas regionais e bilaterais. Também concordaram em fortalecer a segurança africana, as capacidades de defesa e a estabilização, incluindo o fornecimento de equipamentos militares por meio de Mecanismo Europeu para a Paz e de Arquitetura Africana de Paz e Segurança. Tendo em conta o seu 25.º aniversário, os Ministros reconheceram a importância de implementar compromissos na Agenda Mulheres e Jovens, Paz e Segurança, nomeadamente para promover a participação de mulheres e jovens em todos os níveis dos processos de paz, segurança e política.

21. Os Ministros saudaram a cooperação contínua entre os dois continentes ao melhorar a segurança marítima no oceano e no mar na fronteira com a África e na Europa. Renovaram seu compromisso em manter uma ordem marítima baseada em regras, de acordo com os princípios do direito internacional, conforme refletido na Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar (UNCLOS, *United Nations Convention on the Law of the Sea*) e apelaram à uma maior troca de informações, melhoria de coordenação operacional e fornecimento de capacitação de aplicação para proteger as faixas marítimas e combater os crimes transnacionais, incluindo traficantes de drogas e pirataria. Os Ministros se comprometeram a trabalhar juntos para acabar com a pesca ilegal, não relatada e não regulamentada (IUU, *Illegal, Unreported and Unregulated*), tomar medidas para conservar e usar de forma sustentável o oceano e o mar, além de promover a gestão científica de recursos marinhos.

22. Os Ministros reafirmaram seu envolvimento para enfrentar em conjunto os desafios de paz e segurança na África. Reiteraram seu compromisso com a transição de segurança da Somália, reconhecendo o apoio da UE às sucessivas missões da UA na Somália. Os Ministros reconheceram a necessidade de apoio internacional adequado, previsível e sustentável à AUSSOM (*African Union Stabilization Support Mission in Somalia*) e apoiou a implementação híbrida da Resolução 2719 do Conselho de Segurança da ONU (2023), referente à estrutura para financiar as operações de apoio à paz da UA (PSO, *Peace Support Operations*) pela ONU. Os Ministros consideraram que isso é o mais premente, dada a multiplicidade de desafios que o Governo Federal da Somália enfrenta e a necessidade de continuar apoiando o governo e fortalecendo as instituições estatais.

23. Os Ministros enfatizaram a importância de cooperar para abordar o conflito no Sudão e suas repercussões. Enfatizaram que não há solução militar viável e sustentável para o conflito e que apenas um diálogo genuíno e inclusivo pode levar a uma solução sustentável para a situação atual. Expressaram a urgência por um cessar-fogo imediato e incondicional, a fim de retornar às negociações e acabar com o sofrimento do povo sudanês. Reiteraram a necessidade de acabar com o conflito e ter acesso humanitário sem restrições em todo o Sudão. Ministros estão comprometidos em respeitar soberania e integridade territorial do Sudão, salvaguardando instituições estatais. Os Ministros aguardam com expectativa um processo político inclusivo, de propriedade e liderança sudanesa, a ser realizado, nomeadamente, sob os auspícios do processo de diálogo político convocado pela UA/IGAD.

24. Os Ministros expressaram suas graves preocupações sobre o agravamento do conflito e a insegurança na RDC oriental, exacerbada pela situação humanitária resultante da violência e violações dos direitos humanos. Reiteraram o seu apoio à mediação liderada pela UA, conduzida pelo Presidente do Conselho da República do Togo, Faure Essozimna Gnassingbé, às iniciativas da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Comunidade da África Oriental (EAC), bem como a outras iniciativas complementares de paz realizadas sob os auspícios do Catar e dos EUA, respeitando a soberania e a integridade territorial da RDC.

Parceria aprimorada e recíproca para migração e mobilidade

25. Os Ministros reconheceram que, se bem gerida de acordo com as necessidades e competências nacionais, a migração pode representar uma oportunidade e um catalisador para o desenvolvimento econômico, social e humano tanto dos Estados de origem quanto dos Estados de acolhimento. Reafirmaram seu compromisso de defender a dignidade, a segurança e os direitos humanos de todos os migrantes, independentemente do *status*, de acordo com as obrigações de acordo com o direito internacional e as estruturas de direitos humanos. Os Ministros incentivaram parcerias abrangentes, personalizadas e mutuamente benéficas com países-chave de origem, trânsito e destino em uma

abordagem inteira de rota, cobrindo todos os aspectos da migração. Essa abordagem inclui proteger e ajudar pessoas deslocadas à força, bem como comunidades anfitriãs. Os Ministros pretendiam alcançar soluções duráveis e abordar as causas da migração irregular e o deslocamento forçado por meio de crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável. Enfatizaram a importância de apoiar países de origem investindo nos jovens por meio de iniciativas de capacitação, orientação, educação, treinamento vocacional, emprego e desenvolvimento socioeconômico que capacitam os jovens nos países de origem. Os Ministros concordaram em trabalhar para fortalecer a governança e a administração da migração. Os ministros se comprometeram a promover a cooperação em retorno eficaz, seguros, oportunos e dignos, readmissão e reintegração sustentável, incluindo a promoção do retorno voluntário, em pleno respeito por obrigações internacionais, bem como acordos bilaterais. Sublinharam a importância de melhorar a cooperação em questões de migração no âmbito do Diálogo da Migração e Mobilidade da UE-AU (MMD, *Migration and Mobility Dialogue*) em coordenação com os órgãos/mecanismos de migração da UA, incluindo o Observatório Africano da Migração em Marrocos, o Centro Africano para o Estudo e Pesquisa sobre Migração no Mali e o Centro Operacional Continental no Sudão. Além disso, os ministros irão combater o contrabando de migrantes e o tráfico de seres humanos, com um forte foco na prevenção. Além disso, os Ministros irão combater o contrabando de migrantes e o tráfico de seres humanos, com um forte foco na prevenção. Destacaram a importância de apoiar os países de trânsito por meio do fortalecimento de capacidades na gestão de fronteiras, no combate aos traficantes e na recepção de migrantes e refugiados.

26. Os Ministros concordaram em promover a integração de migrantes regulares, considerando as necessidades das pessoas em situações vulneráveis. Um foco específico será melhorar os caminhos legais existentes para migração e mobilidade, inclusive para estudantes, pesquisadores e aprendizes de acordo com as competências nacionais. Os Ministros também reafirmaram o seu compromisso de enfrentar conjuntamente os desafios impostos pela fuga de cérebros, por meio de iniciativas mutuamente benéficas. Nesse sentido, os Ministros apelaram a um maior envolvimento em programas de educação e mobilidade para promover parcerias inclusivas de talentos e o reconhecimento mútuo de qualificações, ampliando ainda mais o acesso a intercâmbios estudantis e acadêmicos, o reconhecimento recíproco de competências e plataformas de educação digital que apoiem jovens e profissionais em início de carreira na construção de habilidades em toda a África e Europa. Também concordaram em reforçar a colaboração por meio de programas como Horizonte Europa, Erasmus+, ARISE e iniciativas bilaterais para a excelência científica. Os Ministros reafirmaram o seu compromisso com o reassentamento de refugiados. Reconheceram o envolvimento da diáspora e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável dos dois continentes, comprometendo-se a trabalhar juntos para abordar eficazmente os obstáculos legais relevantes que possam afetar seu papel no desenvolvimento da África. Elogiaram e reconheceram a contribuição positiva dos diálogos sobre migração entre os dois continentes e promoveram sua sinergia, especialmente o Plano de Ação Conjunto de Valletta, o Processo de Rabat, o Processo de Cartum, o Diálogo de Migração e Mobilidade Continente a Continente, bem como o Processo de Roma, a Iniciativa da UA para o Chifre da África e a Força-Tarefa Tripartite UA-UE-ONU. Os Ministros destacaram a importância de um diálogo inclusivo, transparente e contínuo para construir confiança e responsabilidade compartilhada, contribuindo para a prosperidade conjunta por meio da migração.

Compromisso com o multilateralismo

28. Os Ministros enfatizaram que, ao enfrentar os desafios globais comuns, os países africanos e europeus juntos podem desempenhar um papel decisivo e transformador nos fóruns multilaterais. Assim, reafirmaram seu compromisso de proteger e promover multilateralismo inclusivo e eficaz, e uma ordem internacional baseada em regras, bem como trabalhar através de maior diálogo e cooperação em direção a um forte alinhamento em fóruns multilaterais sobre questões de interesse mútuo. Renovaram seu compromisso com o Pacto para o Futuro, que é um passo crucial para revitalizar a ONU e alcançar os ODS, inclusive através da reforma da Arquitetura Financeira Internacional. Eles saudaram a cooperação com todas as partes interessadas para garantir sua implementação eficaz e expressaram seu desejo por uma estrutura ambiciosa pós-agenda 2030. Os Ministros apreciaram os esforços contínuos para aumentar a inclusão e eficácia do sistema multilateral, com as Nações Unidas em sua essência, reformando os

mecanismos de governança global, incluindo o Conselho de Segurança da ONU, a fim de torná-lo mais representativo, inclusivo, transparente, eficiente, eficaz, democrático e responsável, a saber, reduzindo a injustiça histórica contra a África, como priorizada. A UE foi informada sobre o papel dos Chefes de Estado e de Governo do Comitê dos Dez da União Africana (C-10) em defender e mobilizar o apoio à Posição Africana Comum sobre a reforma da ONU. Os Ministros concordaram em trabalhar juntos na iniciativa da UN80[117] para reformar a ONU e melhorar sua eficiência, custo-efetividade e sustentabilidade financeira. Os Ministros reafirmaram ainda o seu compromisso de fortalecer a Comissão de Consolidação da Paz por meio da revisão da arquitetura de consolidação da paz em 2025.

29. Os Ministros elogiaram a cooperação entre o A3+[118] e os membros da UE do Conselho de Segurança da ONU sobre paz e segurança internacionais.

30. Os Ministros reafirmaram sua crença compartilhada no papel transformador da educação, cultura, ciência e comunicação como pilares de paz, diálogo e desenvolvimento sustentável, e ressaltaram o importante papel da UNESCO. Ambos compartilharam a visão sobre o papel transformador da educação como um direito humano e apoiaram a conquista da ODS 4 "Educação para todos e para o futuro". A UE foi informada sobre o candidato endossado pela União Africana, o Professor Khaled El Enany, para o cargo de Diretor-Geral da UNESCO no período de 2025-2029, durante as eleições que ocorrerão no último trimestre de 2025 em Paris.

31. Os Ministros renovaram seu compromisso com reformas de governança inclusivas e transparentes que fortalecem a representação, responsabilidade e eficácia das instituições -chave. Reafirmaram seu apoio compartilhado ao sistema de negociação multilateral baseado em regras com a Organização Mundial do Comércio (OMC) em sua essência. Os Ministros enfatizaram a importância de que a OMC continue a responder aos desafios estruturais e às necessidades de desenvolvimento dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos. Os Ministros trabalharão juntos em direção a um resultado significativo, equilibrado e inclusivo da 14ª Conferência Ministerial em Camarões em 2026. Os Ministros aguardam com expectativa um resultado ambicioso e orientado para a ação da 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que será realizada em Sevilha de 30 de junho a 3 de julho de 2025. A UE e a UA continuarão a buscar pontos em comum nessas negociações e se comprometem a aproveitar o potencial de todas as partes interessadas para incentivar investimentos sustentáveis na África. Os Ministros aguardam com expectativa uma Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social bem-sucedida em Doha, de 4 a 6 de novembro deste ano.

32. Os Ministros saudaram o assento permanente da União Africana no G20. Também acolheram a cooperação de ambas as Uniões como membros plenos dentro do G20, sob a atual presidência da África do Sul, e concordaram em trabalhar juntos para um resultado orientado para a ação sob o tema sul-africano para o G20: 'Solidariedade, Igualdade, Sustentabilidade'. Os Ministros fortalecerão sua colaboração no G20 em apoio às prioridades conjuntas, incluindo o Compacto do G20 com a África, garantindo sua sinergia com outras iniciativas que contribuem para um ambiente sólido de negócios e investimentos nos países parceiros.

33. Os Ministros reafirmaram seu compromisso de cooperação para combater fluxos financeiros ilícitos, incluindo a conformidade com os padrões do Grupo de Ação Financeira Internacional, destacando o papel fundamental de organismos regionais. Acolheram a cooperação no âmbito da Iniciativa *Team Europe* sobre Fluxos Financeiros Ilícitos e Crime Transnacional. Concordaram sobre a necessidade de colaboração entre as duas partes na luta contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo (AML/CFT,

[117] Iniciativa das Nações Unidas para celebrar o 80º aniversário da organização em 2025. Essa iniciativa destaca o papel da ONU na promoção da paz, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável ao longo das últimas oito décadas. Além disso, a **UN80** inclui planos de reforma para tornar a ONU mais eficaz e adaptada aos desafios atuais.

[118] A sigla **A3+** refere-se ao grupo de países africanos que são membros do Conselho de Segurança da ONU, juntamente com parceiros adicionais. O **A3** tradicionalmente inclui três países africanos eleitos para o Conselho de Segurança, enquanto o **A3+** pode envolver outros Estados africanos ou organizações regionais que colaboram em questões de segurança e diplomacia no âmbito das Nações Unidas.

Anti-Money Laundering/Countering the Financing of Terrorism). Os Ministros discutiram os desafios relacionados à classificação de crédito enfrentados pelos países africanos, visando facilitar o acesso a capital de baixo custo e a financiamento sustentável e acessível. Destacaram a importância do envolvimento do setor privado e das instituições financeiras. Além disso, reafirmaram a importância da mobilização de recursos internos e o compromisso de contribuir para a reforma da arquitetura tributária internacional.

34. Os Ministros apoiaram o desenvolvimento de uma Inteligência Artificial (IA) centrada no ser humano, que respeite os direitos humanos e contribua para a gestão conjunta do futuro do trabalho. Tendo em mente o Pacto Digital Global e o surgimento de novas tecnologias, os Ministros pretendem evitar novas divisões digitais. Concordaram em trabalhar juntos para apoiar um mercado único de dados na África como parte da Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) e destacaram a importância da conectividade segura e entre a África e a UE. Os Ministros, portanto, solicitaram esforços reforçados para desenvolver ecossistemas regionais de inovação, incluindo o estabelecimento de estratégias de inteligência artificial e estruturas de governança digital, bem como parcerias de pesquisa e desenvolvimento de IA seguras, confiáveis e responsáveis. Os ministros, portanto, pediram esforços aprimorados para desenvolver ecossistemas regionais de inovação, incluindo o estabelecimento de estratégias de inteligência artificial e estruturas de governança digital, além de parcerias de desenvolvimento e pesquisa de IA.

35. Os Ministros reafirmaram seu forte compromisso com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e o Acordo de Paris, solicitando a plena realização de seus objetivos e princípios, incluindo equidade, responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e respectivas capacidades, considerando diferentes circunstâncias nacionais. Eles reiteraram a necessidade de aumentar os fluxos de financiamento climático para apoiar a adaptação, a resiliência, bem como a mitigação e as perdas e danos, especialmente para os mais vulneráveis. Também enfatizaram a importância de implementar a Decisão CMA6[119] sobre a Nova Meta Quantificada Coletiva (NCQG, *New Collective Quantified Goal*). Em consonância com o Primeiro Balanço Global (GST 1, First Global Stock Take), reconheceram a necessidade de implementar os esforços globais acordados para manter a meta de 1,5°C ao alcance, submetendo Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e comunicações de adaptação, levando em conta diferentes circunstâncias e capacidades nacionais. Os Ministros também reconheceram a importância fundamental de apoiar a mitigação e adaptação, gestão de riscos de desastres e alertas precoces na África, especialmente para comunidades em situações de maior vulnerabilidade nos países em desenvolvimento, por meio de transferência de tecnologia, capacitação e mecanismos de financiamento para perdas e danos, incluindo um fundo, conforme decidido na COP28. Por fim, os Ministros concordaram em acelerar a ação climática globalmente.

36. Os Ministros reiteraram seu compromisso com a implementação plena e ágil do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e destacaram a necessidade de garantir a coerência entre ações climáticas e de biodiversidade. Eles promoverão esforços para a preservação dos oceanos, incluindo a participação na 3ª Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, em Nice, em junho de 2025, e a implementação do Acordo sobre Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas Além da Jurisdição Nacional (BBNJ, *Biological Diversity of Areas beyond National Jurisdiction*). Os Ministros também reafirmaram sua determinação em trabalhar com os parceiros africanos para alcançar os objetivos de várias iniciativas africanas voltadas para mudança climática e construção de resiliência, como a Iniciativa Africana de Adaptação, a Iniciativa Africana de Adaptação Agrícola, a Comissão do Clima das Ilhas, a Comissão da Bacia do Congo, a Comissão do Sahel e a Iniciativa Africana de Energia Renovável. Além disso, continuarão a cooperar para enfrentar o impacto das mudanças climáticas nos países e reduzir

[119] A Decisão CMA6 refere-se a uma decisão tomada na 6ª Sessão da Conferência das Partes que atua como reunião das Partes do Acordo de Paris. Essa decisão está relacionada à implementação do Artigo 6, parágrafo 4, do Acordo de Paris, que trata de mecanismos de cooperação para a mitigação das mudanças climáticas. Além disso, a CMA6 abordou questões como financiamento climático, perdas e danos, e governança dos mecanismos de mercado.

a lacuna no financiamento climático, criando um ambiente favorável para desbloquear investimentos climáticos e reformar a arquitetura do financiamento climático. Os Ministros também ressaltaram a necessidade de continuar trabalhando juntos para lidar com a escassez de água, prevenir a desertificação, o desmatamento e a degradação florestal, além de apoiar a reflorestação e a agrofloresta. Eles saudaram a realização da 2ª Cúpula do Clima da África, em setembro de 2025, em Adis Abeba, organizada conjuntamente pela Etiópia e pela Comissão da União Africana, como parte do engajamento global sobre o clima. Também deram boas-vindas à realização da 1ª Cúpula da Biodiversidade da África, a ser sediada pelo Botsuana, em outubro de 2025.

37. Os Ministros reconheceram a importância de um diálogo inclusivo para garantir que as contribuições e experiências duradouras dos africanos e das pessoas de ascendência africana sejam reconhecidas, respeitadas e integradas de maneira significativa nos marcos de desenvolvimento global, quando apropriado. Eles observaram que o tema da União Africana para o ano de 2025 é "Justiça para africanos e pessoas de ascendência africana por reparações" ("*Justice for Africans and People of African Descent Through Reparations*").

38. Os ministros saudaram o papel que a Juventude e a Sociedade Civil desempenham na promoção do Estado de Direito, da democracia, dos direitos humanos, da estabilidade e na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reafirmaram a importância de proteger e fortalecer o espaço cívico incluindo o trabalho dos defensores dos direitos humanos, em conformidade com as leis internacionais e nacionais. Além disso, os ministros reconheceram as contribuições da Juventude, da Sociedade Civil, das autoridades locais e dos Parlamentos e incentivaram todos os atores relevantes a continuar se engajando na Parceria UA-UE.

39. Os Ministros concordaram em se reunir em 2027, na África.

A indústria farmacêutica europeia é um dos novos alvos de Trump

The European pharmaceutical industry is one of Trump's new targets

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo. As indústrias farmacêuticas ficaram de fora do tarifaço de Trump, mas não passaram imunes à sua duvidosa política comercial. O novo alvo são as farmacêuticas europeias, acusadas de práticas desleais de comércio, por praticarem preços inferiores ao dos EUA. Chama atenção a reação da Phrma, entidade representativa das farmacêuticas estadunidenses, que aproveitaram o ensejo para questionar as práticas de preço praticadas pelos próprios. No cenário político europeu, a extrema direita segue crescendo e achatando a centro esquerda.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; Donald Trump; Indústria farmacêutica.

Abstract. *The pharmaceutical industry was left out of Trump's tariff hike, but it was not immune to his dubious trade policy. The new target is European pharmaceutical companies, accused of unfair trade practices by charging lower prices than those in the US. The reaction of Phrma, the representative body for US pharmaceutical companies, is noteworthy, as they took advantage of the opportunity to question their own pricing practices. In the European political scene, the far right continues to grow and crush the center left.*

Keywords: *Global Health; European Union; Donald Trump; Pharmaceutical industry.*

A indústria farmacêutica ficou de fora do tarifaço de Trump, mas não passou imune às suas duvidosas políticas comerciais. Este Informe se dedicará ao questionamento de Trump às indústrias farmacêuticas europeias. Segundo ele, cidadãos estadunidenses subsidiam os medicamentos europeus por pagarem mais pelos medicamentos do que os cidadãos europeus. Em 12 de maio, Trump assinou um decreto que concede 30 dias para as farmacêuticas europeias renegociarem os preços praticados com os EUA e redefinirem estes preços em 6 meses. Espera-se que a redução aconteça de forma voluntária, mas a Casa Branca ameaça usar o poder de compra do governo para garantir a redução de preço, caso julgue necessário. A ordem executiva assinada por Trump dá aos fabricantes de medicamentos 30 dias para reduzirem os custos dos medicamentos sujeitos a receita médica nos EUA, ameaçando impor limites sobre o montante que podem receber do governo em receitas do Medicare, programa que fornece cuidados de saúde a pessoas com deficiência e situação de pobreza.

Como era de se esperar, as farmacêuticas reagiram argumentando que tal prática inibirá os investimentos em pesquisa para novos produtos. No mesmo dia da publicação do decreto, a associação estadunidense de indústrias farmacêuticas, a Phrma (Pharmaceutical Research and Manufacturers of America), publicou uma ordem executiva, assinada por seu presidente e CEO, Stephen J. Ubl. O decreto de Trump foi classificado como um "mau negócio" para os pacientes americanos. Nas palavras de Ubl, implementar os mesmos preços nos Estados Unidos "que os dos países socialistas seria prejudicial aos americanos". Para melhor entender este posicionamento, cabe lembrar que estamos num mundo globalizado e que boa parte das empresas que compõe a Phrma possuem matrizes europeias, como a britânica e recém chegada

Aztrazeneca, as alemãs Bayer e Boehringer Ingelheim, a também britânica GSK, as suiças Novartis e Hoffmann-La Roche, e a franco-alemã Sanofi.

Dado este contexto, vem a cereja do bolo. A Phrma aproveitou o decreto de Trump para denunciar e questionar uma prática interna que compromete seus lucros e o acesso aos medicamentos por cidadãos estadunidenses: a dos atravessadores ou intermediários, como as seguradoras de saúde e os chamados PBMs: Pharmacy Bennefit Managers. Antes de classificar países europeus como socialistas, Stephel j. Ubl argumentou que "Para reduzir os custos para os americanos, precisamos abordar os verdadeiros motivos pelos quais os preços nos EUA estão mais altos: países estrangeiros não pagam sua parte justa e intermediários aumentam os preços para pacientes americanos. O governo está certo em usar negociações comerciais para forçar governos estrangeiros a pagar sua parte justa pelos medicamentos. Pacientes americanos não devem pagar a conta da inovação global. Os EUA são o único país do mundo que permite que PBMs, seguradoras e hospitais fiquem com 50% de cada dólar gasto em medicamentos. O valor que vai para os intermediários frequentemente excede o preço na Europa. Dar esse dinheiro diretamente aos pacientes reduzirá seus custos com medicamentos e reduzirá significativamente a diferença em relação aos preços europeus."

Ao menos 3 artigos foram publicados no blog da Pharma sobre a temática[120][121][122], todos na mesma direção: a de que a iniciativa de Trump não vai levar à redução dos preços dos medicamos para os cidadãos estadunidenses. Um dos artigos, destaca que metade de cada dólar americano gasto em medicamento vai para estes intermediários[123]. Segundo a autora, Molly Jenkins, entidades que não produzem medicamentos, como PBMs e hospitais 340B, usam os gastos com medicamentos para subsidiar outras partes de seus negócios às custas de pacientes, contribuintes e empregadores. Somente nos EUA os intermediários ficam com metade de cada dólar gasto em medicamentos. PBMs, seguradoras e o programa de margem de lucro hospitalar 340B também são os principais impulsionadores dos gastos com medicamentos nos Estados Unidos.

Jenkins explica que PBMs e hospitais 340B recebem bilhões em descontos e abatimentos de fabricantes de biofármacos que podem reduzir o custo dos medicamentos em 50% ou mais, mas os pacientes raramente veem essas economias. Ela comenta que esses descontos, abatimentos e outros pagamentos de fabricantes de marcas para intermediários e outros, mais que triplicaram na última década, atingindo US$ 356 bilhões em 2024. Conclui afirmando que quando PBMs e hospitais 340B impedem que as economias cheguem aos pacientes, eles pagam menos, enquanto os pacientes pagam mais.

PBMs cobram preços diferentes de pacientes e empregadores em diferentes condados, estados e farmácias. A variação de preços pode ser de milhares de dólares para um único medicamento, com um preço de tabela sendo comprado ao mesmo tempo. Relatórios mostram que os PBMs aumentaram os preços de tratamentos em até 1.000%. Já o pouco conhecido programa federal 340B permite que hospitais comprem medicamentos por apenas um centavo

[120] https://phrma.org/blog/foreign-first-pricing-schemes-don-t-address-why-americans-pay-more. Acesso em 25/05/2025.

[121] https://phrma.org/blog/how-the-340b-hospital-markup-program-and-pbms-drive-up-costs-for-u-s-patients. Acesso em 25/05/2025.

[122] https://phrma.org/blog/new-balance-the-scales-campaign-highlights-why-americans-pay-more-for-prescription-medicines. Acesso em 25/05/2025.

[123] https://phrma.org/blog/new-study-entities-that-don-t-make-medicines-get-half-of-what-is-spent-on-those-medicines. Acesso em 25/05/2025.

e aumentem o preço em milhares de dólares. Como não há transparência ou restrições sobre como hospitais e clínicas usam os lucros do 340B, o dinheiro muitas vezes não ajuda os pacientes a pagar pelos medicamentos. Em vez disso, o programa aumenta os custos para pacientes, contribuintes e empregadores, com hospitais aumentando os preços dos medicamentos em até 1.000% ou mais.

Analistas clamam pela responsabilização de PBMs e hospitais 340B: Se os formuladores de políticas levarem a sério a redução dos custos de assistência médica para os pacientes e a redução da diferença em relação aos preços europeus, eles deveriam aprovar reformas bipartidárias do PBM e corrigir o programa de margem de lucro hospitalar 340B.

Os BPM, ou Gerentes de Benefícios Farmacêuticos (em português) são administradores terceirizados contratados por planos de saúde, grandes empregadores, sindicatos e entidades governamentais para gerenciar programas de benefícios de medicamentos prescritos. Eles foram criados na década de 1960 para processar solicitações de reembolso para seguradoras. Na década de 1970, os GBP atuavam como intermediários fiscais, julgando solicitações de reembolso de medicamentos prescritos. Hoje, os GBP não apenas julgam solicitações, mas também desenvolvem e gerenciam redes de farmácias, determinam formulários de medicamentos, definem copagamentos e definem critérios para autorizações prévias e a escolha da farmácia pelo paciente. Originalmente concebidos para processar solicitações em nome de clientes dentro de uma estrutura de honorários definida, eles são frequentemente chamados de "intermediários invisíveis" porque estão ocultos entre a seguradora do paciente, para a qual o GBP trabalha, e a farmácia, a quem o GBP reembolsa pela dispensação da receita. Atualmente, os 3 maiores PBMs — CVS Caremark, Express Scripts e OptumRx (uma divisão da United Healthcare) — detêm quase 80% do mercado de benefícios de prescrição nos EUA.

A resposta europeia vem fragmentada em função das diferentes entidades de classe que representam o setor. Além disso, o já apontando fato de as empresas serem as mesmas em territórios europeus ou estadunidenses traz mais problemas ao movimento. Se por um lado, empresas europeias compões a Phrma, por outro, muitas empresas estadunidenses possuem fábricas em solo europeu.

O argumento até aqui apresentado é que os países europeus negociam (confidencialmente) a redução de preços com as empresas farmacêuticas, coisa que, como vimos, os EUA não fazem. Assim, os europeus pagam preços diferentes pelos medicamentos, em função do local onde vivem. A Suíça, por exemplo, gasta uma média anual de 525 euros em medicamentos por pessoa, enquanto a Croácia gasta 262 euros. Além da confidencialidade, os países também têm prioridades diferentes nas negociações. Na Inglaterra e na Suécia, a relação custo-benefício é priorizada, enquanto a Alemanha considera o quanto um novo medicamento pode beneficiar os doentes em comparação com as opções existentes. Outra diferença importante é sobre quem paga pelos medicamentos. Na Europa, esses custos recaem principalmente aos sistemas públicos de saúde. [124]

Cabe ressaltar, que além da escassez de medicamentos críticos, os europeus também convivem com uma escalada no aumento dos preços de medicamentos nos últimos anos. A lei

[124] https://pt.euronews.com/saude/2025/05/14/quais-sao-os-paises-da-europa-onde-os-medicamentos-custam-mais-embora-menos-do-que-nos-eua. Acessado em 27 de maio de 2025.

de medicamentos críticos, que foi objeto de alguns parágrafos no informe anterior, segue sendo uma das principais pautas da agenda política de saúde da União Europeia.

No cenário político europeu, a extrema direita segue crescendo e achatando a centro esquerda. Desta vez foi em Portugal, que reelegeu Luiz Montenegro, mas viu o Chega de André Nunes chegar em segundo lugar e o Partido Socialista amargar um terceiro lugar, levando ao pedido de demissão do secretário geral, Pedro Nunes. Seguindo o movimento de queda, forças de esquerdas também foram derrotadas na Romênia e na Polônia, que pelo menos, não sucumbiram à crescente ascensão da extrema direita. Na Romênia, o centrista pró-UE e pró-Otan, Nicusor Dan, derrotou o candidato da extrema direita no segundo turno das eleições. O primeiro turno das eleições presidenciais polacas, não contou com candidaturas de esquerda: 2 candidatos de direita disputaram entre si. O candidato pró-europeu Rafał Trzaskowski ficou à frente do conservador Karol Nawrocki. Os poloneses voltarão às urnas em 1º de junho.

Considerações Finais

A União Europeia prossegue com sua revisão de política farmacêutica, avançando com a legislação sobre medicamentos críticos, iniciativa que dialoga com o reforço da saúde, da resiliência, da competitividade e da segurança europeia, valores contemporâneos da União Europeia pós pandemia, pós-guerra da Ucrânia e pós Trump. Enquanto isso, é questionada pelos EUA sobre os preços praticados por suas indústrias farmacêuticas, com ameaças. As entidades de classe que representam o setor possuem a especial característica de terem representantes comuns, tendo em vista que a big farma está presente em ambos os continentes. Este informe trouxe a posição da Phrma, entidade que representa as farmacêuticas estadunidenses. Nossa próxima edição trará os posicionamentos das entidades europeias sobre o contencioso que se avizinha.

No cenário político europeu, a extrema direita segue avançando, apesar de não ter feito ainda nenhuma liderança máxima nas 3 últimas eleições de Portugal, Romênia e Polônia. A questão que se coloca é que o crescimento das forças de direita se dá em detrimento do esmagamento das forças de esquerda, onde nem apareceram nas eleições polonesas e tiveram seu pior resultado em Portugal nos últimos anos.

O colapso humanitário em Gaza resulta em sanções e algum isolamento de Israel. Finalmente!

Lúcia Marques
Bárbara Nogueira

Há comida, água e ajuda médica prontas para entrar em Gaza, mas estão sendo bloqueadas na fronteira enquanto as famílias são forçadas a comer restos, vivendo situações inimagináveis e desumanizantes para sobreviver. Isso não é uma crise de abastecimento, é uma crise de acesso.[125]

Resumo: A crise em Gaza cresceu para níveis inimagináveis no último ano e meio. São dezoito meses de guerra desproporcional, de restrição a acesso a água, a alimentos, energia, medicamentos e outras ajudas para manutenção da vida humana. Quase 71 mil casos de desnutrição aguda entre crianças menores de cinco anos são esperados entre abril de 2025 e março de 2026 e quase 17 mil mulheres grávidas e lactantes precisarão de tratamento para desnutrição aguda, segundo o relatório do *IPC Acute Food Insecurity*. É a fome usada como arma de guerra. A situação indescritível finalmente começa a provocar reações práticas como sanções e suspenção de comércio por alguns países. E uma conferência na ONU sobre o estabelecimento do Estado Palestino, com o Brasil integrando um dos oito GTs convocados para o processo preparatório. Já são 143 países e territórios que reconhecem a Palestina como um Estado. No Tabuleiro da Geopolítica, a turnê de quatro dias de Trump pelo Oriente Médio, de um lado, mostrou as prioridades para a política externa Trump 2.0: ignorou Israel, mostrou estar mais próximo dos países fortes do Golfo e sinalizou para a China que vai retomar o espaço de potência externa líder na região; de outro serviu para mostrar o poder brando das nações do Golfo que está remodelando a dinâmica da influência global. Os países do golfo mostraram suas capacidades de investir em tecnologias e inovação e de consumir as tecnologias de futuro. Mostraram independência e união. Mostraram capacidade política e diplomática para colocar na mesa de negociações questões como Gaza, Síria, Irã. Resta saber se o Trump 2.0 conseguiu reconstruir a confiança e recuperar o interesse dos países, que têm na China um grande parceiro econômico e diplomático.

Palavras chaves: Colapso humanitário em Gaza, solução de dois Estados, Trump no Oriente Médio, poder brando das nações do Golfo.

*

A crise em Gaza cresceu para níveis inimagináveis no último ano e meio. São dezoito meses de guerra desproporcional, de restrição a acesso a água, a alimentos, energia, medicamentos e outras ajudas para manutenção da vida humana. As cerca de 1,1 milhão de crianças em Gaza estão urgentemente ameaçadas pela crescente insegurança alimentar aguda. Os dados do relatório do *IPC Acute Food Insecurity*, divulgado em 12 de maio, mostram que 93% dos 2,1 milhões de habitantes de Gaza já estão suportando "níveis de crise" de fome (Fase 3) ou

[125] https://www.savethechildren.org/us/where-we-work/west-bank-gaza

pior. Crianças e mulheres grávidas correm um risco particularmente alto. Quase 71 mil casos de desnutrição aguda entre crianças menores de cinco anos são esperados entre abril de 2025 e março de 2026, segundo o relatório. E quase 17 mil mulheres grávidas e lactantes precisarão de tratamento para desnutrição aguda, segundo o relatório.[126] É a fome usada como arma de guerra. A situação caminha para o extermínio. E se é uma guerra de extermínio, fica frágil um cessar fogo e impossível um tratado de paz.

Foram só dois meses de cessar-fogo, que foi quebrado por Israel em 18 de março. Mas as fronteiras da Faixa de Gaza, sob controle do governo israelense, já estavam bloqueadas desde 2 de março para o recebimento de assistência humanitária.[127] No dia 20 de maio, a entrada de cerca de 100 caminhões carregados de suprimentos foi liberada, mas a distribuição foi prejudicada pela ausência de qualquer tipo de segurança contra saques ou tipo de coordenação[128]. Alimentos, remédios, combustível e água potável são raros, devidos aos preços exorbitantes. E a quantidade de ajuda liberada para entrada é considerada, pela coordenadora de emergências de Médicos Sem Fronteiras (MSF), Pascale Coissard, como ridiculamente inadequada para o atendimento da população de 2,3 milhões de habitantes da região, dependentes de cozinhas comunitárias, cujos suprimentos estão quase esgotados. Para dar conta da crise desesperadora em Gaza, seriam necessários 500 a 600 caminhões com mantimentos por dia, segundo a ONU.

Em entrevista ao podcast *O Assunto*, apresentado por Natuza Nery, a palestina Assmaa Abo Eldijian descreveu a realidade dolorosa vivida em Gaza: "Estão nos atacando com fome, com sede". No episódio lançado em 21 de maio, intitulado "A ajuda humanitária a Gaza e a pressão sobre Israel", Assmaa, que viveu no Brasil por 14 anos, relatou como sua família tem sobrevivido a um conflito que já dura 600 dias e que, além de bater o recorde de duração em comparação aos conflitos anteriores, pode ser o mais cruel da história recente. Ela destacou que esta guerra difere radicalmente dos antecedentes, que se limitavam a ataques militares em áreas controladas pelo Hamas ou pela Jihad Islâmica, com embates diretos entre forças armadas. Agora, porém, o acesso à ajuda humanitária foi transformado em instrumento de coerção política contra toda a população, as fronteiras foram fechadas e a não há mais eletricidade. Essa estratégia expõe a assimetria brutal entre um Estado com poderio militar avassalador que sufoca não somente os grupos de militantes islâmicos, mas, sobretudo, civis desarmados e famintos.

O bloqueio total devastou o sistema de saúde em Gaza, causando escassez crítica de medicamentos, sangue, equipamentos de UTI e suprimentos cirúrgicos, com apenas 1.000 unidades de sangue disponíveis e nenhum centro obstétrico operando plenamente. Procedimentos vitais, como cateterismos cardíacos, caíram 80%, e ambulâncias operacionais reduziram-se de 149 para 48, limitando emergências. Hospitais de trauma diminuíram de sete para cinco, enquanto Israel recusou 40% das missões médicas internacionais, agravando a falta de profissionais. Mais de 4.000 pessoas sofreram amputações desde outubro/2023, e 13.550 precisam de cadeiras de rodas ou muletas. A superlotação, água contaminada e o colapso

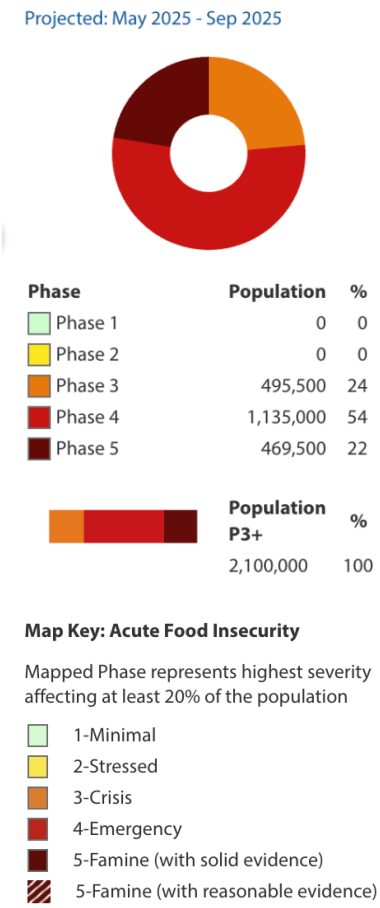
[126] https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/uma-em-cinco-pessoas-passa-fome-em-gaza-diz-novo-relatorio-da-onu/

[127] https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/05/16/muitas-pessoas-estao-passando-fome-em-gaza-e-temos-de-ajuda-las-diz-trump.ghtml

[128] Netanyahu promete novo plano de entrega de ajuda a Gaza, enquanto suprimentos ainda não chegam aos palestinos | AP News, publicado em: 21 de maio de 2025.

sanitário aceleram surtos de diarreia aguda e doenças de pele[129]. Sem combustível, eletricidade e remédios, o acesso a atendimento médico foi drasticamente reduzido. Segundo o MSF, na última semana, pelo menos vinte instalações médicas foram danificadas ou forçadas a fechar parcial ou totalmente devido a ataques israelenses e ordens de evacuação.

Nesse contexto, Gaza enfrenta atualmente sua crise humanitária mais severa desde o início do conflito, com os bens essenciais para a sobrevivência da população praticamente esgotados ou com previsão de se esgotarem nas próximas semanas. Os riscos de fome e insegurança alimentar são gravíssimos. Numa análise da Classificação Integrada da Segurança Alimentar (IPC, sigla em inglês), a situação alimentar atingiu níveis catastróficos, com meio milhão de pessoas (25%) já sofrendo de fome aguda. As projeções para o período entre 11 de maio e o final de setembro de 2025 são ainda mais alarmantes, indicando que toda a população da Faixa de Gaza será classificada em pelo menos Fase 3 (Crise) da escala IPC de segurança alimentar, sendo que 22% (470 mil pessoas) alcançarão a Fase 5 (Catástrofe), 54% (mais de um milhão) estarão em Fase 4 (Emergência) e os 24% restantes (cerca de meio milhão) em Fase 3 (Crise).



Projeção da situação alimentar entre os meses de maio a setembro de 2025. (Gráfico/IPC)

Este cenário representa uma piora significativa em relação aos dados de outubro de 2024, anunciados na análise anterior do IPC, e às condições já extremamente graves registradas entre 1° de abril e 10 de maio de 2025. O risco iminente de fome generalizada se torna cada vez mais palpável diante da expansão anunciada das operações militares em toda a Faixa de Gaza, a incapacidade persistente das agências humanitárias de acessar populações em extrema necessidade, uma escalada prevista nas hostilidades, contínuo deslocamento em massa de pessoas e o lento progresso das negociações por um acordo do fim da guerra.

Netanyahu condicionou o fim da guerra à libertação de todos os reféns pelo Hamas, à renúncia do grupo ao poder — e à implementação do polêmico plano de Donald Trump para Gaza.[130] A proposta, que prevê a realocação em massa da população palestina para países vizinhos, o controle estadunidense do território esvaziado e a construção de uma "Riviera do Oriente Médio", visa projetar o poder político e a influência global da administração Trump., nas

[129] Atualização da Resposta Humanitária em Gaza | 27 de abril a 10 de maio de 2025 | Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários.
[130] Netanyahu promete novo plano de entrega de ajuda a Gaza, já que os suprimentos ainda não chegam aos palestinos | Notícias da AP

palavras da escritora americana Gwenda Blair, autora *The Trumps: Three Generations That Built an Empire*.[131]

Essa estratégia de "limpeza territorial" alinha-se aos interesses israelenses, tornando-se uma das condições centrais para qualquer acordo de cessar-fogo. Sim, para Israel também é uma questão de poder.[132] Por outro lado, a alternativa apresentada pelo presidente americano surge como um suposto plano concreto para o pós-guerra, o que explica a recente pressão diplomática dos EUA pelo fim do conflito. O cenário atual marca um ponto de mudança: nos últimos 25 anos, nunca o apoio popular americano a Israel esteve tão baixo. Num período de intensa instabilidade da política externa dos EUA, vemos um reposicionamento político em relação ao conflito, após décadas de apoio incondicional ao Estado de Israel. Um sinal desta mudança foi evidente: Donald Trump fez a primeira viagem internacional do segundo mandato pelos países do Golfo Pérsico, excluindo Israel do roteiro. Mais significativo ainda foi a retomada de negociações de um acordo nuclear com o Irã - principal financiador do Hamas e da Jihad Islâmica - sem a participação de Netanyahu, demonstrando um distanciamento sem precedentes.

Ainda, Donald Trump reconheceu que a intensificação das operações em Gaza precisa terminar. Afirmou, em entrevista durante sua viagem ao Golfo, "muitas pessoas estão morrendo de fome em Gaza, então temos que considerar os dois lados.", ao ser questionado sobre a expansão da guerra.[133] Além disso, mais pressão diplomática tem sido feita no sistema internacional: Reino Unido, Canadá e França ameaçam Israel com sanções por ofensivas em Gaza, através de uma declaração conjunta que condenou a restrição à ajuda humanitária, se opôs à expansão de assentamentos e citou ações concretas como medidas. Os líderes dos países ocidentais também condenaram a promoção do deslocamento forçado permanente dos habitantes da região, que configura violação do direito internacional humanitário.

Na declaração dos líderes dos três países – Keir Starmer, Emmanuel Macron e Mark Carney – disseram que “sempre apoiamos o direito de Israel de defender os israelenses contra o terrorismo, mas essa escalada é totalmente desproporcional". Também pediram que o Hamas liberte os reféns restantes feitos no ataque terrorista a comunidades de Israel em 7 de outubro de 2023, desencadeador da guerra de Gaza. Reiteraram o apoio a um cessar-fogo e aos esforços do Egito, EUA e Qatar de suporte às negociações, bem como à implementação de uma "solução de dois Estados", que propõe a criação de um Estado da Palestina ao lado do Estado de Israel e a coexistência pacífica entre ambos. A França, Arábia Saudita e o Reino Unido têm considerado se juntar a outros 148 Estados que reconhecem a Palestina como Estado independente, numa conferência em Nova Iorque, que acontecerá no mês de junho. Reino Unido suspendeu negociações sobre um novo acordo de livre comércio com Israel e impôs sanções a colonos israelenses na Cisjordânia[134].

Em resposta, Netanyahu alegou: "Ao pedir a Israel que encerre uma guerra defensiva pela nossa sobrevivência antes que os terroristas do Hamas em nossa fronteira sejam destruídos e ao exigir um Estado palestino, os líderes em Londres, Ottawa e Paris estão oferecendo um prêmio enorme pelo ataque genocida contra Israel em 7 de outubro, ao mesmo tempo em que

---

[131] Blair, Gwenda. 2000. *The Trumps: Three Generations That Built an Empire. New York, EUA. Ed Simon &Schuster. 2000. P.592.*

[132] Saiba mais em Marques, L. **Guerra em Gaza: Poder, Ética e Etologia**. *In:* Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 12-2024. P. 223-228.

[133] https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-sugere-ajuda-dos-eua-em-gaza-muitas-pessoas-estao-morrendo-de-fome/

[134] Reino Unido convoca embaixador de Israel e amplia pressão contra bloqueio de ajuda a Gaza.

convidam mais atrocidades semelhantes.". E, por fim, declarou que a entrada de 100 caminhões de suprimentos seria permitida. Mas, para uma população de quase 2,4 milhões de habitantes, esses 100 caminhões são uma gota no oceano, como alertou a agência da ONU para refugiados palestinos, a UNRWA: "Um fluxo significativo e ininterrupto de ajuda para Gaza é a única maneira de evitar que o atual desastre se acenda ainda mais".[135]

A conduta israelense tem provocado queda na sua popularidade. Países com quem Israel há muito contava como aliados vêm somando suas vozes à crescente pressão internacional depois de expandir as operações militares contra os governantes do Hamas em Gaza, cujo ataque de 2023 a Israel provocou a guerra devastadora. A União Europeia decidiu esta semana rever seu acordo de cooperação com Israel. Espanha sediou uma reunião de nações europeias, como Irlanda e Noruega, e árabes, como Egito, Jordânia, Catar, Arábia Saudita e Turquia, com o objetivo de "parar com essa guerra, que não tem mais nenhum objetivo". O ministro das Relações Exteriores da Espanha, José Manuel Albares, disse que a comunidade internacional deve tentar sancionar Israel para interromper a guerra em Gaza[136] A reunião de domingo, que também inclui representantes da Liga Árabe e da Organização de Cooperação Islâmica, promoverá uma solução de dois Estados para o conflito israelense-palestino.

Domesticamente, já são 68% da população a favor do fim da guerra, segundo pesquisas esclarecedoras do Instituto de Democracia de Israel[137]. A população tem como maior prioridade o resgate dos reféns, e não a derrubada do Hamas; acreditam que os dois objetivos não serão alcançados simultaneamente e apoiam o avanço para o segundo estágio do acordo de cessar-fogo, ainda que os interesse atendidos sejam majoritariamente do Hamas. Protestos de movimentos árabe-judaico são exemplos da resistência popular,[138] como o Standing Together, que, segundo seu site, lutam pela "paz e independência para israelenses e palestinos, igualdade plena para todos nesta terra e verdadeira justiça social".

Anadolu via Reuters Connect

Manifestação israelense pedindo o fim da guerra https://www.standing-together.org/en/2023war

[135] https://x.com/UNRWA/status/1926518735528997092
[136] https://www.arabnews.com/%C3%B3de/2602092/mundo
[137] O site do Instituto de Democracia Israelense contém diversas pesquisas públicas feitas nos últimos meses. Serve como um bom termômetro da postura da população civil de Israel e suas inclinações.
[138] A população israelense faz protestos constantes contra Netanyahu, acusando o premiê de falhar em fazer um acordo de cessar-fogo para os reféns sejam libertados.

Brasil é um dos participantes do processo para estabelecimento do Estado Palestino, na ONU

Em nota oficial, o Itamaraty informou que o Brasil deve presidir, em conjunto com Senegal, o grupo de trabalho que tem como tema "Promoção do respeito ao direito internacional para implementação da solução de dois Estados", um dos oito GTs formados para discutir a criação do Estado da Palestina e a pacificação com Israel. Os GTs são parte do processo preparatório para a Conferência Internacional para a Solução Pacífica da Questão da Palestina e a Implementação da Solução de Dois Estados, que acontecerá entre 17 e 20 de junho, a confirmar.

A conferência de alto nível foi criada por resolução da Assembleia-Geral da ONU, adotada em dezembro de 2024,[139] que apela para negociações credíveis no processo de paz no Médio Oriente, para a resolução pacífica da questão da Palestina e a aplicação da solução de dois Estados, cuja presidência foi confiada à França e Arábia Saudita. Tanto a conferência e os processos de trabalho são abertos a todos os Estados-membros e representantes do sistema ONU, incluindo programas, fundos, agências especializadas e comissões regionais.

A conferência constituirá uma oportunidade para anunciar ações rápidas, com prazos irreversíveis, com vista a um reconhecimento mais amplo da Palestina como Estado de pleno direito. Além de Espanha, Noruega e Irlanda que anunciaram que reconhecerão a Palestina como um Estado, outros 143 países e territórios já reconhecem. Na ONU, a Palestina tem assento como membro observador, mas não como membro de pleno direito no Conselho de Segurança.[140]

Em nota do Itamaraty no início do ano, o Brasil reiterou a urgência da retomada do processo de paz entre israelenses e palestinos e o compromisso do Brasil com a solução de dois Estados coexistindo pacificamente, dentro das fronteiras de 1967, que inclui a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

Em viagem ao Oriente Médio, Trump ignora Israel, se aproxima dos países fortes do Golfo e tenta retomar o espaço que China vem ocupando há uma década na região.

Em sua primeira viagem internacional desde que assumiu seu segundo mandato, Donald Trump escolheu três potências do Oriente Médio, o que foi interpretado como um sinal das prioridades trumpistas na política externa. Indica que ele vê as economias do golfo como principais atores geopolíticos e geoeconômicos, em muitos aspectos: Arábia Saudita, um peso pesado da geopolítica regional; Emirados Árabes, destaque em inovação, comércio e conectividade; e Qatar, cooperação em defesa e segurança regional. Israel ficou de fora desse roteiro e isso é sem precedentes. E também indica que Trump quer que os EUA volte a ser a principal potência externa que molda o futuro da região, vital para a competição estratégica americana com a China[141] - vácuo que estava sendo ocupado pela China na última década.

---

[139] O projeto de resolução recebeu o apoio esmagador de 157 Estados-membros da ONU, incluindo o voto a favor de Portugal, tendo registado ainda oito votos contra e sete abstenções. Votaram contra este texto Israel, Estados Unidos, Argentina, Hungria, Micronésia, Nauru, Palau e Papua Nova Guiné. AG da ONU aprova Conferência Internacional para implementação da solução de dois Estados em 2025 - El País

[140] Conferência sobre solução de dois Estados entre 17 e 20 de junho

[141] Saiba mais sobre a importância estratégica do Oriente Médio para a China em Riboua, Zined. *Trump envia mensagem: o Golfo não é mais Playground da China.* Acessível em https://www.hudson.org/foreign-policy/trump-sends-message-gulf-no-longer-chinas-playground-zineb-riboua

Além disso, para os EUA, os Estados do Golfo têm sido interlocutores confiáveis em muitas questões dentro e fora da região. Os sauditas têm desempenhado papel de mediação entre russos e ucranianos; Emirados têm sido fundamentais para trazer americanos presos na Rússia; o Qatar tem sido um grande mediador para Gaza e o cessar-fogo. Soma-se a eles, Omã, envolvido nas negociações nucleares e nas negociações com os Houthis.[142]

A viagem de quatro dias rendeu a promessa de U$ 2 trilhões de dólares em acordos comerciais e promessas de investimento para os EUA, com foco em setores como aviação, inteligência artificial, tecnologia, defesa e energia.[143] Em troca, se comprometeu publicamente a reverter as sanções americanas sobre a Síria – Trump e Ahmad Al Shara, líder sírio, se encontraram no fórum de investimentos -, e divulgou que quatro rodadas de negociações nucleares, mediadas por Omã, já haviam acontecido o acordo nuclear com o Irã estava próximo.[144]

Para os bons observadores, a visita de Trump e as rodadas de negócios com participação de investidores do mundo todo, serviu também como uma vitrine das capacidades desses países árabes: além dos investimentos e da beleza turística e cultural, Arábia mostrou sua capacidade diplomática em conseguir de Trump anúncios sobre Síria, Irã e Gaza; os Emirados Árabes mostraram sua capacidade em inovação tecnológica e em Inteligência Artificial; o Qatar mostrou aos investidores a intenção de construir sua própria Wall Street. Segundo o site de notícias sobre investimentos Bloomberg, "a onda de poder brando das nações do Golfo está remodelando a dinâmica da influência global."[145]

Também mostrou que esse não é o melhor momento das relações EUA-Israel. Há divergências sobre Gaza, Síria, Irã[146] e Houthis. Além disso, o pacote de venda de armas para Arábia Saudita anunciado pelos EUA colocou na mesa os caças F-35, o que tem significado importante – uma lei americana preconiza que Israel deve manter vantagem militar qualitativa e Israel é o único país no Oriente Médio que tem os F-35

Na Arábia, os sauditas deram o tom. O Reino seguiu firme em sua condição para normalização com Israel (os Acordos de Abraão são o grande projeto Trump para o Oriente Médio): fim da guerra em Gaza e solução de dois Estados retornando ao mapa de 1967. Além disso, a visita tornou-se uma oportunidade para o país saudita mostrar ao mundo seus símbolos mais autênticos – uma reconstrução de imagem no âmbito da Visão 2030 - o tapete de cor

[142] Trump's Middle East visit raises Israel's anxieties | The Straits Times

[143] O foco do mandato Trump 2.0 são os combustíveis fósseis. As nova tecnologias, como IA, exigem muita energia. Lembrando que ele retirou novamente os EUA do Acordo de Paris.

[144] Embora os EUA vejam as ambições nucleares do Irã como uma grande ameaça, o governo Trump se inclinou para o envolvimento diplomático. O ex-conselheiro de segurança nacional, Mike Waltz, foi afastado por defender o desmantelamento total do programa nuclear iraniano. Trump e alguns de seus principais membros do gabinete supostamente apoiam o Irã ter acesso a algum tipo de enriquecimento que permita um programa nuclear civil. Trump's Middle East visit raises Israel's anxieties | The Straits Times e Turnê de Trump no Golfo marca redefinição nos laços e no envolvimento de longo prazo com os EUA | O Nacional

[145] https://www.bloomberg.com/news/newsletters/2025-05-26/saudi-arabia-qatar-kuwait-wealth-funds-issue-warnings-uae-s-ai-university?taid=68344e1433066400018e3a91&utm_campaign=trueanthem&utm_content=business&utm_medium=social&utm_source=twitter

[146] A retomada das conversas sobre o acordo nuclear deixou Israel de fora.

lavanda[147]; café saudita servido em cafeteira e copos de *finjan*[148]; cavalos árabes escoltando a comitiva presidencial através do Palácio Al-Yamamah; e a dança de samri[149] que saudou Trump em At-Turaif, o distrito tombado pela UNESCO.

Mas o ápice foi o Fórum de Investimentos Saudita-Americano que reuniu o presidente Trump, o príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman, e uma impressionante lista de CEOs e figuras-chave da tecnologia e negócios americanos, incluindo Elon Musk, Sam Altman da OpenAI, Jensen Huang da Nvidia, o CEO da Amazon e muitos outros. A Arábia Saudita, juntamente com os Emirados Árabes Unidos e o Catar, está mostrando uma clara disposição em investir grandes somas em tecnologias avançadas, particularmente IA e infraestrutura de apoio, como parte de uma visão econômica ousada para diversificar e reduzir a dependência do petróleo.[150]

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Embora os resultados geopolíticos da viagem tenham sido positivos e pareça que os EUA podem voltar a ocupar o vácuo deixado há uma década, por Barack Obama, a América e seu líder ainda são imprevisíveis. Permanecem dúvidas se Trump conseguiu reconstruir a confiança e recuperar o interesse dos países. O mundo mudou muito. Enquanto os EUA reduziram sua presença militar e despriorizaram a região em sua estratégia diplomática, Pequim aprofundou suas relações no Golfo. Por exemplo, intermediou a normalização das relações entre o Irã e a Arábia Saudita em março de 2023, por exemplo; fechou grandes acordos de fornecimento de energia e, no âmbito da *Belt and Road*, priorizou portos, corredores logísticos e pontos de acesso comercial em todo o Golfo – bom para a China e para os países anfitriões; a região também fornece à China oportunidades para exportar sua tecnologia. Arábia Saudita e Emirados Árabes são grandes importadores de carros elétricos chineses;[151] os dois países do Golfo têm como política de governo o desenvolvimento urbano sustentável - a Iniciativa de Mobilidade Verde de Dubai 2030 visa aumentar o uso de veículos elétricos nos setores público e privado, com uma meta de 50% de todos os veículos sendo elétricos até 2050; a Visão 2030 da Arábia Saudita enfatiza a mobilidade sustentável para reduzir a dependência do petróleo, cuja Iniciativa Verde

[147] Em 2021, Arábia Saudita adotou a cor roxa para os tapetes cerimoniais usados nas recepções oficiais de convidados em uma iniciativa conjunta entre o Ministério da Cultura e o Protocolo Real. A cor foi inspirada nas cores da lavanda, do manjericão e das flores de *Teucrium oliverianum* , que cobrem os desertos sauditas na primavera. Simboliza a hospitalidade e a generosidade e expressa o crescimento que o Reino almeja alcançar por meio Visão Saudita 2030. Além disso, as bordas dos tapetes são adornadas com bordados em ambos os lados usando al-Sadu Técnica de tecelagem, um dos elementos culturais nacionais e das artes e ofícios tradicionais do Reino, baseada em habilidades de tecelagem. Ela destaca e homenageia elementos culturais tangíveis e intangíveis sauditas como uma marca registrada da sociedade. - https://saudipedia.com/en/article/2709/government-and-politics/government-affairs/why-was-purple-color-selected-for-the-royal-ceremonial-carpets-in-saudi-arabia

[148] Conjunto tradicional típico para café árabe, turco ou grego.

[149] Música e dança folclórica beduína originária de Najd , na Arábia Saudita. A dança samri é classificada como patrimônio imaterial na categoria folclore nas competições culturais nacionais organizadas pelo Ministério da Cultura da Arábia Saudita.

[150] O partido de Trump em Riad continuou sem Israel. Ainda pode se juntar elegantemente tarde? | Ctech

[151] https://www.hudson.org/foreign-policy/trump-sends-message-gulf-no-longer-chinas-playground-zineb-riboua

Saudita e a Iniciativa de Desenvolvimento de Infraestrutura de Carregamento de Veículos Elétricos Saudita planejam instalar 50.000 estações de carregamento até 2025.

Foram só quatro dias. Mas os países do golfo mostraram suas capacidades de investir em tecnologias e inovação e de consumir as tecnologias de futuro. Mostraram independência e união. Mostraram capacidade política e diplomática para colocar na mesa de negociações questões como Gaza, Síria, Irã.

China e CELAC: Eixos, Sinergias e Rotas

China and CELAC: Nodes, Synergies and Routes

André Costa Lobato

Summary*. The Fourth China-CELAC Ministers Forum in Beijing marked a convergence between Latin American-Caribbean integration and China's global strategy, notably the Belt and Road Initiative. President Lula emphasized the concept of "synergies" to align Brazil's national plans with China's proposals, particularly in areas such as infrastructure, health, energy, and science. A significant achievement was the Fiocruz-led insulin production agreement, hailed as a step toward Brazil's pharmaceutical sovereignty. Health-related synergies included public health communication with Xinhua, technology transfer for medical devices, strategic pharmaceutical reindustrialization, and the use of AI and satellite data in health surveillance. These agreements form part of the broader Brazil-China Synergies Plan, promoting innovation, sustainability, and productive development through scientific collaboration.*

Keywords: *Regionalism, Multilateralism, Development*

Resumo. O Quarto Fórum de Ministros China-CELAC, realizado em Pequim, marcou um novo momento de alinhamento entre a integração latino-americana e caribenha e a estratégia global chinesa, especialmente a Iniciativa do Cinturão e Rota. O presidente Lula destacou a importância das "sinergias" entre os planos nacionais brasileiros e a proposta chinesa, buscando convergências em áreas como transporte, saúde, indústria e energia. Um destaque foi o acordo para a produção de insulina pela Fiocruz, celebrado como um marco da soberania sanitária brasileira. As "sinergias sanitárias" firmadas incluem intercâmbio de informações de saúde com a agência Xinhua, transferência de tecnologia médica, reindustrialização farmacêutica e aplicação de IA e dados espaciais em saúde pública. Esses acordos se inserem no Plano de Sinergias Brasil-China, que articula ciência, tecnologia e inovação a favor da saúde, meio ambiente e desenvolvimento produtivo.

Palavras-chave: Regionalismo, Multilateralismo, Desenvolvimento

O Quarto Fórum de Ministros da China-Celac ocorreu em Pequim e foi marcado pela coincidência entre integração americana e as propostas chinesas para a globalização. Seja Rota da Seda ou Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), é evidente a relação entre os objetivos traçados pelos consensos nacionais americanos e as propostas chinesas de cooperação com fóruns regionais. Nessa direção, o governo do presidente Lula reforçou o conceito de "sinergias". O objetivo é identificar interesses comuns entre a Rota da Seda chinesa e os planos brasileiros de desenvolvimento dentro do espírito da "Comunidade de Futuro Compartilhado, por um Mundo Mais Justo e um Planeta Mais Sustentável".

Além de Lula, Maduro, Boric, Petro e Miguel-Díaz foram recebidos por Xi Jinping. A delegação brasileira foi a maior e vários acordos foram elencados pelo governo brasileiro, entre eles um PDP da Fiocruz para a produção e transferência de tecnologia de insulina. O feito foi comemorado pelo Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. O Ministério da Saúde anunciou a

formacão de parcerias em equipamentos, a transferência de tecnologia na área de imagem/diagnóstico e a construção de uma plataforma industrial de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) no Brasil. A produção de IFA é parte de um dos nove pontos do "Plano de Sinergias" entre a chinesa Rota da Seda e os brasileiros Programa de Aceleração do Crescimento, o Plano Nova Indústria Brasil, o Plano de Transformação Ecológica e o Programa Rotas da Integração Sul-Americana.

O Programa Rotas trata dos objetivos de fortalecer a integração americana, e sul-americana em particular, dos nodos de transporte lógistico e também para o fortalecimento das amizades entre os povos. É um sonho antigo vivido por vários períodos históricos. Um caso especificamente relevante foi a formação da IIRSA, que ocorreu no início do século num contexto de renovação das alianças regionais, com a criação da Celac e da Unasul. Essas organizações vieram a ser desmobilizadas anos depois, mas os consensos sobre as rotas e vias são mais ou menos os mesmos – já que nem geografia nem centros de produção mudaram tão drasticamente no período. Uma conquista, diplomática, do reengajamento regional brasileiro, pode ser observada na articulação sino-brasileira em temas relevantes de paz e segurança.

O plano de trabalho de sinergias logrou impulsionar projetos de cooperação tecnológica e produtiva nas áreas de:

I. Sistema de transporte de carga multimodal; II. Indústria Estaleira; III. Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), medicamentos, equipamentos médicos e vacinas; IV. Ciência, tecnologia e inovação; V. Inteligência Artificial; VI. Satélites e telecomunicações; VII. Energias limpas e renováveis e transmissão de ultra-alta tensão; VIII. Políticas de proteção ambiental e restauração vegetal; IX. Gestão de emergências e riscos de desastres; X. Formação e capacitação de recursos humanos; e XI. Cidades inteligentes.

Sinergias Sanitárias

Enfatizando os desdobramentos sanitários, e notando a necessidade de mitigação e avaliação de impacto socioambiental que acompanham as demandas estruturais, destaco, entre os acordos bilaterais ocorridos no contexto deste Forum China-Celac as seguintes "Sinergias Sanitárias"[152]:

1. Sinergias em Saúde e Comunicação

Documento: MDE no campo da comunicação em saúde entre o Ministério da Saúde do Brasil e a Agência Xinhua

- Objetivo: Facilitar o intercâmbio de informações de saúde pública entre os países, com foco na comunicação qualificada, cooperação midiática e organização conjunta de eventos.

- Potenciais ganhos para a saúde: A difusão estratégica de conteúdos sobre saúde pública pode aprimorar campanhas, combater desinformação, difundir o conhecimento científico, popularizar a ciência e ampliar o impacto das ações governamentais em saúde.

[152] A. Ministério das Relações Exteriores. [citado 26 de maio de 2025]. Atos adotados por ocasião da visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Pequim - China, 12 e 13 de maio de 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-adotados-por-ocasiao-da-visita-de-estado-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-pequim-china-12-e-13-de-maio-de-2025

2. Sinergias em Transferência de Tecnologia e Inovação em Saúde

Documento: Memorando sobre o Centro de Transferência de Tecnologia MCTI–MOST

- Objetivo: Criar um centro com potencial para facilitar a cooperação em propriedade intelectual, startups e inovação.

- Aplicação em saúde: Possibilita incubação cruzada de tecnologias médicas, apoio a biotecnologias emergentes e escalonamento de soluções digitais em saúde (como IA, big data e IoT aplicadas a hospitais e vigilância sanitária).

3. Sinergias em Cadeias Produtivas Estratégicas: Farmacêutica e Equipamentos Médicos

Documento: Memorando de Entendimento sobre Estabelecimento de Sinergias (Casa Civil & NDRC)

- Áreas citadas: Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), medicamentos, equipamentos médicos e vacinas.

- Impacto direto: Incentivo à reindustrialização farmacêutica brasileira, soberania sanitária, e cooperação produtiva Brasil-China para garantir suprimentos críticos à saúde pública.

4. Sinergias em Economia Digital, Saúde Digital e Inteligência Artificial

Documentos: Carta de Intenções sobre Economia Digital e Memorando sobre Inteligência Artificial (MDIC–NDRC)

- Infraestrutura e aplicação: Desenvolvimento de redes 5G, computação em nuvem, IA e plataformas digitais com aplicações na saúde (hospitais inteligentes, gestão hospitalar, telemedicina).

- Sinergia esperada: Formação de talentos, criação de laboratórios conjuntos de IA, e experimentação de soluções em saúde digital e vigilância epidemiológica.

5. Sinergias em Dados Espaciais e Monitoramento Ambiental em Saúde

Documento: Declaração Conjunta de Intenções MCTI–CNSA (CBERS)

- Possibilidades para a saúde pública:

- Monitoramento climático e ambiental com impacto direto em vigilância de doenças.

- Aplicação de imagens de satélite no rastreio de endemias e na previsão de surtos relacionados a fatores ambientais.

Notou-se, então, que o alinhamento entre Casa Civil e Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma tem preparado o caminho, através da identificação de sinergias, para a abertura de várias portas no que concerne a interconectividade dos sistemas de ciência, tecnologia e inovação dos dois países, ampliando a pauta para além dos corredores de escoamento das commodities.

A configuração dessas sinergias permite a maior articulação entre projetos de internacionalização da ciência chinesa, muitos deles associados à Rota da Seda, e os objetivos

nacionais e regionais de robustez em pesquisa e desenvolvimento para alavancar os planos de industrialização e a governança em temas, por exemplo, como os de saúde.

Cinco Programa China-CELAC

Ainda em contexto da relação entre China e o regionalismo americano e caribenho, os pontos destacados pelo ministro das relações exteriores Wang Yi, em coletiva no 13 de maio, destacam sinergias em contexto regionalista. O chanceler anunciou o lançamento de cinco programas para a "Comunidade China América Latina e Caribe com um futuro compartilhado".[153] Os programas estão alinhados com iniciativas que sustentam a articulação dos preceitos em fora internacional – como Nações Unidas -, notadamente as Iniciativas de Desenvolvimento e Civilizações.

1. Programa da Solidariedade

Esse programa visa reforçar os laços políticos e diplomáticos entre a China e os países da ALC, promovendo confiança mútua, multilateralismo e a defesa de uma ordem internacional mais equitativa. Embora os detalhes práticos ainda estejam em fase de definição, trata-se de uma diretriz essencial para sustentar o compromisso chinês com o multilateralismo, frente a um cenário global de crescente polarização e disputas geopolíticas.

2. Programa do Desenvolvimento

O **programa do desenvolvimento** tem como eixo central a prosperidade compartilhada. A prioridade recai sobre a articulação de estratégias de desenvolvimento entre a China e os países da ALC, com ênfase em sete áreas principais:

- Infraestrutura
- Agricultura e segurança alimentar
- Energia e mineração
- Energias limpas
- Comunicações 5G
- Economia digital
- Inteligência Artificial (IA)

O programa será implementado conjuntamente com a **Iniciativa para o Desenvolvimento Global (IDG)** proposta pela China, visando reduzir as desigualdades estruturais no Sul Global. Como parte concreta dessa agenda, o governo chinês anunciou que aumentará a importação de **produtos de alta qualidade da ALC**, ampliando os canais de comércio bilateral.

Além disso, será disponibilizada uma linha de crédito em Renminbi (RMB) para países da região, embora o valor exato ainda não tenha sido divulgado. A medida contribui para o processo de desdolarização parcial das trocas e o fortalecimento da moeda chinesa como instrumento de cooperação financeira internacional. Um dos acordos brasileiros articulados

[153] Wang Yi Habla sobre Cinco Programas para Construcción de Comunidad de Futuro Compartido China-ALC y Medidas de Implementación [Internet]. [citado 24 de maio de 2025]. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/esp/zxxx/202505/t20250516_11627208.html

pela presença do presidente do Banco Central na comitiva de Lula está relacionado ao *SWAP em moedas locais.*

3. Programa das Civilizações

Voltado para o intercâmbio cultural e acadêmico, o **programa das civilizações** aposta no fortalecimento dos laços humanos e culturais entre os povos. Com isso, pretende-se desconstruir estereótipos e incentivar uma compreensão mútua mais profunda. O programa apoia atividades bilaterais de educação, pesquisa e diálogo civilizacional, inserindo as relações China-ALC no campo da amizade entre os povos e conhecimento mútuo.

4. Programa da Paz

Este programa promove a segurança coletiva e o fortalecimento da paz regional e internacional. Embora ainda careça de detalhes operacionais, a proposta reforça o papel da China como ator defensor da estabilidade mundial, apresentando-se como alternativa ao uso da força militar e das sanções econômicas. Os princípios de não intervenção, solução pacífica de controvérsias e promoção de um sistema internacional multipolar são centrais nesse eixo.

5. Programa dos Povos

O **programa dos povos** foca no bem-estar da população e nas oportunidades de formação e intercâmbio. É o mais diretamente voltado à transformação social e humanitária das relações China-ALC. Em termos quantitativos, o programa traz metas ambiciosas a serem alcançadas nos próximos três anos:

- bolsas de estudo governamentais chinesas para estudantes latino-americanos e caribenhos;
- 10 mil vagas de capacitação na China em diferentes áreas do conhecimento;
- 500 bolsas de formação para professores de língua chinesa;
- 300 vagas de treinamento para profissionais em programas de redução da pobreza;
- visitas à China por meio do programa “Ponte Chinesa”;
- 300 projetos de bem-estar social, com ênfase em ações “pequenas e belas”, voltadas para demandas locais;
- Apoio ao desenvolvimento da educação profissional, com projetos como o Taller Luban, modelo de educação técnica chinesa que será implantado em países da ALC;
- Promoção do ensino da língua chinesa nos países membros da CELAC.

EUA: Fazer nossas crianças saudáveis de novo (MAHA)

USA: Make Our Children Healthy Again (MAHA)

Guto Galvão

Sumário: O relatório "Make Our Children Healthy Again" é uma Ordem Executiva do presidente Donald Trump, publicada em 13/02/2025. Apresenta uma análise abrangente sobre a crise de saúde infantil nos Estados Unidos, destacando os fatores que contribuem para o aumento das doenças crônicas em crianças e propondo ações para reverter essa tendência. Contudo, o relatório gerou controvérsias ao contradizer consensos científicos em áreas como vacinação e uso de medicamentos.
Palavras-chave: Saúde infantil, Doenças crônicas, Alimentos ultraprocessados (UPFs), Exposição química, Saúde mental, Era digital, Estilo de vida saudável, Conflitos de interesse, Políticas públicas, Educação nutricional.

Summary: *The "Make Our Children Healthy Again" report presents a comprehensive analysis of the child health crisis in the United States, highlighting the factors contributing to the increase in chronic diseases in children and proposing actions to reverse this trend. However, the report generated controversy by contradicting scientific consensus in areas such as vaccination and drug use.*
Keywords*: Child health, Chronic diseases, Ultra-processed foods (UPFs), Chemical exposure, Mental health, Digital age, Healthy lifestyle, Conflicts of interest, Public policies, Nutrition education.*

O Relatório "Make Our Children Healthy Again"

O relatório "Make Our Children Healthy Again (MAHA)" é uma Ordem Executiva do Presidente Trump, publicada em 13/02/2025. Apresenta uma análise abrangente sobre a crise de saúde infantil nos Estados Unidos, destacando os fatores que contribuem para o aumento das doenças crônicas em crianças e propondo ações para reverter essa tendência. A seguir, cada seção do relatório é detalhada, incluindo os temas abordados, estatísticas relevantes e propostas de ação.

Seção 1: A Transição para Alimentos Ultraprocessados

O Problema

A dieta americana mudou drasticamente, com 70% das calorias consumidas por crianças provenientes de alimentos ultraprocessados (UPFs). Esses alimentos são ricos em açúcares, gorduras saturadas e aditivos químicos, mas pobres em nutrientes essenciais. Essa mudança está associada ao aumento de obesidade, diabetes tipo 2 e outras doenças crônicas.

Estatísticas

- **Obesidade Infantil**: Mais de 1 em cada 5 crianças acima de 6 anos são obesas, um aumento de 270% desde os anos 1970.

- **Diabetes**: Mais de 350.000 crianças foram diagnosticadas com diabetes, com uma previsão de aumento de 600% nos casos de diabetes tipo 2 até 2060.
- **Neurodesenvolvimento**: O autismo afeta 1 em cada 31 crianças, enquanto o TDAH foi diagnosticado em mais de 10% das crianças.

Propostas de Ação

1. Incentivar o consumo de alimentos integrais produzidos por agricultores americanos.
2. Implementar campanhas educativas sobre os riscos dos UPFs e os benefícios de uma dieta rica em frutas, vegetais e proteínas magras.
3. Reformular os programas de nutrição escolar para limitar o consumo de UPFs e promover refeições preparadas com ingredientes frescos.

Seção 2: A Carga Cumulativa de Produtos Químicos no Meio Ambiente

O Problema

As crianças estão expostas a milhares de produtos químicos sintéticos através da alimentação, água, ar e produtos de consumo. Essas exposições podem causar efeitos neurodesenvolvimentais, endócrinos e imunológicos.

Estatísticas

- Mais de 40.000 produtos químicos estão registrados para uso nos EUA.
- **PFAS**: Compostos encontrados em embalagens e utensílios domésticos estão associados à supressão imunológica.
- **Microplásticos**: Estudos mostram aumento de 50% na concentração de microplásticos em tecidos cerebrais humanos entre 2016 e 2024.

Propostas de Ação

1. Desenvolver ferramentas de inteligência artificial para monitorar exposições químicas e identificar tendências de doenças crônicas.
2. Financiar estudos independentes sobre os efeitos cumulativos de exposições químicas em crianças.
3. Reformar o sistema de avaliação de segurança de produtos químicos para priorizar a saúde infantil.

Seção 3: A Crise Comportamental Infantil na Era Digital

O Problema

O aumento do uso de tecnologia e a diminuição da atividade física estão contribuindo para problemas de saúde mental e física em crianças. A exposição excessiva a telas está associada à redução do sono, aumento do estresse e isolamento social.

Estatísticas

- **Atividade Física**: 85% dos adolescentes não atingem a recomendação de 60 minutos de atividade física diária.

- **Sono**: 78% dos estudantes do ensino médio dormem menos de 8 horas por noite.
- **Saúde Mental**: 42% dos estudantes do ensino médio relataram sentimentos persistentes de tristeza ou desesperança em 2021.

Propostas de Ação

1. Implementar programas escolares que incentivem atividades ao ar livre e reduzam o tempo de tela.
2. Promover políticas públicas que limitem o uso de dispositivos eletrônicos em crianças e adolescentes.
3. Investir em iniciativas que aumentem a exposição à natureza, como parques comunitários e jardins escolares.

Seção 4: A Hipermedicalização das Crianças

O Problema

As crianças americanas estão sendo excessivamente medicadas, com prescrições de antidepressivos, antipsicóticos e antibióticos em níveis alarmantes. Muitos desses medicamentos são usados de forma inadequada, causando efeitos adversos e dependência.

Estatísticas

- **Antidepressivos**: Prescrições aumentaram 1.400% entre 1987 e 2014.
- **Antipsicóticos**: Uso aumentou 800% entre 1995 e 2009.
- **Antibióticos**: 35% das prescrições para crianças são desnecessárias.

Propostas de Ação

1. Financiar estudos sobre os efeitos a longo prazo de medicamentos pediátricos.
2. Reformar diretrizes clínicas para reduzir prescrições desnecessárias.
3. Promover abordagens de medicina integrativa que priorizem mudanças no estilo de vida em vez de medicamentos.

Próximos Passos

O relatório propõe uma série de iniciativas de pesquisa e políticas públicas para enfrentar a crise de saúde infantil:

1. **Pesquisa Nutricional**: Realizar estudos de longo prazo sobre dietas baseadas em alimentos integrais.
2. **Monitoramento de Exposições**: Usar inteligência artificial para identificar exposições prejudiciais.
3. **Educação Pública**: Implementar campanhas nacionais para conscientizar sobre os riscos de UPFs e produtos químicos.
4. **Revisão de Diretrizes Médicas**: Garantir que as diretrizes sejam baseadas em evidências robustas e livres de conflitos de interesse.

Este relatório foi lançado como um chamado à ação para transformar o sistema de saúde, nutrição e bem-estar infantil nos Estados Unidos. Ele enfatiza a necessidade de

transparência, ciência de alta qualidade e colaboração entre governo, setor privado e academia para garantir um futuro mais saudável para as crianças americanas.

Segue uma tabela organizada com as seções e capítulos do documento, evidências apresentadas e ações propostas:

Seção/Capítulo	Evidência	Ação Proposta
Introdução	EUA gastam mais em saúde per capita que outros países desenvolvidos, mas têm pior expectativa de vida e maior prevalência de doenças crônicas.	Realinhar sistemas de saúde, alimentação e ciência para priorizar prevenção, bem-estar e resiliência.
A Crise de Doenças Crônicas	40% das crianças nos EUA têm pelo menos uma condição crônica, como asma, obesidade ou transtornos comportamentais.	Estabelecer uma comissão para estudar as causas e propor estratégias para reverter a crise.
Alimentos Ultra Processados (UPFs)	70% das calorias consumidas por crianças vêm de UPFs, contribuindo para obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares.	Incentivar o consumo de alimentos integrais e reduzir a dependência de UPFs.
Exposição a Químicos Ambientais	Crianças estão expostas a mais de 40.000 químicos, incluindo pesticidas e microplásticos, que podem causar efeitos neurodesenvolvimentais e endócrinos.	Desenvolver ferramentas de IA para avaliar impactos cumulativos e promover transparência na regulamentação.
Comportamento na Era Digital	Crianças têm níveis elevados de sedentarismo, uso de telas e privação de sono, contribuindo para problemas de saúde mental e física.	Implementar programas de educação física nas escolas e limitar o tempo de tela.
Supermedicalização de Crianças	Prescrição excessiva de medicamentos, como antidepressivos e estimulantes, com aumento de efeitos adversos e dependência.	Investir em estudos de longo prazo sobre segurança de medicamentos pediátricos e promover abordagens não farmacológicas.
Calendário de Vacinação Infantil	Crescimento do número de vacinas recomendadas sem estudos comparativos entre calendários de diferentes países.	Realizar estudos de longo prazo sobre segurança e eficácia do calendário de vacinação.
Influência Corporativa	Indústria farmacêutica domina pesquisa científica, influenciando diretrizes clínicas e práticas médicas.	Reformar processos de financiamento de pesquisa e garantir transparência em diretrizes clínicas.
Próximos Passos	Necessidade de fechar lacunas de pesquisa e desenvolver estratégias abrangentes para combater doenças crônicas infantis.	Implementar iniciativas de pesquisa, como vigilância pós-comercialização, estudos de nutrição e toxicologia de precisão.

Comentários da imprensa sobre o lançamento

A nota publicada pelo The Washington Post aborda o relatório "MAHA Report: Making Our Children Healthy Again", elaborado por líderes científicos e membros do gabinete da administração Trump, em resposta a uma ordem executiva. O documento apresenta uma análise das causas do declínio na expectativa de vida dos americanos, atribuindo fatores como exposição a toxinas ambientais, má nutrição e aumento do tempo de tela. Contudo, o relatório gerou controvérsias ao contradizer consensos científicos em áreas como vacinação e uso de medicamentos.

O relatório afirma que as crianças de hoje são a geração mais doente da história americana em termos de doenças crônicas, destacando crises como obesidade infantil e saúde mental em declínio. Apesar disso, não aborda questões estruturais como a escassez de médicos ou os altos custos de saúde. Além disso, o documento reflete tensões entre os esforços de limitar exposições ambientais e os interesses da indústria alimentícia, que depende de pesticidas químicos.

Entre os pontos principais, o relatório critica o consumo de alimentos ultraprocessados, destacando sua relação com o aumento dos custos de saúde. Especialistas em nutrição, como Marion Nestle, elogiaram a ênfase em alimentos integrais, mas questionaram quais ações concretas seriam tomadas. Outro tema abordado foi a exposição a produtos químicos, como pesticidas e substâncias perfluoroalquil (PFAS), embora o relatório tenha suavizado críticas esperadas devido à pressão de agricultores e fabricantes.

A "medicalização excessiva" de crianças também foi discutida, com preocupações sobre o uso de medicamentos psiquiátricos e para perda de peso. O relatório sugere que antidepressivos podem aumentar o risco de pensamentos suicidas em jovens, mas especialistas apontam que esses medicamentos são úteis quando a terapia não funciona. Da mesma forma, o uso de medicamentos para obesidade foi defendido por especialistas, que destacaram sua eficácia e segurança, apesar das incertezas de longo prazo.

Outro ponto polêmico foi a abordagem sobre vacinas, com o relatório questionando a segurança do cronograma de imunização infantil. Especialistas, como Jason Schwartz, refutaram essas alegações, afirmando que não há base biológica para sugerir que as vacinas sobrecarregam o sistema imunológico das crianças. Por fim, o relatório criticou o aumento do tempo de tela entre crianças, associando-o a problemas psicossociais, embora pesquisas recentes indiquem que apenas uma pequena parcela de adolescentes acredita que isso seja um problema significativo.

A nota destaca que, apesar de levantar questões importantes, o relatório apresenta interpretações científicas imprecisas e contraditórias, gerando críticas de especialistas e do público. Muitos apontaram incoerências nas políticas da administração, como cortes no Medicaid e programas de alimentação, que contradizem os objetivos de melhorar a saúde infantil.

Servidão humana[154]

Adhemar Bahadian

Escrevo nesta tarde de sábado, 17 de maio, num Rio de Janeiro com um céu sem nuvens. Teoricamente estamos no inverno. Mas, de minha janela vejo parcialmente o morro Dois Irmãos banhado de luz solar. As praias cheias e o mar tangido por uma brisa leve sequer espraia as espumas de suas ondas. Um inverno carioca, insolente como só ele sabe ser, agradável e manso.

Chega a me dar uma certa náusea ter que escrever sobre o panorama político tão tempestuoso, tão irracional, tão abusivo que estamos a viver e temer nestes cem dias e poucos em que os Estados Unidos da América insiste em se fazer de alvorada do medo e do ódio.

Louca ou não, há método e enredo na política de Trump. Como um tumor maligno que finalmente rompe as estruturas sadias do corpo que o abriga, surgem em manchas cada vez mais ameaçadoras os afluentes da insânia mais demolidora com que nos defrontamos desde as aspirações de paz e de nações unidas, propostas por este mesmo Estados Unidos, hoje com esta face dilacerada e carcomida como a do anverso do espelho de Dorian Gray.

Já não há mais dúvidas, nem circunstâncias atenuantes. A expulsão de imigrantes como lixo humano, a mercantilização dos vistos de entrada ou de trabalho, a tentativa de retirar o direito de cidadania a crianças nascidas em solo americano de pais estrangeiros, a eliminação da política de não-discriminação no trabalho e nas escolas, tudo enfim exala um fétido odor de repugnância à raça humana.

Muito além de pretender equilibrar o comércio externo de seu país - coisa que poderia propor, como propuseram seus antecessores, que deram nome a famosas rodadas comerciais, tanto na OMC, quanto no Gatt - o atual presidente cada vez de forma mais transparente e insolente nos lembra que em sua alma o que viceja é o mais absurdo, intolerável e reacionário preconceito racial de um supremacista branco. Além é óbvio dos $Trumps, hoje moeda oficial da Casa Branca.

[154] Publicado originalmente no *Jornal do Brasil online*. Reproduzido com a autorização do Autor.

Trump, a exemplo do que fizeram os colonizadores dos séculos XVIII e XIX, revigora a falsa teoria da superioridade do homem branco para escravizar e subjugar as gentes da África, da Ásia e submetê-las ao garrote e ao trabalho não-renumerado. Não é tese nem original nem inteligente. Pode ser um substrato do MAGA, pois é sabido que o território americano não se livrou dos índios que nele habitavam com festas de São João ou de Ações de Graças.

Trump em suas manifestações públicas sempre levou seu eleitorado a viver a fantasia de que os Estados Unidos seriam um país espoliado pelo imigrante e pelo escravo liberto, o que constrange qualquer leitor minimamente instruído sobre a história daquele grande país.

Fácil de ver que o mesmo raciocínio é transposto para as relações econômicas internacionais, quando Trump se vale do tarifaço universal para tentar reorganizar o comércio mundial. Basta uma simples olhada na balança comercial entre o Brasil e os Estados Unidos para ver que somos deficitários em cerca de vinte bilhões de dólares em serviços e em especial em royalties de propriedade industrial.

Muito deste desequilíbrio se deve às regras negociadas no âmbito da OMC pelo acordo TRIPS, na minha modesta opinião o mais bem urdido, fantasioso e parasitário instrumento de regras internacionais.

Sobre este tema, Trump recentemente dá sinais que abrirá sua caixinha de ferramentas mágicas. O anúncio de que pretende fazer com que as grandes empresas farmacêuticas - Big Pharma, para os iniciados - voluntariamente reduzam os preços dos remédios nos Estados Unidos e os compensem com aumentos no resto do mundo é mais uma das sórdidas lições da macroeconomia trumpista para “Dummies”, encontrada nas piores casas do ramo.

Em síntese, Trump entende que além dos royalties de propriedade intelectual pagos pelo resto do mundo às empresas farmacêuticas, agora deveremos pagar uma compensação ou equivalência de preços. E olhem que, tal como estão as regras de propriedade intelectual, os países consumidores não só pagam bilhões de dólares anualmente aos Estados Unidos, como são proibidos de importar similares e genéricos de países como a India. Enfim, o assunto é complexo e merece um artigo separado.

Terminei. Já escureceu no Rio de Janeiro.

CRÉDITOS DOS AUTORES DOS CADERNOS

Adhemar Bahadian - Diplomata aposentado do Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Ana Carol Aldapi Vaquera - Doutoranda em Ciências Políticas, UFSCar; Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, UFPB; Licenciatura em Ciências Políticas, Universidad Católica Boliviana (titulação revalidada em Relações Internacionais pela UFPB)

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Popularização Divulgação e da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, Doutor pela UFRJ, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bárbara Nogueira – estudante de Relações Internacionais, estagiária do Cris

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Graduando, Instituto de Relações Internacionais (IRI), Universidade de São Paulo

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica, Mestre em Medicina e Saúde, Doutoranda do Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde, Doutora em História das Ciências e da Saúde, Analista do Cris/Fiocruz

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação do CRIS/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestre em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg **-** Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Giacomo Giannelli **-** Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Gisele Sanglard **-** Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Giulia Mariano Machado **-** Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Júlia Moraes e Silva **-** Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Heliton Barros - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz **-** MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Pesquisadora, CRIS/Fiocruz

João Miguel Estephanio **-** Pesquisador do CRIS/Fiocruz e Fiocruz Brasília

Laurenice Pires **-** Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutora em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Livia Ferreira – estudante de Relações Internacionais; estagiária do CRIS
Luana Bermudez **-** Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora técnica da AISA/MS

Lúcia Marques **-** Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão **-** Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e pesquisador sênior do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza **-** Professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Manuel Mahoche **-** *Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), Mestre em Saúde Pública (UFRGS), Especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ), MBA em DataScience Analytics (USP/ESALQ)*

Marciglei Brito Morais **-** Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes **-** Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari **-** Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Doutora em Saúde Coletiva. Atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima **-** Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito - Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira - Doutorando em Relações Internacionais, IRI/PUC-Rio, Bacharel (UNAMA) e Mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Co-Editor da Revista Debates Indígenas

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis Carpio - Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); pesquisadora do CRIS/FIOCRUZ

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos - Psicóloga, Sanitarista e Mestre em Saúde Pública. Atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade, FSP/USP; Mestre em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel duplo em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Pesquisador Colaborador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Osvaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Rychard de Lima Monteiro - Enfermeiro especialista em Relações Internacionais, atualmente Trainee de Gestão Pública na Assessoria de Planejamento da Escola de Saúde Pública do Maranhão.

Samia de Brito - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Santiago Alcázar - Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Tatiana Cerqueira Machado Medrado - Graduada em Ciências Biológicas (UCSal) e Medicina Veterinária (UFBA); Especialista em análise de dados secundários, e em monitoramento, avaliação e informação estratégica (ISC/UFBA), Especialista em análise da situação de saude (UFG), Mestre em Saúde Pública e Doutoranda em Saude Coletiva, ISC/UFBA

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues - Graduado em Relações Internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, um dos produtos do Observatório CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2024 foram produzidos **106** Informes quinzenais. Para 2025 está programada a edição de 24 fascículos quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas em:

https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde,** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Os Seminários são um dos produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2024 foram realizados 114 Seminários e, em 2025, estão programados 24 Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 04 de junho – *A Agenda da Saúde Global 2025*

Dia 21 de junho – *Saúde e trabalho*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Centro de Relações Internacionais em Saúde
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 09/2025
Período de 14 a 27 de maio de 2025

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e FABIANE GASPAR

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 29 de maio de 2025

261 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores a as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.